

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
ASSOCIAÇÃO TEMPORÁRIA COM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA (PPGCSPA)**

ANDRÉA CRISTINA SERRÃO GONÇALVES

**QUANDO O MASTRO É DE EUCALIPTO! (DES)PLANEJAMENTO E
IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DESENVOLVIMENTISTAS
EM BACABEIRA-MA**

**SÃO LUÍS (MA)
2016**

ANDRÉA CRISTINA SERRÃO GONÇALVES

**QUANDO O MASTRO É DE EUCALIPTO! (DES)PLANEJAMENTO E
IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DESENVOLVIMENTISTAS
EM BACABEIRA-MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Grande área: Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cynthia Carvalho Martins
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Consolação Lucinda

SÃO LUÍS (MA)
2016

Gonçalves, Andréa Cristina Serrão

Quando o mastro é de eucalipto! (des)planejamento e implantação de empreendimentos desenvolvimentistas em Bacabeira- MA/ Andréa Cristina Serrão Gonçalves – São Luís, 2017.

178 f.

Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Cynthia Carvalho Martins
Co-Orientadora: Prof.^a Maria da Consolação Lucinda

1.Territorio. 2. Desenvolvimentismo. 3.Estado. 4.Conflitos.
5.Religiosidade.

CDU:725.1:005.912:582.776.2(812.1)

ANDRÉA CRISTINA SERRÃO GONÇALVES

**QUANDO O MASTRO É DE EUCALIPTO! (DES)PLANEJAMENTO E
IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DESENVOLVIMENTISTAS
EM BACABEIRA-MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

APROVADA: 10 de outubro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cynthia Carvalho Martins (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof.^a Dr.^a Maria da Consolação Lucinda (Co-orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof.^a Dr.^a Patrícia Maria Nunes Portela (Examinadora Interna)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof.^a Dr.^a Zulene Muniz Barbosa (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Dedico este trabalho,

A todas as pessoas que colaboraram para realização desta pesquisa. Família, amigos e companheiras (os) de luta.

Aos agentes sociais da comunidade de Engenho, sem os quais essa pesquisa não seria possível.

Às famílias que apesar das condições desfavoráveis frente a implantação de empreendimentos desenvolvimentistas resistem e mobilizam-se em prol da defesa aos seus meios e modos de vida.

AGRADECIMENTOS

Este momento é um daqueles que revisitamos na memória relembando o caminho percorrido, especialmente ao longo desses dois anos. Reflito sobre a riqueza do aprendizado, bem como a superação dos desafios apresentados. Momentos que não foram vivenciados solitariamente, ao contrário, foram compartilhados com pessoas queridas, que solidárias, doaram um pouco de seu tempo e palavras no sentido de animar-me e colaborar, por diversas formas, para reconstrução desse trabalho.

Entendo, por isso, que a gratidão e o reconhecimento são umas das maiores demonstrações de respeito e carinho que podemos direcionar a outrem. Ciente que esta pesquisa, desde sua idealização até o momento da escrita, foi fruto de um trabalho coletivo. Menciono aquelas pessoas, sem as quais, não teria percorrido conseguido percorrer caminhos tão proveitosos, agradáveis, e encorajadores, apesar de muitas vezes se apresentarem árduos e desafiadores. Caminhos que me direcionariam para além do cumprimento de um requisito acadêmico, colaboraram para me (re)formar enquanto ser humano e profissional. Agradeço também todos(as) que, nesta trajetória, direcionavam incentivos que se somaram ricamente para o debate aqui proposto. Dito isto, agradeço:

À minha família, minha mãe, Dulce Pereira, pelo apoio incondicional de sempre, pelo amor, carinho, preocupação e torcida mais que sincera. Obrigada, lhe amo muito!

A meu irmão Flávio Henrique que sempre solícito tem me ajudado grandemente em vários aspectos. A Aldenir Lopes, uma pessoa super querida e especial que tem sido mais que cunhada, uma amiga. A meu irmão mais novo, André Luís, pelo apoio nas agruras tecnológicas e pela indicação de bons materiais, inclusive ótimos filmes, também direcionados a distrair a mente e pensando na minha vida acadêmica.

Ao Jorge Growver Jr., ao amigo e companheiro de vida que sempre tem me encorajado com palavras lúcidas e construtivas nos momentos mais difíceis de escrita. Pelo amor e carinho a mim dedicado, obrigada!

A minha orientadora, prof.^a Cynthia Martins por seu empenho na construção coletiva desse trabalho, pelas ricas orientações para a pesquisa e pelo incentivo. Agradeço também à minha co-orientadora, Prof.^a Consolação Lucinda, pelo apoio e palavras encorajadoras, pelas ricas contribuições para a pesquisa e pelo cuidado e esforço empreendido para leitura e revisão do texto, dentro das possibilidades. Muito obrigada!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA): Alfredo Wagner, Rosa Acevedo, Camila do Valle, André Luís Dias,

Helciane Araújo, Protázio César, Jurandir Novaes. Às professoras, Bela Feldman e Patrícia Portela pelas gratas contribuições e reflexões para configuração desta pesquisa. Carinhosamente agradeço à Prof.^a Lilian Gomes que além do rico debate proposto na disciplina que ministrou, sempre mostrou-se muito amiga, solícita, uma pessoa ímpar. Muito obrigada!

Aos colegas de turma e estudo, Arival Fermin, Henrique Costa, Geovania Aires, e especialmente, pelas companheiras(o) de pesquisa e luta, amigas(o) que tive o privilégio de encontrar, Bárbara Cascaes, Jéssica Silva e Enoc Santi. Muito obrigada pela partilha de alegrias, desafios e frustrações acadêmicos e pessoais. Também destaco todo o carinho, apoio e atenção recíproca das companheiras de turma Carolina Mendes e Keyla Barros na tarefa desafiadora de escrita, obrigada queridas!

As amigas, desde os tempos de graduação, e colegas de profissão, Nayala Duailibe, Fernanda Mendes e Luciane Mota pelas alegrias, palavras de sabedoria e dificuldades partilhadas sempre por um tom humorado. Destaco a Nayala, que apesar da vida corrida, dedicou parte de seu tempo, em importantes contribuições, tanto com a elaboração do projeto de pesquisa até a etapa de escrita desta dissertação.

A minha amiga e irmã de fé, Vivianne Almeida, pela torcida sincera, pelas orações, pelas palavras de sabedoria, entusiasmo e companheirismo sempre presente. Obrigada por sempre estar ao meu lado e pela compreensão nos momentos mais corridos desta trajetória.

A Davi Pereira que com sua generosidade e prestatividade muito colaborou com o debate e construção da pesquisa. Grata pelas reflexões oportunizadas logo no percurso inicial da pesquisa.

À Luciana Railza sou grata pela torcida sempre sincera, que é recíproca, pelo compartilhamento das lutas acadêmicas e pessoais e pelas felizes reflexões proporcionadas em vários encontros.

À querida Níla Coutinho que sempre muito prestativa, atenciosa e dedicava procurou sempre dar toda a atenção necessária e orientação não apenas para cumprimentos dos requisitos acadêmicos como também em me tranquilizar nos momentos tensos dessa jornada. No mesmo sentido agradeço a Cristina Bezerra pelas mesmas disposições, carinho recíproco e das oportunas reflexões, grata pelo apoio de sempre e estendo também meus agradecimentos a Magno Cruz.

A Poliana pela atenção e disponibilidade em auxiliar-me, inclusive, na elaboração do mapa contido neste trabalho e pela disposição de escuta e diálogo no compartilhar das aflições acadêmicas.

À dona Zima e seu José Ribamar, bem como todos os seus familiares que de modo tão especial acolheram e abraçaram-me como a um membro da família, como em muitos momentos já me falaram. Pois para além das relações de pesquisa desenvolvi com essas pessoas vínculos sinceros de amizade recíproca que levarei sempre comigo. Grata também porque foram meus interlocutores e fundamentais para desenvolvimento deste trabalho.

A todos os colegas da terceira turma do PPGCSPA pela troca de experiências, especialmente aos colegas Tacilvan Alves, Valéria Correia, Lina Cunha e Jhullienny Santos, grata pelos encontros sempre agradáveis pela força e incentivo mútuo.

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) pelo apoio financeiro para participação em eventos acadêmicos que muito enriqueceram a trajetória da pesquisa e da pesquisadora.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) pelo financiamento da pesquisa por meio da bolsa de estudo, sem a qual, não seria possível a concretização do trabalho de campo e do próprio mestrado.

E por fim, ocupando uma posição primordial, agradeço A Deus Pai que diariamente, derrama suas misericórdias sobre minha vida e tem em capacitado até aqui. Grata sou pela vida ricas promessas e a vida em abundância dada por meio de Cristo Jesus.

*Periz de Cima está numa situação
Com uma poluição em caso de calamidade
Num povoado que só mora lavradores
hoje nós temos cantores para nos representar
No campo temos muito peixe, criado pela natureza
Nós temos a criação de gado e tudo isso é uma beleza
Temos os pássaros de pena como o marreco e o guará
Se não tiveres compaixão com essa poluição tudo vai se acabar.*

*Troada de Bumba-meu-boi
Raimundo de Jesus Moraes Santos
“Zuka”*

RESUMO

A implantação de empreendimentos desenvolvimentistas no chamado município de Bacabeira (MA) tem engendrado diversos conflitos que têm alterado negativamente a estrutura social das famílias historicamente estabelecidas em seus territórios. Somados a esta conjuntura, em 2009, expectativas foram lançadas sobre a vinda de um grande empreendimento, a Refinaria Premium I, que teve o cancelamento de suas obras anunciada, no final do ano de 2014. Assim, a pesquisa buscou apontar que mesmo com seu cancelamento, os danos não deixaram de ser percebidos sobre as famílias destas comunidades. Apesar das ações que favorecem a efetivação de grandes projetos voltados à siderurgia e mineração em detrimento dos modos de vidas das famílias locais, demonstro como os agentes sociais têm, estrategicamente, conseguido manter suas formas de reprodução material e simbólica. Para além de uma compreensão isolada sobre a conjuntura desenvolvimentista, quis compreender a especificidade de uma comunidade chamada Engenho. Explico como os agentes desta comunidade continuam a celebrar seus modos de vida, a exemplo, por meio das festas religiosas, contrariando ações arbitrárias e impositivas que queiram se interpor, seja às “regras” dos modos de festejar estabelecidas pelo grupo, seja ao modo como atribuem sentido ao território. Ainda que haja a poluição e limitação de acesso aos campos naturais, provocados por uma siderúrgica local, a MARGUSA, situada próxima à comunidade, explico como os agentes sociais de Engenho continuam na prática de atividades produtivas como a lavoura e pesca. E para realização das festas religiosas ainda que seja necessária a feitura do *mastro* a partir do eucalipto da plantação da empresa siderúrgica, em função da escassez dos recursos naturais por ela provocados, assim continuarão a fazer. Busquei, então, apontar como as famílias devem ser reconhecidas nos termos que satisfazem os seus modos de reprodução social, respeitando a autonomia social e produtiva dos grupos, transcendendo a perspectiva economicista de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVES: Território, Desenvolvimentismo, Estado, Conflitos, Religiosidade.

ABSTRACT

The implantation of developmental enterprises in the municipality of Bacabeira (MA) has engendered several conflicts that have negatively altered the social structure of families historically established in their territories. In addition to this, in 2009, expectations were raised about the coming of a large enterprise, the Premium I Refinery, which had the cancellation of its works announced at the end of 2014. Thus, the research sought to point out that even with its Cancellation, the damages are not left to be perceived on the families of these communities. Despite the actions that favor the implementation of large steel and mining projects to the detriment of local families' lifestyles, they demonstrate how social agents have strategically managed to maintain their forms of material and symbolic reproduction. In addition to an isolated understanding of the developmental context, he wanted to understand the specificity of a community called Engenho. I explain how the agents of this community continue to celebrate their ways of life, for example, through religious festivals, opposing arbitrary and taxing actions that they want to interfere with, be it the "rules" of the ways of celebrating established by the group, or how Give meaning to the territory. Although there is pollution and limited access to natural fields, caused by a local steel mill, the MARGUSA, located near the community, explains how the social agents of Engenho continue in the practice of productive activities such as farming and fishing. And for religious festivals even though it is necessary to make the mast from the eucalyptus plantation of the steel company, due to the scarcity of the natural resources it provokes, they will continue to do so. I sought, then, to point out how families should be recognized in terms that satisfy their modes of social reproduction, respecting the social and productive autonomy of groups, transcending the economicist perspective of development.

KEYWORDS: Territory, Developmentalism, State, Conflict, Religiosity.

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Inventário do IPHAN (1999) produzido catalogando a igreja local e as imagens de santos do altar. Foto da autora.	75
Foto 02 - Material produzido pelo IPHAN (s/n) com apoio do Terminal Portuário do Mearim S.A.	77
Foto 03 - Retirada do site da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Disponível no site: http://www.dpe.ma.gov.br/dpema/index.php/SiteInstitucional/ver_noticia/3759	91
Foto 04 – Pronunciamento do deputado estadual Max Barros na Audiência Pública sobre a Refinaria Premium I. Imagem disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.	99
Foto 05 - Plantação de eucalipto da MARGUSA vista da janela da igreja Nossa Senhora da Conceição. Foto da autora.	110
Foto 06 - Procissão realizada para busca do mastro na plantação de eucalipto da MARGUSA. Foto da autora.	110
Foto 07 - A “Munha” na área de rejeito da empresa.....	113
Foto 08 – “Munhas” que ficam próximo a plantação de eucalipto da MARGUSA.	113
Foto 09 - “Área de rejeitos” da MARGUSA. Depósito das “munhas”.....	114
Foto 10 – Visão abrangente da área restrita. Local do depósito do carvão.....	114
Foto 11 - Placa em homenagem a dona Zima afixada na parede da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.	140
Foto 12 – Ladainha em latim de Nossa Senhora da Conceição.	141
Foto 13 - dona Zima cantando as ladainhas a partir do seu caderno.....	141
Foto 14 – Do lado esquerdo da foto a igreja e no canto superior direito a casa de dona Zima.	141
Foto 15 – Dona Zima e a imagem da Santa de Conceição talhada em madeira. Foto tirada durante missa do festejo da santa. 2015	143
Foto 16 – Dona Zima, à esquerda, dona Irene ao centro e dona Conceição à direita.	146
Foto 17 - Mulheres da comunidade enfeitando o mastro. Foto da autora.....	148
Foto 18 - Mulheres enfeitando o mastro. Ao fundo a plantação de eucalipto da MARGUSA da qual o mastro foi retirado. Foto da autora	148
Foto 19 – Parte das caixas do Divino. Da esquerda para direita, dona Conceição, Thalyane (neta de Zima), Caio, Zima, Nara, Fátima e Lica.	149
Foto 20 - Da esquerda para direita estão: o vereador Deco, “Pinheirinho” irmão do prefeito de Bacabeira, Alan, à direita. Festejo de Nossa Senhora da Conceição, 2015.....	151
Foto 21 - “Dunga”, neto de Zima. Preparativos para erguimento do mastro. Festa do Divino Espírito Santo 2015. Foto da autora.	151

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Pesquisa a partir das fontes secundárias que me direcionaram aos órgãos “oficiais”.....	34
Figura 02 - Pesquisa a partir das fontes secundárias que me direcionaram às possíveis comunidades quilombolas.	58
Figura 03 - Fonte : RIMA (FSADU, 2009, p. 192).....	59
Figura 04 – Fonte: RIMA (FSADU, 2009, p. 192).....	60
Figura 05 – Localização da Comunidade de Engenho	123

LISTA DE MAPAS E TABELAS

Mapa 01 - Localização de Bacabeira (MA).....	27
Mapa 02 - Percurso de pesquisa realizado nas comunidades pesquisadas	40
Tabela 01 – Referência ao período de realização do trabalho de campo.....	33

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Relação de comunidades quilombolas por município (ITERMA – 2015) Diretoria de recursos fundiários - DRF.....	165
Anexo 2 – Lista de comunidades quilombolas regularizadas pelo ITERMA.....	167
Anexo 3 – Ficha de cadastro de beneficiários da comunidade remanescente de quilombo (ITERMA)	168
Anexo 4 – “História” de Engenho segundo o IPHAN.....	169
Anexo 5 – Ficha de diagnóstico sócio-econômico-cultural e político das comunidades remanescentes de quilombo do Brasil. (ITERMA)	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AII	Área de influência indireta
AID	Área de influência direta
ANP	Agência Nacional de Petróleo
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEMA	Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto do Maranhão
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FSADU	Fundação Sôsândrade
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão
FINOR	Fundação de Investimento do Nordeste
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico do Maranhão
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ITERMA	Instituto de Terras do Maranhão
MARGUSA	Siderúrgica Maranhão Gusa S/A
MARFLORA	Maranhão Reflorestadora Ltda
PPGCSPA	Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia
PFC	Projeto Ferro Carajás
PGC	Projeto Grande Carajás
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S/A
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
CAPÍTULO 1	
Situando a Temática: Reordenamento de interesses e rearranjos institucionais	23
1.1. Bacabeira como <i>locus</i> de pesquisa.....	26
1.2. Os (des)caminhos da investigação: redefinições e procedimentos de pesquisa.....	29
1.3. Relações com os agentes sociais e rompimento com as pré-noções.....	35
1.4. Posição dos agentes sociais de Engenho.....	46
CAPÍTULO 2	
A ficcionalidade do “oficial”: Sobre as formas de classificação dos órgãos estatais	55
2.1. Considerações reflexivas sobre o RIMA.....	57
2.2. A pesquisa no INCRA e no ITERMA.....	63
2.3. “Inventariar para resguardar”? Reflexão sobre a produção de Inventário Cultural do IPHAN	74
CAPÍTULO 3	
“(Des)caso planejado?” A refinaria que não se implantou	83
3.1. Empreendimentos desenvolvimentistas, a Refinaria Premium I em questão.....	85
3.2. <i>Sonho dos maranhenses?</i> O cancelamento de um empreendimento.....	90
3.3. Um mastro de eucalipto? Efeitos da implantação da Refinaria Premium I e MARGUSA	101
3.3.1. “ <i>Se não tiveres compaixão com essa poluição tudo vai se acabar</i> ”: A busca pela autonomia produtiva.....	111
CAPÍTULO 4	
Território, Conflitos e Estratégias: A Comunidade de Engenho e o Contexto das Festas Religiosas	119
4.1. “Engenho”: Diferentes narrativas sobre uma territorialidade.....	121
4.2. Conflito e disputa pela definição legítima sobre o modo de festejar.....	132
4.3. A relação entre a santa e a encarregada: o caso dos milagres.....	138
4.4. As festas religiosas como expansão das redes de relações sociais entre as comunidades	144
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS.....	158
ANEXOS.....	164

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa é fruto de esforços individuais e coletivos que me direcionaram a compreender, mais detidamente, sobre os efeitos suscitados pelo início das obras de implantação de um grande empreendimento, a Refinaria Premium I da Petrobrás, e as consequências de sua não efetivação sobre os modos e meios de vida de inúmeras famílias estabelecidas historicamente em Bacabeira (MA). Efeitos que não poderiam ser percebidos senão por aqueles agentes que vivenciaram, e vivenciam, as consequências danosas desse rearranjo social, político e econômico e por aqueles pesquisadores que se lançam na tentativa de perceber estes efeitos para além do dado aparente, evidente considerando as narrativas dos grupos sociais¹ mobilizados.

Ainda que o contexto empírico da implantação da Refinaria Premium I já tenha sido abordada em outros trabalhos² foi por meio dos direcionamentos da pesquisa que percebi a necessidade de uma abordagem reflexiva que considerasse as narrativas dos agentes sociais³ acerca das consequências da não implantação deste empreendimento, bem como sobre a atuação de outras empresas instaladas em Bacabeira e que também estivessem orientadas por essa égide de desenvolver a “região”.

Considerando as narrativas dos agentes sociais, especificamente de uma localidade⁴ denominada Engenho do chamado povoado⁵ de Periz de Cima em Bacabeira-MA, aponto como estes grupos sociais *configuram*⁶ e mobilizam-se, estrategicamente, para garantir suas formas de reprodução social.

¹ Segundo Bauman e May (2010, p. 39) constituem-se como grupos aqueles que “buscam identificar-se por ações que os distingam daqueles que estão fora de suas redes de relação formal e informal”, além de serem “frequentemente constituídos pelas expectativas que lançam sobre seus integrantes”. (BAUMAN; MAY, 2010, p. 37)

² SILVA, Karênina Fonsêca. *Desenvolvimento do Maranhão e a Refinaria Premium I: O processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Socioespacial (PPGDRS/UEMA). São Luís, 2014.

³ Aquele que ocupa posição atuante, envolvido na ação, investido em um jogo de representações. (BOURDIEU, 2001:67). Agem a partir de uma série de motivações e condutas que apesar de “aparentemente arbitrarias” constituem-se como “em uma série coerente”, pois os agentes sociais “não realizam atos gratuitos”, mas dotados de significações. (BOURDIEU, 1996:138)

⁴ Refere-se a uma área geograficamente menor que a divisão política administrativa corresponde a um povoado. Seus marcos físicos são estabelecidos pelos próprios agentes sociais tendo como referência aspectos naturais, ou não, específicos da localidade.

⁵ Expressão que trata das limitações político-administrativas de localidades, unidades menores em relação ao município.

⁶ A partir da compreensão de Norbert Elias, o sentido de configuração remete a noção de interdependência social, ou seja, como pensar as sociedades humanas em uma teia de interrelações sociais, por isso não desprendidas do contexto social a qual estão inseridas. Para aprofundamento da questão consultar: ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Edições 70. Lisboa: Portugal. 2005. Para uma melhor compreensão do texto estabeleço os seguintes

Sem pretender esgotar o tema proposto, ressalto como as questões aqui levantadas são também indicativas e apontam para a necessidade de uma discussão aprofundada sobre os sentidos políticos desencadeados pela [não] implantação de empreendimentos que mobilizam grande contingente de recursos públicos na tentativa de promover um tipo de “desenvolvimento” impositivo e descontextualizado da conjuntura social a qual busca se inserir.

Nos meandros do trabalho de campo empreendi esforços no sentido de compreender e apresentar a existência de lógicas distintas, por um lado, a lógica de ação e planejamento daqueles que gestam um empreendimento *desenvolvimentista*⁷, e por outro, a lógica dos agentes sociais acerca das transformações suscitadas pelo modelo socioeconômico arbitrariamente imposto.

Para além de uma compreensão *substancialista*⁸ compartilho o processo da [re]construção do objeto de pesquisa a fim de permitir ao leitor uma compreensão dos percursos e percalços enfrentados para elaboração da pesquisa. Retrato este processo no sentido de também colaborar com aqueles/as pesquisadores/as que, assim como eu, lançam-se em campos de pesquisas diversos aos desenvolvidos em suas graduações que, no entanto, não se constituem como situações impeditivas para uma produção [auto]reflexiva sobre as práticas da pesquisa adotadas e da pesquisa em si.

Explico como em vários momentos do trabalho de “campo”⁹ senti-me tentada a abandonar os objetivos propostos toda vez que uma nova informação vinha de encontro às expectativas criadas pela pesquisadora. Mudanças que transformavam drástica, e por vezes, dramaticamente o próprio sentido que havia atribuído ao trabalho, a exemplo de quando, no decorrer do trabalho de campo soube da notícia do cancelamento empreendimento da Refinaria

códigos de leitura. As palavras destacadas em *itálico* referem-se a termos ou expressões que não são de autoria da pesquisadora como categorias e conceitos analíticos e podem aludir às expressões de origem estrangeira. As palavras *em itálico* acompanhadas com aspas referir-se-ão à fala de agentes sociais quando inseridas no corpo do texto. As palavras em *itálico* e acrescidas de **negrito** serão utilizados como referência para indicar termos próprios desenvolvidos pela pesquisadora.

⁷ Apesar da polissemia do termo, o sentido aqui empregado está como crítica à uma perspectiva de desenvolvimento que prima por um crescimento econômico corporativista, financeirizado e excludente desprendido do reconhecimento de outras lógicas comprometidas em promover o bem-estar, especialmente, daquelas parcelas consideradas menos favorecidas da sociedade.

⁸ Essa visão substancialista, aponta Bachelard (1996, p. 27), ao se remeter “à explicação monótona das propriedades pela substância”, ou seja, pelo o que se apresenta como real ou realidade, mostrando-se como uma percepção limitada, “infecunda” e que “susta a investigação, em vez de provocá-la”, pois o conhecimento do real nunca será pleno ou imediato, mas deve ser entendido relacionalmente (BOURDIEU, 1996: 28).

⁹ A noção de campo, conceitualmente, explicita que o ‘objeto’ de pesquisa em questão “não está isolado de um conjunto de relações de que se retira o essencial das suas propriedades” e tem o sentido de orientar o modo como foi construído o objeto e que vai orientar as “opções práticas da pesquisa”. (BOURDIEU, 2000, p. 27). No decorrer da escrita aparecerá, em recorrência, para apontar o exercício da prática de pesquisa.

Premium I. Conjuntura que me incitaria a buscar não apenas um entendimento sobre os efeitos das obras iniciadas deste mega empreendimento mas em direcionar-me a uma análise conjunta sobre os efeitos de sua não implantação. Explicito no texto que apesar dos *[des]caminhos* trilhados e empecilhos apresentados ao invés de colocar-me em uma posição de conformismo ou de conveniência lançando-me a um pretense contexto favorável e previsível, preferi enfrentar os desafios e surpresas que iam se lançando no caminho da pesquisa. Permiti que o “campo” e a minha relação com os agentes direcionassem o tom e o rumo do trabalho a partir de uma abordagem reflexiva acerca destes processos.

Ciente dos riscos que toda exposição acerca dos motivos da pesquisa encarna neste trabalho ressalto ainda que não tive a pretensão de explicitar um conjunto de resultados isolados como uma bula prescritiva de soluções para as situações apresentadas. Exponho a trama de situações que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa e como tentei tomá-las criticamente na medida em que estreitava os vínculos com os agentes sociais e avançava no debate pelos cursos oferecidos no mestrado, visto que parte do trabalho de campo já havia sido iniciada no período em que ainda cumpria os créditos das disciplinas.

Isto posto, passo para uma sucinta apresentação sobre a proposta debatida e desenvolvida em cada capítulo dessa dissertação.

No capítulo 1, destaco as motivações que me levaram a pensar Bacabeira como *locus* da pesquisa e como o fato de ter me orientado por fontes secundárias - e até certo ponto endossá-las como parâmetro para o início do trabalho de campo e inserção junto aos agentes sociais - incidiram em agruras para construção da temática de estudo e para expansão da rede de relações com outros grupos. No entanto, apresento como as aparentes indefinições e descompassos, que denominei de *[des]caminhos* contribuíram para uma redefinição dos próprios procedimentos de pesquisa adotados e do arcabouço teórico suscitado.

Considerando as diversas formas que o pesquisador pode investir no estabelecimento dos primeiros contatos com os agentes na pesquisa, e apesar da circunstância de ter me direcionado a uma localidade em que não havia prévias relações estabelecidas, tomo emprestada a noção de “situação etnográfica¹⁰”, construída por João Pacheco de Oliveira (2015), para entendimento das redefinições que configuraram este trabalho. Ainda que esta

¹⁰ Por meio das próprias palavras de João Pacheco de Oliveira destaco: a “noção de ‘situação etnográfica’ como aquela que se reporta ao conjunto de relações que o pesquisador, contemporaneamente à pesquisa, mantém com todos os atores sociais que de algum modo intervêm no campo. A minha intenção ao citar a noção de ‘situação etnográfica’ é estimular o investigador a descrever a sua pesquisa como um sistema de relações sociais, não como um relato de incidentes de viagem nem como o aprofundamento de experiências individuais.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2015, p. 43)

noção tenha sido pensada a partir de um contexto bem específico, tratando de uma estreita e densa relação do pesquisador com os indígenas Ticuna¹¹, a apropriação da noção de “situação etnográfica” contribui, neste trabalho, para destacar o quão fundamental foi, para os rumos da pesquisa, considerar as formas como foram estabelecidas a relação entre a pesquisadora e os agentes sociais, visto que foram estas relações que direcionaram, decisivamente, os caminhos que seriam trilhados no processo de construção do objeto de estudo. Neste sentido, concordo quando Valle (2013) aponta sobre a importância de entender a relação “sujeito-objeto” para além de uma postura hierarquizante e mesmo distanciada. Não sublinho o *Outro* como agente passivo, um mero informante ou como “objeto de estudo”. Situo os agentes sociais com os quais pude interagir em uma posição ativa e dinâmica tomando como referências suas narrativas para compreensão das situações sociais apresentadas.

No capítulo 2, abordo como fui superando reflexivamente o *status* do “*homo academicus*”, explicitado por Bourdieu, no sentido da busca pelo concreto, das certezas, pelo “acabado” ou pelo dado pré-construído. É o momento que passo a perceber as especificidades das situações sociais encontradas prescindindo das classificações e documentos “oficiais”, a priori consultados, e que haviam balizado minha inserção na pesquisa de campo.

Busquei abordar, descritiva e analiticamente, o exercício que fiz no intento de relativizar os dados apresentados e produzidos por instâncias estatais e “oficiais”, nas quais desenvolvi pesquisa, que detinham de certa legitimidade para emitir um discurso autorizado, como os órgãos reguladores de terra, relatórios de impacto ambiental e inventários culturais. Instâncias e produções que, interrelacionadas, são acionadas para compor um arcabouço de exigências institucionais consideradas necessárias para implantação de empreendimentos de *desenvolvimento*. O exercício desenvolvido buscou transcender as formas de classificações “oficiais”- arbitrárias, a tradição *manualesca*¹² que a tudo visa catalogar e inserir em rígidos moldes e categorias. Assim, seguindo a perspectiva de Bourdieu (2000, p.105), tomo para objeto de entendimento, os próprios “instrumentos de construção do objeto” e como me auxiliaram na relativização das práticas institucionais de classificação prefiguradas pela ação dos agentes estatais e/ou *peritos*.

No capítulo 3, tentei expor a fragilidade da pretendida lógica de racionalidade e previsibilidade que orienta as ações dos gestores que planejam a implantação de empreendimentos *desenvolvimentistas*. Problematizo as estratégias e mobilizações políticas dos

¹¹ Consultar a obra: PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Regime tutelar e faccionalismo. Política e Religião em uma reserva Ticuna*. Manaus: UEA Edições, 2015.

¹² Derivada da ideia de manual e/ou um tipo de conhecimento enciclopédico, fechado em si mesmo.

agentes estatais tipificada, emblematicamente, a partir da percepção de uma audiência pública realizada e que tratou dos motivos que levaram ao cancelamento do empreendimento da Refinaria Premium I. Partindo deste contexto, aponto que embora este mega empreendimento não tenha se efetivado, ainda assim, conseguiu produzir múltiplos e graves efeitos incidindo negativamente sobre os modos de vida e reprodução social de inúmeras famílias.

Teço crítica à perspectiva técnica que zoneia arbitrariamente os efeitos do empreendimento a partir das chamadas “áreas de influência direta e indireta” citadas nos relatórios de impacto ambiental (RIMA). Sendo prefigurado como “áreas de influência” onde fisicamente os efeitos poderiam ser tacitamente percebidos pelas comunidades em decorrência de sua proximidade com as obras destes projetos.

A partir da etapa de pesquisa que denomino como *surveys*¹³, destaco os efeitos percebidos pelas obras da Refinaria em São Pedro, Zé Pedro e Periz de Cima, *povoados* de Bacabeira, dentre os quais detive-me na comunidade¹⁴ de Engenho, situada em Periz de Cima, por critérios que adiante do texto esclareço. Por estes *surveys* que pude notar as consequências não apenas advindas com a repercussão do cancelamento da Refinaria mas dos danos provocados por uma outra empresa instalada naquela localidade, a Margusa/Gerdau, empresa de produção de ferro-gusa. Exponho então, a partir das informações obtidas nestas três localidades, como o sentido dos danos provocados não podem ser explícita e simplesmente percebidos ou delineados. Encerro o capítulo tratando das estratégias travadas pelas famílias de Engenho em prol de uma autonomia sobre suas práticas produtivas-simbólicas apesar da tentativa de desmobilização dos modelos organizacionais do grupo.

No capítulo 4, situo Engenho enquanto uma comunidade que, por meio das redes de relações políticas construídas com outros agentes e *grupos sociais*, configura-se a partir de uma *territorialidade específica*¹⁵ por entender que o contexto no qual as famílias foram ali se estabelecendo processou-se de modo singular para permanência no território. Por isso que considero as narrativas dos agentes como elementos que ajudam a elucidar o sentido de território por eles atribuídos. E situo ainda como os agentes de Engenho se mobilizam frente as

¹³ Instrumentos metodológico que visa a coleta prévia de dados tomados objetivamente por meio de um roteiro pré-fixado.

¹⁴ O sentido de comunidade empregada não deve ser entendido objetivamente, pois possui uma abordagem dinâmica e chama a atenção para certo caráter relacional, ou seja, atenta para os sentidos partilhados pelos agentes sociais e que ajudam a caracterizar a especificidade de suas relações. O termo comunidade não se limita ao dado fisicamente localizado, apesar de aparecer, por vezes, nas falas dos agentes sociais como local de moradia. Assim, a depender do contexto em que estiver inscrita, o sentido de comunidade poderá estar em referência, ou para local de moradia, ou para aquelas relações estabelecidas entre os agentes. Para melhor compreensão consultar: GUSFIELD. *A community: a critical response*. New York: Harper & Row Pub., 1975.

¹⁵ Cf. ALMEIDA, 2008.

ações arbitrárias de um padre que tentou impor modelos organizativos alheios às formas como o grupo celebravam suas festas religiosas, fator que incidia diretamente sobre o modo que entendem o território.

O objetivo deste último capítulo foi para atentar às formas específicas de como estes grupos se organizam e compreendê-los situacionalmente. Com isto, ressalto a relevância de não apenas primar por análises conjunturais e que, por vezes, acabam por diluir a percepção e as especificidades dos *interstícios da vida social*¹⁶ dos grupos. Considerei então a mobilização para organização das festas religiosas como ação política, pois é também por meio desses processos que são estabelecidas e estreitados os vínculos sociais e laços de solidariedade entre as comunidades. Enfatizei quais estratégias de resistência e *[re]existência social*¹⁷ são tecidas para mobilização da força de trabalho e para celebração das festividades religiosas que interligam-se diretamente à forma como [re]significam o seu território.

Entender que “cada sociedade tem seu regime de verdade”, como dizia Foucault (1979, p.07) pode auxiliar o pesquisador a não assumir a postura daquele que queira “atestar” uma certa veracidade dos fatos narrados. É preciso atinar-se não somente para a situacionalidade do caso estudado, mas em analisá-lo a partir de um campo de estratégias marcadas pela disputa para definição legítima acerca do mundo social, sobre as formas de *di-visão* que se queira analisar, como reflete Bourdieu (2000).

Embora a convivência com os agentes sociais das localidades pesquisadas não tenha sido permitida por uma permanência seguida de meses a fio pude – entre idas, vindas e permanências na época das festividades religiosas e fora delas – criar laços sociais, durante um período de 7 meses intercalados, proporcionaram-me a singular oportunidade de volver o olhar aos “imponderáveis da vida real¹⁸” (MALINOWSKI, 1978, p. 29). Experiência que colaborou para emancipar-me da postura de “aplicadora de surveys” ou de uma atitude de “simples anotação superficial de detalhes” por um senso de constatação para uma compreensão sobre as narrativas dos agentes por uma tentativa de abordagem mais etnográfica.

¹⁶ Considerando a definição de Nadel (2010), “espaços intersticiais” ou os interstícios da vida social, são as “relações interpessoais entre os seres humanos que compõem a sociedade e as interações diárias e comunicações por meio das quais as instituições, associações ou a maquinaria legal operam”. (NADEL, 2010: 20),

¹⁷ Categoria que auxilia a compreender as ações dos agentes como práticas deliberadas e, por isso, políticas e em constante atualização, ou seja, dotadas de um sentido próprio, tanto com intento de afirmar ou contestar posições por eles assumidas, mas relacionados a busca de uma autonomia frente às situações que se apresentam como impositivas. Assemelha-se ao sentido de como os grupos “recriam” sua dinâmica social como destaca Marshall Sahlins (1997)

¹⁸ Constitui-se como uma “série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade”. (MALINOWSKI, 1922: 29)

Convido então o[a] leitor[a] disposto a perscrutar as questões aqui apresentadas a reflexivamente direcionar o olhar para além daquele dado aparente, facilmente percebido, e pôr em suspenso todo o *sensu comum* *douto* que possa atrapalhar uma compreensão mais dinâmica e plural sobre a temática de pesquisa abordada nesta dissertação.

CAPÍTULO 1

Situando a Temática: Reordenamento de interesses e rearranjos institucionais

Neste trabalho reflito sobre a situação social de implantação de empreendimentos *desenvolvimentistas* percebendo os efeitos provocados sobre a conjuntura social de algumas comunidades de Bacabeira pelo início das obras da Refinaria Premium I, um projeto empresário-institucional que não se efetivou¹⁹. Destaco, a priori, os efeitos especialmente percebidos em Zé Pedro, São Pedro e Periz de Cima²⁰, considerados *povoados* de Bacabeira, os quais tive oportunidade de conhecer em um momento da pesquisa em que procurava estabelecer o *locus* para desenvolvimento do trabalho de campo. Posteriormente, a partir das relações estabelecidas com os agentes sociais decido permanecer em Periz de Cima, como explicarei mais adiante.

Compreendo assim, Bacabeira inserida em um conjunto de estratégias e projetos institucionais voltado para implantação de empreendimentos de caráter minero-exportador as quais denomino como *desenvolvimentistas*. Especialmente por visarem à primazia de um desenvolvimento econômico voltado ao mercado externo desprezado de ações que contribuam para o reconhecimento dos modos de vida dos agentes sociais. Por isso, direciono meu interesse de pesquisa para a “região”, a partir do anúncio da vinda de um grande empreendimento, a Refinaria Premium I da PETROBRÁS anunciada em 2009 pelo Governo Federal.

Ressalto que a percepção dos efeitos não se limitou apenas sobre a [não] implantação do caso da Refinaria Premium I. Elegi, no decorrer da pesquisa, analisar também a influência

¹⁹ Assim como no caso da implantação da Refinaria Premium I no Maranhão, a Refinaria Premium II, que seria instalada no estado do Ceará também teve suas obras canceladas. No entanto, já há especulações para novo destino do terreno antes disponibilizado para o empreendimento no Ceará. Em fevereiro de 2016 foi noticiado pelo Jornal Diário do Nordeste que o Irã tinha interesse em investir na Refinaria do Ceará. Ou ainda, segundo notícia de julho de 2016 do Jornal O Povo, que o empreendimento destinado ao Ceará iria para o estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/colunas/opovoeconomia/2016/07/05/notopovoeconomia,3632009/projeto-de-refinaria-do-ceara-pode-ir-para-minas.shtml>. Acessado em: 12 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/ira-tem-interesse-em-investir-em-refinaria-do-ceara-1.1490481>>.

²⁰ A referência nominal deste povoado está inscrita a partir do chamado *Campo de Perizes* que abrange desde o povoado de Periz de Baixo até o povoado de Periz de Cima. Os marcos limítrofes deste *Campo* são apontados a partir de pontes que demarcam primeiramente Periz de Baixo, logo após passagem pela Ponte do Estreito dos Mosquitos, via BR 135, principal via de acesso da capital do estado, São Luís, para o continente. Em seguida apresenta-se outra pequena ponte que demarca o início de Periz de Cima. Tanto Periz de Cima e Periz de Baixo, considerando a divisão político-administrativa, compõe dois dos 16 povoados do chamado município de Bacabeira, sendo eles: Primavera, Olho D’água, São Braz, Video, Santa Quitéria, Itapera, Vila Cearense, Rancho Papouco, Zé Pedro, Malhadinha, Gameleira, Goiabal, Placa de Recurso e Centrinho.

de um outro empreendimento, a siderúrgica Maranhão Gusa S/A – MARGUSA/GERDAU, de produção de ferro gusa, por estar instalada em Periz de Cima, *locus* da pesquisa. Além da ação destes dois empreendimentos, é perceptível a ação de outras atividades de infraestrutura desenvolvidas em Bacabeira e próxima a ela como: a duplicação da Estrada de Ferro Carajás da Empresa Vale, a substituição das tubulações da empresa abastecedora de água da capital e, as obras de duplicação da BR 135 incluindo a construção de um viaduto em Periz de Cima.

Busquei situar as ações, tanto das obras de infraestrutura, quanto da implantação de empreendimentos, como estando interligadas e inseridas em um arcabouço econômico e político que subsidiam projetos empresário-institucionais para implantação de *novos*²¹ empreendimentos pensados para aquela “região”. Em setembro de 2016 ganhou repercussão midiática a ordem de investimentos milionários a serem empreendidos por grupos estrangeiros chineses para implantação de uma nova siderúrgica para a área antes destinada à Refinaria Premium I e para a criação de um terminal multicargas de uso privado no Porto do Itaqui em São Luís.

O fomento dessas ações de *desenvolvimento* redimensiona-se a partir da conjuntura²² que configura o Brasil com vistas a um crescimento econômico a fim de inseri-lo em um cenário político mais amplo marcado por um reordenamento de interesses e rearranjos institucionais relacionados a uma maior ênfase das ditas políticas *desenvolvimentistas*.

Apesar das informações acerca do retorno de um novo mega empreendimento para Bacabeira ter sido midiaticizada às vésperas da entrega textual desta dissertação, tal conjuntura, ainda que não tratada pormenorizadamente, não poderia ser desconsiderada. Ao contrário, este rearranjo deve incitar-nos a um debate aprofundado das questões levantadas nesta pesquisa e

²¹ Informações noticiadas no Jornal “O Estado do Maranhão”, do dia 03 de setembro de 2016, deram conta de que o grupo chinês CBSteel e o Grupo WPR pretendem investir R\$ 9,7 bilhões em siderúrgica no Maranhão. A especulação é que o empreendimento seja alocado no terreno destinado à Refinaria Premium I, não construída pela Petrobrás. Na oportunidade também foi anunciado o aporte de R\$ 1,5 bilhão da *China Communications Construction Company* (CCCC) para a construção de um terminal multicargas de uso privado em São Luís. A expectativa lançada é que na primeira fase de ação do empreendimento haja a produção de 3 milhões de toneladas de aço, com suposta geração de 5 mil empregos na etapa de obras. A estimativa é que deve entrar em operação em até 2019. Acessado dia 13 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://imirante.com/oestadoma/noticias/2016/09/03/chineses-pretendem-investir-r-9-7-bi-em-siderurgica-no-ma.shtml>>.

²² A formalização de acordos entre o Governo Chinês e o Governo Federal Brasileiro tem sido estreitada a partir da formação do chamado BRICS, em 2001. Considerado um bloco para “integração” político-econômica entre os países considerados “emergentes” como: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Notícia do dia 02 de setembro de 2016 informou que uma comitiva empresarial chinesa havia visitado o Maranhão para implantação da siderúrgica também atraída pelo programa de incentivos fiscais do estado que chega a prever a ordem de 85% de isenção fiscal de impostos em um período de até 15 anos. O acordo da vinda deste empreendimento foi formalizado pelo dito presidente da República Michel Temer. Acesso dia 13 de setembro de 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/negocios/chineses-querem-implantar-projeto-siderurgico-no-maranhao-20042789#ixzz4KQh27mjl>>.

apontar para as novas – ou não - especificidades decorrentes do retorno de investimentos milionários para Bacabeira. Longe de pretender esgotar a temática da [não] implantação da Refinaria Premium I ou de inscrevê-la em um *status* de “assunto encerrado”, a situação incita-nos a redirecionarmos o olhar para essas reconfigurações político-econômicas, mas não um olhar passivo e meramente expectante, mas sim um olhar analítico e propositivo.

Assim esta pesquisa pretende colaborar para apontar os rumos que devem ser considerados, não apenas no que diz respeito aos efeitos latentes e objetiváveis da ação de implantação de um empreendimento, mas de perceber pelas narrativas dos agentes, as consequências da sua pós-[não] implantação. Ainda que o caso da Refinaria Premium I não tenha sido completamente efetivado, seus efeitos não deixam de ser danosos, irreversíveis e irreparáveis.

Situação em rearranjo que abriu precedente para a retomada da área pretendida para instalação da Refinaria com a vinda de um novo projeto chinês de siderúrgica. Em função destes rearranjos empresário-institucionais volta-se à ponderação sobre quais *novos* ordenamentos serão gestados e as possíveis consequências para os modos e meios de vida de várias comunidades com o potencial novo empreendimento a ser instalado e direcionado para Bacabeira.

No entanto, neste primeiro capítulo, anterior a discussão mais detida sobre a compreensão dos efeitos da não efetivação de um mega empreendimento, explico as limitações decorrentes do início da prática de pesquisa. Convido a[o] leitora[o] a perscrutar o árduo processo de construção do objeto e suas redefinições ao passo que avançava reflexivamente a partir dos cursos do mestrado e pela própria experiência no trabalho de campo. Apresento as motivações e os critérios elegidos para definir Bacabeira, mais especificamente a comunidade de Engenho de Periz de Cima, como *lócus* da pesquisa. Descrevo o processo de estabelecimento das relações com os agentes sociais situando a posição e autoridade de fala daqueles com os quais interagi e que contribuíram para o desenrolar da pesquisa. E por fim, ressalto como os caminhos percorridos auxiliaram-me para rompimento de algumas *pré-noções* sobre os procedimentos da pesquisa que, após serem tomados reflexivamente, foram retomados no trabalho analiticamente.

1.1. Bacabeira como *locus* de pesquisa

A midiaticização da implantação da Refinaria Premium I e de seu impacto atrelada à informação tomada a partir do Fórum Carajás²³ acerca da possível existência de território²⁴ quilombola no município de Bacabeira (MA), incitaram-me a refletir se haveria comunidades quilombolas que estivessem acionando o reconhecimento territorial em função da vinda daquele empreendimento. Em desdobramento dessa questão, propus desenvolver um projeto de pesquisa que me orientasse no sentido de esclarecer as proposições levantadas.

Pretendi compreender as consequências das obras de implantação da Refinaria Premium I, um projeto institucional que mesmo sem ter se efetivado produziu efeitos danosos na dinâmica social das comunidades locais. Efeitos estes observados a partir do contato estabelecido com agentes sociais de três povoados de Bacabeira, a saber: São Pedro, Zé Pedro e Periz de Cima, em um momento da investigação em que procurava delimitar o *locus* de pesquisa por meio do desenvolvimento de *surveys*.

No decorrer do estudo, ampliei a discussão no sentido de também compreender os conflitos socioambientais advindos da ação da empresa MARGUSA, especificamente sobre a localidade de Engenho, situado no povoado de Periz de Cima, em Bacabeira (MA). Sendo que os critérios escolhidos para definir o *locus* da pesquisa foram especialmente marcados pela relação estabelecida com os agentes sociais dos povoados e com agentes institucionais ligados a órgãos municipais e estaduais, situação que trouxe uma série de dificuldades, conforme apresento nesse capítulo.

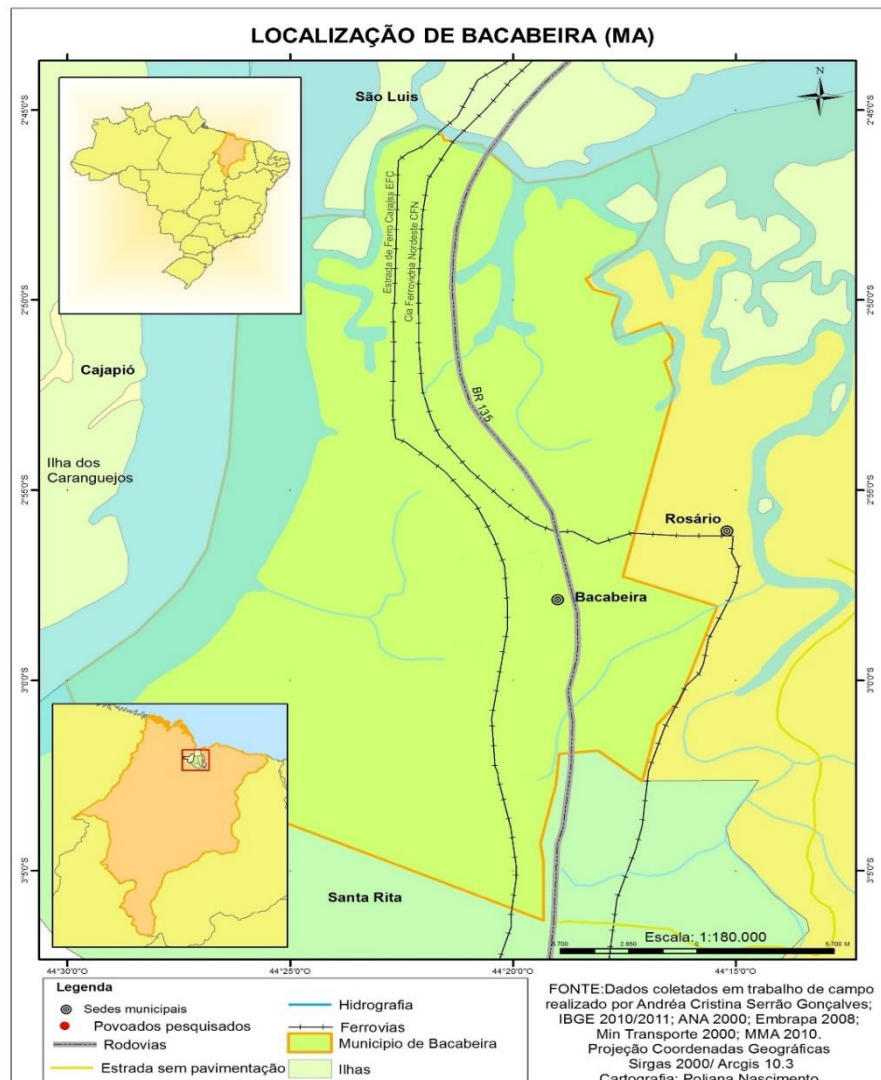
Para melhor situar o[a] leitor[a] quanto ao contexto escolhido para desenvolver a pesquisa, destaco o chamado município de Bacabeira, distante aproximadamente 60 km da capital do estado, São Luís, e classificada como pertencente a chamada Região Metropolitana

23 A matéria intitulada: “Bacabeira pode ter território quilombola” foi veiculada pelo site do Fórum Carajás. Segundo informantes da matéria: “O pedido já foi feito ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio de requerimento protocolado na Superintendência Regional do Órgão [...] Com o pedido de reconhecimento pela Associação de São Raimundo Nonato, o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA/MA inicia a elaboração do kit decreto, que reúne os documentos necessários para que a área possa ser decretada como de interesse social pela Presidência da República”. Disponível em: www.forumcarajas.org.br/portal.php?noticia&mostra&6264. Acessado em: 25 de Julho de 2014.

²⁴ A concepção de território, segundo Almeida (2006), está para além do sentido estrito de terra pois considera as formas de interação sociais entre os agentes sociais e a rede de povoados entre si. Nesse sentido, Pacheco de Oliveira (1998) contribui para a definição ao apontar que o território está marcado por um processo de reorganização social pautada por uma identidade étnica, mecanismos específicos de mobilização política e cultural, além de uma relação estreita com os recursos ambientais.

de São Luís²⁵ e possuindo uma estimativa de 16.812 habitantes, segundo dados estimados do IBGE (2016).

Geograficamente, Bacabeira limita-se ao Norte com a cidade de São Luís, a Leste com Rosário, a Oeste com Cajapió e ao Sul com Santa Rita. Por ela passam vias de acesso e escoamento de matérias-primas da região, como a BR-135, a estrada de Ferro Carajás²⁶ da Empresa Vale, Estação Ferroviária Transnordestina e está próximo ao Porto do Itaqui. Situa-se



Mapa 01- Localização de Bacabeira (MA)

²⁵ A partir da Lei Complementar Estadual n.º 153/13 de 2013, que passa a incluir também os municípios de Rosário e Santa Rita.

²⁶ Com cerca de 890 km de extensão liga a Serra dos Carajás, no Pará ao Porto da Ponta da Madeira, no município de São Luís, Maranhão. Logisticamente também pensada para exportação do minério de ferro. É operacionalizada pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, renomeada em 2007 para o nome Vale. A Estrada compõe o Programa Grande Carajás - PGC derivado da proposição da Vale, em 1978, em criar o Projeto Ferro Carajás-PFC para a Secretaria e Planejamento da Presidência da República. Porém, o Projeto recebeu proposta de ampliação, a partir do Decreto-Lei n.º 1813 de 21 de novembro de 1980, passando a se constituir enquanto Programa Grandes Carajás em função do apoio do governo federal com incentivos e isenções fiscais por meio de instituições públicas como as Superintendências de Desenvolvimento Regional (SUDAM-SUDENE) a fim de “beneficiar empresas que viessem a se instalar na região do Programa” CARNEIRO, 2013, p. 42; 44).

na Foz do Rio Mearim e por isso é composta por um relevo de áreas alagadas e alagadiças e integra a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baixada Maranhense Upaon-Açu/ Miritiba/ Alto Preguiça.

Neste capítulo faço uma reflexão sobre o modo como fui estabelecendo a rede de relações sociais na realização da pesquisa empírica e os percalços que enfrentei na minha inserção como pesquisadora. Acerca destas dificuldades, situações se constituíram como principais *obstáculos epistemológicos* (BACHELARD, 1996), a saber: a primeira consistiu no fato de lançar-me em um campo investigativo a respeito do qual era inexperiente o que se espelhou em dificuldades no exercício de prática etnográfica. Inexperiência essa que vai sendo “superada” gradualmente ao proceder a análise das situações que iam se colocando em campo.

A segunda, pelo fato de absolutizar e endossar, ora as informações percebidas nas fontes secundárias, ora por não relativizar a fala dos meus interlocutores, que levou, em certos momentos da pesquisa, a legitimá-las sem contrapor versões diferenciadas acerca de uma mesma situação o que possivelmente me faria perceber outros contextos. O modo como inseri na prática de pesquisa, fez enveredar-me por caminhos pouco produtivos, prefigurados pela maneira de interpretar antecipadamente os dados obtidos. Além disto, idealizei a situação empírica, acreditando que encontraria um “quilombo” e que este estaria afetado pelo empreendimento da Refinaria Premium I.

Foram estes os principais *[des]caminhos* dos momentos iniciais do trabalho de campo que se constituíram devido a investigação ter sido operacionalizada e pautada primeiramente pelas fontes secundárias, isto é, os ditos “dados oficiais”, e por tê-los absolutizados, até certo ponto, como parâmetro para desenvolvimento da pesquisa. Não que o pesquisador não possa tomar as informações de órgãos “oficiais” como fonte secundária, aliás devemos nos utilizar de todo instrumento possível que auxilie o pesquisador a melhor compreender uma determinada situação social. O equívoco está em torná-lo substantiva e acriticamente.

No entanto, estes *[des]caminhos* contribuíram para a problematização da minha prática de pesquisa e constituíram-se em um material que pude tomar reflexivamente, tanto para desenvolvimento do tema a ser estudado quanto para a produção da escrita da dissertação. À primeira vista, este percurso apresentado pode ser interpretado como desconexo – porque o foi para mim até certo momento – porém, posteriormente, estes *[des]caminhos* implicaram em possibilidades de incorporá-los como parte constituinte do próprio processo de construção do objeto e desta pesquisa.

De tal modo, procuro descrever ainda neste capítulo, como estabeleci a intrincada rede de relações, iniciada em janeiro de 2015, inicialmente com agentes institucionais e depois com

agentes sociais de diferentes povoados os quais percorri até especificar Engenho como situação social a ser pesquisa. Reitero que não pretendi isolar uma situação específica do campo de pesquisa mas busquei compreendê-lo relacionalmente em referência a outros aspectos que no decurso do trabalho de pesquisa de campo iam sendo remetidas.

1.2.Os (des)caminhos da investigação: redefinições e procedimentos de pesquisa

A pesquisa científica, independente da abordagem teórico-metodológico à qual esteja referida, constitui-se a partir de um recorte sobre determinada situação social. No presente estudo, esse recorte foi traçado a partir da perspectiva da pesquisadora e da relação travada com os agentes sociais que contribuíram para a pesquisa. Ainda que tal recorte implique certo nível de arbitrariedade, em uma pesquisa que se pretenda etnográfica, e que demande a consciência de possíveis limitações, pode auxiliar o pesquisador a explicitar as motivações que o guiaram para desenvolvimento trabalho de campo.

Neste sentido, quanto à construção do objeto de estudo, considero a compreensão de que a fala é uma posição discursiva (SPIVAK, 2010) e por isso se faz necessário uma postura reflexiva que ajude a relativizar a posição ocupada pelo pesquisador (a), assim como a dos agentes sociais referidos no trabalho. Ao situar o contexto de fala no qual estou inscrita assinalo as limitações enfrentadas no que estou designando por *[des]caminhos* percorridos e, pontuo os procedimentos que contribuíram para a re-construção de minha própria trajetória como pesquisadora, reconsiderando a minha posição no início do trabalho de campo.

Em meu ponto de vista, explicitar a *trajetória* de pesquisa, entendida como uma “série de posições sucessivamente ocupadas” ajuda a entender os caminhos que nortearam a delimitação desta pesquisa, assim como a minha formação como pesquisadora (BOURDIEU,1996b). Para além da *ilusão biográfica*, da qual fala Bourdieu tomo reflexivamente a “produção de si” para melhor compreender os percursos traçados para delimitação do objeto de estudo. Deste modo, a minha intenção não é justificar escolhas teórico-metodológicas, mas expor como os *[des]caminhos* da investigação contribuíram para redefinir analiticamente o contexto da pesquisa.

O meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em 2014, ocorreu três anos após eu ter concluído o curso de Ciências Sociais na mesma instituição. Desde 2011, eu ministrava a disciplina sociologia e filosofia em uma escola da rede privada de ensino de

São Luís e, desde a graduação, interessava-me pela docência. Quanto a experiência de pesquisa na graduação em Ciências Sociais, no trabalho de conclusão do curso, tomei como estudo alguns aspectos relativos às políticas públicas para “reinserção” de mulheres apenadas no mercado de trabalho.

Esta breve referência a minha trajetória de estudo até o ingresso ao mestrado cumpre apontar-se como uma primeira redefinição quanto à prática de pesquisa que destoava daquela prática vivenciada enquanto discente na graduação em Ciências Sociais. Apesar de ter passado por uma experiência de pesquisa em trabalho de campo que se poderia considerar “discreta”, na graduação, isto não tolheu a minha vontade de desenvolver um projeto que considerasse a relação entre Estado e as chamadas “Comunidades Tradicionais”.

Na seleção para o mestrado do PPGCSPA, a proposta de pesquisa apresentada pretendia investigar os efeitos da implantação de empreendimentos desenvolvimentistas sobre a estrutura social de comunidades quilombolas, especificamente frente ao início das obras de implantação da Refinaria Premium I²⁷ da PETROBRÁS em Bacabeira.

A motivação para a escolha dessa situação foi permitida a partir da informação noticiada em um site que afirmava que em “*Bacabeira poderia haver território quilombola*”, informando ainda que no referido território possivelmente haveria uma localidade chamada São Raimundo Nonato que buscava a titulação de suas terras. A partir de então, passei a considerar esta situação em meu trabalho de campo.

Ao entrar no mestrado deparei-me com um debate teórico e empírico não familiar. A priori acreditava que as dificuldades enfrentadas tratavam-se de uma “passagem” de formação na graduação com ênfase na licenciatura e depois, no mestrado, instigada a formar-se enquanto pesquisadora. No entanto, percebi a questão extrapolava essas competências. Estava em jogo certa passagem de uma prática de pesquisa da sociologia para antropologia. Pretenderia situar-me em uma posição de etnógrafa considerando a “observação participante” e as relações sociais com os agentes para o processo de construção do trabalho.

27 Segundo informações do site do governo federal, compondo as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2009, foi noticiado pelo então ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a construção da Refinaria Premium I, no município de Bacabeira, como executora a PETROBRÁS. Sendo que o orçamento inicial previsto para o período entre 2011 -2014 fora de R\$1.775.560.000,00. Após 2014 os custos já estavam previstos para elevação do montante de R\$35.511.180.000,00. (Disponível em: <http://www.pac.gov.br/obra/5662>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2015). Ainda a este respeito, segundo vídeo institucional, desenvolvido pela PETROBRÁS - disponível na internet - a Refinaria Premium I seria a maior refinaria do país e a quinta maior do mundo, e ainda segundo informações, ofertando aproximadamente trinta mil empregos diretos. Disponível em:

Assim sendo, delineei uma investigação voltada à análise dos efeitos da implantação da Refinaria Premium I, procurando identificar possíveis impactos deste empreendimento nas comunidades locais, e procurei ainda identificar eventuais tensões e conflitos entre as comunidades e os agentes institucionais estatais-privado. Considerando a demanda por direito ao território, por aquelas comunidades que se autodefinem como quilombolas. Esta preocupação em dialogar com comunidades quilombolas se deveu-se, em grande medida, pela ausência de registros junto às instâncias oficiais de regulação fundiária como Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) sobre a situação de territórios quilombolas em Bacabeira, visto que nos municípios vizinhos, como Rosário e Santa Rita, havia registros de territórios quilombolas.

Com a finalidade de levantar informação e de obter detalhes mais precisos sobre a implantação da refinaria, tive acesso ao RIMA²⁸ (FSADU, 2009) e a um Inventário Cultural²⁹ relativo aos municípios de Bacabeira, Santa Rita e Rosário. A consulta a esses documentos “oficiais” incitou-me a delinear uma “rota” para o trabalho de campo. Essa pré-formatação da investigação, sem o estabelecimento de relações com os agentes sociais das comunidades que pretendia pesquisar suscitaria as primeiras limitações. Ora, este primeiro momento da construção do objeto de pesquisa entremeou-se por conclusões teóricas prévias consultadas que promoveram, imperceptivelmente, um certo endosso das fontes secundárias pela força da oficialidade que carregavam. (BOURDIEU, 2014).

Esta reflexão levou-me a compreender que a construção da investigação científica, não deve, de modo algum, ser uma produção imposta pelo pesquisador e tão pouco se faz em “uma única assentada” (BOURDIEU, 2000). A ruptura com visões pré-estabelecidas, objetivistas e *substancialistas* devem ser objeto de uma constante *vigilância epistemológica* por parte de quem adentra um campo específico do saber. Daí a importância do entendimento de que “todo saber científico deve ser reconstruído a cada momento” (BACHELARD, 1996, p. 10).

Decorrente do fato de ter tomado estes dados como fonte principal e parâmetro para inserção no campo estava, a princípio, direcionada à confirmação de dados previamente coletados por meio de uma página eletrônica que contém o RIMA e o Inventário Cultural

28 MARKETING, Preview Comunicação. **Relatório da Avaliação Socioambiental Refinaria Premium I, Sistema de Dutos e Terminal Portuário**. São Luís, 2009; SOUSÂNDRADE, Fundação. Volume IV: **Meio Antrópico**. In: Refinaria Premium I: Bacabeira (MA). Estudo de Impacto Ambiental, UFMA, 2009.

O acesso ao primeiro RIMA foi intermediado pela colega de turma Bárbara Cascaes e o segundo, da Fundação Sousândrade, está disponível pela internet.

29 IPHAN. Inventário Cultural: Rosário, Santa Rita e Bacabeira. *Social Capital Group*. 1ª ed. 2013. “Este inventário é parte integrante do Projeto de Mapeamento Cultural – Estudo de Referências da Cultura Imaterial e Material na área de influência da Refinaria Premium I. Uma iniciativa da área de negócio de abastecimento da PETROBRAS”. Segundo consta no encarte do livro.

produzido sobre a comunidade. Esta situação levou-me a desenvolver pesquisa nos órgãos reguladores de terras como o INCRA e o ITERMA, a fim de verificar os dados levantados e a possível solicitação de registro de territórios quilombolas em Bacabeira.

Buscava identificar, através dos dados apresentados no RIMA, quais comunidades quilombolas estariam sobre o que o relatório delimitava como “áreas de influência direta” do empreendimento. O sentido do critério elegido estava para buscar por situações de conflitos a partir das informações levantadas nos RIMA’s produzidos pelos órgãos estatais-privados e que me auxiliassem na delimitação do *locus* de pesquisa e na otimização do tempo para sua realização. No entanto, as informações obtidas em campo me permite problematizar essa perspectiva geografizada de “áreas de influência”, conforme observo no Capítulo 2.

Nessa busca havia estipulado uma situação empírica idealizada, contexto responsável pela “peregrinação” feita em três povoados de Bacabeira: São Pedro, Zé Pedro e Periz de Cima. Sendo que no interstício que me deslocava para uma e outra comunidade, cheguei a ponderar a possibilidade de deter-me em pesquisa nos três povoados. O critério de escolha destas localidades foi orientado a partir das informações referidas no RIMA, que tomava como referência a pressuposição de seriam diretamente impactados pela implantação do empreendimento. O uso desses dados “oficiais” contidos no RIMA me direcionaram, primeiramente, porque não possuía vínculos previamente estabelecidos com quaisquer agentes sociais referidos àquelas localidades. Tampouco estava inserida em algum projeto de pesquisa que para ali me direcionasse. Logo que iniciei o trabalho de campo já ia percebendo os efeitos decorrentes da não implantação da Refinaria.

Apesar de minha inserção precipitada e embasada pelo endosso às fontes secundárias, o fato de não ter encontrado agentes que se mobilizassem pelo fator identitário quilombola - situação empírica idealizada - agregado ao fato das obras da Refinaria Premium I terem sido canceladas, não se constituíram como fatores impeditivos para continuar com o desenvolvimento da pesquisa por uma perspectiva mais crítica. O que, no início, poderia ser considerado como percalço, ajudou-me a desenvolver uma abordagem autorreflexiva transcendendo o certo sentido de constatação que prefigurava inicialmente a postura da pesquisadora.

Sucessivas rupturas com o pré-dado marcaram o desenrolar do trabalho. A fim de superar aquela “observação primeira” (BACHELARD, 1996) como obstáculo constituído e incrustado no pensamento não questionado procurei atentar-me às informações prestadas pelos meus interlocutores quando investi de observação direta no trabalho de campo. Dentre os recursos e procedimentos utilizados lancei mão de entrevistas semiestruturadas e diálogos

travados informalmente com os agentes sociais, além da pesquisa documental em fontes secundárias e em órgãos estatais acompanhados da revisão bibliográfica.

Os *surveys* em São Pedro foram pontualmente realizados nos dias 09 e 12 de abril de 2015, sendo que nesta última data também fui a Zé Pedro. Permaneci com os agentes sociais da comunidade de Engenho por um determinado tempo, especificamente por meio de sete idas (conforme tabela) no intercurso de sete meses intercalados entre o ano de 2015 e 2016, especificamente nas seguintes datas: 07 de abril de 2015, onde estabeleci o primeiro contato, retorno no dia 07 e 19 de junho para tomar mais informações a partir daquelas inicialmente prestadas, entre os dias 11 a 14 de setembro na oportunidade de celebração da Festa do Divino Espírito Santo, entre os dias 02 a 13 de dezembro de 2015 no momento do Festejo de Nossa Senhora da Conceição. A partir de então, os retornos a Engenho são no sentido de esclarecer ainda mais as informações que ia acessando em função da pesquisa em cartorial e prefeituras nos dias 15 de maio e 19 de julho de 2016.

Tabela 01 – Referência ao período de realização do trabalho de campo.

LOCAIS MESES	JAN/15	ABRIL/15	MAIO/15	SET/15	DEZ/15	MAIO/16	JUL/16
Pesquisa em órgãos “oficiais”							
Pesquisa em São Pedro e Zé Pedro							
Pesquisa em Engenho/ Periz de Cima							

O contexto ajudou-me a perceber situações que se apresentavam, a princípio, de modo subliminar na fala dos meus interlocutores, quanto aos efeitos provocados pela ação de um empreendimento que mesmo sem ter se efetivado provocou danos sobre famílias locais de tal modo como o empreendimento estivesse se implantado. A partir da perspectiva apontada por Geertz, de não apenas preocupar-se com o “estar lá”, a prática de pesquisa de campo em si, mas de atentar-se ao processo dinâmico de construção da pesquisa no processo de “escrever aqui”, destaco que a pressa em emoldurar o empiricamente observado à luz de macro teorias das ciências sociais foi também um obstáculo que só foi superado mediante uma constante *vigilância epistemológica*.

Além da pesquisa realizada nos órgãos estatais reguladores de terras, INCRA no dia 30 de janeiro e ITERMA no dia 15 de abril de 2015, com o propósito de verificar os dados apresentados no RIMA. Após minhas primeiras idas à comunidade de Engenho senti-me instigada a coligir informações no Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico – IPHAN, no dia 18 de setembro de 2015, orientada pelo relato de dona Zima, que seria minha principal interlocutora. Em nossas conversas, ela mencionou a existência de um material produzido³⁰ pelo órgão, referente a um inventário de “bens móveis”. Este material consiste de uma catalogação de objetos e artefatos sacros, como imagens de santos contidos na igreja local, a Igreja Nossa Senhora da Conceição. A ideia era conhecer os motivos da entrada do órgão naquela localidade. Além disso, dona Zima mencionou nova entrada de pesquisadores do IPHAN provavelmente em virtude da produção do Inventário Cultural em função da vinda da Refinaria Premium I.

Posteriormente, realizei um levantamento no Cartório de Rosário, nos dias 12 e 16 de maio de 2016, direcionada pelas informações prestadas por dona Zima e por sua rede familiar, e na Prefeitura Municipal de Rosário e Prefeitura Municipal Bacabeira, nos dias 12 e 13 de maio de 2016, como desdobramento da pesquisa cartorial. Minha intenção foi a de conhecer o processo de registro das terras de Engenho, visto que de acordo com os relatos e informações desta minha informante, a localidade havia sido registrada no nome de Nossa Senhora Conceição no contexto de um conflito em torno da disputa pela propriedade das terras entre aqueles que haviam sido adotados pela antiga família proprietária do Engenho, a Família Rocha, conforme veremos. A respeito do percurso de pesquisa realizado a partir das fontes secundárias faço um breve esboço (Figura 01) para melhor compreensão do leitor:

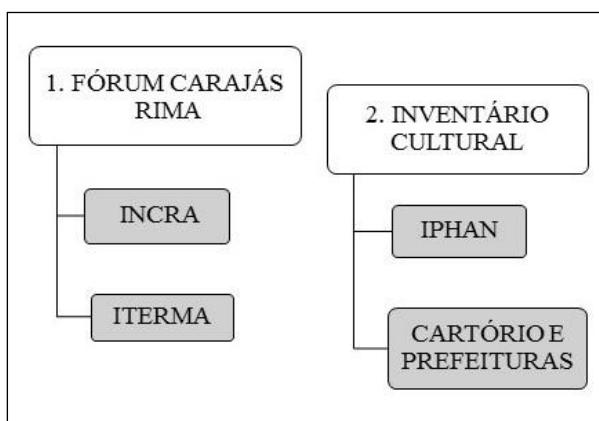


Figura 01 – Pesquisa a partir das fontes secundárias que me direcionaram aos órgãos “oficiais”.

Esquema 1: Referências consultadas antes da ida para Bacabeira. Esquema 2: Referências consultadas como desdobramento das relações estabelecidas com os agentes sociais.

30 Material intitulado: “Inventário Nacional de bens móveis e integrados Maranhão e Piauí. Módulo 2 – microrregião de Rosário/Norte Maranhense. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Periz de Cima) Bacabeira”, com apoio do Ministério da Cultura e a 3ª Superintendência Regional (1999)”.

O esboço apresentado representa a pesquisa a partir das fontes secundárias consultadas. O esquema explicativo 1 aponta para as referências que tive acesso antes da primeira ida para Bacabeira. A consulta ao site do Fórum Carajás e a leitura dos RIMA's que acabaram por me direcionar ao INCRA e ITERMA a fim de verificar a situação fundiária pretendida para o trabalho de campo. O esquema 2 alude para as referências consultadas como desdobramento das relações estabelecidas com os agentes sociais. Ou seja, tive acesso a um documento, Inventário Cultural do IPHAN, por meio de meus interlocutores de Engenho que referia-se ao processo de ocupação do território, contexto que me incitou a tomar dados no Cartório e Prefeitura municipal de Rosário e de Bacabeira.

A pesquisa em órgãos “oficiais” incluiu também a minha participação em uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do estado do Maranhão, no dia 17 de abril de 2015, tratando dos motivos que estariam relacionados com o cancelamento da implantação da Refinaria Premium I e dos efeitos socioeconômicos deste cancelamento para a comunidade.

Quero ainda destacar como a realização de pesquisa junto aos órgãos do Estado contribuiu para a compreensão de como os discursos produzidos pelos agentes institucionais nela inscritos ajudam a compor um conjunto de estratégias que favorecem ou promovem as “benesses” da implantação de empreendimentos desenvolvimentistas. Contexto esse que concorre com a perspectiva dos agentes sociais quanto a forma de representação sobre seus modos de vida e o seu território.

Diante de tudo isto, busquei analisar como o processo de ruptura com algumas pré-noções permitiu a redefinição dos procedimentos de pesquisa e da própria postura da pesquisadora em relação aos agentes sociais. Igualmente, procurei atribuir maior preeminência ao contexto empírico observado a partir de suas narrativas e relativizando as referências dos dados institucionais que indicaram os rumos iniciais da investigação.

1.3. Relações com os agentes sociais e rompimento com as pré-noções

Quando realizei a pesquisa nas instâncias governamentais trabalhava as informações de forma a-crítica pois tomava as categorias do Estado sem relativizá-las. As leituras posteriores e a atividade de campo permitiram-me uma leitura crítica dos dados recolhidos. Assim, o que era dificuldade foi transformando-se, gradativamente, em possibilidade analítica. (BOURDIEU, 2014)

Minha inserção junto às comunidades pesquisadas, via instâncias representativas e institucionais, como a Prefeitura Municipal de Bacabeira, a Associação de Moradores e pela agente municipal do CRAS associados aos dados anteriormente tomados como o RIMA e o Inventário Cultural, me permitiu, posteriormente, analisar criticamente a postura de ter seguido estas indicações para o desenvolvimento da prática de pesquisa. Destaco até como esta inserção contribuiu para desmistificar as pré-noções que tinha quanto à visão idealizada em referência à produção oficial, sobre a categoria quilombo, e ainda, sobre a ideia de representação prefiguradas no papel exercido pelos presidentes das associações de moradores locais.

Porém as primeiras observações e contatos estabelecidos no trabalho de campo explicitavam uma certa carga de *violência simbólica*³¹ (BOURDIEU, 2000) sobre os agentes sociais com os quais ia interagindo em função do modo como já haviam sido interpelados por agentes a serviço de pesquisa diagnósticas para elaboração de relatórios e inventários culturais, isso porque a “região” ser pretendida para implantação de empreendimentos “*desenvolvimentistas*”. Dificuldade percebida já como um dos efeitos sentidos pelos impactos das obras de implantação da Refinaria Premium I.

Nestes primeiros contatos ainda não considerava, de certa forma, as especificidades dos grupos por meio de suas narrativas e observação dos modos de vida. Afinal, como aborda Gonçalves (2000, p. 39), é o próprio campo, ou seja, as experiências vivenciadas na relação com os agentes, que deve condicionar “o que observar e a quem”. É por meio desta relação que a pauta do que deva ser investigado aparece oportunizando, por vezes, uma redefinição da própria pesquisa.

Esse aprendizado viria após um árduo processo de reflexividade tanto direcionada à prática etnográfica quanto para a construção do texto dissertativo. Estar ciente dessa postura inconsistente me auxiliou a seguir a orientação de Bachelard ao expor que “o espírito científico deve formar-se enquanto se reforma” (BACHELARD, 1996, p. 29). Porquanto, influenciada por aquelas visões idealizadas sobre a situação empírica a ser encontrada, deslocava-me continuamente pelas localidades e órgãos estatais a fim de encontrar as “comunidades quilombolas impactadas”, situação pré-formatada e que se constituía como ilusória e essencializada.

Relativizando a postura inicial de inserção no trabalho empírico, considerei como os *[des]caminhos* da pesquisa contribuíram para modificar perspectivas e limitar expectativas tanto em relação à procura de situações idealizadas, a exemplo de encontrar uma comunidade

³¹ O autor utiliza essa expressão para explicitar as formas de “imposição ou de legitimação da dominação que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra”. (BOURDIEU, 2000, p. 11)

quilombola “impactada” ou desmistificar o sentido de respostas acertadas e coerentes a partir de discursos institucionais-representativos.

A partir da referência das fontes secundárias, nos direcionamos³² para Bacabeira, a fim de saber onde estariam situadas as “comunidades quilombolas” do município. Dirigimo-nos à prefeitura municipal porque entendia que ali encontraria uma informação mais precisa acerca dos locais a serem pesquisadas. Até aqui já havia delimitado previamente realizar pesquisa nos considerados povoados de São Pedro e Zé Pedro a partir da referência do RIMA. Tendo em São Pedro, segundo o relatório, uma “terra quilombola³³” chamada “Agrical II” e Zé Pedro por estar sobre a classificação do RIMA na chamada “área de influência direta” do empreendimento da Refinaria. Porém na chegada à prefeitura, ao explicitar quem poderia nos ceder informações sobre a possibilidade de existência de comunidades quilombolas, fui direcionada pela recepcionista a ir ao prédio onde funcionava o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e o Conselho Tutelar, pela relação de proximidade estabelecida entre estes agentes municipais e os agentes sociais dos povoados nos atendimentos por eles realizados.

Na oportunidade conversei com uma assistente social do CRAS que me indicou alguns agentes sociais considerados de referência em Bacabeira, sendo estes agentes particularmente pessoas que detinham de certo prestígio social dado a posição ocupada frente ao contexto local. Os ditos *agentes de referência* também podem estar relacionados a participação em instâncias representativas locais como associação de moradores e mesmo relacionados como informantes de órgãos do Estado como o caso da minha principal interlocutora, D. Zima que tinha vínculos estabelecidos com o IPHAN.

Assim, fui aconselhada a procurar duas senhoras: uma³⁴ participava da Associação de Moradores de São Pedro, lugar que já havia pré delineado por meio de um “cronograma” de pesquisa e a outra senhora, conhecida como dona Zima, que tinha residência fixada no chamado povoado de Periz de Cima, morava em uma localidade conhecida como Engenho e era a principal responsável pela realização de festas religiosas como a Festa do Divino Espírito Santo e o Festejo de Nossa Senhora da Conceição.

32 Para esta primeira ida, fui acompanhada da colega de mestrado e pesquisadora, Bárbara Cascaes, que se dispôs a me acompanhar em função de ter experiência de campo sobre a localidade pretendida para pesquisa visto ter participado na produção do inventário cultural para implantação da Refinaria Premium I.

33 Segundo dados do RIMA, havia a referência de que o ITERMA tinha registrado uma “terra quilombola” localizada em São Pedro.

34 Em virtude das situações conflitivas com as quais me deparei no estabelecimento das primeiras relações da pesquisa preferi omitir o nome dos interlocutores com os quais não desdobrei relações. Isso serve tanto para os agentes sociais das comunidades com os quais interagi como para os agentes institucionais que também prestaram informações. No decorrer do texto, situei apenas aqueles interlocutores da localidade escolhida para desenvolvimento da pesquisa.

No entanto, mesmo indicando estas senhoras, a própria agente municipal afirmava desconhecer a existência de grupos, que se auto identificassem como quilombolas. E aqui destaco a primeira pré-noção que relativizei: a noção de quilombo. Antes por mim percebido por uma perspectiva historiográfica, entendia-os como grupos isolados negros com relações de dependência por meio de “atividades de subsistência” e referenciados pela condição do fenótipo cor da pele negra. Porém perceberia que estes agentes sociais mobilizam-se em defesa de um modo próprio de significar o território por meios de atividades produtivas autônomas sem relação de dependência ou usura sobre o recurso produzido, além do mais estabelecem um intrincado respeito em relação ao uso dos recursos naturais disponíveis sempre os manejando no intento de sua preservação.

Outras leituras auxiliaram-me também no processo de ruptura com a pré-noção de uma concepção historiográfica acerca da categoria quilombo, a exemplo do debate sobre “a sematologia do termo quilombo” e a discussão sobre identidades políticas.³⁵ Até o momento que buscava o “quilombo” a ser pesquisado ainda não havia rompido com a pré-noção ideal acerca desta categoria e tão pouco com a visão oficial produzida pelo Estado. Passei a compreender, tal como Gaioso (2013), que

mais importante do que confirmar a identidade do grupo, se são ou não quilombolas, busca-se entender quais os argumentos, as especificidades, os discursos produzidos pelos agentes que os fazem se diferenciar de outras categorias culturais ou mesmo os fazem diferenciar-se de grupos sob a mesma denominação. (GAIOSO, 2013, p. 72)

Por isso, rompo com o sentido de uma “expedição” objetivista, onde o fim último seria encontrar uma comunidade quilombola “impactada” pela implantação da Refinaria Premium I no município de Bacabeira. “O ato de conhecer”, como afirma Bachelard (1996), não está pautado em conhecimento anteriormente dado, visto que tal situação se articulava como obstáculo epistemológico e empecilho à “espiritualização” da pesquisa, ou seja, impediria o pesquisador de compreender o cerne das questões levantadas para análise, principalmente aquelas que não estão imediatamente dadas e nem evidentes (BOURDIEU, 2000).

A partir de uma emancipação do conceito cristalizado, o entendimento da sematologia da categoria quilombo fornece elementos explicativos que ajudam a superar uma concepção que desqualifica, marginaliza e mesmo criminaliza os agentes sociais associados à esta perspectiva. Deve-se transcender uma perspectiva substancialista e pré-construída acerca de

³⁵ A resignificação analítica quanto à categoria quilombo processava-se tanto a partir das pesquisas empíricas quanto pelas reflexões apresentadas pelas disciplinas que cursava no mestrado. Para uma análise mais detida destaco a leitura do livro “Quilombo e as novas Etnias” de Almeida (2011).

quilombola enquanto “escravo fugido”. O debate apresentado está imerso no contexto de uma identidade positivada que deve ser associada como “mobilização política” (ALMEIDA, 2011, p. 95) e que entendida em um campo de luta por um reconhecimento que transcenda tanto as injustiças econômicas, quanto a injustiça cultural e simbólica as quais estes grupos são subordinados. (FRASER, 2001).

Além da luta em defesa do território, o quilombola insere-se em uma luta identitária que envolve mecanismos para reconhecimento e consideração deste *Outro*³⁶ em suas especificidades. Especificidades estas que se conjugam para defesa de sua autonomia, liberdade e exercício da política nos termos do grupo. Neste sentido, o quilombo não está constituído como “lugar” geograficamente definido ou associado como “lugar” passível de ser “arqueologicamente” encontrado e/ou definido. Conforme Almeida (2011) explica:

“Partindo-se de processos sociais em curso e da realidade localizada [...] quilombo, transcende à própria documentação arquivística e cartorial, tais como: emergência de identidade com base na auto definição dos agentes sociais em jogo; capacidade político-organizativa; critério ecológico ou de conservação dos recursos básicos; ocorrência de conflitos de terra de uso comum na apropriação dos recursos naturais” (ALMEIDA, 2011, p. 46).

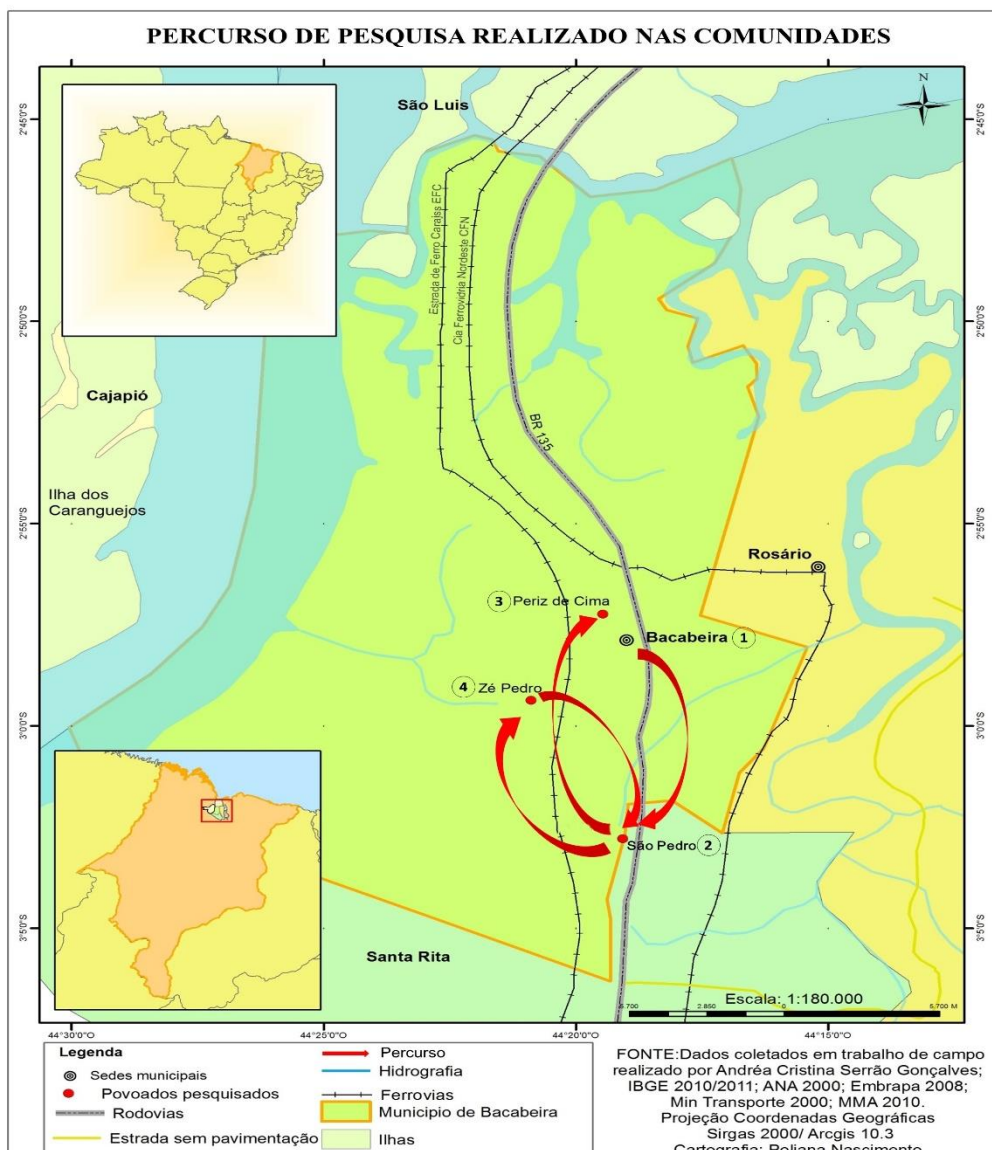
Desse modo, reitero que para além do sentido de “encontrar um quilombo”, o objetivo inicial da pesquisa estava direcionado também em perceber os “impactos” da ação do empreendimento da Refinaria, situação que seria observada em um momento de sondagem que denomino como *surveys* em São Pedro, Zé Pedro e Periz de Cima. Cada lugar possuindo especificidades quanto à organização social e a mobilização da força de trabalho, incitaram-me, inicialmente, a considerar a possibilidade de converter estas três áreas em *locus* privilegiado da pesquisa.

Devido a limitação temporal para cumprir as exigências do curso e aprofundar as questões levantadas, percebi que seria melhor operacionalizar o estudo sobre apenas uma destas localidades. Tal escolha seria motivada por uma série de situações vivenciadas neste estabelecimento inicial com os agentes sociais destes povoados, circunstâncias que seriam influenciariam tal delimitação, como explicarei a seguir. Antes, ressalto que as experiências resultantes dos investimentos iniciais desta pesquisa constituíram-se como “experiência primeira” que segundo Bachelard (1996, p. 29), seria a “experiência colocada antes e acima da crítica”, isso em função do endosso por mim feito em relação à absolutização das fontes

36 Afinal, o “Outro”, segundo Foucault (2002), sempre será posto como o desmedido, o irracional, aquele que empata o modelo de desenvolvimento capitalista. A história “Outro” como a história da loucura é sempre naturalizada como absurda, infundada, e por isso, de menor relevância, enquanto a história do Mesmo, é considerada racional, plausível, seria aqui a razão do Estado.

secundárias. Caracterizo ainda a “experiência primeira” como sendo um conhecimento antecipado, forjado ou idealizado sobre dado contexto social, como no caso quando havia pré-formatado encontrar comunidades quilombolas no município de Bacabeira sem nem ao menos conhecer a conjuntura dos agentes sociais ali estabelecidos. Além do mais, os motivos que me conduziram a validar a “classificação da classificação”, ou seja, as fontes secundárias como dados de consulta para delimitação da pesquisa, também se constituíram como obstáculo que seria relativizado em um segundo momento.

Apesar disso, aquela “peregrinação” (Mapa 02) em busca da comunidade a ser pesquisada ajudou no conhecimento prévio dos impactos causados pelo projeto que mesmo sem ter sido completamente implantado gerou efeitos que, inicialmente, não foram por mim percebidos como dados relacionados a esta situação. Essa reflexão ocorreu posteriormente como crítica aos dados “oficiais”.



Mapa 02 - Percurso de pesquisa realizado nas comunidades pesquisadas

O percurso ilustrado alude que primeiramente havia ido em Bacabeira para “confrontar” os dados previamente tomadas pelas fontes secundárias. Pelos contatos estabelecidos no primeiro ponto visitado, fui posteriormente para São Pedro. Seria as informações obtidas por meio dos interlocutores com os quais interagi em São Pedro e Bacabeira, associados aos dados prévios, que por fim fui me direcionei para Periz de Cima e Zé Pedro.

Porém por um aparente sentido de rigor, ao tomar o enredo das narrativas daquelas “agentes de referência” indicadas, a saber dona Zima, de Engenho, e uma interlocutora de São Pedro, que possuíam um discurso autorizado, acreditava que a pesquisa poderia ser positivamente direcionada por ter adotado esta perspectiva metodológica. Ora, até este momento de realização da pesquisa possuía uma visão idealizada a respeito das instâncias representativas, assim como percebia seus agentes como “porta-vozes” legítimos das demandas dos agentes locais. Ao tomar como interlocutores esses “agentes sociais de referência” comecei a identificar certos obstáculos na ampliação da rede de relações sociais. Esta circunstância se configurou a segunda pré-noção com a qual romperia. No entanto, para romper com esta pré-noção, resalto mais uma vez que os critérios elegidos para a escolha dos povoados inicialmente pesquisados estavam marcados pela influência da “oficialidade” dos discursos, sendo que ao chegar em São Pedro e Zé Pedro sempre procurava me reportar aqueles que participavam de instâncias de representação local como associações de moradores.

No entanto, a superação da necessidade de “busca pelo oficial” começou a acontecer a partir do momento em que retornei da minha primeira ida ao campo, pois naqueles *[des]caminhos* da investigação cheguei ainda a estabelecer contato com informantes outros além daqueles que teriam a “fala autorizada”, que não se reportavam positivamente aos que estavam referidos àquelas instâncias representativas.

Como o caso de São Pedro em que tanto o presidente da associação de moradores quanto interlocutora indicada eram mal vistos em função da possibilidade de terem se beneficiado com a venda de terras do povoado a partir da acentuada especulação imobiliária observada no início das obras de implantação da Refinaria. O contexto foi marcado por vários conflitos internos desencadeados a partir de questões deste tipo. Este seria um dos primeiros efeitos percebidos quanto a implantação do empreendimento e o motivo que me levou a não desenvolver a pesquisa em São Pedro. O acirramento dos conflitos internos gerou um clima de desconfiança e mesmo certa intimidação por parte dos agentes locais o que impossibilitou o estreitamento das relações necessárias para a pesquisa.

Uma segunda situação a ser destacada é o caso do chamado povoado de Zé Pedro. Cheguei a conversar, sem empecilhos, com o vice-presidente da associação de moradores. Lá

também existiam casos de vendas de terras, mas por parte daqueles considerados seus legítimos proprietários, e compradas pela PETROBRAS com a finalidade de construir a infraestrutura necessária para a implantação da refinaria. Percebi no início do estabelecimento de contatos a reação de agentes sociais saturados por “entrevistas diagnósticas”, ou seja, desconfiados em relação à chegada de agentes externos que visassem estudos de levantamento de dados. Situação que implicou dificuldades sobre a minha pesquisa visto que, apesar de me identificar como estudante da Universidade Estadual do Maranhão e de ter apontado os objetivos da pesquisa³⁷, essa prévia identificação não se compôs como elemento suficiente para que distinguissem o teor do meu trabalho em relação aos anteriores.

Passava a compreender que os outros pesquisadores provavelmente haviam traçado o mesmo percurso até chegar aos ditos agentes de referência, ou seja, por meio dos órgãos municipais teriam se munido de informações acerca de quais agentes poderiam acionar para colher informações “legítimas” acerca daquelas localidades. Situação que foi reproduzida por mim, que logo fui encaminhada aos mesmos agentes que outrora também haviam sido informantes para aqueles estudos objetivistas.

Por isso que os agentes sociais com os quais tentava estabelecer diálogo tratavam logo de afirmar que não conheciam a finalidade das informações prestadas a mim, visto que outros pesquisadores já teriam realizado entrevistas na localidade, o que levou a situações desfavoráveis para algumas famílias, principalmente no que tange a venda de propriedades em função da vinda do empreendimento, situação que especificaram sem mais detalhar.

Era notória a *violência simbólica*³⁸ (BOURDIEU, 2012) que estes agentes haviam enfrentado nessa relação “pesquisador-entrevistado” dado a entrada de agentes para produção de laudos e relatórios técnicos a serviço dos empreendimentos locais ou órgãos do estado como o IPHAN. Daí a recusa por parte dos agentes sociais em fornecer as informações pretendidas para análise. Neste sentido, cumpre notar que a abordagem daquelas pesquisas anteriores à minha chegada possuía uma característica objetivista e censitária, pois desconsiderava as realidades localizadas, as narrativas dos agentes locais bem como os seus vários planos de organização social (GEERTZ, 2008) atendo-se ao dado quantificado, técnico. Situações que não podem ser apreendidos por meio de *surveys* ou pesquisas pontuais realizadas por órgãos

³⁷ Neste momento, como objetivos da pesquisa havia apresentado aos agentes que pretendia conhecer como as comunidades haviam se constituído e que efeitos já sentiam com o início das obras de implantação da Refinaria Premium I. O sentido estava para conhecer as formas de reprodução social dos grupos, especialmente no que tange a mobilização da força de trabalho.

³⁸ Como o autor explica, “algumas vezes é surpreendente que os pesquisados possam ter tanta boa vontade e complacência para responder a perguntas tão absurdas arbitrárias ou deslocadas como tantas daquelas que lhe são frequentemente ‘administradas’”. (BOURDIEU, 2012, p. 696)

públicos, como o caso do IPHAN e instituições privadas a serviço da feitura de relatórios como o RIMA. Para estas instâncias vai importar o dado folclorizado, ou seja, uma informação maqueada, a busca por versões oficiais e que se pretendam válidas, homogêneas e coerentes. Descartam as especificidades dos grupos sociais³⁹ e sua forma de representação do mundo social.

Um último aspecto de efeitos percebidos, ainda em Zé Pedro, foi a entrada de ações classificadas como “políticas compensatórias⁴⁰” da PETROBRAS através da implantação de um “centro de capacitação” - o qual permaneceu desativado por vários meses - que compunha a chamada “política compensatória” desenvolvida pelo gestor do empreendimento. Ainda que meu interesse não fosse direcionado a questões como esta, aos poucos, fui percebendo os impactos provocados pelas ações arbitrárias demandadas tanto por agências privadas, quanto estatais.

Por fim, a terceira e última pré-noção a ser desmistificada foi a questão de não absolutizar quaisquer narrativas, fossem os discursos “oficiais” ou autorizados ou a necessidade de relativizar o lugar de fala dos agentes sociais com os quais interagia. Afinal cada agente está inscrito em uma rede de relações que o vincula a determinado grupo e a concepções de mundo diferenciadas. Portanto, tomar uma narrativa como fonte única, legítima e válida se constitui como risco para deixar de compreender os múltiplos sentidos atribuídos a determinada conjuntura social.

O caminho que percorri entre os povoados, como já mencionado, possibilitou o contato com Zima. Sendo que a circunstância que motivou o desenvolvimento da pesquisa na comunidade de Engenho se deu principalmente pela narrativa relacionada a um passado marcado pelas relações entre senhores proprietários de engenhos e escravos, no período do século XIX. Segundo o relato de minha interlocutora, a comunidade de Engenho era uma rica fazenda pertencente à Família Rocha. No período de desagregação das fazendas, a propriedade

³⁹ Segundo Bauman e May (2010, p.27), são “aqueles que buscam identificar-se por ações que os distingam daqueles que estão fora de suas redes de relação formal e informal”.

⁴⁰ Regida por diversos aparatos normativos, mas cito aqui especificamente a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente que preconiza como objetivo: “[...] a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...]”. Segundo informações do site da ONG “Câmara Multidisciplinar de Qualidade de Vida” (CMQV), “[...] A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental.

Estes recursos são destinados as Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. O instrumento da Compensação está contido no Art. 36 da Lei Nº 9985 de 18 Julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e regulamentado pelo Decreto nº 4340, de 22 de agosto 2002, alterado pelo Decreto nº5.566/05. [...]”. Acessado em: 15 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.cmqv.org>.

passou a ser administrada pelas três irmãs da família, que eram conhecidas como as “irmãs Rochas”. Elas eram mulheres que por não terem casado e não terem filhos pegavam algumas crianças, filhos de ex-escravos daquela fazenda, para criar.

A mãe de dona Zima, chamada Raimunda Baima Sousa, foi uma das crianças adotadas pelas Rochas, bem como a própria filha, a minha interlocutora. Elas herdaram dessas mães que as criaram, devotas da “santa”, o compromisso de cuidar da imagem de Nossa Senhora Conceição. Tal imagem tem um metro e setenta centímetros de altura. As narrativas de dona Zima, logo que estabeleci contato com ela, versavam especialmente sobre as festividades religiosas, como a Festa do Divino Espírito Santo e o Festejo de Nossa Senhora da Conceição. Ela era encarregada de organizar e promover estas festividades.

Deste contexto, o que mais despertou o meu interesse foi a menção ao registro das terras daquela no nome da santa. Tal registro teria sido providenciado a partir de uma situação desencadeada na década de 1980 em face de uma disputa pela propriedade das terras e que tinha como demandante uma das filhas adotivas das “irmãs Rocha”, conhecida como Valentina.

Até este momento, em minha trajetória de pesquisa não me interessara pelos estudos que envolviam o fenômeno religioso como temática. Isto não tem relação com minha crença religiosa⁴¹. O meu interesse inicial foi profundamente norteado pela história das mulheres proprietárias do antigo engenho e a relação delas com os filhos de ex-escravos. Isto se deu, talvez porque, sem perceber, a temática se aproximava da proposta inicial⁴² de pesquisa.

Entretanto, ainda que essas narrativas tenham me interessado e, além do fato de ter sido bem acolhida pelo grupo familiar de dona Zima, o fato de ter estabelecido contato com esta agente considerada de referência, via indicação de uma agente municipal, persistiu como um obstáculo no desenvolvimento do estudo em função da dificuldade de alargar esta rede de relações na comunidade em que desenvolveria pesquisa. Ressalta-se que nos momentos de trabalho de campo em Engenho eu permanecia na casa de dona Zima. Contudo, a oportunidade

41 Sou Cristã Adventista do Sétimo Dia desde os 17 anos de idade, batizada no ano de 2006, ainda que tenha sido criada em um contexto familiar de forte tradição Católica. Desde a adolescência sempre estive engajada com atividades litúrgicas da Igreja Católica. Portanto, esclareço que a possibilidade de estudar festividades religiosas católicas não constituiu, em nenhum momento, fator impeditivo para desenvolvimento de pesquisa quando os desdobramentos do trabalho de campo apontavam para esse contexto. Entendia que me lançar em campos, dentre os quais, não detinha experiência teórico-metodológica, como a temática das festividades religiosas, poderia tornar-se um desafio a mais para o desenvolvimento da pesquisa.

42 Proposta para seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA/UEMA) intitulado: “Mulher, Negra e Quilombola: A (Re)construção da Identidade Étnica e os Grandes Empreendimentos Desenvolvimentistas em Bacabeira-MA”.

de participar das festividades religiosas contribuiu para redirecionar esse vínculo, com a ampliação relacional para além do que até ali tinha sido formatado.

Na comunidade foram também percebidas situações de conflito envolvendo algumas famílias e representantes de instâncias responsáveis pelos empreendimentos locais. Os conflitos foram motivados, em especial, pela dificuldade de acesso dessas famílias a recursos naturais, como áreas para atividades produtivas tais como o plantio de alimentos e a pesca. Ainda que não tenham sido explicitadas nos primeiros contatos, ao longo da aproximação ao campo e com o estreitamento das relações com o grupo foi possível perceber a importância que tinham na dinâmica social local.

Considerando a relação estabelecida particularmente com o grupo pesquisado na comunidade de Engenho, importa assinalar três momentos. O primeiro foi marcado por uma relação mais pontual com os agentes sociais da comunidade, denomino como *visita*. Estas foram oportunidades de permanência por curtos espaços de tempo, que duravam apenas algumas horas. Nestes momentos foi possível identificar posições ocupadas por alguns agentes, em especial aqueles do círculo familiar de dona Zima, em relação ao próprio grupo e aos demais agentes da comunidade. Incluem-se neste momento as três primeiras idas que foram também diferenciais para a delimitação de Engenho como *locus* para desenvolvimento da pesquisa.

O segundo momento da investigação se caracterizaria por uma relação mais aproximada, pois a partir dos primeiros contatos, fui convidada a permanecer no local nos períodos de realização das festividades religiosas como na Festa do Divino Espírito Santo e o Festejo de Nossa Senhora da Conceição. Incluí-se também a permanência na comunidade nos dias festivos como o momento da expansão das redes de relações sociais, quando pude ter contato com outros agentes não vinculados diretamente ao círculo familiar da minha informante, mas que tinham envolvimento com a realização da festa seja via prática religiosa, *devoção*, ou como *brincante* que seria aqueles agentes que estavam para aproveitar o que era proporcionado nas festas como comida de graça e o *baile dançante*, caracterizado pela entrada franca no *barracão* da comunidade onde era feita a festa do *reggae*.

O terceiro destes momentos se refere ao tempo posterior às datas festivas, quando retornei à comunidade com a intenção de esclarecer alguns pontos sobre questões e situações já registradas, buscando, portanto, suprir algumas lacunas sobre as informações anteriormente levantadas. Então, já havia feito pesquisa cartorial e nas prefeituras de Rosário e de Bacabeira - como mencionarei no próximo capítulo - a fim de saber a respeito do processo de registro de terras da comunidade. Ainda, nesta ocasião, havia também realizado entrevistas mais pontuais sobre as perspectivas dos efeitos e impactos dos empreendimentos locais sobre Engenho.

Após essa rede de relações ter sido tecida, chamo a atenção para o cuidado em relação a própria realização da pesquisa junto aos grupos sociais tomados como sujeitos da investigação. De acordo com Bachelard, a atitude de relativizar e “dialetrizar a experiência” de pesquisa deve estar para o sentido de considerar a lógica do *Outro*, como história relevante a ser considerada. Para isso é necessário entender o papel crucial da abordagem do pesquisador junto aos agentes sociais e como é desenvolvida a relação.

Ao considerar a relevância das informações prestadas por meus interlocutores, entendo ser necessário pontuar o contexto de fala destes agentes sociais que contribuíram, sobremaneira, para a redefinição dos caminhos que percorri ao longo da realização da pesquisa empírica e as surpreendentes veredas carregadas de possibilidades analíticas.

1.4. Posição dos agentes sociais de Engenho

O sentido deste tópico é justamente situar o leitor acerca de quem são os agentes que colaboraram para construção desse trabalho. Não por um sentido estrito de caracterizá-los, mas de explicitar o local de fala, ou seja, a posição social por eles ocupada. Além disso, na sequência do texto, tentei situar o contexto das entrevistas e dos diálogos provocados. Tentando seguir a recomendação de Queiroz que aborda que ao assim proceder, o pesquisador pode melhor localizar as circunstâncias que “levaram aos agentes explicarem determinado estado de coisas”. Porque o objetivo não é fazer uma catalogação dos dados ou dos interlocutores, mas de entender o contexto de fala situacionalmente. (QUEIROZ, 1991, p.16)

Explico que pelo fato de ter seguido a indicação da agente municipal do CRAS, estabeleço os primeiros contatos na comunidade de Engenho com a rede familiar que detinha de certo prestígio social na “região” por ser responsável pela organização de festas religiosas como a Festa do Divino e o Festejo de Nossa Senhora da Conceição. São as narrativas de uma senhora idosa conhecida como Dona Zima que se constitui, a princípio, como minha principal interlocutora e que desperta meu interesse de ali investir pesquisa principalmente pela versão apresentada acerca da terra ter sido registrada no nome de santa Conceição, conforme veremos adiante.

Pela forma como adentrei na comunidade, considerando a dita agente social de referência, entraves seriam percebidos no desenrolar da pesquisa como dificuldade em acessar outras narrativas que não estivessem diretamente relacionadas às festas, visto que este contexto não se desenhava como foco inicial da pesquisa. Situação que também desencadearia outra

dificuldade, a de abordar criticamente essas narrativas no sentido de relativizá-las e entendê-las como uma narrativa dentre outras possíveis. Percebi que os discursos sobre as festas eram latentemente esboçadas para aqueles que externamente se aproximavam. A este conjunto de narrativas delineio como as “impressões primeiras” que o grupo preocupava-se em lançar para os “de fora”. Situação que expressei por meio do seguinte excerto.

O pesquisador é guiado por seu próprio interesse ao procurar um narrador, pois pretende conhecer mais de perto, ou então esclarecer, algo que o preocupa; o narrador, por sua vez, quer transmitir sua experiência, que considera digna de ser conservada e, ao fazê-lo, segue o pender de sua própria valorização, independentemente de qualquer desejo de auxiliar o pesquisador. Procurará por todos os meios relatar, com detalhes e da forma que lhe parecer mais satisfatória, os fatos que respondem aos seus próprios intentos, e tudo isto pode convir ou não ao pesquisador, o qual tentará então trazer o narrador ao ‘bom caminho’, isto é, ao assunto que estuda. (QUEIROZ, 1991, p. 04)

Ora, Zima detinha discursos mais direcionadas sobre a temática das festas religiosas em função da posição ocupada como *encarregada* das festas e cuidado com a imagem da Santa Conceição. Esta interlocutora possuía um discurso mais institucionalizado por já ter sido informante do IPHAN em momentos distintos em que agentes do órgão adentram na comunidade para produção de inventários culturais. Situação que também se constitui como empecilho para compreender as situações de conflitos ocasionados pelo contexto de implantação de empreendimentos desenvolvimentistas, objetivo pretendido da pesquisa.

No entanto, ao chegar em Engenho percebo o contexto de proximidade da plantação de eucalipto da Siderúrgica Maranhão Gusa S/A (MARGUSA) junto à comunidade, o que motivou com que direcionasse meu interesse de pesquisa para lá. Afinal diante daquela circunstância observada projetei a possibilidade de analisar os possíveis efeitos da ação daquela empresa sobre os modos de vida das famílias ali estabelecidas, ainda que as primeiras narrativas, relacionados ao contexto festivo, obscurecessem o acesso a este tipo de informação.

Destaco assim a contribuição do estudo etnográfico, ou seja, de permanecer no *lócus* de investigação e conviver com as agentes sociais. Ainda que tenha me estabelecido na comunidade apenas por alguns dias, na oportunidade das celebrações das festas religiosas, porém foi este contexto que me permitiu encontrar informações que de outro modo talvez não as teria.

Recordo o desânimo por mim enfrentado no processo de delimitação do campo empírico, em função da ênfase sucessiva dos agentes ao argumento das festas. Cheguei inclusive a cogitar a possibilidade de procurar outra localidade para a pesquisa. Entendia, equivocadamente, que o tema evidenciado não tinha correlação alguma com o objetivo proposto que era perceber os efeitos dos empreendimentos de desenvolvimento. Mas vislumbraria não

ser possível desprender os “*planos de organização social*” (GEERTZ, 2002) do grupo, ou seja, uma comunidade não poderia ser objetivamente tomada com campo de trabalho sem considerar a interdependência entre o plano material e simbólico construído pelos agentes.

Assim, como as primeiras informações cedidas vinculavam-se ao contexto da celebração das festas, encontrei nesta situação oportunidade para estreitar relações com o grupo. No entanto, o desenrolar destes primeiros contatos fez com que focalizasse, até certo ponto da pesquisa, minhas observações sobre essa temática. Por conta disso, as situações de conflitos envolvendo as famílias locais e a presença de empreendimentos de ação mineiro-exportadora ou ainda circunstâncias que evidenciassem os próprios conflitos internos, ficaram em segundo plano como foco de análise e observação, além de que tais circunstâncias não transpareciam tão facilmente nas narrativas grupo.

Ao considerar os desafios em estabelecer uma rede de relações com o grupo pretendido para a pesquisa percebi que essa operacionalização exigiria “tempo e paciência”, como explica Gonçalves (2000), para construção de um clima favorável de confiança e mútua colaboração, além do esforço para familiarizar-se com os *interstícios*⁴³ da vida social, modos de vida e entender os contextos das narrativas dos meus interlocutores. Situação que envolvia um processo de interação social que envolvia o jogo de controle e interpretação de impressões, mutuamente manifestas pelo pesquisador (etnógrafo) e por seus interlocutores. (BERREMAN, 1975, p. 125)

Assim ao caracterizar a posição social dos agentes relacionados na pesquisa e compreender como é construída sua autoridade de fala frente ao contexto inserido, descarto qualquer pretensão de aqui representá-los arbitrariamente, tomando a posição de “porta-voz”. Tal contexto seria ilusório e envolveria o risco de reproduzir uma postura arbitrária, hegemônica e mesmo etnocêntrica em relação ao contexto explicitado pelos agentes. (SPIVAK, 2010).

Considero cada informante como agente social que (re)produz conhecimentos, saberes específicos e plurais a partir dos quais articula um conjunto de sentidos partilhados em suas práticas cotidianas. O sentido aqui exposto vai no intuito de romper com a qualquer forma que monopolize as perspectivas e os discursos. Não os classifico como mero informantes mas como *interlocutores*, porque as informações por eles cedidas se processam em uma relação dialógica. Por isso, também não os considero como *objetos de conhecimento* mas como sujeitos promotores de suas próprias ações e falas. Visto que o risco de tratá-los como objetos passíveis

⁴³ Considerando a definição de Nadel (2010), “espaços intersticiais” ou os interstícios da vida social, são as “relações interpessoais entre os seres humanos que compõem a sociedade e as interações diárias e comunicações por meio das quais as instituições, associações ou a maquinaria legal operam”. (NADEL, 2010: 20),

de análise pode condicioná-los por um sentido objetivado, engessado e, por vezes, folclorizado, situação que não constitui a especificidade de um trabalho que se pretenda antropológico.

A pressa em tomar informações por meio de roteiro fixo, pré-estabelecido, truncava qualquer possibilidade de um diálogo mais aprofundado visto que o modelo⁴⁴ aplicado e o modo de intervenção junto aos agentes desconsiderava, a priori, o espaço para uma interlocução, ou seja, restringia-os nesse momento ao mero papel de informantes. No entanto, perceberia que a proposição de uma entrevista semiestruturada seria melhor potencializada após familiarizar-me com o contexto das demandas do grupo. Neste sentido que Berreman (1975) havia chamado a atenção para o cuidado de não pautar as relações de pesquisa apenas por meio de entrevistas, porquanto essa situação poderia ser prejudicial em termos de relacionamento.

A disposição para instaurar uma “escuta ativa e metódica”, associadas a uma “disponibilidade total em relação à pessoa interrogada” deve ser um primeiro exercício para construção destas relações na pesquisa. (BOURDIEU, 2012, p. 695). Por isso, no decorrer do trabalho empírico, alteraria a minha postura inicial de uma socióloga, “aplicadora de *surveys*”, para uma etnógrafa que permitiria com que a partir das narrativas apresentadas por meus interlocutores fosse redefinindo o próprio direcionamento da pesquisa e, conseqüentemente, das indagações postas que contribuiriam para ampliar o escopo de análise da situação empiricamente observada. Estar ciente dessa postura, durante a prática de pesquisa, evitou uma gama de efeitos negativos sobre os diálogos e entrevistas posteriores. O que me auxiliou a desenvolver uma prática “refletida e metódica” sem, ocupar-me ou restringir-me a aplicação de um método, a priori. (BOURDIEU, 2012, p. 694). Pautar-se em roteiros rígidos pré-fixados, como os *surveys*, logo nas primeiras aproximações com o grupo, além de demonstrar-se sem força aplicativa, limitava o diálogo, ao invés de expandi-lo.

A partir do momento em que dou ênfase às narrativas dos meus interlocutores comecei a conhecer temas sobre os quais não tinha familiaridade. A exemplo, quando dona Zima explica detidamente sobre as festas religiosas e os elementos que compunham especificamente a festa do Divino. Elementos específicos de sua composição sobre os quais não tinha suficiente

⁴⁴ O primeiro roteiro baseava-se em perguntas muito objetivas e, por certo, vagas, esboçadas sucessivamente sem tanta oportunidade de fala para o agente indagado. Questões como nome do ‘informante’, há quanto tempo estava estabelecido na comunidade, quantas pessoas compunham a rede familiar ou se participava de alguma instância representativa local, marcavam essa ‘entrevista’ forçada. Veria que não precisaria delimitar fixamente estas questões que iriam se apresentando à medida em que ia estreitando os laços sociais com os agentes.

entendimento como o uso do termo “joia⁴⁵” ou “mastro⁴⁶” que foram entendidos a medida em que as conversas iam se construindo.

As informações cedidas sobre os agentes têm referência especial ao ano de 2015, momento em que estabeleço e aprofundo estas relações. O vínculo estabelecido para tomada de informações se orquestrou informalmente quando ia tomando nota, por meio de caderno de campo ou quando oportuno por gravações de áudio em que previamente havia pedido autorização. Situo, nesse momento, aqueles com que tive maior contato por meio de diálogos ou entrevistas abertas.

Começo por dona Zima Baima Souza quem se constitui, neste primeiro momento, como a minha principal interlocutora. É ela quem detém a autoridade de narrativa sobre a história da comunidade, em função dela ser uma das moradoras mais antigas do local. Com 83 anos de idade, filha de Raimunda Sousa Baima, foi criada pelas “irmãs Rocha”. É a encarregada da imagem da santa e responsável pela organização da festa do Divino, segundo esta considerada “festa de promessa”, passada a ela por Dona Irene, uma senhora de aproximadamente 92 anos de idade, que foi professora da comunidade por muitos anos. Inclusive ensinou dona Zima a ler e escrever, sendo moradora de um povoado próximo de Engenho, chamado Alto Castelo.

No período de permanência em Engenho no contexto de realização das festas pude também estabelecer contato com D. Irene Caires, uma senhora com 93 anos de idade. Professora aposentada, nasceu em Rosário e deslucou-se para o povoado de Periz de Cima por conta da profissão e do casamento, desde então vindo a fixar moradia naquele local. É considerada a principal responsável pela organização de outras festividades como “Pastor”, “Festa de Reis”, “Dança Portuguesa” e a “Festa do Divino Espírito Santo”, esta última em associação com dona Zima. Já foi caixeira do Divino e atualmente não participa mais ativamente das atividades de Engenho por conta da saúde fragilizada. Por sua fala afirma também que as terras de Engenho pertencem a Nossa Senhora da Conceição.

Além disso, Zima é a *caixeira* responsável por puxar o “*toque de caixas*” na festa do Divino e do festejo da Nossa Senhora da Conceição que seria a pessoa que primeiro entoia as *ladainhas*, músicas ritmadas que contem versos de louvor e gratidão remetidas aos entes divinos. Ela conta que a caixeira tem que ter a habilidade de “*botar versos*” no momento da

⁴⁵ A expressão *Jóia*, tem o sentido de ser “apenas um auxílio dado para a festa”, uma “forma de retribuição que se destina a um ser social comum (seja dono da terra, seja dono da festa) mas aos santos, entidades sobrenaturais”. (PRADO, 2007:61, 66, 67-68).

⁴⁶ Corresponde a um pau, que no caso da comunidade de Engenho, utiliza-se o tronco de eucalipto da plantação de eucaliptos da empresa Margusa, escolhida por um encarregado a fim de que seja enfeitado e estabelecido ao lado da igreja com a bandeira do Divino em sua ponta

apresentação que seria a prática de criar frases próprias as quais quando entoadas detém de sentido e rima. Ela produz remédios a partir de ervas naturais, *lambedor*, para cura e tratamento de enfermidades, detém o saber da reza com o auxílio de um *peão*⁴⁷ para *tirar mal olhado*⁴⁸ das pessoas.

Seu José de Ribamar, com aproximados 99 anos de idade, é o companheiro de D.Zima, veio do Ceará para trabalhar no Maranhão aproximadamente na década de 50 e diz ter por aqui ficado depois de ter visto D.Zima e então ter se apaixonado. Lavrador aposentado, assim como D.Zima, tiveram ao total 8 filhos, dos quais um, morreu ainda quando criança. Sempre disposto a contar histórias do tempo de sua mocidade, participa das festas como tocador de *tambor de crioula* que gosta muito. É por sua fala que coligo informações detalhadas da relação do grupo familiar com o Deputado Estadual Ivar Saldanha que na década de 80 teria intermediado o registro das terras no nome da santa, como explico adiante.

Thalyane Baima Souza, de 24 anos, é neta de D.Zima e mora na mesma residência que sua avó, auxilia na organização das festas da comunidade, sendo também caixeira, assim com sua mãe, D. Iranilde. Função que aprendeu com sua avó, D.Zima. Terminou o ensino médio, mas passou um tempo sem trabalho. Chegou a fazer curso técnico de soldadora na expectativa de ser empregada na Refinaria. Há alguns anos, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro para trabalhar como babá de crianças, mas por não ter se adaptado ao estilo de vida da cidade, sem contar a saudade que sentia de sua avó, segundo ela, foram fatores que motivaram seu retorno para Engenho. Recentemente estava trabalhando em uma loja de confecções próxima à sua casa.

“Dunga” como é conhecido é um dos netos de D.Zima e mora ao lado de sua residência, com aproximados 28 anos é casado e tem uma filha de 5 anos. Passou muito tempo desempregado, mas no começo do ano de 2016 conseguiu ser fichado em uma empresa prestadora de serviço para empresa Vale. Até antes de ser fichado, buscava o sustento familiar por meio de “*bicos*”, atividades sazonais, e pela prática da pesca.

D. Iranilde, conhecida como “branca” ou “branquinha”, é mãe de Thalyane e filha de D.Zima, com aproximados 47 anos de idade é dona de casa. Em seu quintal, cria animais de pequeno porte, como galinhas e porcos tanto para venda quanto para consumo. Dedicada especialmente a criação de porcos para o momento de realização das festas religiosas da

⁴⁷ Uma folha larga meio esverdeada e avermelhada muito comum de ser encontrada próximo a sua residência.

⁴⁸ Inclusive em certo momento que retorno à comunidade, Zima havia alegado que tinha pegado mal olhado, pedindo a uma de suas netas que a benzesse com o peão. Na oportunidade explicou que o mal só sai com auxílio de outra pessoa que sabe rezar sobre o acometido.

comunidade. Contribui para realização e organização das festas como *caixeira* e no preparo da comida servida nestas ocasiões.

Seu Elison, um senhor de aproximadamente 56 anos de idade, é um dos filhos mais velhos de dona Zima e também mora em Engenho. É pescador e participa da Associação de Pescadores em uma comunidade conhecida como Alto Satuba em Bacabeira. É um dos poucos que ainda mantêm a prática da “roça”. Participa ativamente no suporte para realização do festejo da Santa por ter sido constituído por sua mãe como *sócio* da festa. Por meio de sua fala que cheguei a ter mais detalhes sobre a atuação dos empreendimentos locais sobre a comunidade. Apesar de seu vínculo com a encarregada das festas, este interlocutor possuía uma visão mais crítica acerca dos conflitos internos tanto aqueles relacionados a história de formação de Engenho, como o conflito com agentes internos.

Cuidando de não focalizar a pesquisa apenas a partir das narrativas do círculo familiar de dona Zima, chego a entrevistar seu Antônio Mendes, 56 anos, lavrador e vigilante, também morador de Engenho. O acesso a este informante foi intermediado por seu Elilson quando o indaguei sobre outros agentes da comunidade desenvolviam a atividade da “roça” e que estariam disponíveis a conversar comigo. Pretendia conhecer, pela versão do novo informante, se os efeitos da ação dos empreendimentos locais haviam sido por ele percebidos, principalmente quanto ao desenvolvimento das atividades produtivas. Foi então, por sua narrativa, que percebi com mais detalhes o contexto do conflito relacionado a ação daqueles empreendimentos sobre a comunidade, situação que pouco aparecia na fala dos outros interlocutores.

Já dona Nilde, conhecida como “pelada”, com 52 anos de idade, uma das filhas mais velhas de D.Zima reside com a mãe, sendo a responsável pelos afazeres domésticos, como limpeza da casa, preparo da comida e cuidado com seus pais, Zima e José Ribamar. Durante as festividades ela é quem organiza o trabalho das mulheres na cozinha quando da ocasião das festas, considerada por ela uma das atividades mais trabalhosas e importantes.

Seu Deco, é o representante político da comunidade, filiado ao partido Democratas – DEM é eleito em 2012 para o cargo de vereador do município de Bacabeira. É uma das pessoas que auxiliam na organização e realização das festas como *sócio*, seja conseguindo o som para a festa do Divino ou a contratação da radiola de *reggae* para o dia do “*baile dançante*” do festejo da Conceição. Considerado como um mediador nas relações entre o círculo familiar de Zima e a comunidade em geral. Intermediação estendida para a relação entre a comunidade e o padre responsável pelas celebrações paróquia da igreja católica local e entre o padre responsável em celebrar a missa naquela região.

Caio, um jovem de 15 anos de idade bem articulado com os eventos e acontecimento locais, participa da organização das festas religiosas, da brincadeira do Bumba-meu-boi do povoado de Periz de Cima, do grupo de jovens ligada a Paróquia da Igreja Católica de Bacabeira, e é *caixeiro* da festa do Divino Espírito Santo. Inclusive havia sido um ex-aluno meu, em São Luís, no ano de 2012 quando lecionei para o ensino fundamental numa escola da rede privada. Situação esta que, de certo modo, facilitou o contato e acesso às informações que ele detinha a respeito das festas e de algumas situações ocorridas na comunidade.

Estes agentes sociais se constituem então, nesta “situação etnográfica”, como os principais interlocutores nestes primeiros contatos com a comunidade. Sempre mostravam-se solícitos para responder as minhas questões ou esclarecer situações vivenciadas pelos agentes na comunidade.

As primeiras narrativas tecidas por dona Zima, Thalyane e dona Nilde se dão no primeiro contato estabelecido na comunidade. Na ocasião até cheguei a informar que a motivação para realizar pesquisa em Bacabeira era conhecer algumas comunidades que haviam sido impactadas pela vinda da refinaria, especialmente, comunidades quilombolas. Sem pestanejar, Zima afirmou enfaticamente que ali não se tratava de um quilombo. Lembro-me que antes mesmo de indaga-la sobre o motivo da negativa de sua resposta, Zima trouxe, em seguida, uma situação que se sobrepôs a questão levantada, a saber a história das “irmãs Rochas” e como havia sido adotada por elas.

Apesar das várias oportunidades que depois surgiram para sanar aquela questão, lembro que não o fiz em função de outras circunstâncias e assuntos que acabavam por se apresentar no momento dos diálogos, fazendo com que perdesse de vista a retomada daquela questão, ou seja, por que segundo Zima a comunidade não seria quilombo. Porém depois de entender o contexto de fala e a posição ocupada pela minha interlocutora, refleti que possivelmente o fato de não identificar a comunidade com o legado histórico de resistência de um quilombo, tenha se dado pela seguinte razão. Talvez por deter de uma visão estigmatizada da categoria e/ou ainda porque sua própria história de vida confunde-se com a história de vida das irmãs proprietárias da antiga fazenda, visto que esta relação retrata pela neocarregada era direta e intimamente permeada por relatos de admiração, respeito e gratidão às irmãs Rochas, como exponho no excerto a seguir.

elas eram boas, tinha uma velha tão boa [Clementina Rocha, por ela apelidada de “dondon”], quando eu ainda tava nascendo, não sei, ela me embalava até eu dormir, ela dizia, “*preta vumbora dormir*”, aí eu, olhava “*não sou não sou galinha pra dormir cedo [risos]*” eu ainda era mal criada ne?, aí ela ia, se deitava, pegava o terço e começava rezar, se embalar, aí ela ia, o fio da minha rede amarrada na dela, quando eu chegava, ela dizia, “*tu já veio?!*”, eu via que ela me chamava, aí eu me deitava, ela

começava a embalar, cantando, até eu dormir, quando mamãe me dava [no sentido de bater], ela ficava doidinha de raiva... “*Doca [referindo-se à mãe da D. Zima] tu não gosta da tua filha*”, “*mamãe, e eu gosto, mas ela é muito enjoada*”, quando eu queria as coisas, vinha com manha [no sentido de dengo] pra perto dela [da Clementina Rocha].

A relação de proximidade retrata era tal que a mãe de dona Zima, Raimunda Baima Souza, chamava uma das irmãs Rochas, a *dondon*, de mãe. Por isso, as narrativas relativas ao enredo das festas já realizadas, especialmente do festejo da Conceição, eram carregadas de satisfação e entusiasmo nas falas de minha interlocutora. O legado de cuidado com a imagem da santa herdada das “irmãs” pela Zima e sua mãe, eram retratadas, de modo subliminar, como tipificando aquela relação de confiança erigida.

Nos momentos em que permanecia na comunidade sempre procurava criar possibilidades de diálogo ou me inserir, na medida do possível, em conversas iniciadas entre os agentes, quer fossem ou não da rede de relações de dona Zima, principalmente no contexto dos dias festivos, quando pude estreitar relações com agentes inclusive de outras localidades que tinham ido participar das festas. Nestas oportunidades que algumas situações de conflitos internos começavam a transparecer nos discursos. Foi quando passei a ouvir certas confidências que tratavam do modo como eram organizadas as festas e da relação nada amistosa entre o padre e a comunidade, principalmente com rede familiar da encarregada. O desafio estava para o sentido de como acessar a “região interior da representação dos sujeitos, sem trai-los” (BERREMAN, 1975), ou seja, refletia como poderia apresentar a conjuntura interna da comunidade e seus conflitos sem fragilizar o grupo ou acentuar as diferenças internas no momento da descrição do trabalho dissertativo.

Destaco a seguir, como o próximo capítulo foi resultante dos desdobramentos das informações prestadas pelos meus interlocutores a partir das primeiras relações estabelecidas durante o trabalho de campo, por isso desenvolvo pesquisa no IPHAN, no Cartório e Prefeitura de Rosário e na Prefeituras Municipais de Bacabeira. No entanto, a entrada junto aos órgãos reguladores de terras do estado como INCRA e ITERMA foram possíveis a partir dos dados encontrados no *site* do Fórum Carajás, no RIMA (FSADU, 2009) e no Inventário Cultural, sendo o estudo realizado nestes últimos órgãos ainda mediados pela ideia de encontrar comunidade quilombolas no município de Bacabeira. Mesmo após redefinição do objeto de estudo que não mais trataria sobre as comunidades quilombolas, tomo as pesquisas realizadas nestes locais como base empírica para crítica e relativização sobre a “oficialidade dos discursos institucionais”.

CAPÍTULO 2

A ficcionalidade do “oficial”: Sobre as formas de classificação dos órgãos estatais

Nesse capítulo procuro apresentar, reflexivamente, o meu percurso⁴⁹ na pesquisa em órgãos de regulação fundiária como o INCRA e ITERMA, orientada a partir da consulta em fontes secundárias como os documentos e relatórios produzidos pelo EIA/RIMA e pelo IPHAN, além de informações midiáticas a partir do Fórum Carajás.

A consideração inicial que faço diz respeito à temporalidade da pesquisa, isso porque, quando realizei a pesquisa no INCRA e ITERMA ainda estava em “busca do quilombo” em uma área de implantação de grande projeto. Inclusive, a pesquisa no documento RIMA foi anterior e a partir das orientações nela contidas passei a fazer a pesquisa nos órgãos citados.

Já a análise dos dados do IPHAN foi posterior, quando já havia decidido estudar uma situação que, mesmo não sendo um quilombo, apresentava elementos para análise dos efeitos da implantação de projetos desenvolvimentistas, inclusive da Refinaria Premium I. Sem pautar-me pelo discurso da “cadeia dominial”, a posterior crítica acerca de pesquisas feitas nos órgãos “oficiais” constitui-se em um momento oportuno para confrontar e relativizar os discursos produzidos institucionalmente e explicitados pelas falas dos agentes estatais entrevistados.

Quero observar que nesse processo de pesquisa aprendi que a reflexividade pode ocorrer posteriormente à coleta do dado de campo. Foi o que ocorreu comigo, somente após ir aos órgãos “oficiais” e absolutizar os dados, que passei, com o desenvolvimento das leituras e com o início do trabalho de campo, a relativizá-los.

Tive oportunidade de confrontar, por exemplo, o que estava definido no EIA/RIMA e ITERMA como “terra quilombola” titulada, denominada “Agrícola II”, com a situação empírica observada. Percebi, que essas terras que foram definidas como quilombo haviam sido vendidas, segundo narrativas de agentes locais, pelo presidente de uma associação de moradores. Assim, aponto como essa venda de terras já estava atrelada ao contexto de implantação da refinaria promovendo uma forte especulação imobiliária que incidia sobre o aumento do preço das terras. Portanto, nesse capítulo apresento os dados de fontes secundárias de forma crítica e confrontando, em alguns casos, com observações de campo.

⁴⁹ Perceber a Figura 01 contida no Capítulo 1. Trata-se de um esboço desse percurso.

Outra observação que se faz pertinente destacar diz respeito a própria forma de realização de pesquisas que resultaram no EIA/RIMA e no Inventário Cultural do IPHAN. A produção dessas pesquisas diagnósticas está diretamente atrelada à implantação do empreendimento. Pergunta-se: quais as consequências de se produzir diagnósticos de projetos que não se implantam? Não estaria em jogo um dispêndio de recursos públicos e a exposição de comunidades à lógica estatal e privada?

Início, portanto, fazendo referência ao EIA/RIMA, questionando inclusive a classificação dos empreendimentos como possuindo áreas afetadas direta e indiretamente. A pesquisa identifica que não tem como fazer essa classificação, visto que todas as comunidades são afetadas, se considerarmos os diferentes danos, inclusive os simbólicos. Passo a descrição de pesquisa feitas no INCRA e ITERMA ressaltando a arbitrariedade na definição do que seja ou não um quilombo por parte desses órgãos. Entrevistei agentes governamentais cujo nome omiti de maneira a demonstrar o caráter mercadológico que está por traz da realização desses estudos e produções “oficiais”.

Apesar de uma das principais entrevistadas do IPHAN ter sido também minha principal interlocutora, a pesquisa de campo que realizei leva a um questionamento da produção dos Inventários Culturais do órgão. Percebe-se que as três etapas produções do IPHAN e que incluía a comunidade de Engenho – situação adiante problematizada - demonstraram que os agentes responsáveis pelo diagnóstico separam as dimensões e modos de vida das famílias. A minha pesquisa de campo apontou o contrário: que as diferentes dimensões da vida dessas famílias encontram-se articuladas em um processo dinâmico e interrelacionado. Não há como fazer o inventário dos modos e meios de vida de uma comunidade a qual se encontra articulada a várias outras, conforme identifiquei no momento em que permaneci em Engenho no período de celebração das festas religiosas. Não há como congelar os “bens (i)materiais”, nem tampouco “salvar a memória” em DVD como pretende o IPHAN.

Chamo assim, a atenção para a *ficcionalidade do “oficial”* como sendo o dado arbitrariamente categorizado que se constitui de forma absoluta e inquestionável que, no entanto, se demonstra frágil quanto as formas de enunciar e classificar o *Outro* em virtude de se configurar como produção arbitrária alicerçada na *ficção* ou imaginário gestado pelos agentes de Estado. (ANDERSON, 1993). Visto que os discursos e formas de classificar devem ser entendidas como inseridas em um campo de correlação de forças políticas que concorrem pela definição do “real”, pelo “monopólio da divisão legítima”. (BOURDIEU, 2000, p. 111). Então aponto sobre a necessidade de reconhecimento dos modos de vida dessas famílias e de suas territorialidades, a partir dos termos que satisfazem os grupos e que contemplem suas

perspectivas, face às imposições que vem sofrendo por parte da produção diagnósticas dessas instâncias “oficiais”.

2.1. Considerações reflexivas sobre o RIMA

Nesse tópico, apresento as incongruências do EIA/RIMA e reflito em que medida, ter absolutizado esses dados, em um primeiro momento, dificultou a construção da pesquisa. Os quadros elaborados por esse relatório – apontados em seguida no texto - apesar de terem orientado a minha inserção no trabalho de campo em Bacabeira possuem sérias limitações acerca das formas de classificação. Pautam-se em critérios elencados por outros órgãos que, em algumas vezes, reproduzem perspectivas “frigorificadas” (HALL, 2011) quanto à noção de “*étnia*⁵⁰” (BARTH, 2000). Não abrangem a dimensão político-simbólico articulada pelos agentes sociais que se autodeterminam como quilombolas ou tão pouco a luta pelo reconhecimento das especificidades dos seus modos de vida e de suas territorialidades. Visto que, como explica Martins (2010, p.166), a categoria “quilombo” comporta “um elenco de representações sociais” que deve ser considerada a partir de uma situação social e que é “incorporada aos discursos dos agentes sociais em função de suas práticas”. (MARTINS, 2010, p. 166). Por isso, deve-se ponderar a perspectiva dos agentes e não de ações impositivas de classificação externas aos grupos que despolitizam e engessam a mobilização política que a categoria quilombo envolve.

Apono como as informações contidas no RIMA se constituem com um dado eminentemente técnico voltado para construção de tabelas e gráficos por um viés censitário utilizado instrumentalmente a partir da conveniência do grupo responsável pela implantação do projeto. Utilizam-se de um procedimento metodológico, como apontam, de “observação direta e participativa” a fim de “atingirem uma percepção abrangente sobre os municípios selecionados”. As informações organizadas no documento expressam certo caráter “biologizante” por traçarem como objetivo “documentar as relações existentes entre populações e natureza nas cidades, povoados, vilas e áreas antropizadas e outros”. (FSADU, 2009, p. 05)

Destaco a insuficiência de tais instrumentos de classificação por não levarem em conta “as realidades localizadas e as especificidades dos diferentes processos de territorialização⁵¹”

⁵⁰ Segundo Barth (2000), “[...] apenas os fatores socialmente relevantes tornam-se importantes para diagnosticar o pertencimento, e não as diferenças explícitas e “objetivas” que são geradas a partir de outros fatores. [...]” (BARTH, 2000, p. 33).

⁵¹ Designa-se como “movimento pelo qual um objeto político-administrativo vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de

(ALMEIDA, 2008, p. 69). Assim, em função da limitação de tais terminologias explicativas aponto o RIMA como detendo de uma falsa “previsibilidade” e “precisão” quanto ao objetivo de traçar os efeitos produzidos para implantação de um projeto desenvolvimentista.

Até então, antes do trabalho de campo, tinha como objetivo verificar se havia uma comunidade em Bacabeira que estivesse acionando a titulação enquanto território quilombola em função da implantação da Refinaria ou de uma comunidade quilombola já impactada por essa conjuntura.

Apesar de perceber, posteriormente, os desencontros de informações entre os dados do RIMA e as informações apresentadas pelos agentes sociais em campo, busquei em Bacabeira a comunidade quilombola “São Raimundo Nonato” que havia sido referenciada no site Fórum Carajás como acionando o reconhecimento para titulação territorial quilombola. Por não encontrar a referida comunidade, durante o trabalho de campo, investiria esforços em encontrar uma outra possível comunidade quilombola denominada “Agrical II” apontada pelo RIMA e que apontava ser titulada pelo ITERMA⁵². Conforme demonstrada na figura 02 a seguir:

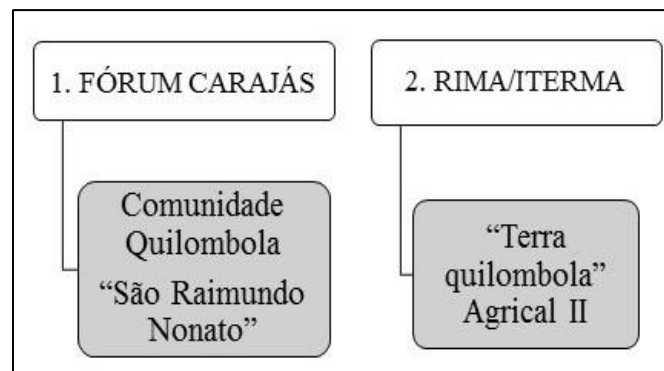


Figura 02 - Pesquisa a partir das fontes secundárias que me direcionaram às possíveis comunidades quilombolas.

representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso)”. (OLIVEIRA, 1998: 56), ou ainda, como “o processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. As relações comunitárias neste processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva”. (ALMEIDA, 2008.118)

⁵² Sobre a “natureza e missão básica” do ITERMA, o Regimento Interno regido pelo Decreto nº 17.746/2000 em seu Art.1º preconiza: “O Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA, instituído nos termos da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995 e reorganizado pelo Decreto nº 17.171 de 15 de fevereiro de 2000, órgão de natureza autárquica, vinculado à Gerência de Estado de Desenvolvimento Social – GDS, tem como missão básica executar a política agrária do Estado organizando a estrutura fundiária em seu território ao qual se conferem amplos poderes de representação para promover a discriminação administrativa das terras estaduais, de conformidade com a legislação federal específica, com a autoridade para reconhecer posses legítimas e titularizar os respectivos possuidores, bem como incorporar ao patrimônio do Estado as terras devolutas, ilegitimamente ocupadas, e as que encontram vagas, destinando – as segundo os objetivos legais”. Disponível em:< <http://www.iterma.ma.gov.br/regimento-interno/>>. Acessado em: 13 de setembro de 2016.

A partir da leitura do Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA), Volume IV – Parte Antrópica⁵³, produzido pela FSADU/UFMA (2009) pode perceber as formas específicas de classificação tomadas pelo relatório referentes às áreas que seriam consideradas “impactadas ou influenciadas direta ou indiretamente” pelas obras da Refinaria Premium I, denominadas como “área de influência direta” (AID) e “área de influência indireta” (AII⁵⁴).

No quadro a seguir, Figura 03, apresenta informações retiradas do RIMA (FSADU, 2009) e que apontam para as possíveis “comunidades quilombolas” referidas nas chamadas “AII e AID”, discriminando inclusive em que etapa estavam no processo de titulação ou certificação enquanto comunidades quilombolas.

Quadro 7.4.7.2-3. Comunidades Quilombolas da AII e AID					
Comunidades Quilombolas/Municípios	Localização	Coordenadas Geográficas		Distância relativa do Empreendimento km	Tituladas ou em fase de certificação***
		Latitude (S)	Longitude (W)		
Rosário					
Centro Grande de Maria	AII	ND	ND	ND	Em fase de certificação
São Bartolomeu	AII	ND	ND	ND	Em fase de certificação
Boa Vista	AII	ND	ND	ND	Em fase de certificação
Juçaral	AII	02 52 314	44 09 570	6,07 km	Em fase de certificação
São Raimundo Nonato	AII	ND	ND	ND	Em fase de certificação
São Miguel	AID	02 59 318	44 13 910	3,00 km	Titulada
São Simão	AID	02 57 169	44 13 094	5,00 km	Não constam informações nos órgãos oficiais
Bacabeira					
Agrical II (São Pedro)	AID	XXXX	XXXX	ND	Titulada
Santa Rita					
Santana	AII	03 13 671	44 21 829	34,44 km	Titulada
Santa Rita do Vale	AII	03 03 349	44 17 000	6,3 km	Titulada
Jiquiri	AII	03 14 100	44 18 099	25,45 km	Titulada
São Raimundo	AII	ND	ND	35,50 km	Em fase de Certificação
Centro dos Viola	AII	03 11 884	44 19 708	23,97 km	Titulada
Cariongo	AII	03 12 445	44 21 449	27,04 km	Titulada

Figura 03- Fonte : RIMA (FSADU, 2009, p. 192)

⁵³ Parte do EIA/RIMA que apresenta objetivamente aspectos relacionados à “saúde, educação, produção, meios de comunicação, história de origem e organização econômica e social do espaço” (FSADU, 2009, p. 05).

⁵⁴ Segundo nota explicativa, contida do RIMA (FSADU, 2009), “a AID (área de influência direta) refere-se à área onde as interferências do empreendimento podem gerar alterações diretas nos componentes ambientais, seja durante a fase de construção ou operação. Desta forma, considera-se como área de influência direta a área de interferência física do projeto e seu entorno imediato. Para o meio antrópico a AID da Refinaria foi demarcada em 5 km em torno da área que ocupará a refinaria, abrangendo parte dos municípios de Rosário, Bacabeira e Santa Rita. Para a dutovia foi considerado 400 metros de cada lado ao longo desta, abrangendo territórios dos municípios de Bacabeira e São Luís.” (SOUSÂNDRADE, 2009, p.03)

Este quadro, Figura 03, fazia menção a uma possível comunidade quilombola chamada “Agrical II” no dito povoado de São Pedro em Bacabeira, mas quando relacionei esses dados com a informação noticiada no Fórum Carajás, comecei a perceber as primeiras incongruências. No site a informação apontava para existência de uma comunidade quilombola denominada “São Raimundo Nonato” pertencente ao chamado município de Bacabeira e que estava em “processo de titulação”, mas o que se percebe, pela informação do RIMA é que esta mesma comunidade pertenceria ao dito município vizinho, Rosário.

No quadro posterior, Figura 04, também extraído do RIMA (FSADU, 2009) é referenciado as comunidades que já teriam título expedido como quilombolas e, neste detalhe, aparece novamente, em Bacabeira, a referência a “terra quilombola⁵⁵” chamada “Agrical II” em São Pedro e outra “terra quilombola” nomeada “Santa Rita do Vale” que pertenceria, tanto Bacabeira quanto a Santa Rita, como destacado na figura 04 a seguir.

Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas nas Áreas de Influência do Empreendimento							
Terra Quilombola	Comunidade Localização	Localização	Nº População Aprox.	Área	Município	Órgão Expedidor	Data
Santa Luzia	Santa Luzia	All	356	---	Santa Rita	FCP	04/06/04 05/03/08*
Jiquiri	Jiquiri e Cariongo	All	415	---	Santa Rita	ITERMA	09/11/05
Nossa Senhora da Conceição	Recurso	All	715	---	Santa Rita	ITERMA	06/12/05
Santa Rita do Vale	Santa Rita do Vale	All	56	322, 8823	Bacabeira/ Santa Rita	ITERMA	01/09/08
Santana	Santana	All	41	201, 1171	Santa Rita	ITERMA	01/09/08
Agrical II	São Pedro	AID	725	323	Bacabeira	ITERMA	2008
Cariongo	Cariongo	All	185	---	Santa Rita	ITERMA	13/12/06
Centro dos Viola	Centro dos Viola	All	06**	---	Santa Rita	ITERMA	07/02/07
São Miguel	São Miguel	AID	---	---	Rosário	----	10/04/08

Figura 04 – Fonte: RIMA (FSADU, 2009, p. 192)

Estas informações são explicitadas no sentido de esclarecer ao leitor que por ter me guiado, a partir desses quadros, para o início do trabalho empírico acabei por deslocar-me, tanto pelas comunidades como em órgãos municipais, com intento de encontrar as referências

⁵⁵ “terra quilombola” é o termo cunhado pelo RIMA da FSADU/UFMA (2009) o qual reproduzo não no sentido de endossar o discurso, mas para referenciar a leitura, no sentido exposto pelo RIMA.

divulgadas no relatório. De modo irrefletido, havia tomado uma perspectiva de confrontar os dados previamente levantados com a situação empírica que ia encontrando. Mas além de motivada pelo sentido de buscar o “campo” idealizado, havia também elegido como critério o fato da comunidade “Agrical II” estar incluída na chamada “área de influência direta” do empreendimento, na perspectiva ilusória de que esta comunidade seria a mais impactada, tomando como referência a classificação institucional.

No entanto, os critérios elegidos para definição das denominadas “áreas de influência” pautam-se em instrumentos normativos de caráter eminentemente técnicos. Destaco, a partir das pesquisas e observações em campo sobre situações ainda que localizadas, não ser possível estabelecer critérios que definam objetivamente os danos a serem provocados apenas por intermédio da classificação institucional a que denominam como “AII e AID”. Não há como prever e “controlar” os efeitos que se processam desde o momento da mediação da vinda de um grande projeto, como no caso a Refinaria Premium I. Portanto, não é a questão de proximidade geográfica com o empreendimento o fator mais relevante para ser considerado, apesar de não desconsiderar os impactos mais explicitamente percebidos sobre os grupos situados em suas imediações⁵⁶. No entanto, os efeitos são muito mais amplos e, neste trabalho, destaco alguns que consegui perceber analiticamente.

Aqui já ressalto como as especificações técnicas que norteiam o referencial classificatório “AII e AID” são ainda mais arbitrários por não considerarem a fala dos grupos familiares incluídos nestas áreas a fim de conhecer os modos de vida e as especificidades do uso do território e os sentidos a ele atribuídos. A estes agentes sociais são delegadas a posição de seres falados e não falantes, seriam apenas “emissores de ruídos” (RANCIÈRE, 1996) visto não terem suas perspectivas percebidas por estes estudos, além do que, não consideram o fato das famílias terem se estabelecidos tradicionalmente⁵⁷ naquelas terras.

Assim, inicialmente, o trabalho de campo se realiza a partir da associação dos dados encontrados pelas fontes secundárias acrescida das informações prestadas, em campo, pela assistente social do CRAS e indicação dos agentes considerados de referência em Zé Pedro,

⁵⁶ Mais informações sobre os conflitos desencadeados pela deslocamento compulsório de famílias, encontra-se no trabalho do prof.º Dr.º Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior e Elio de Jesus Pantoja Alves da Universidade Federal do Maranhão/UFMA, intitulado: “Conflitos Socioambientais no Maranhão: os povoados de Camboa dos Frades (São Luís-MA) e Salvaterra (Rosário)”.

⁵⁷ As “terras tradicionalmente ocupadas”, expressam uma “diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza. (ALMEIDA, 2008: 25) especialmente configuradas pelo uso comum dos recursos naturais, envolvendo atividades produtivas calcadas no em unidades de trabalho familiar. O sentido de tradicional é cunhado a partir dos modos específicos de uso do território, permeadas pela forma de ocupação permanente das terras. Tal sentido, ainda considera a dinâmica e os múltiplos sentidos atribuídas ao território. (ALMEIDA, 2008: 119).

São Pedro e Periz de Cima. Como primeira comunidade escolhida, direcionei-me para São Pedro. Lá cheguei a falar com três informantes, uma das quais uma agente indicada pela assistente social do CRAS, moradora do povoado e participante da associação de moradores. Sendo os outros dois interlocutores, um pescador e outro caminhoneiro aposentado, os quais pude estabelecer contato, em momentos distintos, quanto procurava informações a respeito da agente considerada de referência. O objetivo era chegar até o presidente da associação de moradores local com a expectativa de que esclarecesse o contexto que mobilizou a comunidade a buscar o “título territorial⁵⁸” como quilombola.

Foi por meio das narrativas dos agentes com os quais interagi que obtive a informação que o presidente da associação havia vendido algumas extensões de terras referentes a área de “roçado” do povoado, em função da grande especulação no mercado de terras trazido pela implantação da Refinaria Premium I. Apesar de não terem situado detalhadamente o período que essa transação ocorreu, o fato narrado foi que a área foi vendida para um grupo empresarial japonês chamado Yanmar do Brasil S/A, que administrava a Siderúrgica Maranhão Gusa S/A (MARGUSA⁵⁹), e situado em Bacabeira.

A partir das informações das tabelas do RIMA indagava sobre a existência da “terra quilombola” chamada Agrical II, os quais responderam ser a área vendida pelo presidente da associação que inclusive havia recebido muito dinheiro com a negociação e repartido o valor entre uns poucos associados. Ainda pelos relatos, afirmaram que o mesmo havia até mudado de endereço indo para outro povoado em função dos conflitos desencadeados por esta situação. Ter acesso a este conflito interno, me fez entender porque os diálogos eram tão por alguns agentes, especialmente, a agente “de referência” indicada pela agente do CRAS. Talvez tivesse cogitado que representasse alguma parte lesada com a venda da “área de roçado” de São Pedro. Cheguei inclusive a fornecer meu contato telefônico para que pudesse dialogar com o presidente daquela associação, a fim de saber a sua versão sobre aquele conflito de terras. Inclusive dias após o retorno de Bacabeira recebi o telefonema daquele representante da Associação que em tom desconfiado e agressivo indagava sobre as motivações da minha ida a São Pedro. Lembro

⁵⁸ Até início do trabalho de campo desconhecia os termos técnicos utilizados e os sentidos a eles atribuídos no contexto de regularização fundiária quanto à titulação territorial como quilombola. Saber, posteriormente, que enquanto o INCRA é o órgão responsável pela expedição de titulação dos territórios quilombolas seguido pelo Decreto Federal n.º 4.887/2003, o ITERMA seria responsável apenas pelo “título de domínio” no contexto de comunidades quilombolas, o que explicarei mais adiante do texto.

⁵⁹ Empresa instalada em 1985 com incentivo federal da SUDENE pertenceu ao grupo japonês Yanmar do Brasil S/A (PAULA ANDRADE, 2005). Posteriormente, segundo site da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM) a MARGUSA é vendida, em 2003, ao grupo siderúrgico GERDAU. Disponível em: <<http://www.abmbrasil.com.br/news/materias/573-grupo-gerdau-assume-usina-margusa/>>. Acesso em: 10 de Setembro de 2016. Ao decorrer do texto irei sempre me referir a esta empresa, MARGUSA, que é o mesmo termo empregado pelos agentes, ainda que pertença ao grupo Gerdau.

sentir-me intimidada e o que me levou a não retornar para aquela localidade. Afinal já tinha estabelecido contato com o grupo familiar de dona Zima que se apresentava como contexto mais favorável para realização do trabalho de campo.

O segundo descompasso de informações relacionado a existência da “terra quilombola Agrical II”, que mesmo sendo assim “titulada”, não havia agentes que se identificassem como quilombolas segundo relatou a agente “de referência” indicada e que participava da associação de moradores local. O foi relatado foi sobre a relação construída entre a associação de moradores de São Pedro e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão (FETAEMA) que, com parceria do governo do estado e fundos de apoio ao pequeno produtor agrícola, havia angariado alguns benefícios para a comunidade como: a construção de casas de alvenaria e incentivo à criação de animais de pequeno porte, como galinhas.

Diante desse quadro de incongruências e informações desconstruídas pelas fontes secundárias, resolvi que deveria buscar informações junto ao ITERMA visto que a informação contida no RIMA dava conta que a comunidade “Agrical II” teria sido “titulada” como quilombola, em 2006, por meio deste órgão. Assim a ida ao ITERMA se constitui como meio de conhecer os procedimentos adotados pelo órgão para expedição desses títulos. Acreditava que acessando estas informações em conjunto com a pesquisa já realizada no INCRA pudesse me situar no contexto de regularização fundiária em relação àquelas comunidades pretendidas inicialmente para pesquisa.

2.2. A pesquisa no INCRA e no ITERMA

Antes de me lançar no trabalho de campo e sustentada pelas informações do RIMA realizei pesquisa no INCRA a fim de ver as possibilidades de haver alguma comunidade quilombola que estivesse acionando a titulação do território frente ao contexto político de implantação da Refinaria Premium I. A ida ao INCRA se constitui como primeiro passo no esforço de esclarecer aqueles dados aparentemente desconstruídos. Na época, janeiro de 2015, ainda estava cursando disciplinas no mestrado, não havia ido ainda a campo e detinha apenas de informações de fontes secundárias.

A pesquisa no órgão foi intermediada a partir de um colega, antropólogo e contemporâneo da época de graduação em Ciências Sociais (2006-2011), que estava

trabalhando como funcionário concursado na instituição. O havia reencontrado em um evento⁶⁰ na UEMA. No período trabalhava no setor do INCRA que tratava da regularização fundiária de territórios quilombolas. Então marcamos uma data para que eu pudesse ir no INCRA a fim de obter informações sobre a comunidade que havia elegido para pesquisa.

Na data marcada nos direcionamos para o INCRA. Ao chegar no órgão foi necessário apresentar documento de identificação explicando o propósito da visita a uma recepcionista. Após autorizada a entrada logo é perceptível as condições precárias de instalação do prédio que apresenta muitas rachaduras nas paredes, teto, telhado, piso irregular, apesar de possuir boas condições de higienização e limpeza dos ambientes.

No setor responsável tivemos a oportunidade de também conversar com outra agente, antropóloga, Analista de Desenvolvimento Agrário além de componente da equipe responsável pela análise e elaboração de laudos antropológicos, peças fundamentais para titulação de territórios quilombolas. A agente me informou que não tinha conhecimento sobre nenhum processo de comunidade quilombola em Bacabeira com certificação pela Fundação Cultural Palmares⁶¹ ou de nenhum processo aberto solicitando regularização territorial. No entanto, no ensejo relatou que as dificuldades em desenvolver esse processo de reconhecimento dada a debilidade estrutural e de recursos humanos. Relatou sérias dificuldades para atender aos processos de certificação territorial quilombola e dar continuidade ao procedimento de regularização fundiária.

A agente explicitou ainda sobre as limitações do INCRA que possuía alta demanda de solicitações para feitura de laudos antropológicos, ao passo que lhes eram exigidos continuidade para finalização de outros processos já abertos. Situação que, segundo a agente estatal, atrapalha significativamente o andamento dos processos em função da grande demanda e do pouco número de servidores disponíveis. Mesma situação, segundo a informante, enfrentada pela Fundação Cultural Palmares destacando seu papel na contribuição para reconhecimento e

⁶⁰ Realizado em outubro de 2014 pelo Grupo de Estudo em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades (LIDA) vinculado ao Departamento e Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão. Evento intitulado: “Territórios, identidades e direitos diferenciados: dinâmicas da conflitualidade”. Na oportunidade a mesa que participava no evento tinha por objetivo discutir a produção e relatórios e laudos antropológicos com vistas à aplicabilidade dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais.

⁶¹ A certificação da Fundação Palmares torna-se instrumento imprescindível para o pedido de regularização do território enquanto comunidade quilombola. Segundo Almeida (2011), “a emissão de certificação pela Fundação Cultural Palmares/PCP, conforme artigo 3º, § 3 do Decreto 4.887/2003, foi norteadada pela Portaria DCP nº 06, de 1º de março de 2004, que preconiza o cadastramento das comunidades quilombolas. Mesmo considerando a figura do auto reconhecimento, verifica-se que diversos procedimentos cadastrais têm sido implementados ao mesmo tempo por diferentes órgãos oficiais denotando uma burocratização excessiva”. (ALMEIDA, 2011, p. 156)

certificação de comunidades quilombolas como importante etapa para o processo final de titulação⁶² territorial.

Assim, o motivo pelo qual muitos dos processos de titulação de território quilombola ficam abertos, enfrentando, inclusive, anos de espera, segundo a antropóloga, seria em função da espera da complementação de documentos e informações a respeito das comunidades solicitantes do pedido de titulação quilombola. Ou seja, mesmo após abertura do processo para regularização fundiária, é necessário haver um acompanhamento junto ao INCRA. Rosângela completou que a simples abertura do procedimento não indica necessariamente que se alcançará a titulação do território enquanto comunidade quilombola. Os trâmites burocráticos que são realizados para conclusão do procedimento de titulação, podem passar décadas de espera, especialmente se não houver acompanhamento e pressão sobre os órgãos responsáveis, explicou a agente.

Ainda no diálogo, citou que até janeiro de 2015, existiam no INCRA aproximadamente 400 processos abertos, para uma equipe estimada de quatro antropólogos, dois agrônomos e dois administrativos. Por isso, o foco de ação do setor responsável, segundo relatou, está em dar continuidade aos processos que já foram abertos, priorizando os trabalhos externos para concretização do que já havia sido levantado, concluiu.

A partir da exposição destes motivos em relação tanto à demora dos processos de titulação de território quilombola quanto à jurisprudência necessária para essa regularização, tento fazer uma breve reflexão. A situação de morosidade referente aos atendimentos dos processos de regularização fundiária pelo INCRA é emperrada, primeiro, pela deficiência de um quadro de funcionários que atendam às demandas, segundo, pela burocratização excessiva e, por fim, é até delegado às lideranças dos grupos que reivindicam o direito territorial junto ao órgão a responsabilidade, ainda que indiretamente, por não verificarem possíveis pendências documentais ou por não pressionarem o órgão para celeridade destes processos.

Almeida (2011) explana que as comunidades quilombolas tornaram-se uma “população cadastrável”, isto é, “sob a ação constante de diferentes mecanismos oficiais de controle”

⁶² Tal procedimento é composto por um conjunto de documentações que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação-RTID, que se torna responsabilidade das Superintendências Regionais dos Institutos de Colonização de Terras-INCRA com participação da comunidade no processo de elaboração do referido estudo. O RTID é composto pelos seguintes documentos: relatório antropológico, levantamento fundiário, planta e memorial descritivo, cadastramento das famílias quilombolas, levantamento da eventual sobreposição a unidades de conservação, a áreas de segurança nacional, faixa de fronteira, terras indígenas, terrenos de marinha, terras públicas federais e em terras dos estados e municípios, parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área a ser titulada”. Disponível em: http://www.cpisp.org.br/terras/html/comosetitula_caminho.aspx. Acesso: 02 de fevereiro de 2015.

(ALMEIDA, 2011, p. 157). Não se confere legitimidade prática, por parte do Estado, sobre os mecanismos próprios de diferenciação e auto identificação étnica destes grupos, já resguardadas em lei, o que faz com estes grupos tenham sempre que se reportar, recorrentemente às estruturas do poder estatal a, de certo modo, “adaptarem-se” aos moldes de classificação e burocratização do Estado.

Classifico estas ações arbitrárias como uma espécie de *cartografismo do Estado*⁶³ onde “modelos de etnicidade” são exteriormente construídos e impostos cabendo aos agentes sociais, como no caso os quilombolas, a engessarem-se a partir do sistema classificatório generalizante. Por meio das *tecnologias de poder*⁶⁴, ações arbitrárias são justificadas em prol da garantia de uma ordem interna que propicia um tipo de “bem-estar”, visando, tão-somente o controle de grupos sociais por parte do Estado.

Neste intento, aborda Almeida (2011, p. 156) que “a efetivação das leis [está] expressa em uma correlação de forças políticas”, ou seja, o reconhecimento dos direitos territoriais de comunidades quilombolas, em sua maioria, estão à revelia de um Estado que, em consonância a interesses privatistas de agências multilaterais, preza, particularmente aos *commodities* proporcionados pela implantação de grandes empreendimentos, lhes gerando lucros exorbitantes e acarretando, conseqüentemente, mecanismos para flexibilização dos direitos territoriais, como acrescenta:

Constato dois planos de obstáculos na titulação definitiva das comunidades remanescentes de quilombos: o primeiro concerne aos dispositivos jurídicos-formais e aos procedimentos burocrático-administrativos que orientam a operacionalização do artigo 68; o segundo, por sua vez, compreende as estratégias de interesse econômico que, detêm o monopólio da terra e são responsáveis pelos elevados índices de concentração fundiária, controlando as engrenagens de diferentes circuitos do mercado de terras, cuja expressão política maior consiste na ação de partidos conservadores, que aglutinam a chamada “bancada ruralista” e exercem pressão constante sobre o aparato de Estado. (ALMEIDA, 2011: 155-156)

Outra dificuldade percebida para efetividade destes direitos territoriais está pelo fato de que alguns agentes, que não se relacionam com a luta em defesa do território e reconhecimento positivado das identidades étnicas, se utilizam das brechas do arcabouço normativo com

⁶³ Expressão que utilizo como crítica ao sentido tradicional da cartografia positivista como um instrumento de delimitação, distribuição e classificação arbitrária de grupos sociais sobre o território. Desconsidera-se as múltiplas formas de entendimento e representação social, política e simbólica destes sujeitos coletivos sobre o seu território. Ainda sobre essa lógica, Benedict Anderson (2008), em sua obra “Comunidade Imaginadas”, referencia-se a ideia dos censos demográficos, por exemplo, como uma destas ações arbitrárias a qual o agente do Estado, investido da força do oficial, submetia, diferentes grupos étnicos, a um modelo impositivo de percepção e classificação a partir da visão do Estado que não considerava as especificidades culturais e sociais dos agentes sociais.

⁶⁴ Ver FOUCAULT (1998, p. 494)

finalidade instrumental e privatista. A este caso, cito, especificamente, o modo como foi expedido o “título de domínio⁶⁵” como “terra quilombola”, pelo ITERMA, para a comunidade “Agrical II”. A este respeito, a situação aparentemente aponta para uma circunstância em que o mecanismo normativo foi utilizado a fim de trazer benefícios para determinado grupo, no caso, o presidente da associação local e seus associados. Isto porque em um documento sobre a “relação de comunidade quilombolas por município⁶⁶” do órgão datado de abril de 2015, a mesma “terra quilombola Agrical II” era conhecida também como Santa Rita do Vale e São Raimundo Nonato. Sendo que no documento do órgão havia a seguinte observação quanto à situação fundiária das terras: “alegado não existir de fato enquanto quilombo”.

O desencontro de informações sobre a situação de não haver nenhum agente ou grupo que se denominasse como quilombola, nessa situação específica, e ainda assim um “título de domínio” ter sido expedido para “Agrical II” me leva a conversar com um agente⁶⁷ do ITERMA. Na oportunidade o agente me repassou a cópia⁶⁸ da lista das comunidades quilombolas regularizados pelo órgão, e explicou sobre os procedimentos utilizados para expedição do “título de domínio” das terras que iniciavam-se a partir da aplicação de questionários condizentes à ficha de cadastro e diagnóstico⁶⁹. Foi quando explicou acerca dos procedimentos adotados para regularização fundiária das áreas classificadas pelo órgão como “remanescentes de quilombo”, como explica:

AGENTE ITERMA (AG): Essa regularização veio a primeira vez quando o Lula assumiu a presidência da República, tem o Decreto⁷⁰, através desse Decreto que a gente se baseou como titular essas áreas de quilombo. Inclusive as áreas quase todas que regularizou, já tem título de domínio, a gente vai lá na comunidade, vê se tem a parte de etnia né?, que chamam, se tem poço antigo, uma barroca de engenho, uma igreja aqui, um poço, até árvore, a gente faz. A gente faz o cadastro das famílias, faz um

⁶⁵ Baseado no Decreto n.º 10.898 de 17 de outubro de 1988 que regulamenta a Lei n.º 4.725 de 25 de maio de 1896, que dispõe sobre as terras do domínio do Estado, discrimina no Capítulo VII sobre a regularização de ocupação. Dispõe no seu art.22º “Aquele que, não sendo proprietário rural, tornar produtivas as terras devolutas estaduais e nelas mantiver morada habitual, com área até 500 (quinhentos) hectares, terá preferência para adquiri-lhe o domínio, dispensada a licitação, mediante o pagamento do valor da terra nua, das despesas de vistoria e dos serviços de mediação e demarcação. §1º A regularização da ocupação de que trata este artigo se efetivará mediante a expedição do Título de Domínio a ser outorgado pelo ITERMA. §2º A concessão do Título de Domínio mencionado no parágrafo anterior, corresponderá à área efetivamente explorada ou cultivada, acrescida da reserva legal, quando possível, até o limite fixado nesse artigo.” (Cf. SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Inventário das Leis, Decretos e regulamentos de Terras do Maranhão – 1850/1996**. Belém: Supercores, 1988).

⁶⁶ Conforme Anexo 1.

⁶⁷ Segundo relatou era agrônomo e funcionário do órgão há mais de 30 anos. Desempenhava, recentemente, atividades no setor de regularização fundiária quilombola e também já havia trabalhado na procuradoria jurídica do setor fundiário.

⁶⁸ Conforme Anexo 2

⁶⁹ Conforme Anexo 3.

⁷⁰ Refere-se ao Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

diagnóstico socioeconômico da comunidade. No ato do cadastro da comunidade a gente aplica esse diagnóstico socioeconômico.

O esquema representativo-classificatório em que o agente estatal reproduz, em sua atividade no órgão, está inscrito como atividade de ordem técnica, sobre a qual reporta um entendimento da identidade étnica quilombola não a concebendo como política. Pois como explica Martins (2010), a identidade é construída processual e de forma mobilizatória. Destacando que:

Ora, as relações sociais são dinâmicas e o ‘quilombo’ hoje deve ser entendido como um lugar de recriações, ele não é o lugar de isolamento, onde necessariamente estão os agentes sociais que tem uma mesma origem ou um ‘passado comum’. Antes de materializada, a presença da ancestralidade é traduzida nas práticas, no compartilhar de crenças e formas de territorialidade. (MARTINS, 2010, p. 163-164)

Não que se exija uma perspectiva antropológica e crítica produzida pelo *perito* do Estado acerca das noções de identidade étnica e território, mas em esclarecer sobre que ordem de compreensão e prática se está operando. Pois como explica Barth (2000), apenas os fatores socialmente relevantes elencados pelo grupo tornam-se importantes para perceber o pertencimento e não as diferenças explícitas e “objetivas” que são geradas a partir de outros fatores. (BARTH, 2000, p. 33)

Neste sentido que emprego o entendimento de *perito* (BOURDIEU, 1989) para referir-me a estes agentes estatais, de ordem técnica, a partir da explanação de Nunes (2011) quando discorre sobre a competência técnica do *perito* pela concepção de Bourdieu:

Diferentes competências são chamadas neste contexto para exercer a função dos chamados peritos, instituindo uma disputa pela imposição dos critérios de competência e saber, tidos como mais adequados para garantirem os direitos constitucionais: juristas, historiadores, arqueólogos, antropólogos, dentre outros são reconhecidos como capacitados para decidir e intervir no âmbito do acesso aos direitos assegurados por lei. (NUNES, 2011, p. 66)

Segundo Bourdieu, o *perito* lança mão, muito frequentemente, da autoridade científica no intuito legitimar uma espécie de universalidade atribuída aos problemas oficiais. Ocupam, pois, uma posição privilegiada no que tange ao trabalho de produção destes problemas, uma vez que são respaldados pelo Estado (BOURDIEU, 1989, p. 38). Não se trata, contudo, de tomar a análise do autor como uma camisa de força que explica, por esse viés, a atuação destes profissionais situados no domínio da ação burocrática. Isto é, não se trata de considerar que a ação dos chamados peritos, ao ter como função fazer valer a aplicação do artigo 68 do ADCT, esteja restrita pela lógica da ação burocrática, mas de ter em vista a complexidade das relações de força que se instituem para por em prática a regularização fundiária dos quilombos no Brasil. (NUNES, 2011, p. 66-67)

Mesmo que os *peritos* sejam reprodutores dos *Atos de Estado*⁷¹, estes também são investidos de uma autoridade simbólica que produz efeitos. A “peritagem”, ou seja, aqueles agentes que estão produzindo a partir dos marcos lógico-burocráticos do Estado estão desconectados destas discussões como a politização dos conflitos ou sobre o entendimento e ressemantização da categoria quilombo.

As atividades reguladas pelo ITERMA mais se assemelham a um “recenseamento” que contribui para a produção de “princípios de divisão legítimos” que se tornam “tão evidentes que não são objeto de discussões” (BOURDIEU, 2014, p. 38). Desse modo, há a produção de “identidades socialmente legítimas” outorgadas pelo Estado que não as concebe como um “processo em andamento”. (HALL, 2011, p. 39)

PERGUNTA (P): O primeiro passo quem dá é a própria comunidade?

AG: É, o primeiro passo quem dá, a comunidade chega aqui através da ACONERUQ, CCN que é ligado à igualdade racial, e aqui o Estado tem uma secretaria de Igualdade racial, hoje eu não sei quem é a secretaria, secretário, porque tá governo novo, eu não tô bem a parte, eu tô dizendo aqui o que eu sei, o que eu trabalhei, aí depois de mim já tiveram outras pessoas que trabalharam, mas tá de licença, mas já trabalhou.

Aí dá entrada aqui com o ofício pedindo a regularização como eles são quilombolas, pra isso, eles têm que ter uma declaração da Fundação Palmares de Brasília, a gente formaliza um processo, eles dão entrada com protocolo, aí sim, o ITERMA faz uma equipe, de três pessoas, quatro com o motorista, quando tem estrutura pra ir, diária pra gente ir lá, e agente chega lá, faz o cadastro de todas essas famílias.

Este interlocutor relatou ainda que até o ano de 2013 haviam sido regularizadas no estado do Maranhão, cinquenta comunidades quilombolas, segundo documento emitido pelo órgão. Considerando que o ato de regularização envolve apenas “ações cadastrais e de constatação”, como pode ser observado nos próprios documentos que se referem ao chamado “cadastro” e “diagnóstico” aplicado junto às comunidades. “Deve-se pensar para além das características morfológicas que compõem os grupos no sentido de usá-los como elementos que validam a diferenciação étnica das comunidades”. (BARTH, 2000, p.32). Situação que não se percebe pela fala do agente estatal que apenas reitera uma ênfase sobre a ideia de quilombo historiográfico, percebido pelo dado aparente e evidente. Assim se reporta quando o indaguei

⁷¹ Bourdieu (2014) tomando como referência uma das funções mais gerais do Estado sendo ela a da “produção e canonização [de suas] classificações sociais, a noção de “atos de Estado” é remetida como “atos autorizados, dotados de uma autoridade [...] atos de categorização” que carregam em si a “ideia do oficial, de público e de universal”. (BOURDIEU, 2014: 38; 40; 41)

sobre as etapas que compõem o processo para regularização fundiária pelos termos do ITERMA, o qual explicou.

AG: a comunidade chega, entra com o ofício, pedindo a regularização fundiária, pedindo o domínio da comunidade quilombola, fulano de tal, entra com o processo aqui no protocolo, isso formaliza um processo, com esse ofício, sobe, que hoje esse [setor] quilombola, tá na diretoria dos recursos fundiários, de primeira era no assentamento, eu trabalho no assentamento, hoje o [setor] quilombola é da diretoria fundiária, que é a morena que entrou ainda agora, ela que é a secretária lá, pois é.

O que a gente faz lá no campo é ver se tem algum remanescente, uma etnia, como eu falei indagora, um engenho, uma peça antiga... não nós temos antropólogo, o ITERMA. E esse processo de área de quilombola, ele tá muito ainda engatinhando, porque já era, tem muitas áreas quilombolas por aqui, acho que tem mais de mil, no Maranhão. Nós trabalhamos muito aí, regularizamos muitas áreas.

Novamente, acionando sentidos de uma “imemorialidade”, de preocupação constante com um dado passado, uma “origem” e categorias correlatas que direcionam para um sentido arqueologizante, tais sujeitos coletivos são reificados pela visão do agente estatal. Pois o sentido da ação destes agentes estatais, está mais para garantir, regular situações de ordem meramente fundiária do que propriamente entender a perspectiva política que constrói e permeia a noção construída de território pelos grupos. Território este que perpassa por uma estreita relação de uso comum destes recursos naturais, além de formas organizativas próprias que conferem o sentido político de ação e mobilização destes grupos.

Por operarem por lógicas estritamente essencializadas, depara-se com o entrave do agente estatal perceber os grupos como sujeitos de direito. (LEITE, 2000, p.352), visto que a lógica de ação está pautada puramente pela perspectiva técnica – *manualesca*.

P: não se consegue regularizar mais comunidades por quê?

J.A: bem, isso depende de cada governo, porque isso aqui, pra fazer um serviço desse, a gente não vai só numa vez, pega três, cinco comunidades dessas, aí tem que ter diárias, carro, e agora que começamos, o governo tá com 90 dias aí e estão com uma pretensão de regularizar não sei quantas áreas agora, esse novo governo, agora a gente tem que aguardar. Mas isso aí não empata, de os interessados, entrar com o processo logo aqui, porque tem processo aí pra regularização, tá faltando aí é chegar recurso, o rapaz tá assumindo agora lá, o Lucas, e ele que vai deliberar isso aí, eu não sou dessa parte, ele que é.

P: e quais as etapas para regularização de território quilombola aqui feita pelo ITERMA?

J.A: cadastro, segundo passo, aplicação do diagnóstico socioeconômico-cultural e político das comunidades remanescente de quilombos⁷², aí é emitido o título de domínio pra eles, aí tem o georreferenciamento, que é o demarcamento, e a demarcação no mesmo tempo, no passo que a gente tá fazendo diagnóstico, outra pessoa tá fazendo o cadastro, o topógrafo tá em campo demarcando, aí depois disso aí, traz pra cá pro

⁷² Conforme Anexo 5.

ITERMA, faz-se uma análise total do processo, aí sim que vai ser emitido o título. Aí eles deixam acumular bastante título, aí chama por município, o governador é que vai entregar [o título de domínio], juntamente com alguém aqui do ITERMA. É bom acumulando um pouco, porque quando for entregar, é de uma cacetada, como se diz [risos].

As justificativas do funcionário do ITERMA para demora da regularização fundiária de comunidades quilombolas se dá especialmente pelas limitações de ordem orçamentária, quadro de funcionários e “boa” demanda de trabalho que precisa existir para execução das ações de regularização. Tal situação, assemelha-se ao contexto destacado pela fala da agente do INCRA, pois assim como destacado naquela situação, no ITERMA, os grupos sociais interessados pela expedição do título de domínio das terras são quem devem acompanhar o processo, em função tanto da habitual demora quer seja pela falta de documentos ou pela falta de pressão do grupo sobre o processo de regularização fundiária.

Os relatórios de cunho técnico produzidos pelos agentes do órgão possuem “procedimentos de inspiração meramente agrônômica”, onde os grupos sociais, alvos dessas formas de “recensear”, acabam se tornando mero “instrumentos de ação fundiária” (ALMEIDA: 2011, p.158), ou seja, apenas considerados um componente a mais no processo que delega e atesta se uma terra pode ou não recebe o título de domínio como “quilombola”

O *perito* relaciona diretamente, na quase “totalidade dos casos”, a regularização como oportunidade de acesso a benefícios, como o próprio *perito* destaca: “*os benefícios que eles estão necessitando lá na comunidade, é casa de alvenaria, açude, trator, poço, posto de saúde? aí eles vão buscar nas secretarias das cidades*”. Porém, assim como destaco aqueles grupos se beneficiam de modo instrumental dos direitos territoriais, há que se ter o cuidado para não se enveredar pelo caminho inverso, a saber, endossar a perspectiva do Estado ao afirmar que o direito só é acionado também instrumentalmente, situação esta que intentaria contra a própria mobilização história de comunidades e povos tradicionais que historicamente lutam pelo direito de terem suas terras tituladas.

O esvaziamento e deslocamento do sentido político de mobilização pela permanência no território e acesso aos recursos naturais que sustenta a relação entre as comunidades e o território nem sequer é considerada. Culpabiliza-se um sistema administrativo-burocrático, abstrato e, por isso, sem rosto, desprovida de uma análise e compreensão política acerca das motivações que sustentam tal quadro político destes órgãos. Nesta crítica, Almeida (2011) complementa:

Tal pragmatismo burocrático tem produzido uma “sociologia espontânea”, expressa por “relatórios técnicos” de verificação localizadas, que produzem explicações pelo conhecimento imediato e pelo concreto aparente, como se bastasse uma breve visita a uma situação classificada como “remanescente de quilombo” ou um rápido sobrevoo, para de pronto se conhecê-la. Através delas é que insistem no “insulamento” destas comunidades, restringindo seu significado a umas poucas situações e contrastando com as mobilizações étnicas dos movimentos quilombolas e com as inúmeras articulações que estabelecem. Este conhecimento impressionístico, burocraticamente construído, mais se fundamenta nos ditames positivistas, que historicamente diluíram os fatores étnicos na noção, de “povo”, do que num conhecimento sistemático, produzido a partir de demoradas investigações científicas. Em razão disto é que constituem um sério obstáculo à efetivação dos dispositivos legais que estabelecem o reconhecimento oficial das comunidades quilombolas. (ALMEIDA, 2011, p.159)

Ao explicitar o contexto das informações⁷³ desencontradas, reflito sobre certa fragilidade dos mecanismos desenvolvidos pelo órgão sobre a expedição do “título de domínio” sobre a “terra quilombola Agrical II”. O caso demonstra que o território não pode ser observado por critérios de regulação fundiária a partir do dado meramente técnico, visto que está estabelecido em uma ordem político-mobilizatória. (ALMEIDA, 2012)

Fragilidades expostas pelo próprio assessor⁷⁴ técnico do Departamento de regularização fundiária do setor quilombola do ITERMA. Na oportunidade, direcionada a partir do agente estatal que havia cedido as informações anteriores, estabeleci diálogo como então assessor daquele departamento. O sentido estava para esclarecer os dados débeis e imprecisos informados quanto ao modo de expedição do respectivo “título de domínio” da comunidade Agrical II, anteriormente pretendida para pesquisa.

O próprio assessor afirmou que muitas informações encontravam-se duplicadas, imprecisas e desencontradas. Teceu duras críticas às gestões passadas do ITERMA lamentando que muitos arquivos do órgão ou haviam sido perdidos pelo estado de desorganização e que apenas alguns funcionários antigos saberiam de sua localização exata de alguns processos. O assessor Lucas Coimbra, constatou que a referida “comunidade quilombola” Agrical II, como consta no relatório do RIMA da FSADU/UFMA (2009), é também conhecida como Santa Rita do Vale e São Raimundo Nonato.

⁷³ Ainda segundo o relatório fornecido pelo ITERMA, a referida comunidade teria sido titulada em 2006, possuindo uma área de 319,4535 ha, com início do processo de titulação datada desde 2002 e possuindo 65 famílias cadastradas. A comunidade está listada como quilombola mas, segundo próprio relatório, não se reconhece nessa condição política-identitária, possui ainda processos de conflito em relação à propriedade de terras registradas em dois momentos, a primeira em 2010, com a comunidade Santana e a outra, em 2011, com a família Bandeira. Sendo que no ano de 2009, é solicitada demanda de infraestrutura e projeto produtivo e no mesmo ano, encaminhou-se a solicitação de registro cartorial. No relatório do órgão, não há especificado, o número de registro da terra.

⁷⁴ Bacharel em Direito, o assessor do órgão no período havia sido empossado no início do ano de 2015 pelo novo governador do estado do Maranhão do PC do B, Flávio Dino.

Em decorrência das incongruências entre os dados apresentados, de ter recebido título de domínio como “terra quilombola”, via ITERMA, e ainda possivelmente tendo parte de suas terras vendidas pela Associação de Moradores local, como relataram moradores de São Pedro, o assessor solicitou a alguns servidores, que estavam trabalhando em um mutirão de processos, que encaminhassem todos os documentos encontrados que tratassem sobre a situação de titulação quilombola para o seu setor.

Nesta conjuntura de correlações de forças políticas para apropriação privatista de territórios, nota-se que algumas práticas de “implementação de políticas de reorganização de espaços e territórios” (ALMEIDA, 2012, p. 64), principalmente as de ordens puramente “constatativas-diagnósticas”, como sendo alvos fáceis do “mercado de terras”, principalmente face ao cenário em que o Estado se relaciona convenientemente com empresas transnacionais no sentido de implementar empreendimentos de perspectiva desenvolvimentista.

A explicitação desse cenário conflituoso não desconsidera a autonomia dos grupos sociais em relação às lutas para reconhecimento de suas identidades, afinal a *identidade* não é um dado estático ou condicionado objetivamente, mas está em um processo de constante transformação (HALL, 2011). Deste modo, se percebe como “a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática”, por isso que a “identidade tornou-se politizada” (HALL, 2011, p. 22).

Faz-se necessário assim apontar com I o os efeitos provocados a partir das ações “diretas e indiretas” desses empreendimentos, bem como a forma como os agentes sociais são interpelados por agências de pesquisa e levantamento de dados e a forma como são classificados pela “oficialidade” em laudos e relatórios técnicos, submetem estes grupos sociais a formas de *violências simbólicas* reatualizadas e que tentam de algum modo desmobilizar seus meios e modos de vida.

Em função da forma como o contexto de pesquisa foi se desenhando em São Pedro atrelado às dificuldades de inserção neste e no outro povoado Zé Pedro, volto meu olhar mais detidamente para o povoado de Periz de Cima e a comunidade de Engenho. Nesta relação intermedida pela temática das festas sou instigada a conhecer as motivações que guiaram a entrada de outro órgão “oficial”, o IPHAN, a desenvolver estudo naquela comunidade.

2.3. “Inventariar para resguardar”? Reflexão sobre a produção de Inventário Cultural do IPHAN

Os preparativos para implantação da Refinaria Premium I foram acompanhadas de uma série de investimentos que demandaram de dinheiro público, inclusive no que tange a realização de pesquisas e levantamento de dados sobre os povoados vizinhos⁷⁵ ao empreendimento. A produção de laudos e relatórios técnicos no contexto da implantação de grandes projetos são organizados a partir de exigências institucionais do Estado para licenciar a instalação destes empreendimentos.

Incluem-se nessa especificidade a feitura tanto de estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA) como a produção de inventários culturais, este último, promovido pelo IPHAN. Assim o *inventário* compõe parte de um conjunto de estratégias mitigadas como “políticas de compensação” desenvolvidas em consórcio com agências privadas. Porém ao referenciar o escopo de atuação do IPHAN não objetivo desenvolver uma discussão analítico-conceitual acerca das categorias desenvolvidas pelo órgão quanto a noção de “patrimônio⁷⁶” e/ou sua “(i)materialidade”.

Pretendo porém entender o instrumental de pesquisa utilizado pelo órgão, o *inventário*, relativizando-o como mecanismo de “resguardo” da “cultura⁷⁷” de um determinado grupo social. Ainda que os sentidos da ação de “patrimonializar”, “tombar” estejam direcionados no sentido de resguardar direitos sobre formas de representação social de uma “realidade”, não deixam de se constituir enquanto “dispositivo” de controle. (FOUCAULT, 1988)

Percebendo assim que o *inventário*, como ação encomendada por conta de uma exigência burocrática-institucional para implantação de um empreendimento desenvolvimentista, não estará para o interesse dos grupos, “objeto de estudo”, e sim,

⁷⁵ A publicação do Inventário Cultural promovido pelo órgão investiu pesquisa nos municípios e Rosário e Santa Rita, além do município de Bacabeira. Isto porque segundo dados do RIMA (FSADU, 2009) estes municípios estariam sobre área de influência direta e indireta ao empreendimento da Refinaria Premium I.

⁷⁶ Para aprofundar o debate entre a Antropologia e Patrimônio recomenda-se a leitura do livro produzido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA): “Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos”. Organizadore: Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. Blumenau Nova Letra, 2007.

⁷⁷ Destaco o sentido antropológico do termo por meio de Geertz (2008) que entende a cultura como ação humana que não pode ser entendida por uma perspectiva objetivista mas como mecanismo para compreender as múltiplas teias de significações contidas nas relações humanas. Tomo também o sentido de Thompson (1998) que aponta a cultura como um “termo emaranhado” que congrega em um *feixe* plural e dinâmico as especificidades historicamente constituídas das relações humanas. No entanto, destaco que o entendimento da cultura pelo prisma institucional trata-se, por vezes, como um somatório de um conjunto de “crenças e tradições”, tratando-a como apenas a soma de partes. Desconsidera-se a dinamicidade e a multiplicidade que o termo congrega.

contraditoriamente, para finalidades que incidem efeitos danosos que desmobilizam a estrutura social, especialmente, das comunidades situadas próximas da ação destes empreendimentos.

A produção do IPHAN é tomada como ponto para reflexão nesta pesquisa quando estabeleço contato com dona Zima que me apresenta uma espécie de apostila⁷⁸ (Foto 01), desenvolvida pelo órgão. O material foi mostrado no primeiro momento do “jogo de impressões”, oportunidade que minha interlocutora utilizou-se para reafirmar a posição de prestígio por ela ocupava reconhecida dentro e fora da comunidade, como explicitada em diálogo com ela e sua neta, Thalyane:

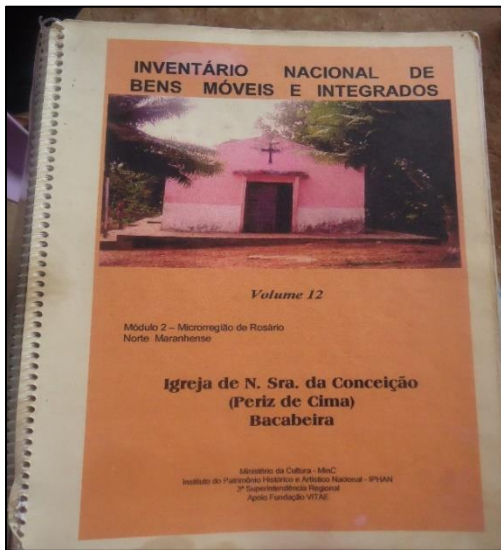


Foto 01 – Inventário do IPHAN (1999) produzido catalogando a igreja local e as imagens de santos do altar. Foto da autora.

Zima: desde esses anos quando minha mãe, minha morreu, fiquei tomando conta [referindo-se à imagem da santa e da festa], aí eu que mando [...]

Thalyane: do festejo todo mundo sabe informar ... eu acho que é por causa do festejo assim, que ela é mais conhecida assim, festejo, tradição, que vem muita gente, de muitos lugares no mês de dezembro, aí fica cheio aqui ... de tudo quanto é lugar vem gente.

Zima: tem muitas pessoas me olham assim, me acham que eu não sou ninguém, mas meu nome tá tudo aqui por fora...Brasília, São Paulo, Recife, todo lugar tem meu nome...que muitos vem fazer pesquisa vem aqui falar comigo.

Thalyane: é ela e tia Irene e Manoel Tetéu, que faz o bumba-meu-boi lá de cima também, uma referência bem, bem conhecido ele também.

A apostila se tratava de uma produção no sentido de registrar a igreja local e catalogar as imagens dos santos contidos no altar da igreja. Pelos critérios do IPHAN, o material se tratava de um inventário de “bens móveis” e continha uma síntese⁷⁹ da história de formação da comunidade pela fala de dona Zima.

É então por suas narrativas que percebo a ação do IPHAN em Bacabeira, especialmente no povoado Periz de Cima onde, geograficamente, se localiza a comunidade de

⁷⁸ Material intitulado: “Inventário Nacional de bens móveis e integrados Maranhão e Piauí. Módulo 2 – microrregião de Rosário/Norte Maranhense. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Periz de Cima) Bacabeira”, com apoio do Ministério da Cultura e a 3ª Superintendência Regional (1999)”.
Além desse material, existe outras duas publicações, também produzidas em parceria com o IPHAN, sobre a comunidade e o povoado de Periz de Cima, dando destaque para a chamada “cultura material e imaterial do município de Bacabeira”. Os materiais são, um DVD intitulado: “Patrimônio: uma história a ser contada e recontada”, material este apoiado pelo Terminal Portuário do Mearim S.A., (s/a), e a outra publicação intitulada: “Inventário Cultural: Rosário- Santa Rita- Bacabeira”, produzido pela Empresa *Social Capital Group*, em parceria com a PETROBRÁS e IPHAN (2012).

⁷⁹ Conforme Anexo 4.

Engenho. Situação que me instiga a desenvolver pesquisa⁸⁰ no órgão a fim de compreender os interesses de pesquisa naquela “região” e conhecer em que contexto estavam inscritas as festas realizadas na comunidade de Engenho. Além disso, queria compreender os sentidos atribuídos a ideia de patrimônio, bem como os as motivações de pesquisa que levaram os pesquisadores do IPHAN à comunidade.

Presumi que, possivelmente, o interesse de pesquisa do órgão, desde 1999, já estivesse direcionado para levantamento de informações que fornecessem subsídios para implantação de empreendimentos desenvolvimentistas. Pois, como aponta Parry Scott (2012), a mobilização, no que diz respeito ao planejamento necessário para efetivação dessas ações, ainda que sejam sinalizadas como possibilidades, podem ser pensadas com décadas de antecedência até que propriamente o empreendimento seja anunciado e implantado. Visto que estas ações demandam de mobilizações e negociações em diversos cenários e instâncias, das quais, a fase da produção de “inventários culturais”, também se constitui como uma delas.

Assim percebo que há pelo menos dois momentos distintos que o IPHAN realiza estudo na comunidade, o que resultou na produção de três materiais. Como resultado da primeira visita do IPHAN na comunidade de Engenho, em 1999, é feita a catalogação dos “bens móveis”, material que dona Zima apresentou como uma espécie de “credencial”, uma tática⁸¹ a fim de respaldar sua posição de fala e endossar sua narrativa quanto ao registro das terras de Engenho no nome da Santa, como explicitado no seguinte diálogo

Pergunta: a senhora tem o registro D. Zima?

Zima: Não.

José: não... tem aquela, aquela, o livro!

Pergunta: o livro do IPHAN? Ah sim. Ela me mostrou.

José: é esse, é... aquele pessoal que vem de fora por aqui uma vez vieram que era pra ver se comprava aqui, tirava aqui foi onde o Calvet, que era o prefeito antigamente, o primeiro, e ele pediu pra ela esse livro, ele garrou fez outro pra ele, desse né?! e quando eles chegaram lá, procurando onde tava o Calvet, daqui da cidade de Bacabeira, ele mostrou o livro, ele disse, **“não, mas isso aqui é o Engenho, aqui tem o original, é aqui no Engenho, justamente esse aqui hein, do livro”,** aí ele veio aqui, Zima garrou e mostrou pra ele, ele garrou e leu, **“ahhh, o que eu quero não dá aqui, esse aqui senhora, não tem quem tire vocês daqui, de jeito nenhum”.**

Pergunta: quem disse isso, foi o Calvet?

⁸⁰ Realizei pesquisa no IPHAN no dia 18 de setembro de 2015, quando entrevistei uma agente do órgão.

⁸¹ Pela compreensão de Michel Certeau (1990), “as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (CERTEAU, 1990: 102), adequadas a este contexto de pesquisa, quando minha interlocutora apropria-se da produção do inventário do IPHAN, como mecanismos de endosso de sua narrativa.

José: não, **quem disse foi o cara que leu, aquele que ia fazer a refinaria daqui do caminho de Rosário**. Eles eram aqui do Mato Grosso, uma área japonesa, né? eles iam fazer essa refinaria que não foi a frente, aí ele chegou e queria comprar mas como ele viu que não dava, ele leu, “hummm não dá”... ele veio pra ver se ele tomava conta por aqui pra entrar em negócio pra vender, né? aí isso Zima mostrou pra ele, ele disse “ahhh não posso, isso aqui não tem quem tire vocês daqui não, tá registrado em Nossa Senhora da Conceição, é da Santa” [risos]

Visto que quando se reportava a temática das festas usava como apoio o material produzido pelo IPHAN reiterando a legitimidade da posição de autoridade ocupada por ela na comunidade e também reconhecida para além dela.

A segunda produção se trata de um DVD intitulado “Patrimônio: uma história a ser contada e recontada” (Foto 02), como resultado de pesquisa realizada no local mas não informava o ano de publicação, sendo este material distribuído nas escolas do município de Bacabeira e que segundo encarte do material, dizia tratar sobre a importância e valorização do Patrimônio material e imaterial. Inclusive dona Zima apontou que só obteve conhecimento do material quando um de seus netos trouxe o material da escola. No DVD, aparecia tanto ela quanto as caixeiras da comunidade e seu esposo Zé Ribamar tocando tambor de crioula. Lembro ainda de sua reclamação em virtude de terem feito a pesquisa e produzido o material mas sem deixar uma cópia para ela.

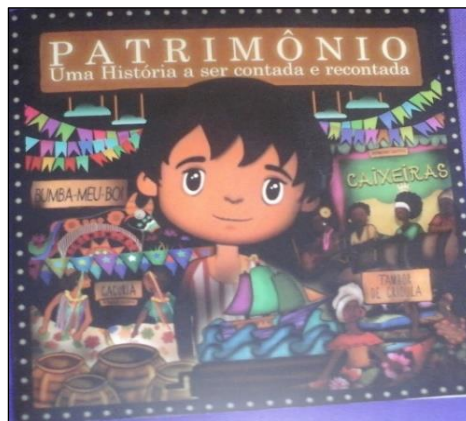


Foto 02 - Material produzido pelo IPHAN (s/n) com apoio do Terminal Portuário do Mearim S.A.

A terceira produção, trata propriamente do “*Inventário Cultural*” produzido em função da vinda do empreendimento da Refinaria. Trazia detalhes acerca do contexto histórico e geográfico da região, a catalogação de “bens culturais” referidas ao “patrimônio material e imaterial”, lista dos agentes entrevistados, dentre os quais estava dona Zima.

Situando a atuação do IPHAN na região, quero destacar a noção de *inventário* trazida a partir de Abreu (2007, p. 267) que explica ser uma ação de “*identificar, reconhecer e inscrever* no contexto da propriedade nacional as obras consideradas imprescindíveis para a nação”. Ou seja, o inventário se efetiva como um dos componentes dos *Atos de Estado* (BOURDIEU, 2014) e colabora para reforçar a posição de autoridade delegada ao Estado que por meio do IPHAN valida os elementos que serão ou não considerados “*imprescindíveis*” para a “nação”. Assim a noção que permeia o *inventário* como um registro válido assume caráter arbitrário e posição arriscada quanto à ideia de seleção e práticas de colecionamento envolvendo critérios que incidem sobre aquilo que deve ou não ser preservado e passível de se constituir como “patrimônio”.

Considerando o contexto desta pesquisa, a produção do inventário é um procedimento anterior a própria implantação de qualquer empreendimento, associado a pesquisa diagnóstica produzida pelo EIA/RIMA. Deste modo, percebendo o processo de operacionalização que esse inventários estão inscritos, ressalto a necessidade de relativizar essa produção “oficial”. Para esta análise destaco a fala da agente entrevistada do IPHAN que aponta.

Agora a gente tinha também um problema com relação a estes inventários, que é um problema que não parece que não combina muito instituição com pesquisa, porque as que pedem essa ação são sempre contratadas, então as pessoas têm um tempo e pesquisa às vezes naquele tempo e não dá pra você...aí as vezes aparece um dado novo e você não pode aprofundar porque já tá terminando precisa entregar relatório, aí enfim...isso é amarrado com preço de contratação de pessoal, essas coisas e aí termina que mesmo que você quisesse estender, termina que vai ficar você vai ganhar menos, o valor não vai aumentar [risos], não tem aditivo de preço, então vai continuar o mesmo valor, então se você tá contratado pra trabalhar seis meses por esse valor e você vai trabalhar em um ano, termina que o valor vai ficar pela metade, né?! Então tem essas questões ...

A demanda de urgência com que estas pesquisas são realizadas denotam a possibilidade da apresentação de dados apressados e, por isso, superficiais. E por isso mesmo, pouco possibilitam que as narrativas dos agentes sociais apareçam a não ser pontualmente em resposta a roteiros fixados previamente os quais não dão conta da dinâmica social dos grupos.

Assim quando essa ação é tomada pela perspectiva hierarquizante do Estado, pela atuação do IPHAN, num contexto de estratégias para implantação de empreendimentos desenvolvimentistas, o que se observa são práticas não com o sentido prioritário de validar e legitimar o que é relevante para os grupos numa tentativa de “resguardá-los”, mas apenas como um processo burocratizado, uma exigência institucional para objetivos que em nada contribuem para mobilizar positivamente os grupos referidos nestas produções.

Produção esta voltada para o sentido de registrar o “patrimônio material e imaterial” das comunidades que seriam atingidos ou influenciados pela ação do empreendimento. O sentido de “resguardo” do “patrimônio” denotaria assim à ação de inventariar aquilo que possivelmente poderá deixar de existir, ou seja, a ação do órgão possivelmente estaria para listar o passível de ser “destruído”, eliminado como consequência do *desenvolvimento*.

Por isso Boltanski e Chiapello (2009, p. 31) afirma que o “capital tudo fará para ‘capitalizar o conhecimento’”, sendo essa capitalização aqui remetida ao ato de mensurar, *inventariar*, os meios e modos de vida dos grupos, por isso que a produção do IPHAN, neste contexto, insere-se muito mais como um complemento da estratégia empresarial do que propriamente uma ferramenta em que os agentes sociais possam acessar para “resguardar” a “cultura local”.

No entanto para além desse interesse de cunho privatista sobre o ato de inventariar reside também a seguinte proposição. Sem adentrar na discussão sobre os sentidos do termo “patrimônio”, Gonçalves, chama a atenção para a perspectiva que “bem patrimonializado” deve encontrar “ressonância junto ao público”. (GONÇALVES, 2007, p. 246).

A este respeito, situo novamente a fala agente do IPHAN quando indago se tinha conhecimento de “registro” das festas do Divino e do Festejo de Nossa Senhora da Conceição da comunidade de Engenho. Sendo que a menção à ideia de registro foi aqui remetida para compreender o sentido das pesquisas realizadas pelo IPHAN sobre Engenho e suas festividades. A respeito do qual me respondeu.

Aqui podia ter, mas assim, isso aqui depende muito do olhar de quem tá pesquisando. Aí por exemplo, eles normalmente têm muita dificuldade com a gente do **IPHAN que trabalha com a ideia de referência cultural**. Então assim, não são todos os bens que a gente vai pesquisar, a **gente faz uma varredura mas aí a gente vai identificar o quê que é referência cultural pra aquele grupo**. Só que os pesquisadores, de modo geral, eles têm essa dificuldade de...ah é assim, “isso aqui eles falam muito disso aqui”. **O fato de falar muito não significa que não seja uma referência cultural**, então eles têm essas dificuldades [...] só que eles davam uma capacitaçãozinha e eu sempre dizia assim, olha só que a ideia de referência cultural, eu daqui posso achar que o Boi de Periz, o Bumba-meu-boi de Bacabeira é uma referência cultural, parece que é, né?! Mas assim, **vocês que estão a campo é que vão poder dizer isso**. Eu daqui de fora tenho essa impressão, mas eu não posso afirmar, tem que ir pra campo e checar. **Agora essa checagem não é só “todo mundo fala que o boi é referência”, assim...teve uma situação, não sei se foi nesse inventário de Bacabeira, de lá daquela região ou se foi em outro inventário que a equipe veio com essa questão, “ah porque tem a festa da igreja lá, procissão do santo lá”, não lembro qual era, aí assim que vai não sei quantas mil pessoas. Aí eu digo, o volume de pessoas que participa da festa, que é da igreja oficial, não é um indicativo, pode não ser um indicativo que seja uma referência cultural, entendeu?! Então é muito difícil apreender isso. Aí eu digo, ó pode tomo mundo dizer, aí todo mundo diz assim, ah você vai perguntar, ah a casa da professora fulana de tal, foi a primeira professora da cidade, todo mundo acha que aquela casa é importante, mas aí...[risos] eu sempre dizia assim, **quando a gente****

coloca que sempre tem que ter um antropólogo ou um cientista social, sociólogo ou historiador...significa que essas pessoas vão colocar o conhecimento delas nesta realidade. Então é juntar as informações que vem, você tem que passar por um crivo, você que estudou, porque se fosse só ouvir o que as pessoas tão dizendo, qualquer secundarista faria isso. Todo mundo, “ah tantas pessoas disseram que é ...”, mas pra quê que serviria a formação da pessoa. **Então tem que ter, você tem que colocar seu conhecimento a serviço desse trabalho**, aí junta as coisas, aí vai verificar, tu tá conhecendo o campo, conhecendo as pessoas, tá percebendo [...] [...] **o pesquisador tem que interpretar né**, tem que colocar seu conhecimento a serviço pra poder perceber o que de fato seria essa referência aí, e eles tem um pouco dessa dificuldade em apreender essa noção que o IPHAN trabalha, entendeu?!

Foi por meio de sua fala que tive acesso a outra categoria, a noção de “referência cultural” que segundo explicou, é uma perspectiva que se entroniza com a noção da “ressonância” que seria perceber aquilo que seja considerado como relevante para o grupo pesquisado.

Em uma primeira perspectiva, há uma aparente possibilidade de elencar aquilo que os grupos consideram como relevante quanto aos meios e modos de vida dignos de apreciação. Porém o que se verifica pela fala da agente institucional é que a ideia de *referência cultural*, ou seja, aquilo que seja relevante aos grupos, está subordinado aos critérios postos pela ótica dos próprios pesquisadores, que reafirmam a posição do Estado na disposição de classificar, pois serão eles que ditarão o que considerar relevante. Pois ainda que os grupos venham a solicitar “registro” como “patrimônio imaterial” junto ao IPHAN o processo demandado enfrenta uma série de *Atos de Estado* no sentido de verificar e validar a pertinência do pedido.

Exemplifico essa última consideração quando novamente me reporto a agente entrevistada ao explicar sobre o processo de solicitação de “registro” das práticas culturais a partir da perspectiva do “patrimônio imaterial”, que me explicitou.

Pergunta: Quem solicita o registro pra se tornar patrimônio imaterial? Tem a ver com iniciativa do Estado ou parte dos agentes, dos grupos essa mobilização?

Interlocutora: a experiência que a gente aqui com o povo do tambor [risos] no caso foi o poder público que teve a iniciativa, mas o **ideal, o recomendável é que seja os próprios praticantes do bem, que reconheçam que queiram e que tomem a iniciativa de solicitar o registro**. No decreto, na resolução 01 de 2006, esse que regulamenta quais são os procedimentos do registro é....diz quais são os entes que podem, ministro da cultura, secretaria de cultura, fundação de cultura, associações, que tenha personalidade jurídica, pode ser associação, enfim, então tem lá quem pode provocar o registro né?. **O ideal é que seja os próprios detentores que eles achem que é interessante e que eles entendam o que significa ser patrimônio e eles queiram ser patrimônio**. A gente ainda não teve uma que seja assim [risos]
[...]

Pode haver, **deve ter um proponente**, quem vai provocar, mas a instituição avalia a pertinência do pedido. Então tem todo um processo, então porque assim, por isso que

existem esses **inventários que são instrumento de conhecimento, de produção de conhecimento sobre o bem que a gente quer patrimonializar.** [...]

O proponente deve justificar o pedido e ele deve tentar convencer, porque passa por uma câmara, no caso do material, uma câmara técnica que são quatro conselheiros do IPHAN mais os técnicos. Aí por exemplo, **essa câmara vai avaliar a pertinência do pedido,** então ela vai ver se aqueles argumentos são fortes o suficiente pra se abrir, pra se tornar patrimônio nacional, **porque muitas vezes a gente acha importante, mas é importante pra nossa comunidade, não tem uma ressonância no Brasil, entendeu? Então pra se tornar nacional tem que ter essa ressonância, é isso que se fala.**

Não é só o fato de ser antigo, entendeu? Tem **que ter essa importância, memória, identidade...**[risos] tá lá na Constituição, no Decreto lá. Memória, identidade e formação social da sociedade brasileira.

As formas de categorização dos modos específicos de ser, fazer e sentir dos grupos são mediados por uma “racionalidade cognitivo-instrumental”. (GORZ, 2005, p. 12). Ainda que haja formas de entender as particularidades de cada grupo englobando os variados planos de organização o que se percebe é uma tentativa implícita em desmobilizar aqueles grupos que possam vir a solicitar o registro, tanto em função dos processos burocráticos postos quando aos grupos terem que convencer as instâncias deliberativo-representativas sobre a pertinência do modo como se mobilizam culturalmente. Atrelado a isso, os grupos estariam sob constante vigilância quanto a validação do título remetidos por um “prazo de validade” enquanto “patrimônio imaterial” quando é o caso, como atesta a agente do IPHAN.

Agora no caso do imaterial não, **o [patrimônio] imaterial é um processo social,** a cultura né, e aí isso muda independente da vontade de, são grupos né, são os detentores do patrimônio. Então ele vai ser modificado, então a gente não fiscaliza, como no caso do imaterial, que não é fiscalização, no caso a gente acompanha, **acompanha a evolução do bem,** daí que o bem quando ele é tombado, ele é tombado e não tem prazo de validade. **O bem que é registrado, que a gente diz no caso do imaterial,** registro né, não tombamento. **No caso do bem imaterial ele tem uma validade, o título de patrimônio, uma validade de dez anos, depois de dez anos o bem é reavaliado e aí se ele manteve as características que o tornaram patrimônio, o título é renovado, se não o título não é renovado.**

E aqui destaco a discussão sobre a hegemonia do saber científico dominante o qual o IPHAN se instrumentaliza, pois quem direciona, atesta o relevante, a “referência cultural” são os técnicos-pesquisadores que partem dos critérios da instituição e não necessariamente pela perspectiva que os grupos consideram importante, digno de nota ou registro. Presencia-se o “império do arbitrário” que mascara relações de poder e formas abusivas as quais as ações do Estado se embasam ainda que mascaradas por áureas de participação e inclusão dos agentes. (BOURDIEU, 1998, p. 37). No discurso da valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais o que se percebe é uma forma de conhecimento submetida como “produto da ‘cabeça’ dos oficiais da produção” (GORZ, 2005, p. 34)

Isso porque o Estado cria seus mecanismos próprios para “dar visibilidade aos grupos”, induzindo-os de certo modo, a se configurarem em um tipo específico de reconhecimento porém gestado hierarquicamente. O risco dessa forma de validação está para um reconhecimento externamente produzido sobre o *Outro* e que estigmatiza os agentes por um viés folclorizado e estático. O que está em disputa é um jogo, que é político, sobre quem detém a autoridade e o discurso legitimado. Assim, neste contexto que a fala e ação transformadora dos agentes sociais acaba sendo degradada ou inferiorizada na esfera política, pois aquilo que poderia ser considerado como tendo “ressonância”, acaba por ser desconsiderado se essa não se amplia essa visibilidade nos termos previstos pela ação do Estado.

Por isso que a não validação das formas de organização nos termos do grupo esvazia o sentido político de suas ações, visto que em alguns casos, estes modos organizativos se constituem como mecanismo de resistência contra as formas que oprimem ou tentam desmobilizar sua autonomia sociocultural.

CAPÍTULO 3

“(Des)caso planejado?” A refinaria que não se implantou

Neste capítulo apresento a discussão relativa à tentativa e/ou implantação de empreendimentos no município de Bacabeira, mais especificamente o projeto de uma refinaria de petróleo - a Refinaria Premium - e a Empresa Margusa. A discussão tem por base as narrativas dos agentes sociais estabelecidos em Engenho, no referido município. Com esta finalidade, faço um breve delineamento da conjuntura político-econômica que favoreceu a introdução destes grandes projetos na região, ponderando o modo como os empreendimentos em questão, de cunho privatista, foram planejados e executados através de consórcios promovidos com o Governo Estadual.

A partir de dados da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE⁸²), Paula Andrade (1995) informa que a MARGUSA, fundada em 1985 por empresários maranhenses tinha como principais objetivos, “a produção e comercialização de ferro gusa e de carvão vegetal; exportação, importação e comercialização de máquinas e equipamentos; florestamento, reflorestamento e administração de projetos florestais.” (PAULA ANDRADE, 1995, p. 26). Dados mais apontam que a empresa foi acolhida no Programa Grande Carajás no ano de 1985 como passo para obtenção de recursos públicos advindos da SUDENE e da Fundação de Investimento do Nordeste (FINOR).

Porém, após também receber incentivos fiscais, a MARGUSA é vendida para um grupo japonês chamado Yanmar do Brasil S/A, sediada em Indaiatuba, São Paulo, como parte de uma estratégia empresarial, pois, como explica Andrade (1995), inicialmente a empresa é constituída por um grupo de empresários maranhenses que após receber incentivos dos órgãos federais, inclusive por tratar-se de “iniciativa local”, é em seguida, repassada para grupos estrangeiros. A partir dessa conjuntura, no ano de 1995, período da pesquisa realizada por Paula Andrade (1995), o grupo Yanmar do Brasil S/A possuía 97% de suas ações e aos maranhenses o percentual restante.

⁸² “A SUDAM e a SUDENE são agências federais de desenvolvimento regional que operam através de políticas de isenção de impostos e de concessão de incentivos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) é um bando de investimento federal cujo objetivo é o fomento de atividades produtivas”. (CARNEIRO, 2013, p. 41)

CARNEIRO, M. S. *Mineração, siderurgia e desenvolvimento na Amazônia Oriental: um balanço da experiência do Programa Grande Carajás*. In: CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013.

Mas será apenas em 1991, ainda subsidiada pela SUDENE que a MARGUSA chega a Rosário, onde atualmente está situada o chamado município de Bacabeira, após emancipação político-administrativa realizada em 1994. Segundo Carneiro (1995), a entrada da MARGUSA na região insere-se em um quadro de crescimento e expansão da produção e exportação do ferro-gusa comercializado através do Porto do Itaqui em São Luís. Surge para compor um circuito de guseiras, instaladas tanto no Maranhão como no estado do Pará, relacionadas ao “Projeto Grande Carajás”. Como empresa guseira, para ser abastecida com a principal fonte de matéria prima, o carvão vegetal, a MARGUSA institui a Maranhão Reflorestadora Ltda (MARFLORA) que serve como empresa prestadora de serviços à MARGUSA que por meio de um *Programa de Manejo Florestal*, promove uma vasta plantação de eucaliptos nos ditos municípios de Santa Quitéria, Urbanos Santos, São Bernardo, Anapurus e Brejo. (PAULA ANDRADE, 1995)

Assim, a conjuntura analisada nos permite pensar que além das ações de empresas como a MARGUSA, a situação social pesquisada está marcada por outras questões como o fato de que apesar da refinaria não ter se implantado isso não significou a ausência de efeitos. E ainda aquela relacionada a expectativa de que a implantação do empreendimento da refiaria poderia sanar os efeitos negativos deixados pela MARGUSA, principalmente em relação ao desemprego⁸³.

A expressão apontada no título: *(des)caso planejado*⁸⁴, sinaliza justamente a crítica sobre o modo como são arbitrariamente esquematizadas as implantações destes projetos, principalmente porque apontam para uma série de proposições objetiva e previamente traçadas, antes mesmo de sua implantação, a respeito das ações danosas sobre os grupos familiares a serem atingidos. Ao se referirem ao modo como atuam os planejadores de empreendimentos desta natureza, Benson e Kirsch (2010) denominam por "indústria de danos" iniciativas que “se baseiam em práticas que são destrutivas ou prejudiciais para as pessoas e para o ambiente: dano é parte integrante do seu funcionamento normal”. (BENSON; KIRSCH, 2010, p.461)

⁸³ Em 2015, mais de 150 empregados foram demitidos pelas empresas guseiras instaladas em Bacabeira e que a MARGUSA/GERDAU teve que paralisar suas atividades por conta da diminuição da procura de ferro-gusa, matéria-prima do aço e pelo baixo valor ofertado para o produto. Situação justificada pela “crise” financeira que o país estava passando desde o ano de 2008. Para maiores informações acessar: <http://www.rosarionoticias.net/2015/03/Margusa-encerra-atividades-em-bacaeira.html>. Acesso dia 25 de agosto de 2016.

⁸⁴ Termo cunhado a partir da reflexão proposta por Parry Scott (2012) no artigo intitulado, **Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco**. In: ZHOURI, Andrea. Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília, DF, ABA, 2012.

Nesta perspectiva, as ações de “compensação⁸⁵” propostas e executadas por meio do consórcio entre agências públicas e privadas são geridas com a finalidade de dirimir impactos presentes e futuros sobre a comunidade. Contudo, são desprendidas dos modos e meios de vida dos grupos alvo destas ações o que incide como uma violência simbólica que provoca danos irreparáveis.

Em relação ao processo de implantação, situo como a realização de uma audiência pública que buscou notificar os motivos que levaram ao cancelamento das obras da Refinaria Premium, o que foi emblemático para ilustrar a noção de *(des)caso planejado*, posto que representa uma visão institucional sem as perspectivas e as expectativas das comunidades diretamente atingidas.

Apesar do cenário desfavorável, e com a tentativa de desmobilização dos grupos locais, destaco como os agentes afirmam sua autonomia produtiva utilizando-se dos recursos naturais mesmo com limitações a eles impostas, seja por formas de *constrangimento social*⁸⁶ ou pelo prejuízo às atividades da “roça” e pesca em função da poluição provocada pela Empresa Margusa. Frente a este contexto, busco compreender como os agentes reconfiguram suas práticas produtivas por meio de estratégias⁸⁷ para reprodução material, embora em situações desvantajosas.

3.1. Empreendimentos desenvolvimentistas, a Refinaria Premium I em questão

Calcados a partir de lógicas tidas como “racionais”, a implantação de empreendimentos de desenvolvimento obteve “êxito” especialmente a partir das “grandes concessões de terras públicas a empreendimentos privados no período ditatorial de março de 1964 a março de 1985” (ALMEIDA, 2008, p. 29) incentivados por políticas governamentais apoiadas por agências privadas, a exemplo do “Projeto Grande Carajás” instado na chamada Amazônia Oriental.

⁸⁵ Vide nota de rodapé número 40 da página 43, Capítulo 1.

⁸⁶ Ações praticadas por agentes de empresa local, a exemplo do vigia, que pela posição ocupada, obliterava o acesso das famílias aos recursos naturais e que, conseqüentemente, dificultava o exercício de atividades produtivas (“roça” especialmente”) que são alternativas à proposição de fichar na empresa. Esse constrangimento pode incidir sobre possíveis relações de “dependência”, mediadas, porém, por estratégias tecidas pelos agentes para acessar à terra e tentativa de desmobilizar as atividades produtivas, num primeiro momento. (ver tópico 3.3.1)

⁸⁷ “A noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura como o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe [...] Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. O que não garante a obediência mecânica à regra explícita codificada (quanto ela existe)”. (BOURDIEU, 2004: 81)

Ao longo do tempo, os efeitos históricos da concentração de terras, privatizações e implantação de deste projeto e outras iniciativas desenvolvimentistas culminaram no desenvolvimento de uma rede estrutural necessária para sua efetivação. Infraestrutura diretamente relacionada a uma rede de produção industrial voltado especialmente ao agronegócio e produção mineral (MENDONÇA, 2013)⁸⁸.

Acerca destes efeitos percebidos e sobre os modos de atuação destes projetos instalados no estado, destaco como eles têm sido processados, a partir de um excerto que informa sobre as modificações na infraestrutura não apenas da área específica de implantação do projeto.

No Maranhão, os desdobramentos deste projeto e de outras iniciativas desenvolvimentistas levou à constituição de uma ampla rede de infraestrutura com o objetivo de permitir a exploração e/ou escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio Maranhão e de estados vizinhos. Essa infraestrutura consiste em uma extensa rede de rodovias; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense; além do Complexo Portuário de São Luís, e mais recentemente, a Hidrelétrica de Estreito e os empreendimentos mencionados acima objetos de nossa pesquisa. Associado a essa infraestrutura, existem oito usinas de processamento de ferro gusa ao longo da Estrada de Ferro Carajás, além de uma indústria de alumina e alumínio (Alumar), as bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho) no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral. (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2010, p. 05)

Projetos de desenvolvimento que foram especialmente retomados a partir da década de 1990 e direcionados para a chamada Amazônia Brasileira, no Maranhão que está inserido na chamada Amazônia Oriental, parcerias entre agências públicas e privadas são formuladas para a execução destes empreendimentos. (SANT’ANA, *et. al.* 2013). Observa-se, neste sentido, a confrontação entre o processo desenvolvimentista pleiteado para o Maranhão e para a chamada Amazônia Legal e o modo como são ou não atendidas as necessidades locais dos grupos ali estabelecidos. Para Brandão (2007, p.44) “tudo se transforma em uma questão de distribuição locacional”.⁸⁹ O que entra em disputa são as variadas formas de uso do território e o modo como se atribui sentido aos recursos naturais disponíveis. O território e seus recursos tornam-se alvo

⁸⁸ MENDONÇA Bartolomeu Rodrigues. *PEREGRINOS DO DESENVOLVIMENTO: conflitos socioambientais, deslocamentos compulsórios e resistências nos casos de instalação de projetos industriais em São Luís e Bacabeira – MA*. XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia (ALAS), Chile, 2013.

⁸⁹ BRANDÃO, Carlos. **Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder**. In_ ORTEGA, Antonio Cesar e FILHO, Niemeyer A. (Orgs). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007.

de forças mercantis propaladas por interesses de cunho privatista. Conforme assinala Almeida (2012),

A Amazônia consiste num *locus* privilegiado para se observarem, empiricamente, tais transformações. Aí não se veem muralhas nem foram erguidos ‘guetos’, mas se sente, com todo vigor, a força das pressões de políticas que articulam a ação governamental, objetivando uma ‘organização’ hierarquizada dos territórios. Essa ação tem sido rápida, com objetivos de curtíssimo prazo, que exigem prontos resultados (hidrelétricas, gasodutos, minerodutos, hidrovias, rodovias, portos, aeroportos, linhas de transmissão de energia), cujos efeitos referem-se a acidentados debates jurídicos e à intensificação de conflitos sociais. (ALMEIDA, 2012, p. 67)

A lógica operacional destes projetos enfatiza uma noção de desenvolvimento direcionado as demandas do mercado externo descartando as especificidades locais, tal como apontado a seguir, na análise empreendida no estudo desenvolvido pelo Projeto Nova Cartografia Social⁹⁰.

A presença de grandes empreendimentos na Amazônia Legal, expressa a ideia hegemônica de desenvolvimento via uma economia ‘forte’, voltada para o mercado internacional. Nesse contexto, as empresas aparecem como destaque no debate sobre desenvolvimento regional, que se utiliza de diferentes práticas para monopolizar o território, contado com o subsídio estatal através de políticas e dispositivos legais que facilitam sua ação. Esse processo inicia-se no final do século XX e perdura até os dias atuais provocando uma rápida mudança no campo e avanço da fronteira agrícola brasileira. (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014, p. 08)

O sentido de vazio demográfico atribuído a estas regiões, “aparentemente disponíveis”, pelas agências empreendedoras, desconsidera o entendimento dos agentes sociais e como atribuem sentidos próprios em relação ao território, para além das conveniências do capital. Esses agentes sociais estabelecidos celebram singularmente seus modos de vida nas denominadas “terras tradicionalmente ocupadas” (Cf. ALMEIDA, 2008) e demonstram uma relação direta de interdependência com os recursos naturais disponíveis não apenas pelo prisma material, mas também simbólico.

É a partir desta conjuntura que situo o município de Bacabeira e sua especificidade. Localizado próximo ao corredor ou área de abrangência da Estrada de Ferro Carajás, constitui-se há pouco mais de trinta anos como base operacional para o desenvolvimento de planos e iniciativas governamentais. Dentre tais iniciativas identificam-se Programa Grande Carajás, o

⁹⁰ Cf. ALMEIDA, A.W.B de. **Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras**. In Povos e Comunidades Tradicionais. Catalogo. Livros, Fascículo. Manaus. PNCSA/UEA. 2013. pp.157-173

Programa de Pólos Florestais e o Corredor Norte de Exportação (CARNEIRO, 2013). A efetivação destes programas e projetos desenvolvimentistas, no entanto, pouco dinamizou a economia desta região.

Neste sentido, procuro discutir a noção de desenvolvimento não apenas quanto ao escopo de ações destes grandes empreendimentos, mas dos efeitos de certa “*violência institucionalizada*” decorrente da implantação dos mesmos nos grupos familiares locais. Quando projetos desta ordem são pensados, faz-se necessário também pontuar o quadro de ação de grupos como as empresas terceirizadas que atuam na efetivação do conjunto de práticas desenvolvimentistas propostas a região. Essas empresas terceirizadas ajudam a compor o conjunto de estratégias necessárias para viabilização de qualquer empreendimento⁹¹.

Busquei compreender os efeitos da atuação de dois empreendimentos inseridos na trama da produção de ferro-gusa: a Siderúrgica Maranhão Gusa S/A (MARGUSA), situada no povoado de Periz de Cima e do refino de petróleo Refinaria Premium I, instado em Bacabeira. É sobre esta última que quero me deter no âmbito deste capítulo.

Desde que as obras de implantação de uma refinaria no município de Bacabeira foram anunciadas pela PETROBRAS, pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Governo Estadual Maranhense, em 2009, aconteceram várias audiências públicas com a *participação* de agentes sociais que seriam afetados⁹². Nesta ocasião, foram esclarecidas as ações que seriam realizadas, bem como as implicações sociais e ambientais da implantação do empreendimento. A respeito da notícia do cancelamento das obras, em 2014, a informação teve repercussão⁹³ sobre a classe político-empresarial, mas principalmente sobre as famílias⁹⁴ que foram *deslocados compulsoriamente*⁹⁵ de seus territórios.

⁹¹ As principais empresas que atuam na região e situadas pelos informantes foram as relacionadas à construção civil como ATERPA e SERVENG. Estas terceirizadas compõem o braço operacional de obras de infraestrutura voltadas ao município de Bacabeira.

⁹² Ao todo foram cinco audiências públicas distribuídas entre três municípios diretamente relacionados ao empreendimento. Sant’ana Júnior Alves (2010, p. 07) informa, a respeito destes eventos que foram realizadas audiências nos municípios de Bacabeira, Rosário e Santa Rita, respectivamente, e duas no município de São Luís”, sendo todas coordenadas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA).

⁹³ “A Petrobras, ao anunciar a construção da Refinaria Premium, planejada para ser a maior refinaria já construída no Brasil e uma das maiores do mundo, por um lado, cria um fato político e midiático de grandes proporções no Maranhão, na medida em que vem acompanhada do anúncio da criação de milhares de empregos, do incremento e dinamização da economia local, da expansão das oportunidades, enfim, do anúncio de uma nova onda de desenvolvimento” (SANT’ANA JÚNIOR, ALVES: 2010, 06).

⁹⁴ Mais informações sobre os conflitos desencadeados pelo deslocamento compulsório de famílias, encontra-se no trabalho do prof.º Dr.º Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior e Elio de Jesus Pantoja Alves da Universidade Federal do Maranhão/UFMA, intitulado: “Conflitos Socioambientais no Maranhão: os povoados de Camboa dos Frades (São Luís-MA) e Salvaterra (Rosário)”.

⁹⁵ O termo se refere a um “conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”. (ALMEIDA, 1996, p. 30):

Embora os gestores destes projetos se planejem quanto a possíveis ações impeditivas para a concretização dos objetivos pretendidos ou esquematizem estratégias de compensação pelos danos socioambientais provocados, nesta conjuntura o que entrou em questão foi justamente a pretendida lógica orientada pela racionalidade, pelo controle e pela previsibilidade, que operacionalizaria as atividades produtivas destes empreendimentos. Segundo explicação de Parry Scott (2012), nesta circunstância

Mega-projetos de desenvolvimento mobilizam planejadores e administradores durante décadas em torno de objetivos hierarquizados bastante claros. Tudo é cuidadosamente planejado e permanentemente negociado ao longo de todas as operações, desde as primeiras inspirações de ideias até a concretização e execução do planejado e a administração da estrutura montada. **São negociações em muitos cenários, e previamente marcadas como desiguais.** Sempre atordoados com a morosidade dos processos recheados de obstáculos que enfrentam, os planejadores e administradores lutam para implementar os seus projetos, mobilizando contingentes de aliados que se aglutinam em torno das muitas oportunidades que tais projetos oferecem. E, via de regra, mais cedo ou mais tarde as populações que se encontram no caminho dos projetos, com todas as suas alianças, terão que fazer concessões a eles, por mais que consigam impor certas condições para embargarem o projeto, adiares-no, redimensionarem seu escopo. Mais vezes que não, **o que sobra para essas populações são, como dizem os planejadores, medidas para “mitigar” os impactos.** [...] (SCOTT P., 2012, p. 125)

Por uma lógica às avessas, os agentes governamentais promovem ações a favor de um certo desenvolvimento desconsiderando as situações localizadas de comunidades e agentes sociais, bem com sua relação material e simbólica com seus territórios, posto que são estes territórios os principais alvos destas ações desenvolvimentistas em função das grandes extensões de terras demandadas para sua efetivação.

No contexto de discussão das possíveis “ações de compensação” que seriam propostas pela PETROBRAS, em função do cancelamento das obras de construção da Refinaria Premium, foi realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Maranhão. O objetivo da audiência foi o de tratar dos motivos que culminaram com o cancelamento do empreendimento. No tópico a seguir, procuro traçar um esboço do contexto de realização da Audiência através do registro dos discursos proferidos pelos agentes estatais para uma compreensão crítica acerca das propostas de compensação neste *(des)caso planejado*.

3.2. *Sonho dos maranhenses? O cancelamento de um empreendimento*

Antes de apresentar a discussão travada no âmbito da Audiência Pública realizada, faz-se necessário pontuar as consequências do anúncio do cancelamento da obra da Refinaria Premium I para o direcionamento e o desenvolvimento da pesquisa de campo por mim realizada em Bacabeira.

Anterior a esta informação, reitero que o objeto de estudo inicialmente se direcionava a compreender os efeitos produzidos pelo início das obras de implantação da Refinaria Premium sobre a dinâmica social das famílias de Bacabeira. Porém, após mediação do cancelamento do empreendimento e consequente audiência realizada para entender os motivos que haviam levado a este estado de coisas, pressupus que talvez a pesquisa não iria se sustentar dado que o objetivo principal havia sido alterado.

Porém, o que poderia ter se configurado como o possível “fim” da pesquisa se transformaria em uma nova possibilidade analítica por meio da redefinição do objeto, ou seja, a partir do novo cenário, poderia mapear os efeitos desse cancelamento sobre as expectativas dos sujeitos da investigação. Isso porque os efeitos da implantação do projeto já eram sentidos antes mesmo do anúncio de seu cancelamento.

A confirmação acerca do cancelamento do empreendimento se deu por meio da realização da Audiência Pública realizada no dia 17 de abril de 2015, pela manhã, na Assembleia Legislativa do Maranhão. A audiência foi intitulada *Debate sobre os motivos que levaram ao cancelamento da construção da Refinaria Premium I e os efeitos socioeconômicos* (Foto 03). Obtive conhecimento sobre a audiência por meio da minha orientadora de pesquisa, que fora informada por um ex-aluno dela.⁹⁶ Assim sendo, fui orientada a acompanhar o evento a fim de tomar nota do que seria debatido na ocasião. Então, na data determinada, junto com outras colegas de curso que também desenvolvem pesquisa sobre a ação de projetos desenvolvimentistas, participamos desta atividade na Assembleia Legislativa do Estado.

⁹⁶ Há que ressaltar que os alunos que têm ingressado no PPGCSPA/UEMA são, em grande medida, oriundos de comunidades em situações de conflito e que isto facilita a circulação de informações sobre processos de violação dos direitos de povos e comunidades tradicionais.



Foto 03- Retirada do site da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Disponível no site: http://www.dpe.ma.gov.br/dpema/index.php/SiteInstitucional/ver_noticia/3759

Antes de avançar acerca nos detalhes e narrativas que compuseram o enredo desta reunião, é necessário salientar que a audiência pública é regida como um mecanismo constitucional de “participação” orientada por algumas normativas⁹⁷ que configuram o tom de sua realização. Resguardada pela Constituição Federal (1988), a audiência pública se compõe como instrumento para que os agentes sociais deliberem na esfera decisória acerca das chamadas “políticas públicas” instadas pelo Estado. Por isso, segundo Silva (2013), esse há de serem resguardados alguns pontos para que o conteúdo da audiência não incorra em certo “vício”, sendo os seguintes passos exigidos:

- (a) que a participação dos indivíduos e dos grupos interessados seja representativa;
- (b) que todos tenham acesso prévio a todos os elementos que serão discutidos na audiência pública;
- (c) que todos tenham garantido apoio técnico para realizar a análise e a reflexão sobre o tema;
- (d) que todos tenham espaço e tempo adequado para expressar a sua preferência;
- e (e) que o conteúdo dito seja considerado na ação das instituições políticas. (SILVA, 2013)

Quando então, a realização de uma audiência não se pauta por esses pontos, diminui-se, consideravelmente, a possibilidade de contestação pública e da dita “participação social”. O risco está para que o momento se torne apenas um protocolo a mais a ser seguido onde, por fim, prevalecem os interesses daqueles grupos que busca a efetivação de um megaprojeto, exemplificando. (SILVA, 2013)

⁹⁷ Destaco, especialmente as seguintes normativas: art. 5º, XXXIII; art. 37, §3º, II e art. 216, §2º que, inclusive, deram o suporte para criação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

Problematizo então, o que seria concebido como a ideia de “participação social” se esse mecanismo pode, por vezes se transformar, como aponta Santos e Avritzer (2003, p. 52) em um “processo de controle social organizado de cima para baixo” onde os interesses hegemônicos ganham pauta e prevalecem sobre os grupos que não detém daquele poder de influência.

Não desconsidero a relevância da conquista desses “espaços públicos”, o direito à consulta⁹⁸, no entanto, a crítica feita está em questionar, se de fato, esses cenários “públicos” constituem-se dialogicamente em contextos que considerem as pautas dos agentes sociais interessados nas questões debatidas. Ora, o modelo hegemônico de democracia é hostil em aceitar a participação dos agentes, a menos que estes estejam “confinados ao nível local”. (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 63)

Há que se considerar ainda o perigo da perspectiva de inclusão passiva dos ditos “cidadãos” na estrutura vigente de uma democracia liberal formatada pelos modos de representação e participação estanques. “Incluir” sem considerar as pluralidades, o espaço para exercício do dissenso, torna-se ação impositiva para estabelecimento, por parte do Estado, de uma “coesão social” homogeneizante visto que a sociedade é composta por grupos plurais e que possuem demandas específicas.

Neste contexto que se percebe na História, a distinção entre aqueles grupos e sujeitos “detentores da fala” e aqueles “detentores da voz”, que diz Rancière (1996: 35), os primeiros sendo aqueles que têm suas demandas ouvidas, entendidas e possíveis de atendimento, ao passo que os últimos, tem suas práticas e vocalizações, ecoadas como “ruídos” manifestos irracionalmente, que não detém de legitimidade, sendo assim, desqualificados, considerados os “não-contados”. (RANCIÈRE, 1996). Pouco adiantará ter meios iguais para acesso às instâncias de participação e justiça, por exemplo, se a fala dos agentes e o lugar de onde partem essas reivindicações não forem legitimados.

Acerca da audiência pública sobre a Refinaria Premium I, nos⁹⁹ direcionamos na data determinada para a Assembleia Legislativa do Estado. Na chegada, percebi um certo caráter intimista da reunião, isto é, havia pouca movimentação no local e pouca indicação de que seria realizada naquele dia e horário estipulados. Aos nos aproximarmos do auditório onde seria a audiência, foi necessário apresentar-se a atendentes que se encontravam em uma mesa de registro de presença. Precisamos informar nossos nomes e a instituição que representávamos.

⁹⁸ Vide Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

⁹⁹ Na oportunidade fui acompanhada das colegas de turma que também desenvolvem pesquisa sobre a ação de projetos desenvolvimentistas, a geógrafa, Jéssica Maria Barros e a historiadora Bárbara Cascaes.

Com atraso um atraso de quase trinta minutos para início da reunião, os principais agentes que participaram da mesa de *debate* começaram a se apresentar.

A mesa dirigente da audiência estava composta por representantes do poder público que também integravam uma Comissão Externa da Câmara Federal para formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a situação da PETROBRAS em envolvimento de desvios de verbas públicas, segundo indicado pela fala do senador Roberto Rocha na audiência.¹⁰⁰

Os pronunciamentos daqueles agentes, e aqui tomo como referência a fala de três representantes políticos de partidos diferentes que mais se expressaram durante a reunião - os deputados estaduais Humberto Coutinho (PDT) e Max Barros (PRP) e o senador Roberto Rocha (PSB) – trazem elementos de reflexão de suas perspectivas acerca do cancelamento do empreendimento, e, sobretudo do que estava implícito em suas observações. Constituíam-se naquela oportunidade como “porta-vozes” que por meio de “atos de autoridade” configurariam a “eficácia simbólica” de seus discursos, como acrescenta Bourdieu (2008), deteriam de “uma fala [que] concentra uma capital simbólico a ele atribuído por uma espécie de mandato do qual é imbuído. A ele é direcionado uma legitimidade. (BOURDIEU, 2008, p. 89). Um destes discursos autorizados foi proferido pelo deputado estadual/MA Humberto Coutinho, presidente da Assembleia Legislativa, como segue,

O Maranhão foi uma das vítimas, **nós aqui sonhamos de termos aqui uma refinaria, que é um sonho de muitos maranhenses, dos empresários que investiram no setor**, a PETROBRÁS gastou alguns milhões de reais nesse primeiro investimento, e todos nós maranhenses, ficam assustados com parada repentina, deste grande investimento e **o fim da idealização daqueles sonhos, que todos nós tínhamos** de um dia ver aqui no Maranhão, nosso Estado, uma refinaria, **investimento que diziam na ordem de 40 bilhões de reais** e essa comissão chega em boa hora, todos nós estamos ansiosos, [...] essa CPI tem toda autoridade, espero que chegue a uma conclusão convincente pra nós maranhense e pros cearenses também que foram vítimas desse engodo [...] **(grifos meus)**

¹⁰⁰ Anunciados em um primeiro momento estavam o Deputado Estadual/MA Humberto Coutinho (presidente da Assembleia Legislativa do estado do Maranhão), Deputada Federal/MA Elisiane Gama/PPS (coordenadora da comissão externa da Câmara Federal), Deputado Federal/CE Raimundo Gomes de Matos/PSDB (relator da comissão externa da Câmara Federal), Senador Roberto Rocha, Deputado Federal/CE Cabo Sabino/PR, Deputado Federal/MA Weverton Rocha/PDT, Deputado Estadual/ Wellington do Curso, Deputado Estadual/MA Cabo Campos, Mariana Urbano de Almeida (defensora pública do Estado) e outros políticos presentes que também tiveram fala durante a audiência, sendo eles: Deputado Estadual Adriano Sarney; Deputado Estadual Rico Telles, Fernando Furtado, Vinicius Louro. Após alguns pronunciamentos foi registrada a presença de outros agentes como o Deputado Max Barros, Deputada Valéria Macedo, inspetor da policia rodoviária federal Antônio Noberto, Prefeita da cidade de Rosário Irlair, senhor George Henrique Machado, procurador do município de Rosário, senhor Verilo Macedo, presidente dos sindicatos dos engenheiros do MA, vereadores Sandro Marinho do PSB e Jarson Rocha do PP da cidade de Rosário, secretaria de Educação da cidade de Rosário, Joaquim Neto, vereador Pedrosa, consultores da Câmara Federal Zé Ricardo e Ana, deste modo apresentados.

Seu discurso se entrelaçaria entre outros ainda a serem proferidos e que aparentemente denotavam um senso de descontentamento e indignação frente a desistência da PETROBRAS em dar prosseguimento ao projeto da Refinaria Premium I. A partir de discursos acalorados aqueles representantes faziam pronunciamentos que versaram sobre situações de “desrespeito ao povo maranhense” e sobre a destruição de seus “sonhos”. Fica, no entanto, as seguintes questões: a que “*povo*” eles pretendiam ali representar? ou quais “sonhos” estavam em xeque e a quem pertenciam?

Assim, apesar da aparente “preocupação” com a “*sociedade frustrada*” e o tom de *debate* anunciado pela audiência, não percebi a presença de representantes das famílias pertencentes aos povoados atingidos, tanto do município de Rosário quanto do de Bacabeira. O que transparecia nos discursos era um tom de contrariedade de interesses privatistas, ou seja, os pronunciamentos indicavam preocupação com a elite político-empresarial atingida mascarada, em discurso, pela defesa do interesse público. Exigiam que os motivos que levaram ao cancelamento “repentino” da Refinaria, fosse explicado¹⁰¹ pelos, bem como a prestação de contas sobre as verbas públicas, milionárias, investidas na obra da PETROBRAS. Em dois momentos da audiência, foi lembrado o montante gasto com o início das obras, que teve valores que se aproximavam da cifra de dois milhões e meio de reais.

Pairava um tom acusatório sobre a omissão e ausência de acompanhamento do processo de implantação do empreendimento, por parte dos gestores públicos responsáveis, os quais não foram especificados. A fala do senador Roberto Rocha ilustra este tomo, quando disse: “*A gente sempre imaginou que poderia ser um projeto com dificuldade de execução naquelas dimensões, mas eu confesso que eu nunca pode imaginar que ele seria completamente objeto de um estelionato político eleitoral*”. Apontou ainda que a própria diretora da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Magda Chambriard quando indagada em uma comissão especial da Câmara do Deputados, respondeu que não tinha conhecimento do projeto de Refinaria.

O *debate* travado na audiência apontava para a culpabilização dos responsáveis pelo empreendimento. Além disto, apresentou a proposição de medidas urgentes para compensar ao

¹⁰¹ No site da PETROBRAS há apenas uma nota de esclarecimento acerca do cancelamento das obras da Refinaria Premium I e II. Segundo a nota, a justificativa evidenciava que após revisões do projeto e especialmente de uma “reavaliação das projeções de mercado” a instalação do empreendimento em Bacabeira não levaria a “resultados econômicos satisfatórios” e por isso decidiram pela descontinuidade dos projetos. A nota foi publicada no endereço institucional da PETROBRAS intitulada “Esclarecimento sobre descontinuidade dos projetos Refinaria Premium I e Premium II”, disponível no endereço: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/esclarecimento-sobre-descontinuidade-dos-projetos-refinaria-premium-i-e-premium-ii.htm&ei=EN0HddtV&lc=pt-BR&s=1&m=733&host=www.google.com.br&ts=1472841075&sig=AKOVD67dwgdZBAo5mPpVxkL34jYB-itqxA>. Acessado em: 15 de Agosto de 2016.

estado do Maranhão os efeitos do cancelamento da obra. A preocupação, há que ressaltar, foi maior com o montante das verbas públicas-privadas utilizadas na implantação do projeto do que com os efeitos sobre as famílias atingidas, bem como a frustração de expectativas em termos de apropriação de possíveis oportunidades econômicas “desperdiçadas” pela administração estatal.

A este respeito, para o relator da comissão, o Deputado Federal/CE Raimundo Gomes de Matos/PSDB, os *benefícios* que a implantação da refinaria traria seriam “geração de empregos, fortalecimento da economia e de avanços tecnológicos além da formação de mão-de-obra”.

Além disso em fala direcionada à prefeita de Rosário e ao prefeito de Bacabeira, o senador Roberto Rocha sugeriu que o terreno destinado a implantação do empreendimento fosse “*invadido*” por famílias locais, incentivado via gestão municipal. Porém, contraditoriamente, ao político afirmar que caso o terreno reservado para o empreendimento não fosse para aquele objetivo, teria que “servir” para alguma outra coisa. Ora, o senador desconsiderava o fato de que no local do “terreno que deveria ser invadido”, haviam famílias¹⁰² historicamente estabelecidas. Sendo ainda por ele acrescentado a perspectiva de que se tal caso ocorresse, da invasão incitada, a PETROBRAS deveria ser totalmente responsabilizada.

Neste sentido que a ideia de *vazio demográfico* é muitas vezes utilizada como justificativa para implantação destes empreendimentos. A esta reflexão considero, a partir de Santa’ana Júnior (*et. al.* 2013), duas lógicas concorrentes entre si e que engendram conflitos que permeiam a noção de uso, ocupação e direito a acesso a estes territórios.

Destaca Sant’ana Júnior (*et. al.* 2013), que a primeira lógica, estaria calcada a partir da perspectiva das agências empreendedoras, no sentido de invisibilizar os grupos sociais constituídos em vários territórios, atribuindo um sentido de “vazio demográfico” ou “espaço vazio” sobre as localidades “aparentemente” disponíveis, deixando-as suscetíveis as ações de várias ordens, tanto no plano ambiental quanto social. A segunda lógica, consideraria o entendimento dos grupos locais, que “percebem o território como sendo pleno de significados”, e tendo-o como meio principal de garantia para reprodução física e social de seus modos de existência por se constituir como “espaço de realização de modos de vida próprios” (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2013, p. 05).

¹⁰² Foram deslocados os povoados, Baixa do Tiririca, Salva Terra I e II, Vista Alegre e Pode Ser, situados no município de Bacabeira. Para mais detalhes ver MENDONÇA Bartolomeu Rodrigues. **PEREGRINOS DO DESENVOLVIMENTO: conflitos socioambientais, deslocamentos compulsórios e resistências nos casos de instalação de projetos industriais em São Luís e Bacabeira – MA.** XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia (ALAS), Chile, 2013.

A situação das famílias dos povoados do município de Bacabeira foi acompanhada pela deputada federal (MA) Elisiane Gama (PPS), coordenadora da comissão externa da Câmara Federal e que presidiu a reunião. A deputada informou que alguns representantes iriam visitar o local onde as obras de terraplanagem já tinham iniciado, naquela tarde, e então “ouvir” a população sobre o cancelamento da Refinaria.

Mesmo com a visitação às famílias atingidas, o caráter específico desta Audiência Pública merece considerações. Apesar de constituída como ferramenta “democrática” do Estado, a reunião foi marcada pela restrição da participação e pela ausência dos agentes sociais diretamente impactados pelo empreendimento, tanto quanto ao *locus* da implantação quanto no espaço público, naquele debate ali travado. Para uma análise crítica sobre essa situação, exponho a fala de Almeida (2008, p.12) ao tratar que algumas formas de intervenção chamadas “participativas” “desestruturou comunidades e grupos inteiros”. Assim o dito ‘participativo’ constitui, nestes casos, como um ato de imposição executado de cima para baixo.

A noção de participação não se limita a promoção de um ato estanque de visitação, tampouco a eventual presença na cena de um debate cujos protagonistas não foram definidos através de negociação e representação prévia. Pela maneira como foi encenada, a Audiência Pública não representou uma forma de participação equitativa no espaço público, o que talvez fosse o mais adequado em termos das demandas dos grupos atingidos¹⁰³. A intersecção destes dois momentos, da participação efetiva dos agentes sociais na audiência e a situação de ouvi-los em seus contextos, ajudaria minimamente a dar outro tom ao debate estabelecido na audiência. Afinal estes agentes sociais estariam afirmando seus direitos no cenário político e social.

Ao caráter restritivo da audiência doam-se o fato de previamente ter sido estabelecido os momentos de fala dos políticos. Assim sendo, logo no início da audiência não teriam estabelecido limites aos seus momentos de fala e a alguns representantes a permissão de se pronunciarem à vontade sobre seu ponto de vista, por vezes em falas repetitivas e reiterativas. Por isso, foram momentos de falas autorizadas e privilegiadas, mas apenas para os “representantes oficiais”. A oportunidade de fala de representantes da *sociedade civil* só foi dada quase no término audiência, com tempo previamente estipulado, com poucos minutos para

¹⁰³ Para maiores detalhes acerca desse contexto, ver os trabalhos de Bartolomeu Rodrigues Mendonça, intitulado: **PEREGRINOS DO DESENVOLVIMENTO: conflitos socioambientais, deslocamentos compulsórios e resistências nos casos de instalação de projetos industriais em São Luís e Bacabeira – MA.** (2013); Horácio Antunes de Sant’ana Júnior e Elio de Jesus Pantoja Alves. *Conflitos Socioambientais no Maranhão: os povoados de Camboa dos Frades (São Luís-MA) e Salvaterra (Rosário).* (2010)

quem quisesse se pronunciar. Este arranjo, não contemplaria satisfatoriamente as demandas dos agentes sociais, caso estivessem presentes.

Apesar disso, estavam presentes a advogada Maria Urbano de Almeida, defensora pública do Estado e o senhor Márcio Mendonça, representante do Fórum de Sustentabilidade do estado. Estes representantes, a partir da posição que ocupavam, se pronunciaram demonstrando afinidade à situação dos deslocados, fazendo um alerta sobre os impactos ambientais na região.

Em sua fala, a defensora pública fez um relato sobre o desafio de intermediar *acordos* com as comunidades para a efetivação do empreendimento e que só foi possível estabelecê-los em função das famílias terem considerado, segundo ela, a possibilidade da vinda de “desenvolvimento para a cidade”, o que hipoteticamente lhes traria benefícios. No entanto, o anúncio do cancelamento do empreendimento reforçou a percepção dos efeitos negativos, tanto sobre a *agricultura familiar* quanto sobre os meios e modos de vida de dezenas de famílias.

Após este pronunciamento, poucos foram os aplausos direcionados à defensora na comparação com os discursos feitos pelos que a antecederam, em especial aqueles com tom redentor. Estes últimos, não custa lembrar, centravam-se na conjuntura econômica e nos recursos públicos desperdiçados no início da obra. Parecia que a defensora pública tinha falado de uma situação sobre a qual os presentes pareciam ignorar completamente. Este aspecto ajuda a refletir sobre a falta de previsibilidade quanto aos danos provocados aos grupos familiares não apenas naquele contexto, mas no longo prazo, uma vez que vão continuar à margem dos processos institucionais.

Quanto a ênfase econômica, o pronunciamento do senador Roberto Rocha ajuda a perceber como outras perspectivas foram menosprezadas naquele debate.

[...] Eu estive com o governador [Flávio Dino] essa semana, ele esteve em Brasília, e agora que ele foi informado, não sei nem se a Assembleia já foi, se o prefeito de Bacabeira já foi, porque eu acho, sinceramente, um desatino isso, um desatino, descaso completo, descaso completo. Eu sei, eu sei, porque estou em Brasília, eu posso assegurar pra vocês que o Governo Federal está atento a esta questão, talvez porque pela primeira vez esteja sendo dito inteiramente a verdade dos fatos e **o Governo Federal quer encontrar o caminho para pelo menos compensar o estado do Maranhão**. E encerro, propondo uma reflexão aos Deputados Estaduais que junto com a bancada federal **a gente encontre um jeito do Maranhão ser compensado com a perda da refinaria da PETROBRAS** que poderá sim ser feita um dia, pela, pela, é... localização privilegiada de São Luís. Desculpe meus amigos do Ceará, mas o Maranhão tem uma localização extremamente privilegiada, pois São Luís está no meio da ALCA, muito próxima do mercado asiático, pelo canal do Panamá, da Europa, do mercado sul americano, norte americano, europeu, africano, então São Luís tem condições de ser um grande entreposto do planeta, mas **se um dia essa refinaria for feita será com capital privado** [ênfase nessa última palavra], **capital**

privado, portanto quem vai determinar, não é nem o político, nem o social, será o econômico, e pra isso é importante demais que o Maranhão tenha um projeto de viabilidade técnica ambiental para que ela seja feita em São Luís, para que fique claro que o atrativo econômico, o ativo econômico principal é exatamente aqui, em São Luís, então esse projeto tem que ser feito, o Maranhão tem que fazer isso, isso foi feito um dia lá trás, mas é preciso atualizar. Então ficam aqui apenas essas reflexões e sugestões para tentar, modestamente, enriquecer o debate desta comissão.

A fala apresenta ideias relacionadas às “*políticas*”¹⁰⁴ de *compensação* “que esboçam tentativas arbitrárias de “reparar” danos irreparáveis, pois a “alternativa” não está em ações pontuais e indefinidas, conforme falou o senador. É provável que as “compensações” não atenderão as expectativas, nem as necessidades e tampouco respeitarão os direitos daquelas famílias.

Entretanto há que se destacar a fala do Deputado Estadual Max Barros (Foto 04) defendeu a ideia de não se aceitar compensações, mas a concretização do empreendimento. Entretanto, sua fala também não demonstrou preocupação com os efeitos sociais/ambientais ou sugestão de alternativas ao empreendimento, pontuando que o mesmo deveria ser executado de qualquer modo.

Em todos os pronunciamentos, os representantes do poder estatal, assumiram uma posição autorizada, como destaca Bourdieu (2014), que posicionavam-nos como legítimos detentores de proferir a dita ação mais “coerente e certa” para aquele cenário social. Estão imbuídos de uma *linguagem institucional* representativa de uma dada autoridade. Nas palavras de Bourdieu (2008):

Buscar na linguagem o princípio da lógica e da eficácia da *linguagem institucional*, é esquecer que a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora. [...] Pode-se dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, *representa* tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a. Há uma retórica característica de todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição. (BOURDIEU, 2008, p. 87)

¹⁰⁴ “Chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de *polícia*”. (RANCIÈRE, 1996b, p. 41)



Foto 04 – Pronunciamento do deputado estadual Max Barros na Audiência Pública sobre a Refinaria Premium I. Imagem disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

Fonte: <http://www.al.ma.leg.br/not.php?id=31351>

No entanto, avançando neste debate, destaco não apenas os chamados danos “socioambientais” pontual e temporalmente percebidos em lógicas de tempo - de curto, médio e longo prazos. Quero referir-me a um tipo de dano de outra ordem, o que Rancière (1996b) chama de “*dano duplo*”. Esta noção é trazida pelo autor a fim de problematizar como determinados grupos sociais são marginalizados e classificados como os “*sem-palavras*” e “*não-contados*”. O “*dano duplo*” forma-se em uma estratégia histórica e deliberadamente constituída visando perpetuar e marginalizar as demandas de determinados grupos sociais menos favorecidos, tanto na lógica econômica quanto social, imputando-lhes uma pontual “participação” e esporádico direito de fala e de escuta.

Em função do *dano duplo*, fica a encargo dos próprios agentes sociais a luta¹⁰⁵ pelo reconhecimento¹⁰⁶ de direitos fundamentais. Esses direitos transcendem a reivindicação isolada do direito de permanência em seus territórios, tecem estratégias simbólicas para reconhecimento de suas identidades, meios e modos de vida. Lutam contra a invisibilidade história a eles remetida e contra o processo de subordinação. Considerados o *Outro* irracional

¹⁰⁵ Tomo a definição de Weber ao explicar que só se pode falar de luta efetiva em situações em que haja concorrência, ou ainda, quando a luta se direciona à “perturbação de determinadas relações sociais concretas” impedindo sua reprodução, influenciando-as em favor aos objetivos traçados de certo indivíduo ou indivíduos associados. (WEBER, 2009, p.24). Ou ainda, segundo Foucault (1996), “qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar”. (FOUCAULT, 1996, p. 14).

¹⁰⁶ O sentido de “reconhecimento” é explicitado no texto, a partir de Nancy Fraser (2001), que se explicita a urgência em contestar todas as formas de “injustiça econômica” e “injustiça cultural ou simbólica”. Segundo a autora, o reconhecimento está baseado em dispositivos conjunturais que promovam uma “transformação geral dos padrões societais de representação, interpretação e comunicação, a fim de alterar todas as percepções de individualidade.” (FRASER, 2001, p. 252)

abordado por Foucault (2002) são estes considerados aqueles que “empatam” o modelo de desenvolvimento engendrado.

Diante dessas tensões, faz-se necessário relativizar os modelos promovidos pelas agências responsáveis pela implementação de empreendimentos desenvolvimentistas. Tais modelos valorizam uma lógica que se pretende racional e previsível, nega modos de vida e modelos próprios de organização social e política de vários grupos. Por outro lado, quando há sinais no sentido do “reconhecimento” da diversidade de modos de vida estes são tratados e retratados como dado estático, folclorizado. A catalogação por meio da produção de “inventários culturais” é um exemplo disto.

Ainda que um empreendimento tal como a refinaria não se efetive, danos permanentes são desencadeados nas regiões onde seriam implementados. As denominadas *políticas de compensação* aos empreendimentos em vias de implantação, consorciadas pelo Estado como política de “diminuição de impactos” não suficientes seja porque expectativas geradas não são atendidas, seja porque provocam mudanças efetivas na estrutura de vida dos agentes que estabelecidos na região.

As estratégias acionadas pelos agentes emergem em um campo de correlação de forças políticas e estão imersas em uma dinâmica econômica calcada pela égide desenvolvimentista. Conforme assinala Bourdieu (2014, p.33), a lógica hegemônica traça estratégias apregoadas por um discurso em prol do “bem-comum” mas que servem, prioritariamente, aos interesses privatistas, aos “dominantes economicamente e os dominantes simbolicamente”, atendendo aos mais variados grupos e agentes políticos, estatais e empresariais. E mais, relegam aos agentes sociais desfavorecidos uma posição imobilizada, pontual, “consultiva-participativa” e que mais se assemelha a “lógica policial” de controle e silenciamento como descrita por Rancière (1996b).

A especificidade do processo de implantação da refinaria e a realização de várias audiências públicas a elas concernentes, podem se configurar meros espaços informativos. Ao limitar a oportunidade de fala ou de qualquer senso de consulta que poderia ser minimamente estabelecida entre os agentes estatais-empresariais e os agentes sociais atingidos, predomina uma postura em que a fala e a “escuta” são estabelecidas a partir de cima, externa e unilateralmente.

Ocorre que o Estado, segundo Oliveira (2000, p. 62), opera na anulação daquilo que foge a normativa do poder hegemônico e atua por um modo próprio de silenciamento da demanda dos grupos sociais que por não obedecem aos “cânones geométricos” da ação estatal.

Apesar disso, as consideradas “classes dominadas tentam, por todos os meios, construir a política, fazer política.” (OLIVEIRA, 2000, p. 74)

Um dos propósitos da Audiência Pública que acompanhei teria sido esclarecer os motivos para do cancelamento das obras da Refinaria Premium I. A audiência foi realizada sob os holofotes da mídia; não considerou o cenário de descaso, destruição e displicência vivenciado pelas famílias deslocadas de seus territórios a fim de que o empreendimento fosse ali realizado sem sequer ter sido consolidado. Aos “*não-contatos*” (RANCIÈRE, 1996) lhes “sobra” a posição de serem externamente classificados como “emissores de ruídos”, ou seja, suas narrativas e necessidades sequer são consideradas efetivamente nestes processos consultivos, são postos como seres falados e não falantes. Se uma sociedade se pretende “democrática” deve oportunizar a expressão dos “interesses e valores conflitantes”, como aponta Mouffe (2003, p. 17).

Pensando mais detidamente sobre os efeitos e *danos* produzidos por meio da ação destes empreendimentos desenvolvimentistas apresento, posteriormente, como apesar da conjuntura desfavorável imposta, os agentes sociais da comunidade de Engenho conseguem se mobilizar frente as ações de poluição e limitação de acesso aos recursos naturais impostas pela empresa MARGUSA.

A estas ações deliberadas empregadas pela empresa local, considero estas ações de limitação como formas de constrangimento social. Apesar disso, os agentes têm resistido às tentativas de desmobilização da atividade produtiva e tem traçado estratégias que corroboram para constituição dos modos de vida dos grupos. Contexto que pretendo apresentar a seguir.

3.3. Um mastro de eucalipto? Efeitos da implantação da Refinaria Premium I e MARGUSA

Discorrer sobre os impactos dos empreendimentos desenvolvimentistas é considerar a natureza destas ações a partir de uma perspectiva economicista. No âmbito dos incentivos e realização de programas focalizados no crescimento econômico, um empreendimento do porte da Refinaria Premium I ganhou bastante espaço no meio midiático. Isto se deu, principalmente pelas premissas de “geração de emprego e renda”. De acordo com informações contidas em um vídeo institucional da PETROBRAS, a estimativa quanto a refinaria seria a criação de

aproximadamente 30 mil empregos. Isto levou a grandes expectativas, especialmente pelas famílias locais, que passaram longe de uma concretização¹⁰⁷.

Para a efetivação de um empreendimento deste porte, seria necessário a criação de um conjunto de estratégias a fim de fornecer suporte necessário para que o projeto se efetivasse, principalmente em relação à promoção de investimentos em infraestrutura. Desta maneira seria possível atender as expectativas, em especial a criação dos meios para escoamento e circulação de matérias-primas. Sem trazer para a análise o dado especificamente técnico, a instalação de obras se desdobra em uma articulação com vários pontos conforme o traçado feito por Mendonça (2013)

No Maranhão, os desdobramentos deste projeto e de outras iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração e/ou escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio Maranhão e de estados vizinhos. Desde o final da década de 1970, foram implantados: extensa rede de estradas de rodagem; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense; o Complexo Portuário de São Luís (formado pelos Portos do Itaqui, da Ponta da Madeira e o da Alumar); a hidrelétrica de Estreito e a UTE Itaqui. Paralelo e associadamente a estas obras de infraestrutura, foram instalados neste mesmo período: oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (Alumar) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral. (MENDONÇA, 2013, p. 5)

Esta malha de iniciativas ajuda a entender que os seus efeitos não se limitam apenas às áreas próximas à região onde são instalados os empreendimentos, visto que se inserem em um conjunto amplo e, de igual modo, seus impactos são ampliados. Sobre estes impactos, destaco como o próprio RIMA (FSADU/UFMA), apontava para uma série de efeitos que seriam produzidos pela implantação da Refinaria e notabilizados como irreversíveis. Essas interferências alterariam profunda e negativamente a estrutura social, principalmente os meios e modos de vidas das famílias próximas à ação do empreendimento.

Neste contexto mais amplo dos impactos, reitero que só pude perceber os efeitos provocados sobre os povoados locais, não apenas correspondente ao início das obras da refinaria, mas inclusive da Siderúrgica MARGUSA, a partir de uma sondagem (*surveys*) feita

¹⁰⁷ Informação divulgada por meio de vídeo promocional do empreendimento, disponível em: . Acesso em: 15 de Setembro de 2015.

logo nas primeiras investidas do trabalho de campo quando ainda procurava definir o *lócus* da pesquisa empírica.

No processo de delimitação empírica e definição do objeto de estudo, percorri os povoados São Pedro, Zé Pedro e Periz de Cima, em Bacabeira. Para além das especificidades de cada povoado quanto ao modo de vida de seus agentes, aponto o contexto que os interconectavam. Em alguma medida e por diferentes formas, todos tinham sido impactados com as ações destes empreendimentos.

Esses impactos, primeiramente percebidos em São Pedro, estavam relacionados a conflitos internos devidos a forte especulação imobiliária, em função do aumento do preço das terras. Resultaram em conflitos internos em torno da questão da propriedade da terra. Circunstâncias que envolviam a ação, aparentemente arbitrárias, de venda de terras pelo presidente da associação de moradores de São Pedro, conforme relato de um dos moradores desse povoado. Estabeleci contato com este senhor em função do meu intento de encontrar o presidente da associação. Ele consertava sua rede de pesca próximo às margens da BR 135 e ao abordá-lo, ele me contou que dificilmente encontraria o presidente, pois as pessoas do povoado não gostavam dele. A inimizade teria surgido em função da venda de um terreno que pertencia à comunidade, mas que em detrimento de algumas famílias que tinham lavoura no terreno, esse presidente e os membros da associação haviam sido os únicos beneficiados.

Já no povoado de Zé Pedro, encontrei dificuldade para tomar informações junto aos agentes devidos em certa medida a saturação produzida por diagnósticos e levantamentos feitos por “pesquisadores” contratados por empresas instaladas na localidade ou em vias de instalação. A produção de laudos e relatórios técnicos, como o caso de inventários culturais promovidos pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico (IPHAN), por exemplo, constituem-se requisitos para ação destes empreendimentos. Esta situação se caracteriza como estratégia de compensação promovida pela empresa financiadora da pesquisa, no caso os planejadores destes empreendimentos.

Por isso que neste último as únicas informações tomadas foram por meio do vice-presidente da associação de trabalhadores rurais do povoado. Ele havia informado que a associação atuava na busca e na garantia de direitos dos trabalhadores rurais, buscando apoio da prefeitura o desenvolvimento de projetos relacionados a criação de abelhas, para produção de mel. Além disso, a plantação de arroz e milho, além da criação de animais como galinhas, porcos e gado, constituía-se como principais atividades exercidas pelos moradores. Apesar disso, um de meus interlocutores me relatou que em função da vinda da refinaria alguns terrenos

do povoado haviam sido comprados pela PETROBRAS para que as ações necessárias para implantação do empreendimento fossem realizadas.

E como derradeiro efeito percebido, no povoado de Periz de Cima, em específico na comunidade de Engenho, explico as expectativas de empregabilidade suscitadas sobre os agentes locais, principalmente pelo fato de alguns terem buscado capacitação por meio de cursos técnico-profissionalizante. Alguns participaram de cursos patrocinados pela PETROBRAS e outros, por iniciativa própria, concluíram cursos em escolas técnicas privadas para atuarem, em especial, nas obras de construção da Refinaria.

Esta fala de descontentamento pode ser mais bem percebida a partir da exposição de Thalyane, jovem de 26 anos, neta de dona Zima que inclusive havia feito curso técnico de soldadora com intento de ser fichada nas obras da Refinaria, mas como sua tia, dona Nilde, respondeu, *“elas têm estudo, mas não encontram nenhum emprego pra elas”*. A respeito das expectativas criadas e pelo anúncio do cancelamento da vinda do empreendimento ela afirma

Thalyane: só afetou o desemprego mesmo, porque antes as pessoas estavam empregadas já né...a Margusa aqui também, agora que fechou, muita gente tá desempregado... eu acho que era as únicas coisas assim daqui, né tia, as empresas que davam benefícios assim pra emprego, era a Margusa e a refinaria...acabou tudo, a Margusa tá fechando¹⁰⁸ também, aí muita gente tá desempregado também. Aqui a única coisa ruim do lugar, que eu acho, é o desemprego mesmo que não tem emprego pra ninguém, tem que sair daqui do estado pra outro lugar...**muita gente aqui, todo mundo estuda, termina os estudos faz curso e tudo, mas fica em casa porque não tem...não tem emprego...muita gente tava fazendo mais curso pra se empregar e aí...**

Segundo a informante, o contexto orquestrado é então de poucas oportunidades de trabalho e quando existem são de caráter sazonal, porém também ressalta que aqueles que conseguem ser fichados têm que empreender esforços não correspondentes a remuneração percebida. O que fica implícito é que as expectativas existentes de empregabilidade depositadas, anteriormente, sobre a MARGUSA seriam sanadas com a vinda da Refinaria Premium I.

Outra fala que ilustra o descontentamento dos agentes sociais é a de Seu Antônio, lavrador de 56 anos de idade e morador de Engenho que disse sobre as desvantagens de ser fichado

¹⁰⁸ No período deste diálogo, ainda no mês de abril de 2015, a empresa Margusa havia cessado as suas atividades, possivelmente em repercussão do cancelamento das obras de refinaria, mas na pesquisa mais recente à comunidade, em setembro de 2015, a empresa já havia retomado suas atividades normais. A lógica implementada é então da subordinação destes grupos sociais ou a programas estanques de assistência social, ou instigando expectativas ilusórias e/ou sazonais de empregabilidade quando da implantação destes empreendimentos.

Antônio: [...] Agora e quem ficha em firma é assim, pode passar um ano, dois anos, um mês, vinte anos, vai depender do serviço, da empresa, o funcionário, salário, porque **não adianta você trabalhar numa empresa, tá empregada e seu salário não dá pra repor o seu custo, só pra dizer que você tá empregada, compensa? Não compensa**¹⁰⁹.

Embora haja expectativas no sentido de fichar nas empresas, a atividade ligada à lavoura ainda é praticada, mesmo que se cultive em uma área que não lhe pertença. Este fato não se constitui como condição impeditiva para deixar a “roça” ou ainda como disseram seu Antônio e seu Elilson.

P: E por que o senhor acha que muitos tem deixado de fazer roça ou pesca?

Antônio: Olha muitos deixou por emprego, agora não que emprego tá difícil, mas antigamente você, na época de 82 pra cá, 82 até 2001, 2002 por aí assim, você não sabe aquela área ali da ALUMAR? Na ALUMAR, você escolhia por qual firma você iria trabalhar lá dentro, tá entendendo? Inclusive, eu trabalhei lá em quatro firmas, só em uma eu fiquei três vezes, você podia fichar numa firma, trabalhar seis meses, um ano, quatro meses, saía? O custo era só receber os direitos, pã, partia pra outra, coisa certa, tinha muito emprego, aí o pessoal mais antigo, mais velho que nós que já quase não aguenta mais trabalhar de serviço ia se aposentando, ia se afastando e a rapaziada, **a moçada que ia começando se formar, muitos não quer saber de trabalhar na lavoura, tá entendendo? Quer saber de emprego quando emprego não tá tendo, e é por isso que tá a dificuldade que tá é porque muita gente largou de fazer, seus benefícios que fazia né? muitos largou,** muitos já também já faleceram e assim por diante, e **aqueles que é acostumado e gostam, assim como eu, ele aqui [Elilson] [...]** mas sempre pondo nosso pedacinho de roça, sempre fazendo, fazendo e tem lucro.

Elilson: É, hoje querem é fichar na empresa porque **o cara que trabalha de fichado trabalha menos, menos força, só maquinário,** ele tá ali só pra compor, fazer alguma coisa mais pra máquina fazer aí ele tá ali pra ajudar, **mas por isso que ninguém quer trabalhar na roça,** só por isso, porque fichado tá ali mais, tem uns que nem suja, trabalha a semana todinha com uma farda, não suja, nem soa também, mas tem hora também que o negócio pega pra eles quem ainda vai de pedreiro, carpinteiro [...] servente, aí suja, entre com betoneira, aí eles está ali pra fazer, tanto faz na BR quanto pela estrada da Vale, tem essas duas classes, principalmente, pedreiro e carpinteiro e servente...é nessas empresas é, todas as empresas trabalha aí tem que mexer com construção civil.

Apesar das expectativas criadas no sentido de fichar nestes empreendimentos e empresas terceirizadas há famílias que desempenham atividades produtivas como a “roça” e a pesca mesmo com a limitação de acesso aos recursos naturais advindos da poluição feita pela MARGUSA.

Para aqueles que não se encaixam nestas atividades produtivas ou que não conseguem fichar nas empresas locais são, algumas vezes, impelidos a se relacionarem a outras atividades como o transporte de cargas na função de caminhoneiros, por exemplo, ou ainda a buscarem

¹⁰⁹ Entrevista realizada no dia 22 de julho de 2016.

oportunidades de emprego em cidades de outros estados. Há também um outro grupo que consegue apoiar seus rendimentos por meio de programas de assistência social como Bolsa Família do Governo Federal ou da própria aposentadoria para aqueles que alcançam este benefício, como explica a informante quando questionada sobre as principais atividades desempenhadas pelos moradores de Engenho,

Thalyane: a maioria é roça, era roça, antigamente, hoje em dia quase ninguém tá tendo roça...mas acho que o benefício melhor que tem aqui, **cada uma aqui das pessoas tem o bolsa família** mesmo que tem, que sobrevive mais, que aí **tem a pesca também** na época de peixe, pescam, aí uns que **tem roça também...tão sobrevivendo**...que empresa aqui muito difícil, até lá mesmo na Bacabeira assim, muito difícil...**agente às vezes tem que sair daqui pra São Luís ou pra outro estado pra procurar emprego porque tá muito difícil e quando acha aqui...é...eles querem pagar pouco e agente trabalha muito e ganha pouco**...mas acho que também a aposentadoria deles porque aqui tá a aposentadoria dela e do meu avó.

No contexto de Engenho, as denúncias feitas pelas informantes mostram que o poder público não assume a contento as demandas de serviços básicos. Em uma conversa dona Zima e sua neta Thalyane, que incluiu dona Nilde e Gigi, esta última nora de dona Zima mostra esta percepção sobre os serviços públicos e as alternativas das famílias para driblarem situações e problemas para os quais não podem contar a assistência do poder público.

Pergunta : aqui tem posto de saúde?

Gigi : tem, mas a mesma coisa de não ter.

Nilde : tem aqui e tem outro lá no alto do Juçatuba

Gigi: mas esse aqui....má sorte mesmo.

Pergunta: e escola tem aqui próximo?

Thalyane: tem uma lá no alto também, no alto Castelo, Alto Satuba...três escolas aqui. Agora questão de escola e posto de saúde, cada povoado tem um.

Pergunta: e vocês tem posto de saúde aqui no Engenho?

Thalyane: não, ali da frente próximo do colégio, aqui em periz.

Zima: a gente quando adocece vai aí, às vezes não tem nada, a gente vai pra Bacabeira. Eu essa semana fui duas vezes aí.

Thalyane: aí ela vai só às vezes medir pressão e vem pra casa.

Zima: tava muito ruim de febre, dor de cabeça.

Thalyane: quando não tiver médico a pessoa tiver mal não pode dar um soro nem nada

Zima: mas pra Bacabeira tem

Thalyane: mas médico tem direto assim...mas quanto tá mal mesmo, tem que ir pra Bacabeira.

Pergunta: e vocês usam remédios naturais, de ervas?

Thalyane: ela faz é muito aí.

Pergunta: a senhora faz lambedor?

Zima: hum? Ah, eu faço.

Thalyane: muita gente vem aqui pra ela fazer.

Zima: faço de urucum com leite, é muito bom pra gente que tem....pra passar gripe, pra gente que ataca o nervo.

Thalyane: tem muita gente que vem aqui direito pra ela fazer remédio.

Zima: mas é bom é mesmo com leite que, tirado na hora da vaca.

Thalyane: tem um monte de mato, ervas que ela mistura aí, eu não sei nem o que é [risos].

Pergunta: o que mais a senhora faz assim de medicamento?

Zima: ah, eu me embrenho em tudo quanto é mato aí, tão sentindo aí, vem pra mim fazer.

Pergunta: muita gente vem atrás da senhora?

Zima: é, eles pedem pra mim fazer.

Pergunta: tem outra pessoa aqui da comunidade que faz também?

Zima: hum, faz é nada...minha mãe fazia era muito pros outros.

Pergunta: aí agora ficou a senhora fazendo?

Zima: hum rum, e ainda não cobro nada.

Thalyane: já veio até gente aqui de São Luís atrás dela.

Zima: eu benzo, mal olhado.

As necessidades das famílias locais levam os agentes a criar estratégias e formas alternativas para suprir e/ou complementar alguma necessidade não atendida, como o caso em que dona Zima, que detém um saber sobre a produção de remédio a base de ervas naturais, conhecido como *lambedor*. Ainda que fundamentais, uma vez que se convertem na possibilidade de superação das dificuldades e busca de solução para os problemas esta seria outra forma de *constrangimento*, o *institucional*, por ser provocada pelo Estado referente às formas de ação ou omissão em relação à oferta de serviços básicos para os agentes sociais, situação que colabora para deslocar a estrutura social das comunidades.

Este *constrangimento institucional* pode ser pensado como um dos efeitos da presença de empreendimentos no local, e que se desdobra em três situações específicas. A primeira delas se refere ao que chamo delegação, ainda que comedida, de prestação de serviços básicos como educação, por exemplo. São as chamadas “políticas de compensação” previstas como contrapartida pela implantação dos empreendimentos. No caso do consórcio entre o Governo Estadual e os planejadores de projetos desta natureza fica estabelecido em contrato que a instalação de um empreendimento, demanda algum tipo de compensação, seja quanto ao meio ambiente físico, seja quanto às famílias afetadas, inclusive com isenções de tributos.

Uma segunda situação diz respeito à precariedade dos benefícios sociais de cidadania e outros serviços sociais, bem como oportunidades socioeconômicas. Além da prestação de serviços na área da saúde, já mencionada, incluem-se educação e geração de emprego, dentre os mais sensíveis. Muitos agentes são impelidos a se deslocarem de suas comunidades de

origem para outras cidades em busca de soluções e alternativas que lhes assegure os recursos necessários, o que incide na dinâmica social, muitas vezes comprometendo a estrutura local.

A terceira e última situação tem a ver especificamente com a fragilização da mobilização da força de trabalho, por conta do impacto ambiental destes empreendimentos em áreas de cultivos, os campos naturais, um importante recurso que garante a autonomia produtiva, pois nestes campos de uso comum são desenvolvidas atividades como o plantio e a pesca, que são fundamentais para as condições materiais de existência destas famílias.

Atrelado aos desdobramentos desses efeitos, a percepção de que apesar da instalação da refinaria não ter sido concluída, os impactos negativos são sentidos como se o projeto tivesse se concretizado. Este não um caso isolado. Um conjunto de outras situações poderia ser identificado no que se refere a sucessivos projetos inconclusos¹¹⁰ naquela região.

Em Bacabeira, de modo mais específico, foi grande a expectativa quanto as possíveis vantagens que aquele projeto poderia trazer, uma vez que estava certo que seria instalado, quase a revelia dos agentes sociais locais. O cancelamento das obras deitou por terra as expectativas de suprir necessidades de empregabilidade, assinaladas com a instalação da Siderúrgica MARGUSA e não supridas. Esta empresa sofreria as oscilações do mercado externo, sendo sua produção sujeita às chamadas lei do mercado, com períodos prolongados de atividades alternados por outros de inatividade. Estes empreendimentos se caracterizam, no contexto macro, pela denominada *serialidade negativa*, pois se tratam de tentativas sucessivas de promover empreendimentos, muitos dos quais não alcançam as metas previamente indicadas, outros tantos ficam inconclusos e, no conjunto os gestores dos projetos buscam complementar a estratégia do outro.

Um dos impactos negativos da instalação destas empresas na região em que pesquisei que além do sentido simbólico, teve um efeito bastante concreto, foi a escassez de recursos naturais. Observei no caso das operações da siderúrgica MARGUSA, que os chamados campos

¹¹⁰ No caso maranhense, registra-se que além do cancelamento das obras da Refinaria Premium I, houve no período entre os anos de 1996-1997, a tentativa de implantação de um Pólo Têxtil e Industrial no município de Rosário, empreendimento que também não foi concluído por uma série de fatores de ordem política. Segundo informações disponíveis do blog do Luís Cardoso datada de Junho de 2010, a instalação do Pólo foi uma fraude ocorrida no período de vigência da ex-governadora, Roseana Sarney. O escândalo se deu também pela quantidade de verbas públicas desviadas visto que o empreendimento sequer chegou a se implantar, pois segundo esta fonte foram realizados empréstimos milionários no Banco do Nordeste do Brasil, além do uso indevido do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE). Para produção da “fachada do empreendimento” chegaram a ser enviados maquinários para o local pretendido para instalação do Pólo mas que representavam apenas 4% do valor financiado. Nesta situação dezenas de trabalhadores contraíram empréstimos para produção de máquinas de corte e de bombas hidráulicas que compunham parte da infraestrutura necessária. Informação disponível em: <http://luiscardoso.com.br/politica/2010/06/envolvido-em-escandalo-da-fabrica-de-rosario-acompanhou-prefeito-ate-a-casa-de-murad/>. Acesso em: 15 de Agosto de 2016.

naturais, áreas comuns, foram afetados de tal maneira que o *mastro*, um dos elementos que compõem o rito das festas religiosas locais, teve que ser tirado da plantação de eucaliptos desta empresa, que está localizada a aproximadamente 200 metros da praça central de Engenho. Esta situação é emblemática no que se refere a luta da comunidade pela manutenção de seus modos de viver, tendo que encontrar uma alternativa, mas é também bastante significativa ao apontar a resistência do grupo. O *mastro* de eucalipto traduz a continuidade dos modos de vida do grupo e os meios de representação simbólica, apesar dos impactos ambientais causados pela empresa.

Importa dizer, a plantação de eucalipto não é utilizada nas atividades da MARGUSA. A demanda de carvão vegetal desta empresa é suprida pela MARFLORA¹¹¹. Apesar disto, em seus relatos meus interlocutores apontaram que ali, no Engenho, a comunidade teve que se mobilizar fazendo frente a expansão da plantação de eucalipto. Para sustentar as atividades de produção de ferro-gusa da MARGUSA, feita através da queima do carvão vegetal, seria necessário um volume desta matéria-prima bastante desproporcional ao que o eucalipto plantado no entorno comunidade poderia fornecer. A este respeito, Seu Elilson e Seu Antônio, explicaram que foi através da intervenção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) que o conflito foi solucionado, com o embargo a expansão da plantação

Pergunta: E aquela plantação não utilizam?

Essa plantação eles fizeram pra colher a madeira pro próprio carvão, tá entendendo? Mas **nunca foi utilizado não**, por eles não... é de fora que vem o carvão já pronto nas carretas.

Elilson: agora **foi proibido essa plantação de eucalipto pelo IBAMA** porque **ele suga muito a água, na hora que tem ele, é tudo seco, inclusive depois da plantação dele, tem uns açudes bem aqui no canto, eles secaram, porque depois que ele foi plantado ele seca, o açude aqui seca** e o IBAMA impediu que eles continuassem a plantação nessa área todinha, deixaram só aquele ali como teste e só aquele ali ficou, aí a plantação aqui, de eucalipto aqui é lá na área de, que é Urbano Santos e Santa Quitéria.

Antonio: aí já queimou muitas mil toneladas de carvão, rum... é muito carvão, é muito carvão.

Elilson: **mas lá onde tem já foi proibido também**, mas lá ainda a área lá que foi plantada o eucalipto lá é muito grande, lá em Urbanos Santos, antes de chegar em Urbanos Santos que passa dentro a BR... não é BR não, é MA. Aí depois dela lá, **beirando a plantação de eucalipto fizeram um conjunto, lá em Urbanos Santos, de minha casa minha vida. Aqui fica a plantação de eucalipto e bem aqui assim é a casa, o caminho de casa.**

¹¹¹ Maranhão Reflorestadora Ltda (MARFLORA) é instituída como empresa que presta serviços à MARGUSA. Corresponde a um Projeto de Manejo Florestal, situada em alguns municípios como Santa Quitéria, Urbano Santos, São Bernardo, Anapurus e Brejo, com especialidade na produção de carvão vegetal, uma das principais matérias primas utilizadas pela guseira. (PAULA ANDRADE, 1995, p. 27). Trabalha, principalmente, com extração de madeira (eucalipto) a partir de floresta plantada. Desde 2011, instituída como MARFLORA Energética Ltda.

O fato de extraírem o *mastro* da festa dessa plantação de eucalipto mostra como os agentes lidam a presença da empresa, não deixando de exercer as atividades, apesar das dificuldades e limitações, ou como assinalado anteriormente, apesar do *constrangimento social* resultante da poluição do açude e dos problemas com a fertilidade do solo. O “arsenal adversário” foi convertido em elemento constitutivo dos modos de festejar. Daí eu considerar esse uso do eucalipto para a confecção do *mastro* um elemento de resistência¹¹² em face de ação da empresa, pois as atividades desses agentes não podem ser esvaziadas de um sentido político.

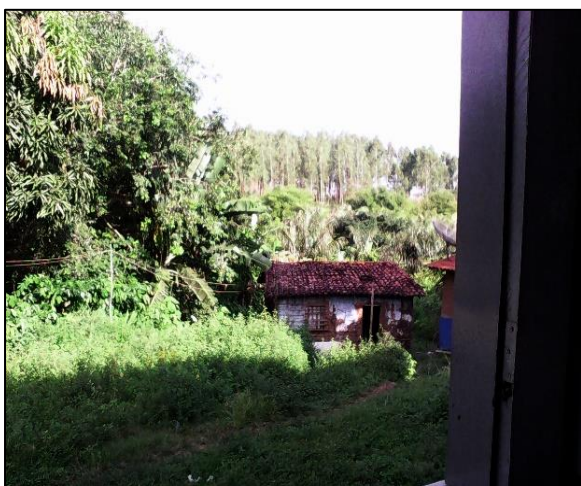


Foto 05 - Plantação de eucalipto da MARGUSA vista da janela da igreja Nossa Senhora da Conceição. Foto da autora.



Foto 06 - Procissão realizada para busca do mastro na plantação de eucalipto da MARGUSA. Foto da autora.

Percebo então a interseccionalidade entre dois planos situacionais. O primeiro plano percebido pelos modos de vida dos agentes locais que reatualizam a busca (luta) pela reprodução material-simbólica, seja pelo modo como permanecem com suas atividades produtivas apesar das limitações impostas pela siderúrgica MARGUSA ou pela forma como utilizam do eucalipto para feitura do mastro (Foto 05 e 06). E o segundo plano que explicita o contexto de ação da empresa que engendra situações conflitivas pela forma de constrangimentos social já apontadas e pelo jogo permissivo traçado ente as famílias e os responsáveis pelo terreno que “permitem” a continuidade das atividades de “roça”.

¹¹² Categoria aqui empregada a partir da conceituação de Scott (2008), sobre o que o autor denomina de “arte da resistência”, destacando que a resistência permeia as microesferas das relações sociais, dentro e fora do campo de luta social, constituídas a partir de vários mecanismos e estratégias, a depender do contexto social orquestrado. A exemplo destes mecanismos de resistência evidencio a comemoração de festas religiosas. Estas por sua vez, além de estarem imersas em um campo simbólico de representação social também constituem ações mobilizatórias de resistência frente a ações que visam desmobilizar ou engessar suas práticas, destituindo-as de seu sentido político.

3.3.1. “Se não tiveres compaixão com essa poluição tudo vai se acabar”: A busca pela autonomia produtiva

*Periz de Cima está numa situação
Com uma poluição em caso de calamidade
Num povoado que só mora lavradores
Hoje nós temos cantores para nos representar
No campo temos muito peixe, criado pela natureza
Nós temos a criação de gado e tudo isso é uma beleza
Temos os pássaros de pena como o marreco e o guará
Se não tiveres compaixão com essa poluição tudo vai se acabar.*

*Troada de Bumba-meu-boi
Raimundo de Jesus Moraes Santos
“Zuka”*

O trecho em destaque refere-se a uma *troada*¹¹³ composta, segundo seu Elilson por uma pessoa conhecida como Zuka, morador de Periz de Cima. A composição é feita em um momento de descontentamento produzido pelos efeitos da poluição naquele povoado provocados pela implantação da MARGUSA.

Deste modo, se percebe como a entrada destes empreendimentos alteram os modos de vida das famílias em vários aspectos. Na situação social da comunidade de Engenho, quanto à mobilização da força de trabalho, pode perceber tanto expectativas mais pontuais de alguns agentes em querer fichar na guseira ou nas prestadoras de serviço relacionadas aos empreendimentos locais para obras de infraestrutura em construção civil como ATERPA, SERVENG¹¹⁴.

São estas prestadoras de serviço e que atuam como empresas terceirizadas em obras de infraestrutura e construção civil desenvolvidas em Bacabeira. É possível perceber a ação destas empresas por parte do percurso da capital, São Luís para Bacabeira, nas obras de duplicação da BR 135 e recapeamento asfáltico, duplicação da Estrada de Ferro Carajás da empresa Vale e da substituição da adutora do Sistema Italuís (CAEMA), principal abastecedora de água de São Luís, atendendo a um contingente de aproximadamente 60% dos bairros da capital. Atividades que foram intensificadas, segundo alguns interlocutores, no período em que a Refinaria Premium I iria para Bacabeira, em 2009.

¹¹³ Nome que se dá a música cantada na brincadeira do Bumba-meu-boi.

¹¹⁴ Empresas responsáveis em também desenvolver atividades em engenharia e construção civil e obras de infraestrutura. Além disso, a SERVENG trabalha em setores ligados à mineração. O consórcio entre as duas empresas foi estabelecido para execução das obras de duplicação e restauração da BR 135. Informações contidas no seguinte endereço eletrônico:< <http://grupoaterpa.com.br/aterpa-mmartins/consorcio-serveng-aterpa-mmartins-e-o-responsavel-pela-duplicacao-e-restauracao-da-br-135-ma/>>. Acessado em 10 de setembro de 2016.

Com estas informações quero destacar assim como a ação dos grandes empreendimentos, aquelas atividades que a elas se relacionam, também interferem negativamente na dinâmica produtiva e autônoma das famílias que utilizavam áreas determinadas áreas para a lavoura e que foram afetadas pelo avanço daquelas ações para implantação ou reorganização de infraestrutura. Assim destaca seu Elilson quando conversávamos sobre as dificuldades de ter lavoura, principalmente sobre a plantação do arroz, não apenas prejudicada com efeitos da poluição já produzida pela MARGUSA como por estas atividades que limitam o acesso e uso das terras que são cultiváveis

Pergunta: Mas o arroz não se planta mais por quê?

Elilson: É que dá trabalho, porque aí você planta ele é danado pra dar um bicho que dá quando ele nasce. Ai o bicho vai e aparece umas plaquinhas aí ela vai e corta embaixo, aí você tem que botar um venenosinho, botar um veneno pra não dar elas, quando começa a ver dá um tal de chupador, o chupador ele vai chupando o...não antes dá uma tal de gananpara, é muita praga que dá nele, sorte quando não dá né?! Aí tem pessoas que benze de reza, rezar na roça, aí o bicho vai embora. Aí depois da o chupador, aí quando não dá chupador, aí quando ele tá amarelado vem a graúna, a patatiua pra chupar ele também, comer. A graúna pra comer, aí tem que tá na roça vigiando, gritando o dia todinho, de de manhã até seis horas da tarde, “êeee...”, aí o bicho vem, aí é gritando, atirando, batendo em lata que é pra sair embora. Aí quando tá bom, nego vai e corta, aí quando corta traz pra cá. **Agora é bom de plantar ele aqui no campo de Periz, ali entre uma estrada, tem a estrada de ferro, entre a BR e a estrada da Vale. Ali que nós planta arroz. Lá a prefeitura mandava o jiricu pra dar e lá não tem esses bichos.**

E do outro lado tem as torres, ali doutro lado, dá entre a estrada e as torres também, aí tem dois anos que não planta por causa da Vale que mexeu aqui desse lado e as chuvas também esse ano não vieram, do lado das torres, também tá passando aquela outra estrada da tubulação, aí nunca mais foi mexido.

Pergunta: então essa obra acabou atrapalhando quem ainda queria voltar plantar arroz, é isso?

Elilson: É, atrapalhando que nêgo tava plantando arroz e lá não dá bicho nenhum. Não dá e não dá graúna, e tem graúna, não dá graúna, esses bicho que tô falando, chupador, não dava essa gapara, não dava nada.

Ainda que as circunstâncias desfavoráveis se apresentem, aponto como os agentes conseguem estrategicamente traçar mecanismos de resistência para negociar o acesso ao território, como explicarei a diante, na relação com a empresa guseira de Periz de Cima.

Considerando especificamente os efeitos da plantação de eucalipto feita pela empresa e da “*área de rejeitos*” situadas a aproximadamente 200 metros da comunidade de Engenho. Nesta área há o descarte da *munha* (Foto 07 e 08) composta por resquícios de vários tipos de minérios com potencial tóxico e descarte de carvão vegetal utilizado nos procedimentos da guseira. A este respeito, quando indaguei sobre o descarte da *munha* e da plantação de eucalipto, seu Antônio e seu Elilson explicaram que

Antônio: Dá-se o nome de *munha*, é o pó do carvão de onde eles tiram de lá da Margusa e vem localizar, jogar numa área lá, pra benefício mesmo, a finalidade, pra evitar acidente, o povo não entrar, animal não entrar, era cercado, mas o povo mesmo, o povo, que eles cercaram, botaram aquelas pracas né? tá entendendo? E aí, mas mesmo assim, o pessoal foi, entrou, esbandalhou, levou o arame, a tela e entrando **muita gente se queimou, animal se queimava**, a respeito disso aí, eles fizeram a coisa certa, tiraram, separaram a área, cercaram de tela, como ele sabe aí, estaca de cimento mas liquidaram com tudo e continuava a entrar, agora não que não tão fabricando né? acho que ainda tem fogo pra lá? Acho que não né?

Elilson: tem mais não.

Antonio: mas se queimou muita gente lá, muito animal, ave maria! Rum...

Dunga, neto de dona Zima, quem me levou para conhecer essas áreas, disse que os funcionários da empresa depositavam o carvão misturado com minério e algumas vezes um “carvão limpo”, que seria aquele sem a contaminação de minérios. O carvão ficava “disponibilizado” na “área de rejeitos” da empresa, que tinha entrada facilitada, ainda que sinalizada com alerta de perigo. Assim, algumas pessoas pegavam esse carvão descartado com o interesse de utilizá-lo ou como fonte de combustível, para fazer fogo e cozinhar alimentos em casa, ou para revenda.



Foto 07 - A “Munha” na área de rejeito da empresa



Foto 08 – “Munhas” que ficam próximo a plantação de eucalipto da MARGUSA.

Na busca pelo “carvão limpo”, Dunga acrescentou que muitas pessoas já haviam sofrido graves queimaduras com o “fogo”. A referência a este “fogo” se dá porque a *munha* dispensada vinha da empresa em alta temperatura favorecendo assim que tanto animais, pessoas desavisadas ou aquelas que não sabiam identificar o “fogo” da *munha*, se queimava, isso porque a *munha*, segundo os relatos, conversava o fogo por certo tempo

Ainda com a presença do risco a retirada do carvão era vista como oportunidade para conseguir uma forma, ainda que não constante, para uso próprio ou para complemento de renda.



Foto 09 - “Área de rejeitos” da MARGUSA. Depósito das “munhas”



Foto 10 – Visão abrangente da área restrita. Local do depósito do carvão.

Pela perspectiva do vigia e agentes da empresa essa situação caracterizava os agentes locais como invasores da área da empresa. No entanto, a entrada de algumas famílias nessa “área restrita” (Foto 09 e 10) deve ser compreendida como ação estratégica por parte dos agentes. Porque em decorrência do avanço da empresa sobre o território, as famílias sofreram limitações para a atividade da “roça” e prejuízo sobre a pesca, esta última por conta da poluição. Pontua-se sobre os modos de ação destes empreendimentos, e no caso desta situação, da MARGUSA.. Pois tomado por este sentido, o considerado invasor seria a empresa e não aquelas famílias há décadas estabelecidas em seus territórios.

Ainda sobre os impactos da área de rejeito situar-se próximo a Engenho, seu Antônio aponta que a *munha* descartada foi a responsável pela poluição do açude e do solo, matando vários peixes e deixando a terra difícil para a lavoura. Embora, pelo relato desse agente, a empresa tenha levado em carretas, parte dessa *munha*, os efeitos foram sentidos e as consequências permaneceram, como ilustrado no diálogo a seguir.

P: E como o senhor vê a ação da empresa Margusa?

Antônio: Ela já andou poluindo umas áreas, mas não é uma poluição que não dê pra pessoa cultivar o que planta, tá entendendo? é uma poluição, a gente chama isso poluição porque isso aqui não tinha antes dela, a gente podia trabalhar tranquilo tudo que plantava dava nascia bonito, dava, prosperava, a gente trabalhava limpo e agora não porque parou e aí o inverno foi razoável, agora você pode trabalhar, entrar no mato, do jeito que entra saí, mas na época, muitos anos atrás aí, você entrava quando saía só vinha aparecendo os dentes e a boca, é da poluição, tá entendendo? Todo sujo e aí a plantação também já começando a se prejudicar, devido a poluição, aí já não dava mais como anteriormente, antes dela entendeu?

P: Então o senhor acha que a atividade da roça foi prejudicada por conta da ação da empresa?

Antônio: Foi, foi, até porque esse dito Adroaldo ele falou pra nós, a gente que, lá na igreja, uma reunião, que a gente podia vindo cultivando, trabalhando na terra mas só que de determinado tempo, dez anos pra frente dela, depois dela instalada aí, a

Margusa, ela ia, a poluição ia começar a prejudicar a colheita, como prejudicar prejudica mesmo, tá entendendo? Já não dá mais aquilo como era antigamente antes de ter ela aí, devido a poluição que é muito.

P: E a pesca também foi alterada pela ação da empresa?

Antônio: Uns tempos atrás, uns quatro anos aí atrás, a poluição andou prejudicando muito a pesca porque o peixe você pegava, podia ser o tamanho que fosse, a carne todo tempo era molinha e devido a poluição, a continuidade dela aí, aí arreando para o campo a sujeira, aí a carne do peixe começou a endurecer, endurecer mesmo, nera Elilson? Quanto mais os peixe menor mais a carne ficava dura, dura, dura, dura...e antes dela não, todo tempo era com a carne beleza, como tá agora, que ela tá parada aí, não sabe? Não sei se vai funcionar, uns diz que vai outros dizem que não vai, não sei... sei que tá parado lá. O mato tá limpo também, não tem mais aquela poluição que tinha e assim.[...]

E a Margusa aí, vou lhe falar, **o vento soprava aí**, eu vou lhe falar, era o campo, era o mato, era tudo, **aí você entrava no mato, principalmente de manhã, ix...e a coceira que dava? Rum...era, aí você tirava a roupa ia lavar chega quando torcia era aquela água preta, assim que é.**

Um tempo também, no começo logo, **ela invadiu os igarapés**, tá entendendo, aí chegou conhecimento do IBAMA aí foi uma revolução arretada aí, aí falaram muita gente eles tiveram que mandar de esgotar os igarapés, de lavar, enxugar, **os peixes era morrendo né?!** aí como fizeram uns reservatóriozinhas aí acumulou um pouco né, aí daí pra cá não foi mais como era, como era, que começou, que se continuasse como começou, e não tivesse uma pessoa que tomasse providência pra impedir aquilo, eu não como era de tá isso aqui.

Tava prejudicando muito o pessoal, a população, aí o pessoal se reuniu, se revoltaram e comunicaram as autoridades.

Elilson: matou os bichos

Antonio: matou. Aí foi preciso lavar os igarapés, enxugar a barreira dele, tá entendendo?

P:E quem mandou fazer essa limpeza?

Antonio: a Margusa que mandou fazer, de limpar o que tinha sujado, cê entendeu? [...] **porque o peixe tava morrendo, morrendo mesmo.**

Na relação empresa – comunidade, tomo novamente a fala de seu Antônio, pra falar sobre as ações de impedimento demandados pela MARGUSA sobre Engenho, ele explica

Não, já no começo, no começo uns 25 anos atrás que a gente não vinha trabalhando né? porque disse que compraram isso aqui e nunca ninguém soube quem era o dono, aí **uma vez a gente se manifestou, aí começemos a roçar em grupo** pra depois de queimado, dividir né?! aí por detrás disso, inclusive nesse tempo tava até trabalhando na Margusa, nesse período, nesse dia, aí eu mandei um rapaz trabalhar pra mim uns dois dias, foi no período que chegou alguém e embargou, tá entendendo? **Embargou o serviço, e a gente ficou com o serviço perdido**, todo mundo perdeu o serviço que tinha feito, aí eles garraram, outro pessoal, roçaram o mato todinho e plantaram bambu, inclusive esse bambuzal, você não conhece, é um bambuzal que tem aí, já foi trator já aradou todinho, já esbandalhou, já tornou renascer, tá do mesmo jeito que foi pregado a primeira vez... **e aí com determinado tempo e a precisão, tornou-se a manifestar, enfrentou e vem trabalhando, não trabalha mais quem não quer, que terreno tem, tá entendendo?** Terreno tem muito, mas não trabalha quem não quer. Não é dizer, “ah não trabalha porque não tem como se faça uma roça”, tem, tá aí ele aí de testemunha, só não tem quem não quer. Inclusive eu cheguei neste instante dum mato que eu tenho lá perto dele aqui.

Pela fala de Seu Antônio destaco duas situações desencadeadas pela ação da MARGUSA. A primeira ao período referente de instalação da empresa, em 1991, vinte e cinco anos atrás, quando alguns agentes se organizaram e se manifestaram contra a ação arbitrária da empresa que “embargou” a “roça” dos agentes na época. Segundo contou, a empresa chegou a passar um trator sobre o serviço feito e fez uma *extrema*¹¹⁵ de bambu de modo a limitar o acesso das famílias a área passível de cultivo. Extrema essa depois retirada pela persistência dos próprios moradores, como pontuou seu José Ribamar A situação retrata, mais uma vez, como a empresa foi adentrando o território, desde sua instalação, usando de certo *constrangimento* sobre os agentes. Situação conflitiva que voltou a repetir, em que as famílias novamente se manifestaram, mas que meu interlocutor não soube precisar o período do fato ocorrido.

O importante é salientar que como resultado das manifestações as famílias conseguiram permanecer com acesso às terras para “botar roça”. Porém, foram posteriormente “reguladas” por um representante, que segundo eles, seria um advogado – segundo relatos, ora aparece como representando interesses da MARGUSA, ora da Vale. Segundo seu Antônio, seu José Ribamar e Elison, ele seria o representante do terreno onde trabalham e que seria a “mando dele” que as famílias vêm trabalhando, “fazendo as rocinhas da gente”, conforme falam, e acessando os recursos naturais disponíveis para retirada da pindoba para cobrir casa, de madeira e cipó para construção e arrumação das casas que não fossem de alvenaria, como dizem.

Pergunta Nesse terreno que se põe roça é de quem?

José Ribamar: é, da Margusa, tá no distrito da Margusa aí. Mas quem trabalha e toma conta disso aqui, disse que foi vendido pra Vale e a Vale quem toma conta aqui é doutor Eduardo que é advogado da Vale, né? parece que ele é da banda de lá de Imperatriz, parece...ele que toma conta, tem até um vigia lá que é Henrique Claudino [o vigia da empresa], amigo meu, ele que toma conta lá desse terreno aí do sítio, **mas ele manda a gente roçar, ele não proíbe.**

Ele trabalha pra doutor Eduardo que botou ele pra ser vigia mas quem paga é a Vale pra ele lá, paga um salário pra ele lá, é Claudino o nome dele, da família de Coelho, Claudino Coelho não sei de quê.

P: então ainda tem gente que roça lá?

José Ribamar: eles roçam, eles roçam, ainda roçam, eu que não sei mais por causa da vista, não consigo. **Agora Elilson, meu filho, tem roça, lá dentro do terreno, outras pessoas tudo tem roça lá...**gente dali de baixo que roça lá e Elilson daqui de Engenho, só tem só ele que roça lá que tem roçado, mas **não roça quem não quer né? que é só chegar e dizer, “ó Claudino quero só pegar um pedaço de mato aí”, ele diz “roça rapaz, pode roçar aí”, assim que é, ele não proíbe não e também não paga nada... não, paga nada...ele roça, tira lenha vende pra cerâmica, planta mandioca, ele não paga, a vantagem é essa que ele não paga nada, ele manda roçar, pronto, assim que é.**

¹¹⁵ Uma espécie de cerca.

Porém ao explicitar a dita situação de permissão, por parte do vigia e o advogado a serviço da empresa, não é no sentido de condicionar a um estado de passividade os agentes sociais, posto que conseguiram ter acesso às terras por meio de efetiva mobilização. Nesse contexto, Almeida chama a atenção para a estratégia elaborada pelos agentes dessas empresas de “combinação ente propriedade privada e ‘recursos abertos’”. Por “recursos abertos”, o autor se refere ao sentido da permissão da empresa para que os agentes permanecessem com suas práticas e modos de reprodução físico-social, situação pontuada pela aparência, o “mito de generosidade do bom empresário” (ALMEIDA, 2008, p. 104)

Em outro sentido, questionei se o fato das terras em que se cultivavam não serem próprias havia algum prejuízo à atividade produtiva, o que respondeu seu Elilson:

Aqui dentro só trabalhava família, cada um trabalha pra si, a gente também não paga foro, paga nada, até que doutor [advogado] **não cobra nada de ninguém, trabalhar, só que tem que avisar porque quem toma de conta aí, quem é que vai trabalhar local, tem que avisar ele pra ter conhecimento de quem é**, de quem não é as roças, viu? Ter conhecimento caso um dia ele precise ele tem, ele sabe isso aqui é de fulano, isso aqui é cicrano e assim por diante.

A conjuntura apresentada pelo fato das terras cultivadas não pertencerem aos agentes que a cultivam, destaca que para além de uma situação estanque de “dependência”, eles têm lutado pelo direito de acesso às terras para fins de roçado e, por conseguinte, lutado pela autonomia produtiva. Por isso, para alguns, a pesca se tornou mais forte, mesmo com a poluição dos açudes, dada a certa limitação da área para atividade de roça. Sem contar que a lavoura obedece a ciclos/períodos específicos de tempo mais longos para que se perceba os esforços do trabalho empreendido.

Pergunta: E a roça?

Elilson: É, mas a roça dá de ano a ano, tamos no tempo. Por exemplo, você roça, roçamos agora no verão tocamos fogo, tô vindo tocar fogo no roçado agora, tô com a mão suja, tô vindo lá do mato tocar fogo no roçado. [...] Aí depois daqui da festa [em dezembro] eu vou fazer essa coivara, levantar a lenha que fica lá, aí quando chover é que eu vou plantar. Aí eu vou plantar o quê? Eu vou plantar primeiro as verduras, maxixe, quiabo...melancia nem dá mais, a abóbora também não tá dando mais, o que ainda dá mais é o maxixe e o quiabo é ainda o que ainda dá dava, as verduras que ainda dá é o maxixe e o quiabo. Aí quer plantar o milho, aí vai plantar a maniva. **O arroz ninguém quis plantar mais, ninguém quer mais plantar.** Aí só planta isso. Aí com quarenta dias, cinquenta dias aí nego vai começar a colher o maxixe, quarenta, cinquenta dias pra sessenta, começa a colher o maxixe, aí o tempo que o milho quando tá colhendo maxixe, começa o milho a tá colocando os primeiros cabelos. Hoje como tem o milho que dá com sessenta dias, tem o milho de dois meses, aí dá com sessenta dias, setenta dias, um mês, um mês e dez dias, aí começa a colher o milho.

P: nesse intervalo de esperar a colheita que o senhor disse que é a dificuldade maior?

Elilson: É, a dificuldade é essa aí de esperar, porque nego plantou e vai esperar dá o milho, depois que dá o milho, quando plantava o arroz, aí depois do milho, a esperava com seis meses. No mês de junho, ia começar a colher o arroz. Aí no mês de setembro pra outubro que ia começar a plantar mandioca. Aí quem não tinha o emprego ficava dificultoso, entendeu?! Às vezes você tinha o peixe mas não tinha com o que comer porque não tinha farinha. [...]

A situação aqui retratada demonstra as estratégias que as famílias utilizam para mobilização de sua força de trabalho sem necessariamente estarem, a todo instante, em circunstâncias de subordinação ou expectativas de empregabilidade ofertadas pelas empresas locais. Ao contrário, as famílias sempre estão em movimento, quer seja buscando suprir suas necessidades materiais, como simbólicas, como no caso de quando o *mastro*, para as celebrações festivo-religiosas, ser feito a partir do eucalipto.

Outra dificuldade enfrentada para manter a lavoura, como explicitado, não está apenas relacionada aos efeitos de pragas sobre a “roça”. Os efeitos são também sentidos pelos lavradores por não conseguirem cultivar em áreas livres da incidência de pragas que acomete o arroz, a saber, em decorrência da atuação de empresas voltadas a obras de infraestrutura e que se relacionam, de algum modo, com os mega empreendimentos planejados para aquela “região”.

CAPÍTULO 4

Território, Conflitos e Estratégias: A Comunidade de Engenho e o Contexto das Festas Religiosas

Enfatizando as narrativas como instrumento para compreensão dessa situação social, não pretendo debater acerca da “veracidade” das informações aqui prestadas, mas de enfatizar e refletir sobre a concepção diversa e dinâmica do grupo acerca de elementos que contribuem para formação identitária dos agentes e a percepção que detêm sobre o território.

Início este capítulo por uma caracterização de onde me detive para realização do trabalho de campo, a comunidade de Engenho de Periz de Cima. Apesar da posição ocupada pela minha principal interlocutora nessa comunidade e sua relação com aparatos institucionais, como o IPHAN, pude a partir das suas narrativas e de sua rede familiar¹¹⁶ compreender os vários *planos de organização* que constituem parte da vida social dos agentes de Engenho.

Por meio da prática etnografia pude operacionalizar a pesquisa permanecendo nos períodos festivos junto à comunidade, acompanhando os preparativos e suas realizações. Cabe ressaltar a etnografia não apenas como um método, “mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação”. (PEIRANO, 2008, p. 03). Assim pude observar como os agentes se mobilizavam nestes contextos festivos atentando-me aos “*interstícios da vida social*” da comunidade.

A permanência, especialmente nos dias festivos, junto ao grupo me permitiu estreitar relações com os grupos e perscrutar as narrativas de meus interlocutores, não apenas para perceber os modos de festejar, mas adentrar no “campo” dos conflitos para compreender como os agentes sociais mobilizam-se, estrategicamente, para defesa de seus territórios e modos de vida.

O discurso dos agentes sobre a territorialidade é marcado por uma busca de argumentos que reforçam o direito da família da *encarregada* em deter direitos sobre a propriedade das terras e a imagem da “Santa¹¹⁷”. Situação também respaldada pela ideia de “ancestralidade” conferida a presença da Santa na comunidade. Ao considerar a

¹¹⁶ Destaco aqui a noção de parentesco não apenas situada por laços de consanguinidade mas pelas relações de amizade e compadrio.

¹¹⁷ A expressão utilizada tem como base a própria narrativa dos meus interlocutores. Ao se referirem a imagem da Conceição, chamam-na de Santa, e por vezes, referindo-se como “Nossa Senhora”.

especificidade de formação de Engenho a partir das falas destes interlocutores explano como percebi a intrincada relação estabelecida entre dona Zima e a Santa, chamada de Nossa Senhora da Conceição.

Os interlocutores possuem narrativas nem sempre coincidentes em relação a essa territorialidade. Há aqueles que defendem a doação das terras à Santa por um político local, aqueles que afirmam ter sido ilusória a doação e outros que entendem o inventário do IPHAN como que um registro que “atesta” um direito à terra.

Reflito como a celebração das festas mobilizam-se como um mecanismo de expansão das redes de relações sociais que congregam agentes de diferentes localidades mesmo com as tentativas de desmobilização da forma organizacional das festas pela interferência arbitrária suscitada pelo antigo padre. Explicito como o padre competia para estabelecer seu próprio modo de celebração das festas em contraposição a forma já administrada pelos agentes sociais responsáveis por sua organização.

Mesmo sem pretender elaborar uma etnografia específica sobre as etapas que compõem estas celebrações destaco a existência de uma rede de “*sócios*¹¹⁸” que ajudam a organizar as festas, mobilizando-se para dar a elas continuidade apesar das situações de conflito que marcam a dinâmicas das festas.

A descrição que faço do conflito com o padre se dá no sentido de reforçar a noção, segundo a qual, a ameaça da autonomia do grupo envolve diferentes instâncias. Mesmo quando passo a compreender a dinâmica que sustenta as festas, as interpreto por uma abordagem totalmente diferente do IPHAN. Assim, procurei correlacionar as festas aos conflitos e as formas simbólicas de *[re]existência*. Explico como a comunidade, entremeada por uma rede de relações sociais com tantas outras, se mobiliza no sentido de reivindicar o livre exercício de suas práticas e saberes por lógicas próprias e autônomas. Inclusive, quando relato o conflito com o padre demonstro que essa comunidade não se rende ao que está institucionalizado, seja pela Igreja, seja pelos órgãos oficiais.

A constituição da territorialidade de Engenho não está para as chamadas “terra de santo ou santa¹¹⁹” por constituir uma forma representativa de território também específica

¹¹⁸ Categoria empregada pela rede familiar da encarregada para se referir aqueles que participam diretamente da administração dos recursos arrecadados e a serem empregados na organização do festejo. O termo “*sócio*” é mais utilizado pelos agentes no contexto da festa endereçada a Santa. Atuam diretamente em colaboração com a *encarregada* e são, segundo Zima, aquelas pessoas autorizadas para fazer a festa porque “se interessam pela igreja”. Até o período do festejo mais recente, os principais “*sócios*” seriam, além de Zima, Elilson, seu filho, Moacir, Neto – moradores da comunidade e Deco, o vereador.

¹¹⁹ Para mais informações ver: PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Territorialidades e Identidades Coletivas: Uma etnografia de terra de Santa na Baixada Maranhense**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal da Bahia, 2012.

podendo ser remetidas como Almeida (2008) expõe, “pode-se dizer que ela [terra de santo] se refere à desagregação de extensos domínios territoriais pertencentes à Igreja”. (ALMEIDA, 2008, p. 148). Essa *territorialidade específica* também abriga um sentido compartilhado sobre a ideia de território e noção de uso comum dos recursos naturais de forma dinâmica e interdependente. Por isso, a compreensão sobre as chamadas “terras de santo ou santa” não podem ser concebidas como mecanismos de classificação externas aos grupos, mas deve representar os sentidos partilhados que os próprios agentes e grupos sociais atribuem a si e suas relações com outras comunidades e com os recursos disponíveis.

Assim, a experiência em Engenho fez com que ao invés de tentar classificá-la externa e acriticamente como “quilombola” ou “terra de santa”, que buscasse entendê-la em suas especificidades. Observei, nesse contexto, a importância das festas religiosas para autonomia do grupo e como se constituem como mecanismo de estabelecimento e reforço de vínculos e laços sociais.

Simbólica e analiticamente é interessante notar que ainda que tivesse transcendido da busca por situações idealizadas, como encontrar uma comunidade quilombola impactada pelas ações de um empreendimento – contexto que marcou minha inserção na prática de pesquisa – por fim, meu recorte para feitura do trabalho de campo acaba por relacionar-se à uma comunidade, chamada Engenho, que a partir das narrativas dos meus interlocutores se remete a um contexto de constituição social envolta pela exploração da força de trabalho negra, a escravidão, pelos donos de engenho e grandes extensões de terras.

Por sim, explícito como estava indecisa ou como ainda existia certa tensão sobre qual rumo poderia tomar a pesquisa, se enfatizando o aspecto religioso pelas festas religiosas ou pelo aspecto econômico das atividades produtivas autônomas locais. situação que me direciona, reflexivamente a entender que não há como pensar esses aspectos separadamente, mas entremeadas e configuradas como uma teia de interdependência social. (ELIAS, 2005).

4.1. “Engenho”: Diferentes narrativas sobre uma territorialidade

Antes de buscarmos uma reflexão acerca do processo de formação da territorialidade a qual Engenho se insere, entendo ser conveniente situar o leitor sobre a

localidade de realização da pesquisa e o percurso realizado para chegar na comunidade por um aspecto mais situacional e geográfico.

Retomo a ideia de que Engenho é referida pela fala dos agentes como comunidade enquanto local de moradia. Contexto que tentei ilustrar na imagem a seguir. Apesar dessa posição nominal, irei também me referir a Engenho, em alguns momentos, enquanto comunidade¹²⁰ para além do dado geografizante e essa informação ficará clara ao leitor considerando o contexto em que o termo estiver sendo utilizado. Neste sentido, a expressão, *comunidade*, está imersa em um conjunto de narrativas e representações que carregam o termo de um sentido analítico, plural e dinâmico. É necessário estar atento ao que Vincent explicou.

As conexões desse pessoal com o exterior, isto é, suas conexões com outros indivíduos que não fazem parte desse pessoal. Aqui enfatizam-se os ‘campos sociais’ da unidade delimitada analiticamente, sob observação. Esse rumo de análise evita a concentração excessiva sobre o agregado de pessoas analiticamente delimitado e sua interação, requerendo a investigação e análise de ‘redes’ e os ‘campos de atividade’.” (VINCENT, 2010: 476)

Os limites traçados na Figura 05, a seguir, foram utilizados apenas no sentido de situar o leitor acerca da localidade onde me detive na realização do trabalho de campo. É uma representação da pesquisadora, tomando como referência as narrativas dos agentes locais. Por isso tanto a imagem como as demarcações nelas situadas são meramente ilustrativas e não servem como parâmetro para referenciar qualquer divisão político-administrativa do dito município ou no que diz respeito a divisão de terras particulares.

Esclarecido os termos, ainda no sentido de localização geográfica, Engenho é uma das três comunidades, enquanto local de moradia, do chamado povoado de Periz de Cima, sendo elas conhecidas como: Alto Satuba, Alto Castelo e Engenho.

Segundo informações, existem aproximadamente 70 famílias em Engenho. Um dos trajetos possíveis para chegar lá, e a que utilizava é por meio de uma via asfaltada distante 1km da BR 135, traçada a pé leva aproximadamente 15 minutos em uma passada mais rápida. A rua que atravessa Engenho é conhecida como “Travessa Nossa Senhora da Conceição”, mesmo nome que recebe a igreja local.

Assim situados, chamo atenção para a construção social do território não delimitada por geografismos mas constituídas a partir das narrativas de seus agentes

¹²⁰ Quando utilizar o termo em referência ao sentido analítico o grafo com o *itálico*. Quando especificamente situado enquanto local de moradia não haverá destaque.

sociais o que possibilita refletir sobre como constroem a representação¹²¹ sobre território e o modo como ele está configurado a partir das relações estabelecidas entre grupos.



Figura 05 – Localização da Comunidade de Engenho

A formação do território se define em um contexto dinâmico de ações que pode ser entendido pela noção de “processo de territorialização¹²²” de Pacheco de Oliveira (1998). Para este autor, o território passa a ser entendido a partir de um “processo de reorganização social”, diretamente relacionado

- 1) A criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos

¹²¹ “As representações que são a trama dessa vida originam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos assim combinados ou entre os grupos secundários que se intercalam entre o indivíduo e a sociedade total.” (DURKHEIM, 1970, p. 38).

¹²² Pacheco de Oliveira (1998, p.71) entende por processo de territorialização, “um processo social deflagrado pela instância política”, ou seja, passa a ser definido em um contexto específico para sua formação sobre o qual se deve considerar a correlação de forças políticas que competem para o não reconhecimento deste processo.

ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 55)

A constituição de Engenho enquanto comunidade e o contexto de acesso ao território chega a mim por meio das narrativas de dona Zima e seu grupo familiar e está marcada por situações de conflito de disputa sobre a propriedade de terras. Segundo explica, a comunidade desde o final do século XIX, havia sido uma grande fazenda de propriedade da Família Rocha a qual tinha um engenho amparado pelo trabalho escravo. Com a desagregação das fazendas, o engenho considerado “*falido*”¹²³, passa a ser administrado pelas irmãs Rochas conhecidas como: Ana Rocha, Clementina Rocha e Rita Rocha.

A família Rocha era devota de São Raimundo Nonato e por isso haviam batizado o engenho com o nome do santo, mas as três irmãs desta família eram devotas de Nossa Senhora da Conceição as quais possuíam uma imagem da santa talhada em madeira, com um metro e setenta centímetros de altura, vinda de Portugal. Zima acrescenta que o fato das irmãs Rocha não terem se casado e nem terem tido filhos as levou a desenvolver o hábito de adotar algumas crianças, filhas de ex-escravos da localidade. Dentre essas crianças estava a senhora Raimunda Baima Sousa, mãe de dona Zima. Minha interlocutora ainda conheceu, quando criança, aquelas irmãs e explica o tom da relação estabelecido entre elas:

Zima: “Eu nasci e me criei aqui...minha mãe, foi criada pelas Rocha, três moças velhas que moravam ... criou minha mãe ... morava com elas e tudo [silencia] naquele tempo aqui era uma casa grande...elas criavam muitas crianças, filhos dos outros elas criavam ... diz que elas tinham escravos, mas tinha uma que era muito boa”

[...] elas eram boas, tinha uma velha tão boa [Clementina Rocha apelidada de “Dondon”], quando eu ainda tava nascendo, não sei, ela me embalava até eu dormir, ela dizia, “*preta vumbora dormir*”, aí eu, olhava “*não sou não sou galinha pra dormir cedo [risos]*” eu ainda era mal criada ne?, aí ela ia, se deitava, pegava o terço e começava rezar, se embalar, aí ela ia, o fio da minha rede amarrada na dela, quando eu chegava, ela dizia, “*tu já veio?!*”, eu via que ela me chamava, aí eu me deitava, ela começava a embalar, cantando, até eu dormir, quando mamãe me dava [no sentido de bater], ela ficava doidinha de raiva... “*Doca [referindo-se à mãe da D. Zima] tu não gosta da tua filha*”, “*mamãe, e eu gosto, mas ela é muito enjoada*”, quando eu queria as coisas, vinha com manha [no sentido de denego] pra perto dela [da Clementina Rocha].

¹²³ Ver livro “A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão”. 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Casa 8. Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

Interessante notar que Zima afirmava que Engenho não era um quilombo, situação alusiva possivelmente pelos laços de proximidade estabelecidas com a família proprietária. Minha interlocutora nunca explicitou objetivamente os sentidos que atribuía ao termo quilombo e isso se deveu ao fato da temática das festas ter se destacado nos diálogos o que inviabilizou, de certo modo, o retorno a questão. No entanto, ainda que obscurecido o entendimento que detinha acerca da categoria, dona Zima afirmava que a comunidade não se constituía como quilombo. Entendo essa afirmação a partir do seguinte prisma, assumir Engenho como quilombo, poderia denotar relativo distanciamento com a família proprietária, quando, contrariamente, o teor das narrativas da minha interlocutora diziam a respeito e chamavam a atenção para o grau de familiaridade e proximidade que possuía com as “irmãs Rochas”.

Ainda que a vinculação estabelecida denotasse certa proximidade Zima reitera que sua mãe, mesmo tendo sido criada pelas “irmãs Rocha” optou em não importar para si e seus filhos, o nome dos proprietários da fazenda, a Família Rocha, ao qual estavam vinculados. Dona Raimunda, mãe da minha interlocutora, preferiu batizar minha interlocutora e seus irmãos com seu próprio sobrenome, “Baima Souza”, destoando da prática adotada por algumas famílias que no contexto de desagregação dos engenhos passam a ocupar as terras das grandes plantações, apropriando-se dos respectivos nomes de seus antigos senhores. (ALMEIDA, 2015)¹²⁴

Após a morte das “irmãs Rocha”, as terras são deixadas para as famílias que ali já haviam se estabelecido incluindo os ex-escravos da fazenda. Contudo, no período correspondente à década de 80, as terras de Engenho são reivindicadas por uma mulher por nome Valentina, uma das crianças adotadas por uma outra parente da família Rocha, a Estefânia Rocha e que era proprietária de um pedaço de terra conhecida como “sítio”, local próximo de Engenho.

Situações de conflito pelas propriedades das terras passam a compor a especificidade de Engenho. Será neste período que as terras teriam sido registradas no nome da Santa Conceição pelo Deputado Estadual Ivar Saldanha¹²⁵, representante

¹²⁴ ALMEIDA, A.W.B. Fontes de autoridade da memória quilombola. In: PADILHA, Ednaldo. Resistência e fé: o “Cabeça”, narrativas de um quilombola. Org. Dorival dos Santos. Rio de Janeiro: Casa 8 / PPGCSPA – UEMA, 2015.

¹²⁵ Ivar Figueiredo Saldanha, natural do município de Rosário (MA), nasceu no dia 08 de março de 1921. Começou carreira política aos 29 anos, em outubro de 1950, quando foi eleito Deputado Estadual no Maranhão pelo partido Social Trabalhista (PST). Reeleito ainda para cinco mandatos como Deputado Estadual nos anos de 1954, 1958, 1971, 1974, 1978 pela legenda do Partido Social Democrático (PSD) e 1986 pela legenda do Partido da Frente Liberal (PFL). Foi secretário de Finanças do Maranhão, chegou a ocupar a presidência da Assembleia Legislativa por duas vezes quando teve oportunidade de presidir, em

político pelo município de Rosário. Ele tinha relações estabelecidas com a rede familiar de dona Zima devido a participação do político no Festejo da Santa.

Deste modo, Ivar Saldanha pela posição política destacada na região, aparece na fala de dona Zima e seu companheiro, José Ribamar, como uma espécie de agente intermediador em defesa das famílias de Engenho dado o contexto de disputa por aquela propriedade¹²⁶. Assim, a promessa deixada pelo então Deputado Estadual, de registrar as

1989, os trabalhos da Constituinte Estadual. Em 1962 e 1966, foi eleito em dois mandatos consecutivos para o cargo de Deputado Federal e foi vice-líder de seu partido. No período da ditadura civil-militar filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), que sucedeu a Arena como partido de apoio ao governo. No início de 1982, com a renúncia do presidente da Assembleia, Ivar Saldanha assumiu seu lugar. Em maio, devido ao afastamento do governador João Castelo para disputar uma cadeira no Senado e como o vice-governador, General Arthur Carvalho, havia falecido, Saldanha, na condição de presidente do Legislativo Estadual, assumiu o governo do Maranhão até 15 de março de 1983. Em 1991, quando se encerraram seu mandato e a legislatura, afastando-se da política. Nesse mesmo ano foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), cargo no qual permaneceu até 1993, quando se aposentou. Foi também presidente da Caixa Econômica Federal do Maranhão e prefeito de São Luís, onde foi construído um conjunto habitacional que recebeu seu nome. Além da política, dedicou-se a atividades industriais em Rosário (MA). Faleceu em São Luís no dia 1º de fevereiro de 1999. Era casado com Amália Aquino Saldanha, com quem teve dois filhos.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ivar-figueiredo-saldanha>. Acesso em: 08 de junho de 2016. FONTES: CÂM. DEP. Deputados; CÂM. DEP. Deputados brasileiros. Repertório (1967-1971); CÂM. DEP. Relação nominal dos senhores; INF. KÉSIA SALDANHA; INF. RAIMUNDO SALDANHA; MEIRELES, M. História; NÉRI, S. 16; TRIB. SUP. ELEIT. Dados (2, 3, 4, 6, 8 e 9).

¹²⁶ Acerca da ideia de propriedade explícito como há diferentes narrativas, tanto a partir da perspectiva dos agentes sociais, quanto dos agentes institucionais para classificar e atribuir sentidos quanto aos usos possíveis da “terra”. Antes porém de entender essa distinção foi necessário investir em pesquisa junto ao Cartório do 1º Ofício Extrajudicial de Rosário, no dia 12 de maio de 2016, a partir do cenário descrito por dona Zima acerca de uma disputa pela propriedade das terras de Engenho, suscitadas na década de 80, o que teria direcionado ao registro das terras no nome da Santa Conceição intermediada pelo então Deputado Estadual de Rosário, Ivar Saldanha. Na pesquisa cartorial conversei com o titular responsável pelo Cartório, o senhor José Raimundo Serejo, conhecido como “Dezinho”, que desempenha a atividade de tabelião em Rosário desde meados da década de 80. Apesar de ter afirmado não conhecer sobre registro de terras em nome de Santa ou Igreja, me forneceu informações acerca do terreno que atualmente corresponde a MARGUSA/GERDAU e que está situado próximo a Engenho, sendo este o único registro de terras que teria no dito povoado de Periz de Cima. Assim, encaminhada por este tabelião, direcionei-me a prefeitura de Rosário onde tive acesso a arquivos denominados, “termos de aforamento”. A possibilidade levantada era de que, como o político Ivar Saldanha havia exercido cargos na administração pública em Rosário entre as décadas de 1970 e 80, ao invés da existência de registro cartorial, as terras de Engenho pudessem ter sido classificadas em “termos de aforamento” via Prefeitura. Na oportunidade os agentes do cartório referiram-se a duas situações quanto a classificação institucional e uso das terras. A primeira chamada “aforamento” e a outra “concessão”.

Acerca da diferença entre os termos, Mourão (2007, p. 104) já especificava que “foro” era a ação de “pagar pela utilização de um bem que pertence a outro”. Pela classificação institucional da prefeitura, o “aforamento” era constituída por meio de um termo, correspondente a um documento de registro de terras, que discriminava quem aforava as terras (“o aforante”) e o valor anual a ser pago à prefeitura municipal de Rosário por pertencer ao “patrimônio municipal”. Ainda no “termo de aforamento” se encontrava discriminada as dimensões, os limites e a área a ser aforada. O termo ainda exigia, como cláusula primeira, de “tornar útil a terra requerida” e “de não fazer venda, doação, transação, permuta, cessão, divisão, penhor, hipoteca, constituição, servidão, doação em pagamento, concessão ou outra qualquer alienação deste imóvel, sem prévio consentimento desta Prefeitura”, segundo cláusula quinta.

terras de Engenho em cartório, seria com o objetivo de que as famílias da comunidade, não fosse mais importunadas com conflitos daquela ordem. Como explicado no diálogo seguinte:

Pergunta: no período que Ivar registrou a terra ele já era governador?
 José: não, ele ainda era deputado, nera Zima, depois que ele foi ser o governador...
 Zima: ele foi em Brasília, não foi?
 José: foi, aí dele disse, chegou aqui, que esse terreno... aí o povo foram lá disseram pra ele que eles queriam vender aqui, como eu tava dizendo, a Valentina, queria vender aqui, essa propriedade, aí pessoal foram lá e disse, “olha eu vou lá olhar”. Aí ele veio um dia, passou uns quatro dias ele veio aqui olhou, veio o prefeito Luciano, veio vereador Djalma e veio aqui uma vez que eu tava doente, como era o nome dele? doutor Delmar, eles vieram.
 Zima: tudo já morreram.
 José: tudo já morreram...aí eles vieram aqui olharam e disseram, “onde é o terreno?”, aí a mãe da Antônia ali, dona Gregória e a finada Dalra ali tava ali, eu disci daqui, eu digo, “ah é o Ivar, deputado”, aí eu fui chegando disse, “meu amigo me diz uma coisa onde é esse negócio...aí nós fumo, mostremo pra ele, ele disse, “olha”, aí foi chegando um pessoal disse “olha, vou pra Brasília, quando eu chegar de Brasília, eu vou registrar esse terreno e venho aqui pra você me citar direitinho” que quando ele foi, chegou, mostrou pra ele de novo, ele foi no cartório caçou o documento do terreno que era da Valentina, disse “não, lá não tem, no cartório não tem documento de Valentina nenhum”, ela já pegou os documentos dela, sete palmo de terra no peito [risos]

Essa intermediação constitui marco referencial das narrativas daqueles que compõem o círculo familiar de Zima. Narrativas que explicitam, aos agentes externos, sobre os direitos de propriedade das terras de Engenho em favor da Santa Conceição. Assim a defesa do território está diretamente relacionada a vinculação da Santa enquanto proprietária das terras.

Narrativa que é também reproduzida pela fala de uma agente, conhecida como dona Irene, integrante da organização da festa do Divino.

D. Irene: [...] Quando eu cheguei eu ouvi dizer que essas terras era de Nossa Senhora da Conceição, aí ficou sendo Nossa Senhora da Conceição, depois apareceu uma porção de donos. Quando teve uma senhora que já faleceu de nome Valentina disse, essas terras dela, como essa terra é dela? Ela era dono do lugar onde ela morava, mas pra meu conhecimento, é de Nossa Senhora da Conceição.

Pergunta: E essa Valentina queria tomar as terras dali? A senhora tem conhecimento sobre essa situação?

Enquanto que a “concessão” seria apenas uma espécie de “aluguel” para utilização de superfície. Aquele que recebia a “concessão” das terras não possuía sobre elas direito de propriedade, apenas de posse. Seja pela via da concessão ou do aforamento, em consulta aos arquivos correspondentes aos anos de 1976 a 1983, não consegui localizar um possível registro de Engenho

D. Irene: não, ela disse, ela não, as filhas dela que ali da BR acho que até a beira do campo era dela, sem ter papéis, sem ter nada. Sabe esse pessoal era assim, um pessoal à toa, que se apossava das coisas dizendo que era deles. Agora, de Nossa Senhora da Conceição, quando eu cheguei aqui, ouvia todo mundo falar que era de Nossa Senhora da Conceição essas terras. É porque onde era a LAPSA, onde tá a Margusa, lá o seu Walfredo Bandeira disse que era dele. Minha filha isso é uma confusão de terras que até na Santa Quitéria disse que foi vendida essas terras e eu não sei quem foi. Agora a Nossa Senhora da Conceição é a dona desta comunidade. Eu quando cheguei aqui, achei o pessoal daqui dizendo que Nossa Senhora da Conceição, essa igreja de Nossa Senhora da Conceição é uma das mais antigas daqui, tá ouvindo? Das mais antigas daqui essa igreja Nossa Senhora da Conceição.

Neste contexto, o sentido de propriedade das terras conferida a Santa se demonstra como mecanismos para resguardar o direito das famílias para permanecerem estabelecidas na comunidade, visto que a Santa se constitui como uma espécie de *padroeira* de Engenho. Por isso, destaco que a busca por elementos que me auxiliassem a entender o processo social¹²⁷ que possivelmente culminou com o registro cartorial das terras de Engenho, em favor da Santa, não se prefigurou pela “busca de verificar a legitimidade ou fundamento dos discursos mas tentativa de penetrar o universo pesquisado para melhor compreendê-lo”. (FERNANDES, 1994, p. 152). Principalmente porque ao perceber as diferentes narrativas dos meus interlocutores, senti a necessidade de buscar, outras fontes, como forma de melhor compreender a conjuntura social de Engenho e a situação do registro das terras tão incorporado nas falas de alguns agentes com os quais interagi.

A ideia não era conferir qualquer tipo de legitimidade ao modo como meus interlocutores estavam representando o território ou tampouco buscar autenticidade ou validar as informações prestadas. (LE GOFF, 1990, p. 543). O fato de não ter encontrado o registro de terras não é posto à parte da análise, porém o que interessa é o modo como os agentes sociais representam e atribuem sentido aos seus modos de vida e re-constroem formas próprias de representação, inclusive no que diz respeito à sua territorialidade. Como afirma Le Goff, “uma explicação histórica eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica (incluída a econômica), mas também

¹²⁷ “Para o sociólogo interessado em processos sociais, não existem pontos de vista ‘certos’ ou ‘errados’, há apenas pontos de vista diferentes representando diferentes grupos de interesse, status, personalidade e assim por diante” (VELSEN, 2010, p. 465).

confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam”. (LE GOFF, 1990, p.13)

A reflexão e crítica está para atentar-nos aos “*efeitos de poder*”¹²⁸ atribuídos a estes enunciados e registros dotados de “fé pública”, percebendo-os como produto de ações humanas contextualizadas em um campo de relações de forças políticas que podem competir para legitimação da hegemonia de determinados grupos e agentes sociais, diz Le Goff. Visto que um registro cartorial está inserido nessa cadeia dominial, devemos relativizá-lo e entender que o registro não se constitui como um “documento-verdade”, (LE GOFF, 1990, p.549). O registro é apenas uma, dentre tantas possibilidades, de representação do “real”, sobretudo quando se percebe que registros, documentos e arquivos como discursos utilizados para fundação de um poder e para sua legitimação. (ALMEIDA, 2008)

Atrelado a isso, a permanência da imagem da Santa na comunidade constituiria como um mecanismo simbólico de reforço desse direito, visto ser a Santa considerada a legítima proprietária, conforme intermediação de Ivar Saldanha como explicitado na fala dos agentes a seguir:

José: aqui foi registrado de Ivar Saldanha no tempo que passou de uns tempos de ser governador porque que ele registrou lá no Cartório, tá registrado esse terreno aqui, da igreja...

Pergunta: mas porque que ele registrou, vocês que pediram pra registrar?

José: quer dizer que aqui, é porque teve uma tal de Valentina que foi cria de Estefânia Rocha lá do sítio, aí foi esse tempo aí que a LAPSA chegou pra comprar e eles pegaram e tiraram o pessoal de lá todinho pra espalhar nesse mundão todo, e aí ficou aqui ela disse que aqui eles iam pagar pras esse aqui ficar andando com a trouxa na cabeça que nem ela também tava, mas nós aqui não tinha culpa, porque eles eram crias dela, tinha direitos e não se orientaram com o tempo porque não quiseram, e aqui tinha esses aqui que era cumade lá dos portugueses que moram lá, como é o nome dela? Cumade, madrinha de Mercedes, como é o nome dela?

Zima: Liana

José: Liana, aí Zima falou com eles, aí eles ajeitaram tudinho, Ivar registrou o terreno, assim que é, registrou, eles ficaram cada qual pro lado deles lá.

Pergunta: e a Valentina conseguiu algum terreno?

José: não, seu Ivar cortou [risos] que era o governador e era o grande de Rosário aí, seu Ivar que era dono de Rosário... ela queria ficar com o pedaço da terra e até meteu até uns picos por lá pra SUDENE..

Pergunta: essa área do Engenho também?

¹²⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.

José: heinhein, passou tudinho, queria passar pra ela, aí pessoal se juntaram foram onde seu Ivar.

Zima: e quem quisesse comprava sua, seu pedaço.

Pergunta: da Valentina?

Zima: da Valentina.

José: aí seu Ivar disse que recorreu no cartório não tinha nome de Valentina lá, só tinha o nome daqui do Engenho, né? Nossa Senhora da Conceição, justamente é, né? aí ele garrou, registrou o terreno lá, como Nossa Senhora da Conceição aqui, assim que é.

Zima: dizem que era duzentos metros quadrados.

José: era duzentos metros quadrados, o terreno de Nossa Senhora da Conceição, duzentos metros, agora eles botaram só duzentos metros, mas lá já foi sabedoria deles lá, mas aqui era duzentos metros em quadra. Em cada lado duzentos metros, assim que era. Justamente que não tem, quer dizer que não tem o documento lá assinado lá, o documento daqui, tem só o registro, não é Zima? Tu já mostrou o registro pra ela?

Sobre a última frase da narrativa, o registro ao qual se referiam era a apostila do IPHAN que descreve sobre a “constituição histórica” de Engenho, conforme mostrado no Capítulo 2.

No entanto, Seu Elilson, filho de dona Zima, se refere, criticamente à posição ocupada por Ivar Saldanha nesse processo de intermediação do registro territorial. Por isso que refletir acerca de uma situação social por intermédio das narrativas, nos auxilia, não na busca da veracidade de fatos, mas a analisar as variadas interpretações e sentidos dados acerca de determinada circunstância ou outros agentes. O que explica o fato de um mesmo agente, o político Ivar possa ser percebido de modo variado, ora como “benfeitor”, ora como “enganador”. Assim, destaco como agentes, como dona Zima e seu Elilson, ainda que façam parte da mesma família, ali uma relação mãe e filho, não se torna situação impeditiva para a coexistência de percepções tão diferenciadas acerca de um mesmo ou sobre o mesmo político. Enquanto pela *encarregada* é tomado como um agente em prol da *comunidade*, seu Elilson já destaca o sentido contrário, como ele mesmo explica a seguir.

Elilson: Nessa faixa aí, [ano] 64, terreno aqui da fazenda velha que nós chama, aí foi vendida nesse período aí que Ivar falou, veio num reunião aqui com a comunidade na época né, dizendo que a LAPSA queria ficar com tudo, porque digamos que o rumo dessa terra era até o ramal daqui, mas só que ... separaram essa área aqui pra santa que é muito antiga, ali ele disse que ia registrar em cartório mas só falou mas registrar que era bom mesmo não registrou não, eu acredito que não tem no cartório registrado, reconhecido. Ele falou aqui pra

enganar o povo, aqui todo mundo era, ninguém tinha contato, conhecimento, entendeu? Até divulgação, nesse tempo era pouco, começou a aparecer rádio, né? e nem todo mundo tinha essa comunicação, hoje não, tudo diferente, o que acontece lá no final a gente tá tendo conhecimento até ao vivo, né?! diferente, então eu acredito que foi assim, não foi registrada não, mas que ela é antiga nessa comunidade, é, alias em Periz toda, até inclusive dentro de Rosário, depois de Rosário aqui, uma história longa porque até Bacabeira pertence aqui a Engenho que comandava tudo, esse Engenho comandava aqui até Centrinho, era daqui, entendeu? Isso lá em 1779, 1799, por aí assim, pra 1800. Em 1801 essa imagem chegou aí, entendeu? Aí tá com mais de 215 anos só aqui, a imagem da Conceição. Eu sei que é uma longa história, eu conheço um pouquinho dela aí porque aprendi com os mais velhos que contava, e como foi que te falei, eu sempre gostava de ficar observando e prestando bem atenção né.

E então o que o senhor acha que seria a intenção dele em dizer que iria registrar a terra no nome da santa?

Ele foi falou isso de boca que é como eu falei anteriormente. O povo não tinha conhecimento de nada, entendeu? Era todo mundo analfabeto e ninguém ligava por nada porque se tinha um terreno, uma terra bem aqui assim ó, a pessoa fazia um pico, daqui pra cá, até aqui é meu, aí daqui pra cá já era de outro, entendeu? do vizinho, no caso, e aí puxava quanto metros ele queria pro fundo, entendeu, assim é que era. E ali todo mundo garantia e o respeito era tão grande de um por outro, apesar de ser analfabeto, povo sem conhecimento, mas tinha o respeito, entendeu? se respeitava muito bem a irmandade, então ninguém passava, né? então ele fez isso daí, ele falou que ia registrar, porque vivia, conhecia, ele era um cara bem estudado que ele foi prefeito aqui em Rosário, em São Luís, foi Deputado Estadual, parece que foi, foi até governador, então uma pessoa bem desenvolvida né? perto, perante a nós, principalmente o povo mais antigo né? nessa época, ele achava que era analfabeto, achava que só na palavra né? convencer todo mundo a acreditar e todo mundo confiava nele, respeitava ele, por ter esse poder, entendeu? era dos políticos mais desenvolvidos na cidade de Rosário, que Rosário é uma cidade tão antiga né? acho que das segundas, a terceira ou quarta cidade mais antiga do estado do Maranhão, acho que primeiro lugar vem Alcântara, segundo parece que vem Rosário e outras cidadezinhas, então, aí ele ficou nisso.

Assim, seu Elilson entendia que a promessa sobre o registro das terras de Engenho no nome da Santa constituía uma estratégia do político Ivar Saldanha a fim de ganhar simpatia e legitimar o *status* de “benfeitor” junto ao grupo. Situação que não retira o sentido político do modo como os agentes atribuem ao sentido próprio a constituição do território.

Apesar de Engenho não se configurar pela concepção analítica da noção de “terra de santa”, ainda assim pode ser compreendida como uma *territorialidade específica*¹²⁹ em função de como os agentes sociais estabelecem domínio sobre determinada extensão de terra e a legitimam enquanto propriedade, pois a situação narrada sobre a história de acesso à terra configura um modo próprio de aquisição e ocupação.

¹²⁹ (ALMEIDA, 2008)

Reitero que o fato de não ter localizado um registro cartorial sobre aquelas terras não deslegitima o sentido e a forma de representação atribuída pelo grupo ao território. A lógica da cadeia dominial está prefigurada por um jogo relacional de poder que tenta desqualificar a maneira como certos grupos legitimam a forma de ocupação do território. O que importa, no entanto, para esta pesquisa é compreender como o grupo a si se representa e o que aciona como elementos constitutivos de sua identidade, seja ela relacionada às formas de reprodução social ou a outros planos de organização. Interessa o modo como os grupos “recriam” sua dinâmica social. (SAHLINS, 1997)

4.2. Conflito e disputa pela definição legítima sobre o modo de festejar

Neste tópico, tento explicito situações de ameaça à dimensão social das festas pela tentativa do padre em institucionalizar arbitrariamente determinadas práticas não correspondentes a percepção dos agentes sociais acerca da forma como celebravam as festas religiosas. Por esta via, percebi a relevância de pontuar este conflito para reflexão em uma trama de disputa simbólica pela autoridade de fala e posição social a partir da forma como seria definida os *modos de festejar*. A esta expressão quero me referir aos princípios/aspectos de organização e classificação própria do grupo ao modo específico como são mobilizadas as festas tanto a Festa do Divino Espírito Santo e o Festejo de Nossa Senhora da Conceição. Não se constituem como uma bula de procedimentos mas de aspectos que orientam estas práticas, principalmente, enfatizando a autonomia do grupo .

“A dimensão religiosa está oculta”, afirma Zaluar (1983, p. 07), pela forma como alguns pesquisadores não apreciam aquilo que salta da vida social dos agentes e por enfocar em um ou outro aspecto sem entendê-los conjuntamente e interrelacionados. Toda vez que o assunto tratado se voltava à temática das festas, era sobressaltado situações de desacordo entre a comunidade, especialmente a partir do padre e a rede familiar de Zima por conta de serem os organizadores daquelas.

A percepção sobre os conflitos e a narrativa acerca deles, ia sendo tratado mais abertamente comigo na medida que ia estreitando os laços de amizade com o grupo. O que me possibilitou uma leitura mais reflexiva acerca destes conflitos e inseri-los como parte da análise, pois como afirma Pacheco de Oliveira, “o conflito é também um aspecto

crucial das relações sociais e que frequentemente atua como o operador de uma nova modalidade de configuração social.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2015: 39)

Entendia que a mobilização remetida ao aspecto religioso serviria como aspecto para compreensão da luta identitária do grupo, visto que não se está tratando apenas de um conjunto de regras para a liturgia festiva, mas como as festas tem que ver com o próprio sentido de território e *comunidade*. Nesse sentido que Almeida explicou

“O quão indissociável se mostra na ‘história do pensamento antropológico brasileiro’ as lutas identitárias, as reivindicações econômicas e as mobilizações políticas. Ela concerne a modalidades originais de pensar a relação entre cultura e política com base nos próprios padrões das formas político-organizativa, dispondo-as como objeto de reflexão do pensamento antropológico.” (ALMEIDA, 2015, p. 19)

Como dito anteriormente, não me detenho em narrar ou explicitar, esmiuçadamente, as etapas que compõem as celebrações nem os sentidos das práticas em si mesmas. Atento-me as especificidades dessa conjuntura que, muito mais que religiosa, se torna mecanismo político, pela forma como os agentes se mobilizam para sua realização. Isto posto, as especificidades dos *modos de festejar* de Engenho começam pelos próprios termos usados para cada festividade, a ideia de *Festa* e de *Festejo*.

O termo *Festa* é utilizada para classificar aquela comemoração com menor amplitude no que se refere ao quantitativo de pessoas que dela participam, enquanto o termo *Festejo* é atribuído a um contexto mais abrangente que engloba o critério anterior como pela maior mobilização demandada em função da comemoração do festejo da Santa se delongar por mais tempo.

Por este prisma se percebe como o plano de organização que versa sobre o religioso é “dotado de lógica própria” (ZALUAR, 1983, p. 22) a qual não deve prescindir de uma compreensão mais detida acerca de seus processos mobilizatórios quer seja no sentido da coesão social ou conflitualidade. As festas enquanto sociabilidade¹³⁰ atua como mecanismo que pode tanto congrega positivamente os agentes sociais, atuar para evidenciar as diferenças ou ainda gerenciá-las.

No entanto, um dos casos evidenciados na comunidade de Engenho por meio das festas foi a situação conflitiva com o padre que segundo seu Elilson começou porque ele queria mudar a data de celebração do festejo.

¹³⁰ A partir das necessidades e interesses específicos, a sociabilidade, segundo Simmel (2006) pautada pela *sociação* que é um sentimento partilhado em busca da satisfação de interesses mútuos onde um indivíduo depende do outro para a interação social.

Elilson: Aí ele garrou e convocou reunião com o grupo de jovens, convocou reunião mas quando foi no dia nos tava, aí puxou de novo no assunto aí e ele que fez a pergunta pro grupo de jovens né? quem era a favor da festa no dia 30, essa festa, e quem era favor dela no dia 15, que era na data correta. Aí quando ele procurou no dia 30 que levantasse a mão e quem fosse a favor da data certa que também que levantasse a mão, quem era a favor do dia 30 levantasse a mão, ninguém e tinha uma porção do grupo de jovens lá tinha umas 30, 40 quase 50 pessoas dentro da igreja, tava cheia, do grupo de jovens né? ninguém levantou a mão na data que ele queria e aí ele perguntou quem queria a festa na data certa que era no dia 15, aí todo mundo levantou a mão, aí ele ficou ruim, aí ele se sentiu que dali ele ficou por baixo né? **porque a festa nós tinha marcado pro dia 15 e ele queria fazer no dia 30, aí ele se queimou, aí começou, também ele não deu mais admoestação na hora pra fora, mas por dentro ele ficou magoado.**

Apesar de não explicitarem temporalmente o período em que tais fatos ocorreram o que marca é como a configuração social da *comunidade* se altera em virtude desses conflitos. Percebo isso quando indaguei seu José Ribamar e dona Zima o motivo pelo qual não havia celebração semanal de missa na igreja da santa, os quais responderam:

Zima: era porque o padre queria fazer uma festa daqui, a Nossa Senhora dezoito de Dezembro, e ele queria começar uma, três de Dezembro... era vinte e cinco... parece que era dia 25 pra terminar no dia três de Dezembro no mesmo mês, aí como a gente não consentiu, as duas festas junta, aí ele veio e a gente disse que não, teve a reunião aí, até disseram que Ribamar puxou facão pro padre, só mentira...

José: eu não...

Zima: que fez a reunião aí, aí ele largou a festa de mão, a dele, depois ele veio celebrar uma missa disse “Dona Zima a senhora quer é a missa do festejo?”, eu digo “quero”, “pro dia dezoito?”, “é”. Ai ele não veio e nem mandou outro, ele ficou zangado, e [fulano de tal] nesse dia, ele veio discutir comigo aí que eu não mandava em nada, eu digo “quem não manda é tu”, aí “ah que tu não manda aí”, eu digo “quem manda aqui sou eu”. Pois o padre não veio... nós fomos lá no Bispo, ai o Bispo disse “é dois festejo? Não dá certo”. Ele queria fazer, o padre, a primeira festa pra ele, então quando a gente fosse *tirar a joia*¹³¹, da carta de joia, o pessoal não davam mais, dizia “já fizeram a festa que era pra ela também”. E essa primeira era pra ele, arrecadar pra ele e quando eu fosse fazer não tinha, não consentiu...

José: não tinha ajuda da outra daqui.

Zima: aí [fulano de tal] discutiu comigo na igreja que eu não mandava em nada, “quem não manda é tu”, que aqui ele não botava mais os pés na igreja, eu disse “tu vem se tu quiser”, aí ele agarrou a Bíblia, “pá pá pá... não boto mais meus

¹³¹ A referência quanto ao verbo “tirar” associada a categoria “jóia”, a ação de “tirar jóia”, trata da prática realizada pela dona da festa associadas com as caixeiros, em um período anterior à festa, onde o dono da festa, avisa previamente por escrito, via carta, um determinado grupo de pessoas, podendo ser ou não da comunidade, para o processo de retirada da joia. Assemelha-se a um pequeno cortejo, onde se vai à casa do doador da “jóia”, as caixeiros, munidas de suas caixas, tocam ladainhas, onde também é levado a imagem do Divino, uma pomba branca. Segundo relata D. Zima, para aqueles que fazem uma “doação generosa” para a festa, o cortejo das caixeiros demora mais um pouco e pode até entrar na residência do doador, a fim de que seja ainda mais abençoado e continue a contribuir mais vezes para a festa.

pés aqui”, eu digo “tu volta se tu quiser”, eu digo “vem aqui quem quiser e não quiser que não venha”. Aí nós discutimos aí... sei que terminou mal com o padre.

Pergunta: Era com o padre Orlando?

José: era com padre Orlando [risos]

Zima: padre Orlando que não gosta dele, aí discutiram eles dois ... aí padre Orlando foi embora zangado com ele. Ele disse [fulano de tal] enquanto ele tivesse aqui na paróquia ele não celebrava missa aqui dentro de Periz, só se fosse em outro lugar, e aqui ele não celebrou mesmo, ele não deixou.

Dona Nilde: agora que chegou o outro padre, aí foi que ele veio [fulano de tal]

José: aí ele disse aquilo por dizer, aí quando acabou ele se arrependeu, que ele disse, é.

A instituição de outra data para realização do *Festejo* incidiria inclusive negativamente sobre a rede solidária por onde são retiradas as joias visto que não é apenas na igreja de Engenho em Periz de Cima que é feita celebração para a Santa Conceição, pois há em outras localidades¹³² esse festejo mas não nas mesmas proporções e amplitude que em Engenho, até porque é a única festividade, segundo dona Zima, que recebe patrocínio da prefeitura no que tange à contratação da radiola de reggae para tocar no *baile dançante* que garantia entrada franca a todos.

Ao contrário do estabelecido nas outras igrejas, o modo de festejar em Engenho é pautado e proposto pela perspectiva dos agentes locais diretamente envolvidos na organização das festas. Por isso a ausência do padre não se constitui como fator impeditivo das celebrações festivas. Por ser o padre substituível, outra pessoa considerada apta pode ocupar a posição de *celebrante* na realização das missas durante as festas. Não é por este motivo que o rito festivo deixa de ser realizado. Inclusive dona Zima enfatiza sobre a bonança da festa em virtude da ausência do padre.

Zima: ah ele não vinha, ele celebrava missa aqui, era todo Sábado e Domingo lá no alto, depois eles inventaram que lá na outra igreja era a matriz, aí se mudaram pra lá. Aí eles fizeram uma fuxicada quase ninguém vinha aqui, só mesmo as meninas aqui e pegaram.... “pois vocês não vem eu sei rezar, pois eu rezo”, aí foram embora, zangados... saíram tudo daqui foram tudo pro alto [Alto Castelo]. Até os vizinhos que tinha aqui se mudaram tudo pra lá, eu digo, eu pouco me importo e deixa ela ir, ela [a santa] não tá pedindo...ela era costumada ter missa aqui era de ano a ano, quando padre saía daqui, em Dezembro, ele já marcava a festa do outro ano, já levava na agenda. Eu digo,

¹³² Quando estive em dezembro do ano de 2015 para acompanhar o Festejo da comunidade de Engenho, havia tido a celebração à santa na igreja do povoado de Periz de Baixo, entre os dias 27 de novembro a 06 de dezembro e na igreja da sede de Bacabeira entre os dias 29 de novembro a 08 de dezembro. Como explicou Caio, meu interlocutor que participa ativamente das atividades da igreja local, as festas coincidem no período de sua realização não podem coincidir com o término

ela tinha de ano a ano, às vezes tinha a festa do Divino e a dela de ano a ano, aí se zangaram, não vinham aqui... ainda foram duas vezes lá na cidade fazer uma reunião, esse marcou uma reunião lá com o bispo, na hora a gente foi ele não foi [o padre]... ele sacaneou um mucado aqui, mas também a gente não deu o braço a torcer. Aí eles foram lá pra casa de Desterro, aí disse com tudo isso, fizeram que com toda a discussão fizeram. Eu digo, ela [a festa] não vai ficar parada mesmo aí, pode não ter a missa, mas se fez a festa, a reza, fizemos celebração, procissão e a festa de noite, se fez a festa, eles não vieram.

Pergunta: isso sem um celebrante?

José: sem autorização deles e a conversa deles pra não virem e deu melhor de quando eles tavam.

Zima: fez a celebração, Irene, Irene fez aí. Aí teve a procissão, teve a festa dançante e foi um festão esse ano. Depois no outro ano ele começou a vir e [fulano de tal], quando passou uns tempos aí, veio o Boi do pai dele aí e ele veio, entrou lá dentro da igreja, ficou lá, acho que ele ia entrar lá perto da santa, aí ele me viu lá perto do altar e ficou na ponta. [risos]

[...]

Zima: [...] Aí ele [o padre] marcou no dia do festejo, ele foi pra uma reunião não sei pra onde, ele marcou a missa e não veio e [fulano de tal] que tava aí que fez a celebração. No dia do festejo, a igreja era lotada.

José: se chegou direitinho, continuou...é como a pessoa que quando se arrependeu... a gente perdoa.

Zima: desde quando a gente começou nunca parou e não há de parar.

O fato da figura eclesiástica ser dispensada estava para a forma com queria conduzi, especialmente o festejo da santa. O padre queria excluir o chamado *baile dançante*, proibir a venda de bebidas e comidas na praça em frente à igreja, não se deveria soltar mais foguetes e ainda queria proibir que no dia de missa não houve atividades no campo de futebol situado na comunidade.

Ora, o padre queria tolher um conjunto de elementos que justamente colaboravam para a especificidade da festa destituindo situações que promoviam a fama do festejo, como o caso de abolir o baile dançante, por exemplo. A congregação das pessoas que vinham cumprir promessas para a santa quanto aquelas que iam para desfrutar do baile, geralmente promovido pela radiola de reggae.

A disputa pela autoridade sobre a liturgia das festas religiosas foi mais adensada quando a igreja¹³³ de Engenho, ascendeu ao *status* de *paróquia*, estando então subordinada a *diocese* na sede do município de Bacabeira e, portanto, estaria diretamente

¹³³ Há de se considerar que antes de se tornar a igreja local, a capela da santa correspondia a um altar estabelecido dentro da “casa grande” da família Rocha. Sendo que a imagem da santa e de outros santos permaneciam em um cômodo específico da Casa Grande. Tal situação foi evidenciada a fim de explicitar o sentido de propriedade privada das imagens herdadas em favor da encarregada, especialmente da imagem da Santa Conceição que atualmente integra a igreja local.

subordinada a autoridade do padre. Em virtude destes descompassos entre o padre e o círculo familiar da encarregada, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Engenho, tornou-se local apenas para celebração dos festejos e da missa de pessoas falecidas. Anterior a chegada do padre Orlando, a igreja do Engenho era usada como *sacrário*¹³⁴, porém com tal situação, a Igreja de Todos os Santos situada na localidade Alto Castelo, ainda em Periz de Cima, passa a ser estipulada pelo padre como a igreja para celebração regular das missas, segundo explica Caio, o interlocutor que cedeu essas informações

No entanto, estas circunstâncias não mudaram a autonomia do grupo sobre os modos próprios de festejar. A estratégia¹³⁵ então traçada pelos agentes para que a igreja de Engenho não fosse ainda mais tolhida e excluída da relação com a Igreja Católica Matriz em Bacabeira e dos eventos por ela promovidos, os jovens da comunidade começaram a se engajar e participar das atividades subsidiadas pela Igreja Matriz. Encontros de jovens católicos, estudos bíblicos e encontros de casais, se tornavam a par de tudo e praticavam dos eventos sempre que possível, tudo a fim de que os *devotos* locais não fossem desvinculados da Igreja Católica.

No bojo da disputa pela legitimidade quanto ao modo de festejar e formas de classificação, outra tensão então se erigiu, agora em relação a propriedade da imagem da Santa Conceição. A esse respeito um interlocutor¹³⁶ expôs:

[...] Querem dar continuidade da festa aqui? tem que começar pela família, Zima na hora que chegar faltar, vocês tão ali, vocês sabem, né?, porque na hora que ela chegar faltar aí, e aqui vocês não tiverem iniciativa, vai embora, vai embora, então eles acham que não. Tem uma documentação? Tem, mas enquanto ela viver, isso aqui depois, eu já conversei, antes dela faltar ela tem que, vamos em cartório registrar ... hoje a diocese, isso aqui é uma relíquia, uma santa dessa aqui era pra museu, pra ser reformada, colocada em ar-condicionado ... precisa ter cuidado, precisa ter muito cuidado. Aí eu comecei a entrar no grupo de casal, pegar um conhecimento melhor também, aí graças a Deus me encaixei, eu também não fui só pelo padre, eu fui também, porque a gente tem que ter relação das coisas, aí graças a Deus, fui pro rumo lá da paróquia, fiz o ECC [encontro de casais com Cristo], certo?, graças a Deus, aí todo mundo se integrando, uns, outros não, aí a gente foi no padre, passamos a ele como era aqui, né?, que não podia confrontar, que isso aqui era de família, não era como antes que você mudava a cultura de um povo, que isso aqui não pode ser assim, tem que ser devagar, aí [o padre havia dito]“tudo bem, tudo bem”, mas aí cortou [de participar das festividades e de celebrar missa regularmente na comunidade].

¹³⁴ Um espaço onde ficam as hóstias que são elementos fundamentais da celebração litúrgica da missa. Está constituída na chamada Igreja Paroquial, tida como referência e sede de determinada localidade.

¹³⁵ Ver Bourdieu (2004, p.81)

¹³⁶ Relato concedido no dia 14 de setembro de 2015. Informante solicitou confidencialidade sobre sua identidade.

A ênfase aqui é dada à ideia de como a imagem da Santa tornou-se um “bem” privado, e a situação narrada de tentativa de retirá-la da comunidade, chamando a atenção para um possível segundo registro cartorial, só que agora, para o resguardo do direito de propriedade privada sobre a imagem. No entanto, embora o legado do cuidado com a santa e do festejo tenha ficado a encargo de dona Zima e seu grupo familiar há também de entrelaçar essa discussão também a outra perspectiva. A ideia da “herança” como coletiva.

E aqui por herança não me remeto ao sentido de propriedade de um ou outro elemento. A reflexão não está para o objetivo de atestar o quê pertenceria à quem. Chamo a atenção para o seguinte contexto: vinculado ao legado do cuidado com a Santa também está a *herança* de permanência dos agentes sociais nas terras de Engenho. Situação que a todos beneficia e não apenas um grupo familiar.

A noção está para o sentido de uma herança expandida quanto ao sentido de propriedade deixada pela antiga família proprietária, a Família Rocha, sobre as terras de Engenho. Assim, a *herança* a qual dou ênfase é aquela manifesta pela forma como a coletividade, os agentes sociais de Engenho, especialmente aqueles que participam e contribuem para realização das festas, vão ressignificando, reafirmando e reelaborando o sentido herdado de festejar e cultuar a Santa, e conseqüentemente, a noção que é atribuída ao território de modo dinâmico e plural.

Diferente talvez de outros contextos, os *sócios* e a *encarregada* de realização da festa não variam, sempre permanecem aqueles que, ou herdaram a responsabilidade, como Zima ou, por interesse manifesto em colaborar, participam ativamente das festividades. Por isso, explícito a seguir, como é tecida a relação entre a Santa e Zima considerando o modo como a encarregada se autorrepresenta nessa relação estabelecida.

4.3. A relação entre a santa e a encarregada: o caso dos milagres

Zima por sua posição de *encarregada*¹³⁷ possui uma autoridade social construída, como dito anteriormente, pela repercussão mediada pelas festividades religiosas

¹³⁷ O posto de encarregada pelos cuidados com a imagem da santa é assumido por D. Zima, após a morte de sua mãe, que segundo conta, havia herdado a posse da imagem da santa Conceição das “irmãs Rocha”. D. Zima é também a principal encarregada pela organização da Festa do Divino Espírito Santo, onde participa ativamente também como *caixeira*, e pelo Festejo de Nossa Senhora da Conceição. Ela é a principal responsável pela arrecadação das contribuições prestadas pelos devotos e brincantes destas

promovido por ela e seu círculo familiar. Muito conhecido na região por envolver participação de inúmeras pessoas de várias localidades inclusive de povoados de Bacabeira e Rosário e da capital São Luís, como aponta a neta da encarregada, Thalyane: “no mês de dezembro, aí fica cheio aqui...de tudo quanto é lugar vem gente [...]”¹³⁸

Essa autorepresentação está atrelada a uma posição em que ela foi colocada e reafirmada pelos próprios aparatos institucionais, como no caso do IPHAN. A construção social de sua autoridade é também atestada pela autoimagem e autorepresentação que faz de si a partir da posição que ocupa no direcionamento das festas religiosas, muito conhecidas na “região”. Assim diz Berreman,

As impressões, que o etnógrafo e os sujeitos procuram projetar mutuamente são, portanto, as que julgam ser favoráveis à consecução de seus objetivos respectivos: o etnógrafo procura obter informações sobre a região interior, os sujeitos procuram proteger seus segredos, já que representam uma ameaça à imagem pública que desejam manter. Nenhum deles poderá ter um sucesso absoluto. (BERREMAN, 1975, p. 142)

Por isso sua posição de prestígio social é por ela sustentada quando minha interlocutora utiliza taticamente¹³⁹ do discurso elaborado por agentes institucionais do IPHAN para compor o Inventário Cultural, tanto para endossar sua posição, quanto autoridade de fala. Apresenta-se assim do melhor modo possível aos agentes externos. “Eu que mando, todo lugar tem meu nome, muitos vem fazer pesquisa vem aqui falar comigo”, afirma dona Zima que organiza um plano discursivo que reitera sua posição naquele contexto também pela fala de seu companheiro a seguir.

José de Ribamar: aqui na igreja quem manda é ela, e outra coisa que depois eles queriam que essa santa era, queria tirar a santa daqui pra levar pra Bacabeira, coisa e tal. Zima foi em cumade Liana que ela mora lá, como é que é o nome lá, lá em São Luís, a mãe dela que era dona dessa Santa, portuguesa, na casa de Dona Li a. Aí Zima foi eles vieram aqui falar com o padre, que o padre não sei o quê ia fazer besteira, aí ela chegou chamou eles e disse, “não é porque vocês sabem, essa santa merece é ir pra igreja de lá, porque a igreja de lá é grande, intonce nós temos que fazer”, Zima disse que daqui, não senhor, “olha seu padre aqui essa santa é de Dona Zima, minha mãe deu pra ela, intonce a santa é dela. A igreja é de todos, mas a santa é dela, ela quiser era que toma

festividades. A encarregada quem “organiza e controla os bens da santa, e as atividades rituais, exercendo uma função centralizadora dos elementos que garantem a reprodução simbólica do sistema”. (MOURÃO, SÁ, 1997:113).

¹³⁸ As falas recortadas são na verdade observações anotadas da pesquisadora. Munida do caderno de campo estava atenta às narrativas e esclarecimentos feitos pelos agentes. Assim, quando aparecem apenas excertos de falas quer dizer que aquela conversa não estava sendo gravada, e por isso, sem possibilidade posterior de transcrevê-la, mas o que conseguia gravar “de cabeça”, e eram informações por mim consideradas relevantes, apressava a mão para registrar.

¹³⁹ Ver (CERTEAU, 1990)

conta dela, ela é dela, a santa”. Justamente essa santa tudo é dela aqui. E o nome dela pra todo lado tem no Rio, São Paulo, pra todo lado, de Zima. Esse pessoal que vem tudinho fazendo esse pessoal...assim que é.

Situação exemplificada por Goffman (1985, p. 23) ao revelar que “quando um indivíduo se apresenta diante dos outros, terá muitos motivos para controlar a impressão que estes recebem da situação”. Outro caso que explica esse arranjo social está para o fato de que na igreja local há uma placa afixada (Foto 11) em homenagem a Zima encomenda por Ana Teresa Desterro Rabêlo¹⁴⁰, conhecida como Nicota, amiga da família, natural de Rosário e atualmente professora do Departamento de Teatro da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).



Foto 11 - Placa em homenagem a dona Zima afixada na parede da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Ela quem detém a sabedoria das rezas remetidas às divindades em forma de *ladainha*¹⁴¹ e as rezas para *benzer* as pessoas acometidas de algum mal. Ela quem puxa o início das *ladainhas*, ou seja, tem a responsabilidade de conduzi-las acompanhadas do canto das *caixeiras* e dos *fíéis*¹⁴² que souberem entoá-las. A este detalhe reportou-me orgulhosa sobre os cantos proferidos em latim todos memorizados por ela. Inclusive em

¹⁴⁰ Ela inclusive contribui na organização de outras festividades conjuntamente com a família de D. Zima e outras pessoas da comunidade como D. Irene Caires. Sendo as festejadas, o “Pastor” que é um Auto representado nos festejos natalinos e encena episódios da vida de Jesus e “Festa de Reis” onde é encenado a visita dos Reis Magos a Jesus criança e seus pais. Tive a oportunidade de conhecê-la pessoalmente quando permaneci na comunidade quando da realização da Festa do Divino.

¹⁴¹ Oração expressa como um canto ritmado e se constitui como uma espécie de homenagem de louvor e adoração às divindades.

¹⁴² Referente às pessoas que participam regularmente das missas, dos atos litúrgicos da igreja e cultivam a devoção especial à algum santo(a).

um período da tarde chegou a me mostrar seu caderno (Foto 12) de *ladainhas* e cantou as mais rezadas nas festas, inclusive as em latim. (Foto 13)



Foto 13 - dona Zima cantando as ladainhas a partir do seu caderno.
Foto da autora.

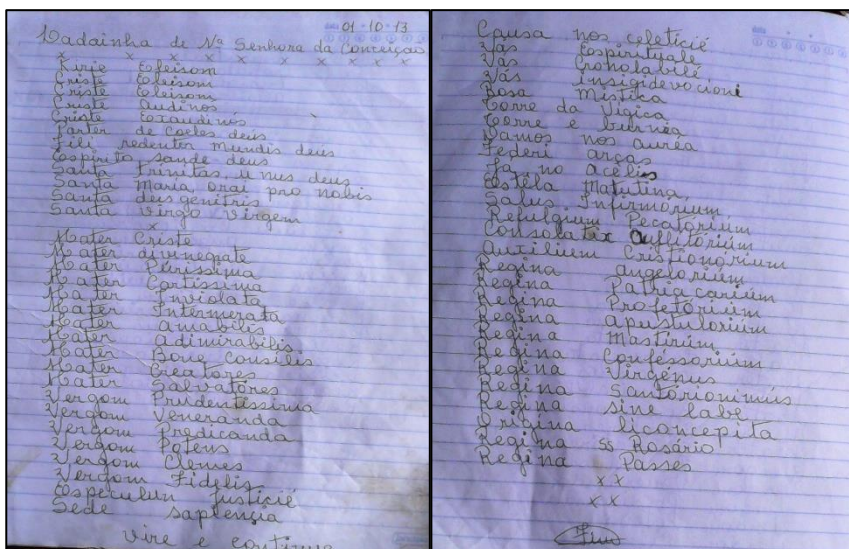


Foto 12 – Ladainha em latim de Nossa Senhora da Conceição.
Foto da autora

O que colabora como um fator de diferenciação interna na comunidade em referência a rede familiar da encarregada é que suas residências estão estabelecidas na parte mais alta da comunidade de Engenho. Condição dada pelo vínculo estabelecido com a antiga família proprietária, a família Rocha, que tinha erigida a Casa-Grande no mesmo local onde atualmente está afixada a residência de dona Zima e seus familiares. (Foto 14).



Foto 14 – Do lado esquerdo da foto a igreja e no canto superior direito a casa de dona Zima.

É então por meio de sua narrativa que minha interlocutora explicita a relação estabelecida não apenas de proximidade com a história da família da “Casa-Grande” mas

especialmente de intimidade e confiança intermediada com a santa por ter herdado o legal de cuidado com a imagem e o festejo a ela endereçado. Assim para melhor compreender a relação estabelecida entre a encarregada, dona Zima e a Santa, baseio-me a partir da noção de *contrato diático*¹⁴³, proposta por George Foster (1961).

O termo auxilia na análise das situações referidas pela encarregada, como o modo que a santa se comunica com ela em situações que denomina como *milagres* e que explicitam a relação diretamente construída entre as partes cruzando o plano social com o divino-sobrenatural. (FOSTER, 1961)

A este respeito, Zima narra certa situação em que uma caixa de foguetes havia pegado fogo na frente da casa de um agente opositor¹⁴⁴ ao modo como a encarregada direcionada a liturgia¹⁴⁵ do rito¹⁴⁶ festivo, causando grande alvoroço, apesar de ninguém ter se machucado. Segundo Zima, isto ocorreu com permissão da Santa porque o opositor havia discordado dela e ainda por teria dito que não participaria mais das festas e nem de missa realizada na igreja do Engenho, a igreja Nossa Senhora da Conceição.

Outra situação ocorrida e explicitada pela minha interlocutora prefigurando a relação de proximidade e confiança entre a santa e ela ocorreu durante a realização de um festejo. Segundo narra, o fato se deu quando Zima estava a lavar o grande volume de louças referente a comida servida na ocasião e por conta disso pegava a louça suja da pia localizada dentro da casa e levava para o açude próximo dali. Como explica:

Eu vou já no açude lavar essas louças, aí fui a primeira viagem, lavei uma bacia grande assim, dessas ali, cheinha de louça, fui lavar no açude. Aí cheguei, arrumei aqui, enchi outra bacia, fui e levei de novo, voltei... na terceira, o vespéral tava tocando, o barracão era bem aí no meio da praça. Aí eu digo, “ah já vou bem aí no açude de novo terminar de lavar a louça”, aí eu ouvi dizer assim “vai... não vai”...aí eu disse, “vou já no açude, ah!..”, aí ouvia pra eu ir não ir e ir e não ir, e digo, “ah eu não vou não”, coração tá pedindo pra mim não ir e antes de ir pegar a louça pra lavar, o vespéral tava tocando ali... aí eu fui espiar ... fui espiar assim, “ah vou espiar aí, a igreja”, o pessoal dançando ali na praça, tinha uns sentado na calçada da igreja ... aí eu fiquei assim, quando eu olho do peitoriu, eu olho lá pro altar, olha a coivara de fogo. Um jarro tava pegando fogo, chega tava aceso em cima do altar, eu digo “gente a capela tá pegando fogo”. Aí eu garrei, corri, peguei o jarro e bati, caiu no chão, espatifou tudinho, ela tava tão bonita, a igreja enfeitada de tanta cor, era só cor de rosa, tava tão bonito! Já tinha queimado o jarro, já ia passando pra toalha, e eu bati com a mão, caiu lá, espatifou tudinho. Tinha uns meninos lá, correram uns três meninos assim. Porque um veio pagar uma promessa, a gente deixou lá no

¹⁴³ Consultar, FOSTER, George M. *The Dyadic Contract: A Model for the Social Structure of a Mexican Peasant Village*. *American Anthropologist, New Series*, Vol. 63, No. 6 (Dec., 1961).

¹⁴⁴ D. Zima pediu que no momento da redação não identificasse o nome do agente.

¹⁴⁵ Etimologicamente significa “um conjunto de elementos e práticas de um culto religioso (missa, orações, cerimônias, sacramentos, objetos de culto etc.) instituídos por uma Igreja ou grupo religioso”.

¹⁴⁶ Ver TURNER, Victor W. *O processo ritual*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

cantinho da porta, no canto [em relação as velas acendidas] ... aí os pequenos que tavam lá, depois que saíram e se sentaram na porta da igreja, olhando o vespéral, não viram, eles foram lá, eles apagaram a vela do altar e acenderam lá no canto. Eu digo, “ó, acendam aí ... eles apagaram a vela, deixaram acesa no canto, os pequenos que tavam lá, agarram a vela, acenderam e acenderam o castiçal de velas que tava perto... que ia pegando fogo. Se eu tivesse ido, parece que Nossa Senhora tava dizendo, “Não vai”, aí tinha pegado fogo na igreja [...] Tivesse ido pro açude, tinha pegado fogo, que eu já ia de novo, aí eu fui espiar, daqui da varanda eu olhei a coivara de fogo lá dentro, em cima do altar... ela lá em cima, tinha o primeiro, segundo e terceiro, os outros [imagens de santos] na frente e ela lá só. Ela que tava dizendo, “Não vai, não vai”. Duas vezes aí que inventa de pegar fogo.

Outro *milagre* semelhante a situação anteriormente relatada, refere-se a outra situação em que a Santa havia sido enfeitada com um véu longo e acenderam velas em um castiçal no altar da igreja, próximo a santa. Então que havia batido um vento e a ponta do véu que cobria a santa havia queimado mas o fogo não havia se espalhado pelo véu. Esse teria sido o milagre em que a santa, por providência própria, não teria pegado fogo.



Foto 15 – Dona Zima e a imagem da Santa de Conceição talhada em madeira. Foto tirada durante missa do festejo da santa. 2015

Além dessas circunstâncias tida pela informante como milagre, dona Zima, vez e outra, narra situações de infortúnio envolvendo “pessoas crentes”. Situação por ela explicada por conta da oposição de certos “crentes” em relação ao cuidado com imagens

de divindades. Dentre as situações retratadas, a encarregada afirma sobre a história de um “crente” que morreu com dois chifres na cabeça e de um outro que foi levado pelo “cão” por uma forte ventania, situações que envolviam porém agentes de outras localidades, apesar de explicitar o aumento do número de pessoas consideradas evangélicas em Engenho. Contexto que explana as sanções sofridas por aquelas pessoas que de algum modo se opõem a autoridade das divindades alvo de culto da encarregada.

4.4. As festas religiosas como expansão das redes de relações sociais entre as comunidades

Ciente do jogo de impressões que permeia a relação entre pesquisador e interlocutores, teria oportunidade de criar “condições adequadas à pesquisa etnográfica”, como diz Malinowski (1978, p.21). Situação propiciada ao permanecer com o grupo, relacionando-se efetivamente com a comunidade no período de realização da festa do Divino e do festejo de Nossa Senhora da Conceição. Foram nestas momentos que adentrei na discussão dos conflitos internos entre os agentes e a figura do padre e com a empresa MARGUSA.

Até o primeiro momento que havia me instalado na comunidade pela oportunidade da Festa do Divino, a temática das festas¹⁴⁷ religiosas ocupava grande parte do repertório de meus interlocutores, especialmente de Zima. Passo então a trabalhar a *festa* enquanto categoria analítica que depende das “posições contextuais e de pontos de vista de seus agentes” (PRADO, 2007, p.119), então apesar da vinculação com a rede familiar organizadora das festas, procurei perceber as posições sociais ocupadas pelos agentes, pertencentes ou não aquele círculo familiar, nestas situações festivas. “O importante não é a vantagem material que se possa tirar das relações dentro da *comunidade* ou com a santa, mas a reprodução dos vínculos de reciprocidade que unem os moradores entre si e estes à santa” (MOURÃO, SÁ, 1997:112).

Apesar de não ter tido a pretensão de construir uma etnografia e analisar os sentidos de cada elemento do rito festivo, tomo a mão a tarefa de desnudar um plano

¹⁴⁷ “Designa reuniões sociais promovidas pelos moradores da região visando comemorar um santo do hagiológico católico romano, independentemente da magnitude ou das várias formas que elas possam assumir”. (PRADO, 2007, p. 115)

É possível empregar o termo festa, não somente na sua acepção original quando ligada ao evento social que celebra a entidade ao culto católico, mas também em toda ocasião em que a distração e o alargamento das fronteiras estejam presentes. (PRADO, 2007, p.118)

abstrato que ajuda a compor as festas religiosas de Engenho. Aquilo que lhe confere a “*carne e o sangue*”¹⁴⁸ destas celebrações, a saber a rede relações sociais tecidas e como mobilizam a dinâmica das festas. Ênfase especialmente a relação construída da comunidade de Engenho e outras *comunidades* do povoado de Periz de Cima como Alto Satuba e Alto Castelo. Sem contar a conexão estabelecida com o povoado de Zé Pedro, todos situados no município de Bacabeira.

Por rede de relações sociais refiro-me ao contexto que envolve um conjunto de agentes que participam, direta ou indiretamente, da realização das festas e que estão entremeados por “*teias*”¹⁴⁹ de parentesco, não limitado ao aspecto de consanguinidade, mas por *teias simbólicas* de relações de compadrio, amizade e “sociedade”, este último referente aos chamados “*sócios*” do festejo da santa por colaborarem diretamente na sua organização e realização, como explicarei adiante.

Não considero, tão-somente, o ato estante da realização das festas mas incluí, em minhas observações, atenção aos preparativos envolvidos que corroboram para mobilizar essa rede de relações. Assim passo a compreender o contexto de mobilização festivo-religiosa como elemento que contribui para construção da identidade¹⁵⁰ do grupo relacionando-a como mecanismo político e de *[re]existência social*.

Elemento identitário, a partir da reflexão de Stuart Hall (2009) que trata a identidade como “conceito estratégico e posicional” ou seja, cada agente constrói e ocupa uma disposição que, o caracteriza situacionalmente em determinado contexto, que pode inseri-lo em uma configuração positiva ou negativa a depender do grupo a qual está vinculado.

Político, porque percebia como as festas tornavam-se oportunidades para “alargamento das fronteiras sociais” e um “empreendimento social” (PRADO, 2007, p. 117; 52) tanto em função da participação de outros agentes que vinham das mais diversas

¹⁴⁸ Expressão utilizada por Malinowski (1978) para destacar como o pesquisador deveria atentar-se, de modo imaginativo, às situações da vida humana, “o fluxo rotineiro dos acontecimentos diários, as ondas ocasionais de agitação provocados por uma festa ou cerimônia ou qualquer acontecimento particular.” (MALINOWSKI, 1978, p. 30)

¹⁴⁹ Tomo emprestado a partir da referência feita por Geertz (2008) quando considera que as redes de relações humanas estão baseadas por múltiplas teias de significações pelo entendimento que a cultura é interpretativa e, por isso, dinâmicas nos sentidos a elas atribuídos. (GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.)

¹⁵⁰ Pauto-me na reflexão de Stuart Hall (2009) que entende a identidade como “multiplamente construída ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.” (HALL, p. 108)

localidades¹⁵¹ quanto momento de aproximação e estreitamento de laços sociais que de outro modo possivelmente não seria possível, como explica:

[A festa como] distensão das fronteiras humanas é também o espaço físico que se amplia, pois a festa representa um ‘locus’ de aproximação entre povoados, entre interior e capital, entre lugar de origem e destino, nos movimentos migratórios. Se se deseja empreender viagem para visitar pais, irmãos e parentes que ficaram na terra natal se escolhe, preferencialmente, as ocasiões de festa. Ela é o tempo em que o distante vira próximo, tanto no sentido espacial quanto no humano, pois além de reavivar laços antigos ela enseja novas alianças. De fato, a festa é o tempo de escolha do parceiro sexual: do namoro novo, do adultério possível, da transformação da moça em mulher ‘solteira’. Sua realização provoca a transcendência dos limites habituais que separam os sexos em grupos distintos. Aqui o que ocorre não é mais a formação dos bandos de moças ou rapazes, mas a constituição de pares sexuais. É o elemento que está na base desta operação, a dança. (PRADO, 2007, p. 117)

Foi na oportunidade das festas que pude acessar certos agentes que talvez de outro modo não conseguiria. As festas constituem-se então como este momento privilegiado de estreitamento de laços sociais. Foi na Festa do Divino que conheci, por exemplo, dona Irene, uma das agentes principais que contribuíram por muitos anos para organização das festividades religiosas de Engenho e também se constitui como minha interlocutora. Sua



Foto 16 – Dona Zima, à esquerda, dona Irene ao centro e dona Conceição à direita.

¹⁵¹ Pessoas vindas dos municípios vizinhos Rosário, Santa Rita e inclusive a capital, São Luís. Alguns familiares de D. Zima e que moram no Rio de Janeiro também aproveitam estas ocasiões para visitarem a comunidade, especialmente na época do festejo da Santa que se realiza em dezembro.

narrativa veio ao encontro das narrativas levantadas sobre o entendimento acerca das propriedades das terras de Engenho como pertencentes a Santa Conceição.

A casa da encarregada por estas ocasiões sempre estava em plena efervescência, com um fluxo constante de pessoas orientadas pelas mais diversas motivações. E como sempre me alocava na casa da *encarregada*, aqueles que haviam se deslocados de lugares distantes, ali se apresentavam, seja para tomar conhecimentos do enredo da festa, o que estava programado para aquele momento, como para pegar comida ou somente “marcar presença” junto ao grupo e conversar com minha interlocutora.

Como elemento de **[re]existência** pela forma como os agentes atualizam e dinamizam o modo de celebração das festas. Se antes do eucalipto, por exemplo, era possível encontrar árvores com madeira nativa que facilmente pudessem ser usadas para a função do mastro, não foi em função da escassez deste recurso natural que os agentes deixaram de celebrar as festas, incluindo *fazer o mastro*¹⁵² a partir das condições apresentadas, ou seja, o mastro feito do eucalipto.

Então elenco brevemente a ocasião do mastro, tanto no que diz respeito a sua ornamentação, quando é erigido e na sua derrubada, como elemento de mobilização e expansão das relações, passando a detalhar situações que colaboram para esse entendimento a partir dos seguintes termos. O momento de sua retirada, via procissão, o momento de enfeite e da derrubada do mastro compõem um conjunto de situações que contribuem na congregação de pessoas com as mais variadas motivações favorecendo o estreitamento dos laços sociais. Os homens, “*regados*” à cachaça e ao som da explosão dos foguetes queimados, são os responsáveis em retirar o eucalipto e em deixa-lo no ponto de ser enfeitado pelas mulheres da comunidade (Foto 17 e 18). No momento da derrubada do mastro a tomada da bandeira do Divino, que fica no pico do mastro, vira alvo de disputa, sendo remetida aquele que pega essa bandeira a tarefa de providenciar uma nova bandeira para o ano seguinte em que a festa for realizada. Provocando assim certa responsabilidade e cobrança sobre a pessoa envolvida no rito o que favorece um contato mais aproximado, ainda que nos momentos próximos de realização da festa, entre a família organizadora e a pessoa responsável pela tarefa.

¹⁵² Denomino como ação de *fazer o mastro* porque apesar da madeira ser retirada inteira e pronta para sua finalidade, há todo um rito material, o processo de enfeite da madeira com folhas de palmeira e outras plantas e com pequenas “*agradados*” como coco, cachaça, vinho e a bandeira do Divino, por exemplo, que são tomados após derrubada do mastro.



Foto 17 - Mulheres da comunidade enfeitando o mastro. Foto da autora



Foto 18 - Mulheres enfeitando o mastro. Ao fundo a plantação de eucalipto da MARGUSA da qual o mastro foi retirado. Foto da autora

A procissão e as apresentações¹⁵³, realizada tanto na *Festa do Divino*, quanto no *Festejo da Santa*, reúnem vários agentes, sejam eles idosos, crianças, jovens, homens e mulheres. O trajeto percorrido pelas procissões, exemplifica, como as festas não estão apenas inscritas no contexto da comunidade de Engenho. Perpassam ao menos por quatro localidades diferentes. Partem da Praça de Engenho rumo a Igreja de São Sebastião, na rua Câmara Lima, passa pela igreja de Todos os Santos em Alto Castelo, depois pela BR, onde há uma certa escolta por agentes da polícia rodoviária e retornando para a Igreja de Engenho.

A ocasião transparece um clima de reencontro entre aqueles que aparecem na comunidade anualmente na circunstância da festa e aqueles que ali residem. O reencontro é também notado entre aqueles que apesar de morarem próximos uns dos outros, mal têm o fim de semana para se encontrarem, assim, a festa, ainda que realizada anualmente torna-se oportunidade de preservar e estreitar os laços construídos porque há também os preparativos e o tirar joias que já congrega e reuni esses agentes.

As “teias” de relações também podem ser percebidas na oportunidade da retirada das “joias” que auxiliam sobremaneira na realização das festas. Situando a especificidade da Festa do Divino, é o momento em que as *caixeiras*¹⁵⁴ responsáveis deslocam-se para

¹⁵³ Há, no Festejo, a brincadeira do “Tambor de Crioula”. Para maiores detalhes consultar: FERRETI, Sergio F. **Tambor de Crioula: ritual e espetáculo**. São Luís, Comissão Maranhense de Folclore, 2002, p.21-32. Sobre a festa do Divino, consultar: SANTOS, Rosa Maria. **A Festa do Divino em São Luís e Alcântara: dança de reverência**. Boletim da Comissão Maranhense de Folclore, vol.36, dezembro de 2006.

¹⁵⁴ São ao todo nove caixeiras, D. Itajara, Conceição, Zica, Fátima, Rosa, Thalyane, Iranilde e Naia, dentre elas também um rapaz, o Caio um de meus interlocutores.

outras localidades, como o povoado de Zé Pedro, distante a aproximadamente xx km de Engenho, ilustrando como agentes de diferentes contextos contribuem para os preparativos da festa. Por isso, compondo o momento festivo e a prática de devoção religiosa, as festas são tecidas a partir de um processo de “alargamento das fronteiras sociais” (PRADO, 2007, p. 53).

Sem contar que essa expansão relacional atrelada às festas, incluem aquelas pessoas que assumem o papel de *caixeiras*. Não apenas se limitando a um papel exercido por mulheres, porque para fazer o “*toque de caixa*”, além da habilidade em fazer o toque ritmado, *caixeira(o)* é a pessoa que sabe “*botar versos*”, ou seja, cria frases próprias que podem ser cantadas no momento das celebrações e que ainda conhece as ladainhas que devem ser cantadas nos determinados momentos litúrgicos. A seguir (Foto 19) aponta quem são as *caixeiras(o)* de Engenho, situação que exemplifica o encontro entre gerações.



Foto 19 – Parte das caixeiras do Divino. Da esquerda para direita, dona Conceição, Thalyane (neta de Zima), Caio, Zima, Nara, Fátima e Lica. Foto da autora.

As *joiás* estão constituídas como auxílios que variam desde dispor de quantias em dinheiro ou materiais que compõem a liturgia das festas como doação de velas, foguetes, alimentos produtos da atividade da lavoura como arroz, milho, verduras (maxixe, quiabo), doação de animais de pequeno e médio porte como galinhas, porcos e carne bovina para preparo da comida que é servida durante as festas.

Um importante momento que caracteriza o momento festivo para fortalecimento dos vínculos está igualmente configurada nos interstícios de sua realização. Destaco o contexto de preparação da alimentação servida. É o momento onde se congregam não apenas as mulheres da comunidade mas aquelas que vão prestigiar a festas, sejam parentes

ou apenas amigas que se encontro especialmente nestas festividades. Como a comida preparada é servida gratuitamente, o esforço empenhado é maior, em virtude da quantidade de pessoas que vão prestigiar as festas. Por conta disso, é na parte da “cozinha¹⁵⁵” que em uma roda de conversa são atualizadas as informações acerca de acontecimentos que, tanto envolvam pessoas da comunidade, quanto de outras localidades. A oportunidade é de contar de tanto o que se fez no período “entre festas” incluindo assuntos mais variados. Seja quem se largou do marido, os recentes falecidos ou ainda comentar sobre posturas e comportamentos inadequados de outras pessoas.

Nos dias em que a radiola de reggae toca, e aqui enfatizo o festejo da Santa, é a ocasião em que Engenho congrega um número muito maior de pessoas. A expectativa de saber que radiola¹⁵⁶ vai tocar e quais músicas, “pedras¹⁵⁷” serão tocadas dá o tom de parte do “baile dançante”. No *barracão* local próximo à praça onde é realizada a festa de reggae, dançam pessoas que vieram de várias localidades, inclusive da capital, como falam dona Zima e seu Elilson:

Elilson: É o festejo da região que mais da gente, é esse aqui, aquele barracão ali? Fica lotado, você entra lá, você fica até com medo de tanta gente [...] O Divino tem mesmo só o toque da caixa, a missa e apresentações que eles fazem, só isso mesmo, agora a festa dela aqui, tem a missa, tem os nove dias de reza, que são as novena, aí tem a procissão, no Sábado à tarde, aí Sábado à noite é a festa, aí Domingo continua a festa, mas só que a comilança mesmo é só no Sábado...boca livre [risos], é só no Sábado, aí depois só o vespéral e a festa dançante.

Zima: aqui, a gente dá o almoço, dá o lanche, 9 h que às vezes a missa é 10h, 9h, termina tarde aí, quando termina a missa, a gente dá o lanche pra eles, aí bolo com café, refrigerante, bolacha, tudo, a gente dá pros pessoal, pra todo mundo que tá aqui na igreja que a gente convida vai lá, todo mundo toma, aí quando é, depois é o almoço, os que ficam aqui come tudinho, os que vão embora, que quis, a gente convida...

Elilson: a gente mato o boi pra dar de comida pro povo, boi, tem carne de porco, galinha, aí tem feijão...é o único festejo que de dá comida é esse aqui...por aí tem uns que faz mesmo só pros de casa, pros músico que vão tocar da radiola, agora o daqui não, o daqui o compromisso com a comunidade.

Pergunta: mas aí tem radiola de reggae, vocês contratam?

Elilson: é, a festa dançante é de graça...vem muita gente de São Luís, tem gente da baixada pra esse festejo, tem gente daqui que mora pra Rio de Janeiro, São Paulo, deixa pra vim nessa época do festejo .

¹⁵⁵ Não é necessariamente dentro da casa da *encarregada* que as carnes e os temperos, a comida em geral, é preparada. Situado estes preparativos em uma espécie de casinha de palha e madeira que fica nos fundos casa, no quintal.

¹⁵⁶ Sem adentrar a especificidade do tema, que é muito plural e dinâmico, e considerando as narrativas, entendendo a *radiola* como um grupo de pessoas responsável em embalar a festa não apenas com as músicas mas com toda a estrutura montada de som, a qual se referem como *paredão*, por conta de seu tamanho. .

¹⁵⁷ Assim referidas como sendo as melhores músicas tocadas pelas radiolas, segundo os interlocutores.

Zima: vem gente quando tá pra terminar a festa que já querem ir embora, eles ficam chamando no microfone, gente de tal lugar, que eu nunca nem vi chamar o lugar, chamou aí, é só falar festejo do Engenho, boto no rádio, todo mundo sabe.

Elilson: a gente divulga no rádio toda hora aí

Zima: vem gente de tudo quanto é lugar, chama nome por aí que eu nunca tinha visto chamar, gente que vem, vem de São Luís, os que tão em Brasília vem, os que moram no Rio vem, os que moram por aí tudo, Fortaleza, tudo vem, festa só querem saber, ficam perguntando, quando é o festejo, eles vêm...

Elilson: tem uma colega que mora na Liberdade e às vezes ela viaja muito pra Belém, mas quando é na época do festejo, ela vai, mas ela vem simhora quando chega no mês de Dezembro, que é na segunda semana, às vezes é na segunda, às vezes é na terceira, que é com 15 dias. Esse vai ser treze né mãe? Parece que é treze, no segundo sábado....tem gente de Teresina, tudo vem. [...] cada noite de reza, as meninas montam uma apresentação, eles fazem assim tipo uma peça de teatro, aí apresenta aí, só que é história bíblica, aí conta uma história, todo noite de reza, e é muito agoniado, mas fica muito bonito mesmo. O festejo que dá mais gente é esse aqui e de bumba-boi é de seu Manoel [Tetéu] que dá gente que é tradição né?!

Z: eles iam fazer, mas só que adoeceu

As festas contam com colaborações de agentes que ocupam carga político na estrutura administrativa-institucional de Bacabeira. Inclusive durante a procissão do festejo da santa, em 2015, a imagem menor da Santa Conceição foi empurrada no *andor*¹⁵⁸ por políticos locais, como destaque, na Foto 20.



Foto 21- “Dunga”, neto de Zima. Preparativos para erguimento do mastro. Festa do Divino Espírito Santo 2015. Foto da autora.



Foto 20 - Da esquerda para direita estão: o vereador Deco, “Pinheirinho” irmão do prefeito de Bacabeira, Alan, à direita. Festejo de Nossa Senhora da Conceição, 2015. Foto da autora.

¹⁵⁸ Construída de madeira serve para carregar a imagem da santa durante a procissão. Nesta ocasião, a imagem grande da Santa estava para São Luís passando por uma obra de restauração e chegarei na noite do dia seguinte, por isso a procissão foi realizada com uma imagem pequena.

Os familiares de dona Zima, como o neto Dunga e seu filho Elilson, este último “*sócio*” das festas, ajudam a compor ativamente o rito festivo. Na foto 20, Dunga é quem cava o buraco para estabelecer o mastro e foi quem também ajudou a escolher o mastro no eucaliptal. As festas explicitam e, de certo modo, legitimam as posições sociais ocupadas pelos agentes e suas marcas. (ZALUAR, 1983).

Atrelada a essa expansividade das relações encontra-se princípios norteados como de solidariedade marcadas por laços de reciprocidade entre os grupos. Situação vivenciada quando as *caixeiras* de Engenho tiram *joias* em Zé Pedro na oportunidade da Festa do Divino e do Festejo da Santa e as *caixeiras* de Zé Pedro, reciprocamente, também mandam cartas de joias para algumas famílias de Engenho quando é realizada a Festa devotada a Santa Antônio naquele povoado. Mas estes laços não se restringem apenas pela forma recíproca do tirar joias. Quando dona Zima e as *caixeiras* vão para Zé Pedro, elas passam um fim de semana inteira para tocar caixas e levar as cartas de joias, situação que aproveitam para dormir na casa das *caixeiras* locais, sendo também servidas pelas mesmas.

As festas oferecem oportunidades e “condições de ultrapassagem da esfera familiar” (PRADO, 2007, p.118), sendo que a dinâmica religiosa contribui para estabelecer elementos de *sociabilidades* e congruência entre os agentes ainda que situações de descompasso apareçam entre eles, como o caso da postura autoritária do padre sobre a regência da liturgia festiva. O interessante notar então é como as festas permitem a constituição de uma rede de relações que configura uma teia de relação social entre os grupos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pretendeu provocar reflexões acerca dos processos de implantação de empreendimentos desenvolvimentistas em uma “região” que tem sido alvo de constantes ações neste sentido. Situações justificadas, especialmente, pela localização geográfica que, a exemplo de Bacabeira, possui seu território entremado por ferrovias, rodovias e acesso fluvial. Infraestrutura que, segundo os planejadores desses empreendimentos, contribuiria para promoção de qualquer empreendimento dado as facilidades de acesso e de escoamento de matéria prima.

No entanto, aponto como a lógica racional pretendida para implantação de megaprojetos não se sustenta por se constituir equivocadamente a partir de critérios de “previsibilidade, controle, compensação e planejamento”. Os parâmetros acionados e tidos como necessários para efetivação de um megaempreendimento contradizem o cenário percebido e analisado neste trabalho. Presencia-se uma serialidade¹⁵⁹ negativa de *(des)planejamento* de ações voltadas a efetivação destes empreendimentos por também demandarem de dispêndio exorbitante de recursos públicos para, no fim, serem canceladas. Como no caso do cancelamento da Refinaria Premium I, colocada em discussão, e relembro, mencionando pontualmente, sobre o Pólo têxtil de confecções de Rosário. Projetos que arbitrariamente modificaram e modificam a dinâmica social de grupos historicamente estabelecidos em seus territórios e que provocam danos equiparados aos efeitos se efetivamente tivessem se instalado, com ênfase sobre o caso da refinaria.

O nexu pensado para promoção deste contexto *desenvolvimentista* seria complementado por uma rede de relações empresário-institucionais que operariam ações na tentativa de mitigar os efeitos provocados. No entanto, as ditas “políticas de compensação” propostas como mecanismo de reparo, não suprem, nem de longe, as necessidades dos grupos que anteriormente já haviam tido seus direitos negados e/ou usurpados. Vide o caso da audiência pública – analisada no Capítulo 3 – que por uma noção de “participação” sequer considerou, efetivamente, as falas dos grupos sociais deslocados e atingidos por diversas vias.

Nesse escopo, destaquei como o aparecimento de agentes, a serviço de instâncias estatais e privadas atuando no cenário local das comunidades, reatualizavam formas de “*violência simbólica*” sobre as famílias locais no processo de coleta de dados para feitura de estudos e relatórios de impactos ambientais e inventários culturais. Isso porque, a ideia de

¹⁵⁹ No sentido exposto de ser sucessivo, em série.

zoneamento de áreas de influência ou de áreas especificamente impactadas, aliadas à tentativa de “registrar a cultura” dos agentes locais, estava, de certo modo, para composição de um conhecimento objetivado-censitário, orientado mercadologicamente. Sendo extremamente perturbador, a conjuntura subliminar de listar aquilo que possivelmente seria desmobilizado ou “destruído” pela ação desses empreendimentos.

Por isso, aponte para a urgência e relevância de repensar o dado objetivamente retratado nos ditos “documentos oficiais”. A relativização das formas de classificação destas produções feitas por instâncias estatais e/ou privadas devem ser entendidas como subordinadas à uma lógica mercadológica e, por isso, agem no sentido de normatizar e “frigorificar” identidades e modos de vida como um dado eminentemente técnico e arqueologizante.

Situações estas que desconsideram em que termos os grupos gostariam ou buscariam ser reconhecidos, afinal as categorias e metodologias elencadas por essas instâncias de produção de um “saber oficial”, a exemplo do RIMA e inventários, estão inscritas numa relação de poder que não consideram a fala daqueles que são exteriormente classificados. Configuram-se como classificações de ordem “arbitrária e conjectural”, como explica Jorge Luís Borges (1952), o qual tece críticas incisivas sobre essa visão reducionista de “realidade” externamente classificada. Faz-se necessário romper com o que já foi pensado por estas instâncias que, por vezes, buscam uma forma de retratar, estaticamente, situações sociais desprendidas de sua situacionalidade, esvaziando o sentido político das práticas e modos de vida dos agentes sociais.

Percebe-se então como essas situações são utilizadas instrumentalmente para inviabilizar ou dificultar o reconhecimento de outras formas de significar e representar o “real”, visto estar inseridos em uma disputa simbólica pela definição legítima, conforme apontou Bourdieu. Situação que invisibiliza aquele não enquadrado nas classificações gestadas “oficialmente” pelos agentes autorizados. Assim se formataria o cenário do conflito que, segundo Rancière, estaria no contraponto entre uma *lógica policial* que tentaria silenciar as vozes dos agentes considerando-os como “emissores de ruídos” e uma *lógica igualitária* que desconsidera as especificidades dos grupos considerando-os como os “não-contados”.

Passo a relativizar a produção feita institucionalmente conferindo-lhe, o sentido de *ficcionalidade*, isto é, estudos pensados e gestados pelo “braço da oficialidade” e que se constituem como produções arbitrárias e forjadas pelos agentes de Estado. Por isso que as formas de representação do “oficial”, por meio da produção diagnóstica, não dão conta de perceber as realidades localizadas situacionalmente pela perspectiva do *Outro* e nem tampouco conseguem perceber os conflitos engendrados pelo *desenvolvimentismo* agenciado pelo Estado em consórcio com instâncias privadas.

Contexto que também nos direciona à ruptura com a falsa noção de que, não foi pelo fato de um ou outro empreendimento não ter se efetivado que consequências danosas e irreversíveis deixaram de ser engendradas. Contrariamente a essa falsa e frágil percepção, baseava no *evidence*, a pesquisa apontou o contrário. Pela emancipação da perspectiva cristalizada de “causa e efeito” pude compreender como mesmo com a não-efetivação de um empreendimento os efeitos danosos não deixaram de ser percebidos. A investigação situacional apontou que os danos incidiram, e ainda incidem, sobre os modos de vida dos grupos locais da mesma forma como se o projeto tivesse sido efetivado. Efeitos negativos, tais como, desmobilização da força de trabalho, limitação de acesso aos recursos naturais disponíveis, entendido pelas formas de *constrangimento social e institucional* sobre as famílias, a poluição das áreas cultiváveis e de pesca, sem contar nos conflitos internos envolvendo venda de terras dada a especulação imobiliária por conta da vinda do empreendimento.

Frente a estas circunstâncias, não desconsidere as especificidades de uma comunidade estrategicamente mobilizada apesar do contexto desfavorável por ela enfrentado. Entendo que os meios e modos de vida dos grupos não devem ser postos à parte da análise ou “diluídos” por questões ditas mais amplas como a implantação de um grande empreendimento. A reflexão sobre os danos provocados devem partir, sobretudo, das perspectivas daqueles que se sentem, de alguma maneira, afetados por essas circunstâncias.

Pela vista de um leitor desatento, tomar nota e reflexões sobre as formas de mobilização dos grupos em defesa do território percebidas por intermédio da dinâmica de práticas religiosas pode aparentar ser uma conjuntura que talvez não se correlacione à temática de pesquisa proposta. Mas o que dizer de um *mastro* feito de um eucalipto proveniente da plantação de uma empresa guseira que avançou sobre seu território, a tal ponto, de prejudicar a utilização de um tipo de madeira que servisse para compor a celebração festivo-religiosa. Assim que, quando percebidos alguns dos efeitos provocados, tal como esse, refletimos sobre o modo como os grupos resistem para mobilizar, tanto sua força de trabalho de forma autônoma - no que diz respeito ao acesso aos recursos naturais das áreas produtivas para pesca e “roça” - como seus modos de festejar.

O pensamento conservador da lógica dominial tentaria estabelecer objetivamente marcos e outros referenciais que desvalidariam ou desqualificariam as formas próprias de reprodução social dos grupos. Ao destacar a comunidade de Engenho, nesse cenário, e tomando como ponto de reflexão o plano religioso, explicito como as especificidades de representação do grupo sobre o território e como a dinâmica das festas religiosas colaboram para fortalecimento dos laços sociais e de enfrentamento às circunstâncias desmobilizatórias.

A partir de estratégias de resistência social e *(re)existência* buscam uma autonomia frente às situações que se apresentam impositivamente. Seja como no caso quando o grupo desautoriza a posição assumida por um padre que tentou estabelecer critérios próprios, arbitrários e alheios ao grupo quanto aos modos de festejar da comunidade. Ou quando Zima subverte discursivamente a “produção oficial” do IPHAN, destacada para inventariar e estatizar a “cultura”, no entanto, utilizando-a como “apoio” para legitimação de direitos, posição social e relevância das práticas festivas locais.

O sentido do trabalho de campo nas instâncias estatais, após analisado reflexivamente, não serviu para buscar ou verificar dados ou confrontar informações. Pois quando explícito a situação de acesso e mobilização para permanência do território, explicado por dona Zima e seu grupo familiar, não seria a ausência de um registro cartorial, inscrito na chamada cadeia dominial, das terras de Engenho, que deslegitimaria os direitos das famílias inscritas nesse contexto. A crítica se direciona justamente às classificações ditas “oficiais” e as formas de representação construídas externa e arbitrariamente e que desconsideram as formas próprias de atribuição de sentido e significados dos agentes sociais sobre suas “realidades”.

Pensar as práticas cotidianas dos grupos é perceber que a *política* em si, não está limitada ou apenas relacionada às macro conjunturas, a exemplo do *(des)planejamento* da implantação de empreendimentos desenvolvimentistas. É necessário “olhar a política nos interstícios”, como diz Peirano (2014), isto é, pensar o político para além da noção do senso comum ou uma concepção liberal “democrática” que a restringe ao escopo da ação partidarista, à ideia de “cidadania”, Estado ou debate acerca do público e privado. Isto que poderia ser entendido como interesse da chamada antropologia da política.

Por fim, reflito que a possibilidade da vinda de um novo empreendimento direcionado ao local antes destinado à Refinaria Premium I demonstra que o contexto das relações político-partidárias estatais pode até se alterarem, porém os mesmos interesses economicistas e privatistas permanecem. O que nos provoca novamente a ponderar, preocupadamente, sobre os novos efeitos advindos do *(des)planejamento* para essa nova ação, visto que a nova conjuntura está apoiada, tanto com verbas públicas, quanto privadas em nível internacional e situadas em valores da ordem de bilhões de dólares.

Fato que alude a possível magnitude do empreendimento que, se efetivado, poderá provocar, se proporcionalmente referido ao valor investido, em efeitos ainda mais nefastos do que aqueles trazidos pela expectativa, tanto relacionadas a implantação, como pelo cancelamento dos megaempreendimentos sobre a estrutura social dos grupos.

O cenário se demonstra, mais uma vez desfavorável, porém continuarão a resistir e (re)existir as famílias e comunidades daquelas localidades e de tantas outras que lutam historicamente para terem o direito de reproduzirem-se socialmente nos termos que as satisfazem. Reitero que estes grupos jamais estarão relegados a não mais existirem em suas especificidades. Ao contrário, ainda que os grupos sejam afetados de modos diferenciados, o contexto é que, assim como no passado, também não se rendem no presente e tampouco o farão no futuro.

Empreendimentos vão e vem, instalam-se ou são cancelados, mas os agentes sociais mobilizados permanecem e permanecerão pela forma própria como ressignificam as condições desafiadoras que a eles se apresentam. Assim se poderá desconstruir estes modelos impositivos de desenvolvimento e fortalecer modos de vida dotados de um sentido próprio de ser, agir e sentir que, tanto promovem autonomia social e econômica, quanto o cuidado e preservação com os recursos naturais dos quais, muitas comunidades, dependem para sua reprodução social.

Transcendendo a reivindicação isolada pelo direito de uso e permanência em seus territórios, a luta destes grupos não está pautada por perspectivas de caráter individual-privatista, mas passa pelo sentido de resguardar suas formas de reprodução social constituídas histórica e coletivamente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. **Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva**. In: Associação Brasileira de Antropologia. Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos. Blumenau Nova Letra, 2007.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Instrumentos Etnográficos para uma “nova descrição”**. In: Regime tutelar e faccionalismo. Política e Religião em uma reserva Ticuna. Manaus: UEA Edições, 2015.
- _____. **Os quilombolas e a Base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Volume 1. MMA, 2006.
- _____. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro; Casa 8/FUA, 2008, p. 63-122.
- _____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas – 2.^a ed**, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.
- _____. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: Quilombolas e novas etnias. Manaus: UEA Edições, 2011.
- _____. **Territórios e territorialidades específicas da Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”**. Caderno CRH, Salvador, v.25, n.64, p.63-71, jan/abr, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n64/05.pdf>.
- _____. **Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização**. Travessia. maio/agosto, 1996. pp. 30-35.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. Mexico. FCE. 1993 (trad. de Eduardo L. Suárez).
- BACHELARD, Gaston. **A formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas** (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.
- BERREMAN, Gerald. **Etnografia e controle das Impressões em uma aldeia do Himalaia**. In Desvendando Mascara Sociais, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p 123-175.
- BENSON, Peter; KIRSCH, Stuart. **Capitalismo and the Politics of Resignation. Current Anthropology**. Volume 51. Number 4, Agusut, 2010.
- BRANDÃO, Carlos. **Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder**. In_ ORTEGA, Antonio Cesar e FILHO, Niemeyer A. (orgs). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007.

BORGES, Jorge Luis. **El idioma analítico de John Wilkins** [Cuento. Texto completo]. In: *Otras Inquisiciones*, 1952.

BOURDIEU, Pierre. [1930]. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. In: *O Poder Simbólico*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

_____. **A ilusão biográfica**. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996b. p. 74-82.

_____. **Coisas Ditas**. Tradução Cássica R. da Silveira e Denise Moreno Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Compreender**. In: *A Miséria do Mundo/sob direção de: Pierre Bourdieu; com contribuição de A. Accardo...et al.* 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

_____. **Contrafogos – táticas pra enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds. 1998.

_____. **Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. [1930]. **Meditações Pascalinas** Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996a.

_____. **Sobre o Estado: Cursos no college de France (1982-1892)** trad Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Wmf Martins Fontes. São Paulo, 2009.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais**. N.º 4 (jul. 2014). Manaus: UEA Edições, 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Cidadania, direitos e diversidade**. Anuário Antropológico 2014. Brasília, UnB, 2015, v.40, n. 1: 43-53.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annblume, 2013.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 1990.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica**. In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org). **Carajás: Desenvolvimento ou destruição? Um relatório de pesquisa**. Comissão Pastoral da Terra – CPT. Belém/ PA, 1995.

DURKHEIM, Émile. **Representações individuais e representações coletivas**. In: *Sociologia e Filosofia*. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1970.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Edições 70. Lisboa: Portugal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

FERNANDES, Maria Esther. **A “História de vida” como instrumento de captação da realidade social**. 21º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos – CERU. São Paulo, 1994.

GAIOSO, Arydimar Vasconcelos. **Aspectos da produção etnográfica na antropologia para as denominadas comunidades tradicionais**. In: Insurreição de Saberes: tradição quilombola em contexto de mobilização. Manaus: UEA Edições, 2013. Vol. 3.

GEERTZ, Clifford. **Capítulo 1: Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita**. In: Obras e Vidas: O antropólogo como autor. Editora UFRJ, 2002.

_____. **A interpretação das culturas**. 1.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo. **O patrimônio como categoria analítica antropológica: Os limites do Patrimônio**. In: Associação Brasileira de Antropologia. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau Nova Letra, 2007.

GORZ, André. **O Imaterial: Conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GUSFIELD. **A community: a critical response**. New York: Harper & Row Pub., 1975.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 11. Ed., 1. Reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Identidade e diferença dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

LAVALLE, Adrian Gurza. **Cidadania, igualdade e diferença**. In: Revista Lua Nova, nº. 59, p.75-94. 2003. Disponível em:

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. **A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil**. In: Associação Brasileira de Antropologia. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau Nova Letra, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC). Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico do Maranhão (IPHAN). **Inventário Cultural: Rosário- Santa Rita- Bacabeira**. Social Capital Group. 1.ed. 2013

LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos No Brasil: Questões Conceituais e Normativas**. Etnográfica IV (2), p. 333-354, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. [1922]. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Coleção "Os Pensadores". São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Reflexão Preliminar sobre a Categoria Quilombo em Penalva, Maranhão.** *In: Cadernos de debate Nova Cartografia Sociais: territórios quilombolas e conflitos.* Alfredo Wagner Berno de Almeida (orgs.) [et.al]. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: UEA Edições, 2010.

MENDONÇA Bartolomeu Rodrigues. **PEREGRINOS DO DESENVOLVIMENTO: conflitos socioambientais, deslocamentos compulsórios e resistências nos casos de instalação de projetos industriais em São Luís e Bacabeira – MA.** XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia (ALAS), Chile, 2013.

MOUFFE, Chantal. **Democracia, cidadania e a questão do pluralismo.** Revista Política e Sociedade. P.11-26. Nº 03. Out, 2003.

MOURÃO SÁ, Laís. **O Pão da Terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense.** São Luís: EDUFMA, 2007.

NUNES, Patrícia Maria Portela. **Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo.** Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Antropologia, UFF, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal.** *In: OLIVEIRA, Francisco de.; PAOLI, Maria Célia.* Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global. São Paulo: Vozes, 2000.

PAULA ANDRADE, Maristela. **A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no leste maranhense.** *In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org).* Carajás: Desenvolvimento ou destruição? Um relatório de pesquisa. Comissão Pastoral da Terra – CPT. Belém/ PA, 1995.

PACHECO DE OLIVEIRA , João. **Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais.** Revista MANA 4(1):47-77, 1998.

_____. **Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia.** Desafios atuais às representações coloniais da Antropologia. *In: Desafios da antropologia brasileira.* Bela Feldman (ORG.). ABA Publicações. Brasília. P.47-74, 2013.

_____. **Regime tutelar e faccionalismo. Política e Religião em uma reserva Ticuna.** Manaus: UEA Edições, 2015.

PADILHA, Ednaldo. **Resistência e fé: o “Cabeça”, narrativas de um quilombola.** Org. Dorival dos Santos. Rio de Janeiro: Casa 8/ PPGCSPA-UEMA, 2015.

PEREIRA JUNIOR, Davi. **Territorialidades e Identidades Coletivas: Uma Etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2012.

PRADO, Regina de Paula Santos. **Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa.** São Luís: EDUFMA, 2007.

PEIRANO, Mariza. **A favor da Etnografia.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1995.

_____. **Etnografia, ou a teoria vivida**. Ponto Urbe [Online]. 2, 2008. Consultado o 13 Julho 2015. URL : <http://pontourbe.revues.org/1890> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1890

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. Introdução – Relatos Oraís do ‘indizível’ ao ‘dizível’. T.A. QUEIROZ, Editor. São Paulo, 1991.

RANCIÈRE. J. **O Dissenso**. In: NOVAES, Adauto. **A Crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, p. 367-382.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996b.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I)**. MANA 3(1):41-73, 1997.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Conflitos Socioambientais no Maranhão: os povoados de Camboa dos Frades (São Luís-MA) e Salvaterra (Rosário)**. In: Encontro da ANPPAS, 5., Florianópolis – SC. Anais..., Florianópolis: 2010. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-419-350-20100903205558.pdf>

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues; RIBEIRO, Ana Lourdes da Silva; RABELO, Bruno Henrique Costa. **Refinaria Premium: Presença da Petrobrás no Maranhão**. In: Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara (Org.). 50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. Rio de Janeiro: FASE – Solidariedade e Educação, 2013. p. 239-252.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. (2002). **Para ampliar o Cânone democrático**. In: SANTOS, Boaventura. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Edições Afrontamento, 2003.

SCOTT, Parry. **Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco**. In: ZHOURI, Andrea. Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília, DF, ABA, 2012.

SCOTT. James. **La infrapolítica de los grupos subordinados**. In. Los dominados y el arte de la resistência. Traducción de Jorge Aguillar. México: Ediciones Era, 2008.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **O Direito das Minorias: Passagem do “invisível” real para o “visível” formal?.** Manaus: UEA Edições, 2013, p. 19-79.

_____. **Inventário das Leis, Decretos e regulamentos de Terras do Maranhão – 1850/1996**. Belém: Supercores, 1988.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O Antropólogo e sua Magia: Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, Eduardo Faria. **Audiência pública e participação social na efetivação do Estado Democrático**. Consulta e participação: a crítica à metáfora da teia de aranha. Manaus: UEA Edições: PPGSA/PPGAS – UFAM, 2013.

SOUSÂNDRADE, Fundação. **Volume IV: Meio Antrópico. In: Refinaria Premium I: Bacabeira-MA. Estudo de Impacto Ambiental**, UFMA, 2009.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

VALLE, Camila do. Apresentação. *In: Insurreição de Saberes: tradição quilombola em contexto de mobilização*. Orgs. Cynthia Carvalho Martins, Aniceto Cantanhede Filho; Davi Pereira Júnior; [et al]. Manaus: UEA Edições 2013.

VELSEN, J. Van. A Análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. *In: FELDAMAN-BIANCO, Bela (org.). A Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

VINCENT, Joan. **A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes**. *In: FELDAMAN-BIANCO, Bela (org.). A Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UNB, 2009.

ANEXOS

**Anexo 1 – Relação de comunidades quilombolas por município (ITERMA-2015).
Diretoria de recursos fundiários - DRF**



ITERMA Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

Área: ? ha
Situação: ? – Mat. do Registro: ?
Proc. Titulação: 0645/2010
OBS.:

▪ **Miranda de Rosário/Miranda do Rosário**

Área: ? ha
Situação: ? – Mat. do Registro: ?
Proc. Titulação: 0294/2010
OBS.:

- SAMBAÍBA
- SANTA FILOMENA DO MARANHÃO
- SANTA HELENA

▪ **São Joaquim**

Área: 2.854,0340 ha
Situação em arrecadação (informação de 02/2014) – Mat. do Registro: ?
Proc. Titulação: 3470/2010
OBS.:

CAF (Informação de 05/2012)

- SANTA INÊS
- SANTA LUZIA
- SANTA LUZIA DO PARUÁ
- SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO
- SANTA RITA

▪ **Santa Rita do Vale/São Raimundo Nonato/Agrical II**

Área: 319,4535 há (322,6823 ha)
Situação: Titulada (2006) (2002) – Mat. do Registro: ?
Proc. Titulação: 2063/2002
Proc. Conflito (litígio) com a Comunidade Santana: 2377/2010
Proc. Conflito (litígio) com a Família Bandeira: 17/2011
Proc. Demanda de Infraestrutura e Proj. Produtivo: 3315/2009
Proc. Socilitando Registro Cartorial: 3314/2009
OBS.:

Presidente da Associação: Teresa de Fátima Rosa Launé
– (98) 9126-3508

Número de famílias: 65

Alegado não existir de fato enquanto Quilombo

Rua das Hortas, 270
Telefone: 3232-3664
São Luís-Maranhão

Anexo 2 – Lista de comunidades quilombolas regularizadas pelo ITERMA



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR - SEDES
INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO – ITERMA
COMUNIDADES QUILOMBOLAS REGULARIZADAS PELO ITERMA

Nº	Município	Comunidade	Entidade	Famílias	Processo	Área(ha)	Ano	Matrícula
1	Codó	Santo Antônio dos Pretos	Associação de Moradores e Produtores Rurais de Santo Antonio dos pretos	95	1960/99	2.139,5500	1999	
2	Codó	Mocorango	Associação Comunitária de Mocorango	38	1959/99	162,6254	1999	
3	Codó	Eira dos Coqueiros	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Eira dos Coqueiros	47	1958/99	1.011,8271	1999	
4	Caxias	Jenipapo	Associação dos Agricultores Familiares do Povoado Jenipapo	27	2821/97	588,5242	2002	
5	Caxias	Olho D'água do Raposo	Grupode Pequenos Produtores Rurais do Povoado Olho D'água do Raposo	38	1684/05	187,3333	2005	Nº 4.338, Lv. AO, Fls. 151
6	Caxias	Usina Velha	Associação dos Produtores Agrícolas da Usina Velha	76	2542/05	1.160,9579	2005	
7	Turiaçu	Jamari dos Pretos	Associação dos Moradores do Quilombo Jamari dos Pretos	157	1352/02	6.613,0630	2005	Nº 2.842, Lv. 2-K, Fls. 71
8	Bacabal	São Sebastião dos Pretos	Associação de Moradores e Produtores Rurais da Comunidade São Sebastião dos Pretos	68	1197/02	1.010,2186	2005	
9	Pinheiro	Altamira	União de Moradores do Povoado Altamira	43	1234/04	1.220,9398	2005	Nº 4.121, Lv. AP, Fls. 134
10	Pedro do Rosário	Imbiral/Cabeça Branca	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Imbiral	44	2991/06	46,4981	2006	
11	Pedro do Rosário	Santo Inácio	Associação dos Moradores Quilombolas do Povoado Santo Inácio	79	2390/06	1.363,4178	2006	Nº 4.145, Lv. 2-AP, Fls. 107
12	Santa Rita	Santana	Associação Menino Jesus de Praga dos Pequenos Prod. Rurais do Povoado Santana	56	2943/06	201,1171	2006	Nº 4.229, Lv. 2-s, Fls. 003
13	Santa Rita	Santa Rita do Vale	Associação Comunitária São Raimundo Nonato	65	2063/02	322,6823	2006	
14	Anajatuba	Queluz	Associação dos Moradores do Povoado Queluz	105		255,2392	2006	
15	Pinheiro	Rio dos Peixes	Associação dos Moradores do Quilombolas do Povoado Rios Peixes	47	2971/06	54,2234	2006	
16	São João do Soter	Cipó	Associação dos Produtores Rurais do Povoado Cipó	192	2820/97	2.404,6567	2006	

Anexo 3 – Ficha de cadastro de beneficiários da comunidade “remanescente de quilombo” (ITERMA)

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUARIA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAG INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO – MA			
CADASTRO DE BENEFICIÁRIOS DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO			
01 - COMUNIDADE:		02 - LOCALIDADE:	
		03 - MUNICÍPIO:	
04 - IDENTIFICAÇÃO DO MEMBRO:			
01-NOME:			
02-NOME DA MÃE:			
03-ESTADO CIVIL: <input checked="" type="checkbox"/> SOLTEIRO <input type="checkbox"/> CASADO <input type="checkbox"/> DISQUITADO <input type="checkbox"/> DIVORCIADO <input type="checkbox"/> SEPARADO <input type="checkbox"/> VIÚVO <input type="checkbox"/> SOLTEIRO EMANCIPADO		04- DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> CARTEIRA DE IDENTIDADE <input type="checkbox"/> CARTEIRA PROFISSIONAL <input type="checkbox"/> CARTEIRA DE RESERVISTA	
05- NÚMERO:	06- ÓRGÃO EMISSOR:	07- DATA DE NASCIMENTO:	
08- SEXO: <input type="checkbox"/> MASCULINO <input checked="" type="checkbox"/> FEMININO		09-CPF:	
10- NACIONALIDADE:		11: NATURALIDADE:	
12- NASCIDO NA COMUNIDADE: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	13- TEMPO DE RESIDÊNCIA:	14- GRAU DE ESCOLARIDADE:	
15- ATIVIDADE PRINCIPAL: <input checked="" type="checkbox"/> SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> COMERCIAL		16- APOSENTADO <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
05 - IDENTIFICAÇÃO DO CONJUGE/COMPANHEIRA (O)			
01- NOME CÔNJUGE:			
02- NOME DA MÃE:			
03- DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: <input type="checkbox"/> CARTEIRA DE IDENTIDADE <input type="checkbox"/> CARTEIRA PROFISSIONAL		04- NÚMERO	05- ÓRGÃO EMISSOR
06- CPF:	07- DATA DE NASCIMENTO:	08- NATURALIDADE	
09- NACIONALIDADE	10- ATIVIDADE PRINCIPAL: <input type="checkbox"/> SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> COMERCIAL	11- APOSENTADO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
12- NASCIDO NA COMUNIDADE: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	13- TEMPO DE RESIDÊNCIA:	14- GRAU DE ESCOLARIDADE:	
06 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR			
NOME DOS MEMBROS DA FAMÍLIA:		DATA DE NASCIMENTO	GRAU DE DEPENDÊNCIA
01-			
02-			
03-			
04-			
05-			
06-			
07-			
08-			
09-			
10-			
<p style="text-align: center;">Coord. das Ações Fundiárias em Áreas Afro-Remanescentes de Quilombo. CAFARO-ITERMA.</p>			

Anexo 4 – “História” de Engenho segundo o IPHAN

IPHAN. Inventário Nacional de bens móveis e integrados Maranhão e Piauí. Módulo 2 – microrregião de Rosário/Norte Maranhense. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Periz de Cima) Bacabeira. Ministério da Cultura. MinC. 3ª Superintendência Regional. São Luís, 1999.¹⁶⁰

“A Capela de Nossa Senhora da Conceição pertencia a um antigo engenho de açúcar localizado no povoado de Periz de Cima, situado no município de Rosário. Atualmente, o povoado de Periz de Cima encontra-se ligado ao recém-criado município de Bacabeira.

Esta Capela parte da Freguesia do Rosário, que segundo César Marques, no ano de 1801, “compreendia 196 fazendas, 226 sítios, 333 agricultores, 27 negociantes, 52 artistas, além dos mais indivíduos brancos e forros de um e outro sexo, tem mais de 10.179 escravos, enfim ao todo 12.174 almas”. (1)

O Engenho de Periz de Cima pertencia a uma família portuguesa, os Rocha, que eram donos de muitas terras e escravos na região. O Engenho constituía-se em uma próspera propriedade composta de casa grande com sua respectiva capela, que ficava dentro da mesma, todas as dependências necessárias ao fabrico do açúcar, melaço e aguardente de cana e a senzala que abrigava os negros responsáveis pelo cultivo e preparo da cana de açúcar.

No final do século XIX, com a abolição da escravidão negra, o Engenho entra em total decadência por falta de braços para trabalhar em suas lavouras.

As terras pertencentes ao Engenho juntamente com a casa grande, no início do século XX, são herdadas pelas três irmãs Rocha: Anica Rocha, Clementina Rocha e Rita Rocha, que não tiveram herdeiros, pois permaneceram solteiras. No entanto, as três irmãs tinham o costume de “pegar pra criar”, as crianças das redondezas. Uma dessas crianças, Raimunda Sousa Baima, chegou ainda pequena ao Engenho, na primeira década do século.

Na condição de cria da casa, Raimunda Sousa Baima, durante os seus oitenta e dois anos de vida, ajudou as irmãs Rocha não só a manterem a Capela da Conceição em boas condições, mas também, ajudava na organização dos festejos que o pequeno povoado formado entorno do Engenho realizava todos os anos no mês de dezembro, para comemorem a Santa de sua devoção.

O encargo e a tradição de cuidar da Capela e dos seus festejos foi passando de uma geração para outra, e assim, a filha de D. Raimunda, Zima Baima Souza, aprendeu com sua mãe desde pequena “a cuidar da Santa”. D. Zima, atualmente com 63 anos, é responsável pela Capela e os festejos há vinte anos, desde 1979. (2)

Segundo conta D. Zima, rebuscando em suas memórias respaldadas nas de sua falecida mãe: “aqui era uma casa grande do Engenho e a Capela ficava dentro da casa, depois fez gora. A casa grande foi demolida 45 anos atrás, porque estava muito velha. Na demolição foram retirados 16 milheiros de telha de barro. O altar-mor da Capela perdeu-se, e todos os santos menores eram da Capela da Casa Grande, inclusive a Santa Rita. No começo, a Santa festejada era a Conceição pequena junto com São Raimundo Nonato, mas quanto a minha mãe chegou no Engenho como cria das Rocha, já encontrou a imagem da Conceição grande. Minha mãe conta que durante um festejo da Conceição no Engenho, o Cônego Chaves [João dos Santos Chaves era o responsável pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em São Luís], veio participar como convidado especial das irmãs Rocha, juntamente com Rita Maria Cruz, mãe de

¹⁶⁰ Texto extraído da referência acima mencionada. Dona Zima possui uma cópia desse documento a qual foi fornecida por meio de registro fotográfico na primeira ida à comunidade de Engenho.

Lilia Cruz, que era prima das Rocha e muito devota de N. Sra. da Conceição, se ela não queria doar para a Capela de Engenho a imagem da Conceição em madeira, grande, que ele padre Chaves tinha dado pra ela, porque a outra era muito pequena e com esta imagem grande, os festejos ficariam muito mais bonito. Esta imagem ficava na Igreja da Conceição em São Luís, e o padre Chaves conseguiu convencer D. Rita Maria Cruz de fazer a doação da Santa.

Quando a Santa chegou no engenho teve três dias seguidos de festa. Ela veio de vapor e depois foi transportada na rede até a sede do Engenho, onde foi entronizada na Capela. A banda de Música que recebeu a Santa tinha mais e quarenta músicas e durante a festa mataram bois, porcos, carneiros e galinhas, numa grande fartura.

Antes da casa grande ser demolida, a capela ficava dentro dela, aí resolveram construí-la do lado de fora. Ela já foi construída três vezes. Na primeira, ela era pequena de taipa com a porta boleada e ficava ao lado da casa grande; na segunda, mais ou menos em 1967, o pedreiro Lucas, que já morreu, fez de tijolo, e a última, foi em 1992, quando o prefeito de Rosário, Orlado Aquino mandou construir.

Roubaram da Capela 05 castiçais, 04 santos pequenos de bronze, uma Santana, um São Gonçalo e as coroas dos santos. As irmãs Rocha deram para o sobrinho Reinaldo Cruz que mora em São Luís, um São Miguel e uma Santa Rita pequena.

A conceição grande foi pintada duas vezes que eu me lembro. A primeira quem fez o serviço foi o Sr. Brasil, em 1957, ele era encarnador de santo e morava em Rosário. Já morreu faz tempo. A segunda já fez uns quinze anos. A Santa Rita foi pintada uma vez em Rosário e isso já faz mais de 20 anos.

Depois da morte das irmãs Rocha, o terreno foi ocupado pela comunidade que morava já ao redor do antigo engenho e a Capela sempre aqui no alto, com Nossa Senhora protegendo de tudo e de todos, mas um dia D. Valentina começou a ameaçar de tirar os moradores do lugar, então o Dr. Ivar Saldanha [foi governador do Maranhão tendo sempre como base política o município de Rosário] registrou no cartório de Rosário as terras em nome da Capela, ficou tudo terreno da Santa. Agora a comunidade está tranquila e podemos festejar Nossa Senhora todo final de ano, em dezembro.” (3).

RESTAURAÇÕES E REFORMAS

- Início do século XX – chegada da imagem da Conceição proveniente da Igreja Matriz da Conceição em São Luís.

- Década de 30 deste século – construção da primeira Capela, em taipa e fora da casa grande.

- 1954 – demolição da casa grande.

- 1967 reconstrução da capela em tijolos feita pelo pedreiro Lucas.

- 1992 – reconstrução da capela e telhado feito pelo prefeito de Rosário, Orlando Aquino.”

REFERÊNCIAS DO DOCUMENTO DO IPHAN

(1) MARQUES, Augusto César. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, Rio de Janeiro, 1970, p. 559.

(2) Entrevista concedida a historiadora Kátia Santos Bogéa por D. Zima Baima Sousa, responsável pela Capela de Nossa Senhora da Conceição de Peri de Cima, no dia 28 de setembro de 1999.

(3) Idem item 2.

Anexo 5 – Ficha de “diagnóstico sócio-econômico-cultural e política das comunidades remanescentes de quilombo do Brasil”. (ITERMA)

Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas de promoção da Igualdade Racial-
SEPPIR
Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais

**DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAL E POLITICO DAS
COMUNIDADES REMANESCENTE DE QUILOMBOS DO BRASIL**

Estado do Maranhão
Programa Brasil Quilombola

Questionário

Data: -----/-----/-----

Nº-----

MUNICIPIO: _____
Nome da Comunidade: _____
Responsável pela Comunidade: _____
Nome: _____
CPF: _____
RG: _____
TEL: _____
E-mail: _____

1.DADOS DA POPULAÇÃO

- 1.1)Numero de família por comunidade? _____
1.2)Quantas pessoas existem por família? _____
1.3)Total de pessoas existentes na comunidade? _____
1.4)Número de homens e mulheres existentes na comunidade:

HOMENS:

MULHERES:

Até 07 anos: ()	Até 07 anos: ()
08 a 14 anos: ()	08 a 14 anos: ()
15 a 16 anos: ()	15 a 16 anos: ()
17 a 20 anos: ()	17 a 20 anos: ()
21 a 40 anos: ()	21 a 40 anos: ()
41 a 59 anos: ()	41 a 59 anos: ()
acima de 60 anos: ()	acima de 60 anos: ()

2.CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

- 2.1) Há Quantos tempo aproximadamente existe a comunidades?
()

2.2) Qual é a distância da Comunidade até a Sede do Município?

Km

2.3) Quais os meios mais utilizados de Transporte pela Comunidade?

Carro Barco Bicicleta A pé

Outros:-----

2.4) Na Comunidade existe:

Associação Comunitária Posto de Saúde Escola

Posto Telefônico Casa de farinha Cemitério

2.5) Extensão da área Reconhecida pela Comunidade (KM):

2.6) Natureza Jurídica da Terra:

Herança Compra Doação Posse Titulação

Outros:-----

2.7) A Terra é:

Reconhecida Titulada Registrada

2.8) Existe Conflito na Área?

Sim, Qual?-----

Não

2.9) O Conflito é Provocado por:

Garimpeiros Madeireiros Fazendeiros Indústria

Possesores Outros:-----

2.10) Existem Sobreposições de Terras com:

Terras Estaduais Terras Municipais Terras da Marinha

Terras do Exército Terras do Governo Federal

Terras da Aeronáutica Outros:-----

2.11) A Energia Elétrica é Obtida por?

Rede Placa Solar Gerador Não tem Energia Elétrica

2.12) Como é feito o Abastecimento de Água?

- Açude Rio Fonte Cachimba
 Cisterna Igarapé Riacho Rede Pública
 Inexistente

2.13) Como é feito o Armazenamento da Água?

- Cisterna Caixa d'água Balde Tambor
 Outros:-----

2.14) Quais são os tipos de Associações / Grupo Sociais, Folclóricos que existem na sua Comunidade?

3. EDUCAÇÃO

3.1) Existe Prédio escolar na Comunidade?

- Sim, Quantos () Não

3.2) Quais as dependências existentes na Escola?

- Secretaria Cozinha Salas de Aulas
 Biblioteca Quadra de Esporte Despensa/Merenda

3.3) O Prédio da Escola é Pertencente ao?

- Estado Município Comunidade
 Outros:-----

3.4) Quais as Series de Ensino oferecido na Escola?

- Educação Infantil Ensino Profissionalizante Ensino Médio
 Ensino Fundamental EJA – Educação de Jovem e Adultos

3.5) Qual é a distancia da Comunidade até a Escola mais próxima para Estudar?

- 1ª a 4ª Serie KM Léguas
 5ª a 8ª Serie KM Léguas
 Ensino Médio KM Léguas

3.6) Quais os meios mais utilizados de Transportes para ir a Escola?

- Carro Barco Ônibus a pé
 Cavalo Outros:-----

3.7) Quantos Professores Trabalham na Escola? ()

3.8) Quantos Professores são Quilombolas ou seja da Comunidade? ()

3.9) Qual o Grau de Escolaridade dos Professores?

- Fundamental Incompletos Fundamental Completo
 Magistério Incompleto Médio Completo
 Magistério Incompleto Magistério Completo
 Superior Incompleto Superior Completo

4. SAÚDE

4.1) Existe Posto de Saúde na Comunidade?

- Sim e Funciona Normalmente Sim mas não Funciona todos os dias
 Sim, mas não Funciona Não Existe
 Outras Situação:-----

4.2) Qual o tipo de Construção do Prédio do Posto de Saúde?

- Alvenaria Adobe Madeira
 Pau a Pique Outros:-----

4.3) Quais os Profissionais de Saúde existentes na Comunidade?

- Médico Enfermeiro Agente de Saúde
 Parteira Dentista Não Existe
 Outros:-----

4.4) Caso não tenha Posto de Saúde na Comunidade, qual a distancia do mais próxima?

- KM Léguas

4.5) Meio de Transporte Utilizado?

- Bicicleta Barco Carro Particular/Comunidade
 Canoa Rede Cavalo
 Outros:-----

4.6) Quais são as Doenças mais comuns na Comunidade?

- Diarréia Desnutrição Doenças de Pele
 Obesidade Diabetes Anemia Falciforme
 Hipertensão Outros:-----

4.7) O Problema de Alcoolismo atinge a Comunidade?

- Sim Não

	<i>MUITO</i>	<i>POUCO</i>	<i>NENHUMA</i>
<i>HOMENS</i>			
<i>MULHERES</i>			
<i>ADOLESCENTES</i>			
<i>IDOSO</i>			

4.8) O Problema de Drogas atinge a Comunidade?

- Sim Não

	<i>MUITO</i>	<i>POUCO</i>	<i>NENHUMA</i>
<i>HOMENS</i>			
<i>MULHERES</i>			
<i>ADOLESCENTES</i>			
<i>IDOSO</i>			

4.9) A Comunidade utiliza Medicina Alternativa?

- Sim Não

4.10) As Mulheres estão sendo assistidas no Pré – Natal e no Parto?

- Sim Não, Porque-----

4.11) Quem Realiza os Partos?

- Medico Enfermeira Parteira
 Outros:-----

4.12) Existem Esgotamentos Sanitários?

- Rede Público Fossa

4.13) Destinação Final do Lixo na Comunidade?

- coleta de Lixo Reutilização Queima
 Reciclagem Joga em Outra área Enterra

5. PROGRAMAS SOCIAIS NA COMUNIDADE

5.1) Quais os Programas Governamentais existentes na Comunidade?

- Auxílio Maternidade Bolsa alimentação Bolsa Escola
 Auxílio Gás Bolsa Famílias PRONAF
 PETI – Programa de Erradicação do trabalho Infantil
 Não Existe Outros;

6. TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA

6.1) O Sustento da família é Proveniente do (a)?

- Auxílio Maternidade Artesanato Programa Sociais
 Emprego Extrativismo Produção Agrícola
 Não tem nenhuma fonte de Renda Outros

6.2) Hoje a Família é Sustentada Pelo (a)?

- Homem Filhos Mulher
 Filhas Outros, Especificação

6.3) A Família possui Renda?

- Até 120,00 de R\$ 120,00 a R\$ 240,00
 de R\$ 240,00 a R\$ 720,00 acima de R\$ 720,00
 Outros;-----

6.4) As mulheres da Família Trabalham Como?

- Funcionaria Pública, Especificar a Categoria;-----
 Roçado Empregada domestica
 Outros:-----

6.5) Qual é o Cultivo mais Importante para a Comunidade?

- Mandioca Milho Arroz
 Batata Doce Abóbora Açaí
 Banana Outros Não Existe.

6.6) Vede algum produto?

Não Sim, Quais?-----

6.7) O Trabalho na Roça é Feito Por?

Homens Mulheres Crianças

6.8) Tem Sistema de Irrigação?

Sim Não

6.9) Recebem Assistência Técnicas?

ONG Prefeitura Estado
 Organização Quilombola Outros:-----

7. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

7.1) O Problema da Fome Atinge?

Toda as Pessoas da Comunidade
 A grande maiorias da Comunidade
 Metade das pessoas da Comunidade
 poucas pessoas da Comunidade
 Ninguém

7.2) Quais os Problemas que causam a Fome/Carência Alimentar na sua Comunidade?

A Produção, Coleta, Pesca e Criação de Animais Insuficiente
 Não Existem Problemas
 Tamanho do Território
 Invasão da terra
 Qualidade da Terra
 Outros:-----

7.3) Os Grupos mais Atingidos pela Desnutrição na Comunidade?

Crianças Adolescente Adulto
 Idoso Gestante

7.4) Os Grupos mais Atingidos pela Obesidade na Comunidade são?

Crianças Adolescente Adulto
 Idoso Gestantes Não há Obesidade

7.5) Criam Animais?

Não

Sim, com?-----

8. PROTEÇÃO SOCIAL

8.1) Qual a Principal Atividade Profissional da Comunidade?

Atividade Rural como Emprego com Registro na Carteira Profissional.

Atividade rural sem registro na carteira profissional

Trabalham em conjunto com a família na agricultura para subsistência.

outros:-----

8.2) Quantos Membros da Comunidade, Acima de 16 anos de Idade, não possuem Documentos de Identidade?

Certidão de Nascimento Homens Mulheres

Carteira Profissional Homens Mulheres

Carteira de Identidade Homens Mulheres

Titulo de Eleitor Homens Mulheres

CPF Homens Mulheres

Serviço Militar Homens Mulheres

Nenhum destes documentos Homens Mulheres

8.3) Quantos Membros da Comunidade estão Inscritos no INSS?

Até 20 pessoas Homens Mulheres

Entre 20 a 50 Pessoas Homens Mulheres

Acima de 50 anos Homens Mulheres

Nenhum membro da comunidade Homens Mulheres

8.4) Quantos Membros da Comunidade Trabalham como?

Emprego com Registro na Carteira Profissional

Homens Mulheres

Emprego sem Registro na Carteira Profissional

Homens Mulheres

Empregada Domestica sem Registro na Carteira Profissional

Homens Mulheres

Autônomo

Homens Mulheres

9. Cultura

